

ÍNDICE GERAL

NOTA INTRODUTÓRIA	5
SINAIS CONVENCIONAIS	6
1 ORÇAMENTO	7
2 MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO	27
3 MISSÕES MILITARES DE CARÁCTER INTERNACIONAL	43
4 RECURSOS HUMANOS.....	61
5 INFRA-ESTRUTURAS	95
6 ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA	123
7 SISTEMA DE FORÇAS.....	149
8 APOIO SOCIAL.....	171
9 ACTIVIDADE INSPECTIVA	179
SIGLAS	187
ÍNDICE	199

NOTA INTRODUTÓRIA

O Anuário Estatístico da Defesa Nacional constitui um repositório dos dados de Defesa, cuja recolha é efectuada pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, Ramos das Forças Armadas, Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, Inspecção-Geral da Defesa Nacional, Instituto de Acção Social das Forças Armadas e Polícia Judiciária Militar.

A informação estatística da presente edição é reportada ao ano de 2005, embora em áreas específicas como o *orçamento*, *recursos humanos*, *imobiliário*, *bens e tecnologias militares* e *actividade inspectiva*, sejam apresentados dados de anos anteriores, através dos quais é possível avaliar a respectiva evolução no passado recente.

Em termos de conteúdo, as alterações introduzidas nesta edição são meramente pontuais. Assim, a Cooperação Técnico-Militar, matéria tratada no Capítulo 3 e que até agora abrangia apenas os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), passa a ver o seu âmbito alargado também a Timor-Leste. No Capítulo 4 (*Recursos Humanos*), além de pequenas alterações nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas, têm vindo a ser progressivamente eliminadas as referências ao Serviço Efectivo Normal (SEN), que, como é do domínio público, foi extinto a partir de 19 de Outubro de 2005; no capítulo dedicado ao Apoio Social (Cap. 8), o Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) passou a incluir *outras funções de carácter social* com alguma expressão no conjunto da actividade desenvolvida pelo referido Instituto. A entrada em vigor, a partir de 14 de Setembro de 2004, do novo Código de Justiça Militar, constitui-se, porventura, no facto mais relevante ocorrido neste período, dadas as profundas modificações que veio introduzir em todo o sistema judicial militar.

Além da distribuição em suporte papel, e a exemplo do que ocorreu com edições anteriores, o Anuário 2005 também estará disponível no sítio da *Internet* do Ministério da Defesa Nacional (<http://www.mdn.gov.pt>), o que contribuirá para alargar o acesso e agilizar a sua consulta.

Por fim, nunca é demais salientar que o trabalho apresentado é produto do empenho e dedicação de diversas entidades, organismos e pessoas, aos quais se agradece o seu precioso contributo. Dos utilizadores esperam-se críticas e sugestões que ajudem a melhorar a qualidade da publicação, tornando-a num instrumento de crescente utilidade para todos os que necessitam de estabelecer contacto com o sector da Defesa Nacional.

SINAIS CONVENCIONAIS

...	Dado confidencial
-	Resultado nulo
x	Dado não disponível
“	Estimativa
*	Dado rectificado
0	Dado inferior a metade da unidade utilizada
	Dado incompleto

Nota: *Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.*

NOTA EXPLICATIVA

As estatísticas do Orçamento inscritas neste capítulo têm como suporte de informação preferencial a Conta Geral do Estado (CGE).

É de referir que:

- a nível global, foi utilizada a informação publicada através do Orçamento do Estado (OE) para os referidos anos;
- a nível específico da Defesa Nacional, foram utilizados os dados disponíveis na Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SG/MDN), tendo os mesmos sido directamente fornecidos pelas entidades envolvidas, no que respeita ao PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) e à LPM (*Lei de Programação Militar*); os restantes elementos são já definitivos, pois foram recolhidos após a publicação da CGE, inclusive os de 2005 (os valores de 2004 foram entretanto rectificadas).

Para concretizar a transformação dos valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes) optou-se pela utilização do índice de preços implícito no produto interno bruto (PIB) como deflacionador, considerando o ano de referência de 1999.

A informação macroeconómica, nomeadamente os dados sobre PIB, população e índice de preços implícito no PIB, foram recolhidos junto do Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP), do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística.

Saliente-se, a propósito, que os indicadores macroeconómicos surgem alterados (desde 1999), por comparação com as edições anteriores, em virtude de os mesmos terem sido rectificadas pelo DPP, conforme comunicação recente.

Importa referir que os valores apurados neste capítulo, até ao ano de 2002, não incluem os montantes referentes a “Contas de ordem” e “Despesas com compensação em receita” (DCCR).

A partir de 2003, com a entrada em vigor da nova Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto), a estrutura dos mapas do Orçamento do Estado surge alterada, pelo que os montantes referentes ao OE são respeitantes aos serviços integrados, aí se incluindo as DCCR; foram, no entanto, retiradas as verbas relativas a activos financeiros e a passivos financeiros por se considerar que não se referem a elementos do próprio ano.

Por último, convém explicitar como foram trabalhados os dados referentes às despesas da Defesa, por natureza. Assim, e de acordo com o classificador das despesas públicas, distinguiram-se três principais agrupamentos de despesa:

- *Pessoal*, que se identifica com o grupo “Despesas com o pessoal”;
- *Operação e manutenção*, que se identifica com os grupos “Aquisição de bens e serviços correntes”, “Transferências correntes” e “Outras despesas correntes”;

- *Despesas de capital*, que se identifica com o grupo com a mesma designação do citado classificador.

Importa alertar para o facto de que os montantes despendidos com a alimentação e o fardamento do efectivo militar, de acordo com o actual classificador das despesas públicas (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, e aplicável a partir de 2003), assim como no classificador anterior, em vigor desde 1989, serem incorporados no agrupamento “Aquisição de bens e serviços correntes”, pelo que neste estudo procedeu-se à sua inclusão no grupo “Operação e manutenção”. Contudo, no âmbito das Forças Armadas, as citadas despesas, que atingem montantes significativos, deveriam, pela sua natureza, ser efectivamente entendidas como despesas com o pessoal.

De acordo com o novo classificador, a rubrica “07.01.14 – Investimentos militares” compreende não só as construções e as obras de engenharia que as administrações militares realizam, como por exemplo os quartéis, os campos de tiro, os aeródromos, as estradas e as pontes militares, mas também as grandes reparações a efectuar naquelas estruturas e ainda o armamento e os equipamentos principais utilizados pelas Forças Armadas. Até 2002, este tipo de encargos estava incluído no agrupamento “Aquisição de bens e serviços correntes”, através das rubricas “Construções militares” e “Material militar”.

É dado tratamento autónomo à componente PIDDAC, pela sua especificidade, bem como às LPM, por serem, no seu conjunto, os principais pólos de investimento efectuado no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, no período em análise.

Convém referir que em relação às LPM os valores apurados não são coincidentes com os publicados na CGE, uma vez que nesta os valores não correspondem ao executado, mas sim aos saques efectuados; desta forma, os valores correspondem ao apuramento efectuado na SG/MDN.

Integradas no esforço de Defesa e Segurança Nacionais, as Forças Armadas precisam de se reequipar e actualizar para fazerem face aos actuais riscos de ameaça à paz e à soberania, ameaças múltiplas e complexas aos Estados e aos povos.

A Lei de Programação Militar incorpora e desenvolve a aplicação de programas de investimento público de médio e longo prazo relativos a forças, equipamento, armamento e infra-estruturas, para aquisição e modernização de material naval, aéreo e terrestre, imprescindível para a verdadeira capacidade operacional militar.

A LPM prevê o recurso a contratos de locação, de modo a permitir a dilação no tempo da satisfação do encargo financeiro dos programas, e define os montantes máximos de encargos com contratos de locação operacional, anualmente até 2020 e para anos seguintes até 2026, para alguns programas de maior peso financeiro.

A LPM contempla três sexénios, em correspondência com o Planeamento Estratégico de Armamento e Equipamentos de Defesa de Longo Prazo (18 anos), e é ordinariamente revista nos anos pares. Nas revisões da LPM pode-se, caso os objectivos de força nacionais o aconselhem, proceder ao cancelamento e alteração de programas inscritos, afectar os respectivos saldos a outros programas, bem como inscrever novos programas. Está instituído o mecanismo da transição dos saldos verificados nos programas.

No ano de 2005, a LPM que vigorou foi a Lei Orgânica n.º 1/2003, de 13 de Maio, a qual tem inscritos 5.340 milhões de euros em 24 anos (2003-2026), prevendo que o financiamento com recurso a contratos de locação (*leasing*) atinja 52%.

Em termos de execução material, os principais procedimentos concluídos no ano de 2005 foram os seguintes:

- Contrato com a Steyr-Daimler-Puch Spezialfahrzeug AG & Co KG, tendo em vista o fornecimento de 240 Viaturas Blindadas de Rodas 8x8 para o Exército, com opção de 33 MGS, e 20 Viaturas Blindadas de Rodas 8x8 Anfíbias para a Marinha, que foi assinado em 15 de Fevereiro de 2005, tendo sido visado pelo Tribunal de Contas em 24 de Novembro de 2005;
- Contrato de aquisição com vista à substituição das aeronaves P-3P da Força Aérea. A assinatura deste contrato com o Estado holandês para o fornecimento de 5 aeronaves P-3C da Marinha Real holandesa, celebrou-se em 18 de Fevereiro de 2005. O contrato foi enviado para o Tribunal de Contas em 22 de Março de 2005, tendo-se obtido o visto em 22 de Agosto de 2005. Aguarda-se decisão relativa ao procedimento a seguir para a modernização do sistema de missão e sensores (2.ª parte do Programa);
- Fornecimento de Torpedos. Em 3 de Março de 2005, foi assinado contrato com a empresa Whitehead Alenia Sistemi Subacquei, S.P.A., tendo o Tribunal de Contas concedido o respectivo visto em 17 de Novembro de 2005;
- Fornecimento do Navio Polivalente Logístico (NPL). O contrato base com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) foi assinado em 16 de Fevereiro de 2005;
- Fornecimento de cinco Lanchas de Fiscalização Costeira (LFC). Assinado o contrato base com os ENVC em 19 de Dezembro de 2005.

Ainda durante o ano de 2005, foram desenvolvidos de forma centralizada pelo Ministério da Defesa Nacional os procedimentos que a seguir se indicam:

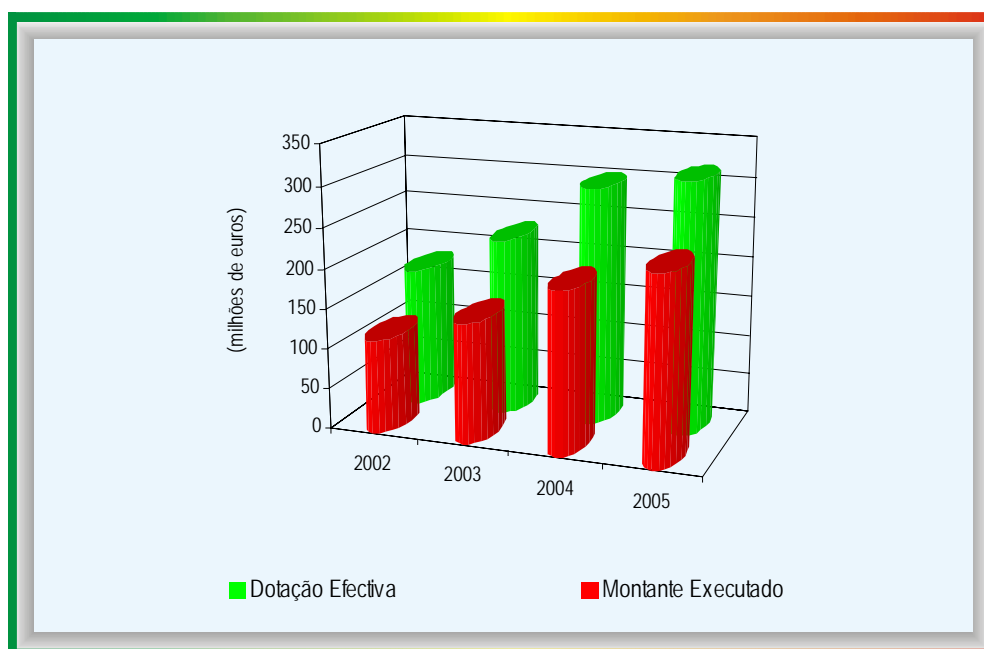
- Procedimento para o fornecimento de sete aviões de transporte táctico e de cinco aviões de vigilância marítima, para substituir a frota de Aviocar da Força Aérea. Em 5 de Agosto de 2005, foi efectuada a adjudicação à empresa EADS CASA; já em 2006, foram assinados os contratos de fornecimento, de financiamento, de locação, de manutenção e de contrapartidas;
- Procedimento para o fornecimento de novo armamento ligeiro para as Forças Armadas. Este procedimento tem por objectivo o fornecimento de novas espingardas automáticas, de pistolas e metralhadoras ligeiras. No âmbito da tramitação do concurso e depois de efectuada a análise das propostas das empresas FN Herstal, J.P. Sauer & Sohn, San Swiss Arms e Heckler & Kocch, para selecção com vista a fase de negociação, foi elaborado o respectivo relatório que aguarda despacho ministerial.

Para além dos processos atrás indicados, foram conduzidos outros procedimentos de forma descentralizada nos Órgãos e Serviços Centrais do MDN (OSC/MDN), Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e Ramos das Forças Armadas. No seu conjunto, englobam a maior parte das verbas da LPM referentes ao ano de 2005.

A execução orçamental atingiu em 2005 um grau de realização de 74 %, verificando-se, assim, um aumento face aos anos anteriores, conforme ressalta do quadro e gráfico a seguir apresentados:

(euros)

Ano	Dotação efectiva	Montante executado	Grau de realização
2005	311.282.915	230.997.827	74,21%
2004	294.997.518	200.443.826	67,95%
2003	222.668.482	149.423.703	67,11%
2002	174.639.466	116.381.761	66,64%



Com os saldos de 2004, e aplicada a cativação legalmente prevista para o ano de 2005, a dotação efectiva para este ano foi de 311.281.915 €. Desta dotação, no ano de 2005, foi executado o montante de 230.997.827 €, a que corresponde uma taxa de execução de 74 %, como consta no quadro seguinte:

(euros)

Capítulos	Saldo 2004	Orçamento 2005			Dotação Efectiva	Execução		Saldo
		Inicial	Cativação	Alt. Orç.(+/-)		Montante	%	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1+2-3+4)	(6)	=(6)/(5)	=(5)-(6)
Serviços Centrais	11.605.525	9.493.140	938.023	1.647.328	21.807.970	17.171.641	78,74	4.636.330
EMGFA	6.894.943	7.275.635	1.455.127	1.731.246	14.446.697	12.843.790	88,90	1.602.907
Marinha	8.362.347	95.616.203	24.654.691	-	79.323.859	59.556.936	75,08	19.766.923
Exército	59.308.767	85.655.724	38.131.145	-	106.833.346	90.702.999	84,90	16.130.347
Força Aérea	17.889.646	96.727.569	25.747.172	-	88.870.043	50.722.461	57,07	38.147.582
TOTAL	104.061.228	294.768.271	90.926.158	3.378.574	311.281.915	230.997.827	74,21	80.284.088

Em termos globais, nos anos em análise, poder-se-á dizer que os recursos utilizados pela Defesa têm vindo a aumentar progressivamente, a preços correntes. No entanto, se nos debruçarmos sobre os mapas relativos a preços constantes, verifica-se uma oscilação, existindo uma regressão no ano de 2001. O valor de execução da LPM, assim como as missões internacionais, têm vindo a influenciar os dados apresentados. No que concerne a 1999, refira-se que o valor executado é ainda resultante da entrada em vigor da LPM apenas a partir de Agosto de 1998, apresentando os anos subsequentes um valor mais elevado (com excepção para 2002).

A manutenção da aplicação do *Regulamento de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato e de voluntariado* (Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro), a que se refere a nova Lei do Serviço Militar (Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro), e o novo sistema retributivo de alguns postos da classe de sargentos (Decreto-Lei n.º 207/2002, de 17 de Outubro), também com implicações no sistema retributivo das praças, são a justificação do acréscimo de despesas verificado em 2002, por comparação com 2001, no que respeita ao agrupamento de *Pessoal*.

No que concerne às despesas de *Operação e manutenção*, vinha-se verificando uma tendência para o decréscimo, salientando-se a grande redução registada em 2001, fruto das medidas de contenção orçamental que vigoraram neste período. Em 2002, verificou-se um regresso ao patamar anterior.

Para além das *Despesas de capital*, a componente *Investimento* evoluiu de acordo com os financiamentos da LPM, uma vez que, em termos comparativos, o peso do PIDDAC não é significativo.

Em 2004, são de realçar os encargos com as Missões Humanitárias e de Paz, assim como com as Forças Nacionais Destacadas (FND) e, ainda, no agrupamento de *Pessoal*, os encargos com a saúde.

Em 2005, através do orçamento rectificativo, conseguiu-se regularizar situações de anos anteriores, entre as quais sobressaem os encargos com a saúde e as FND.

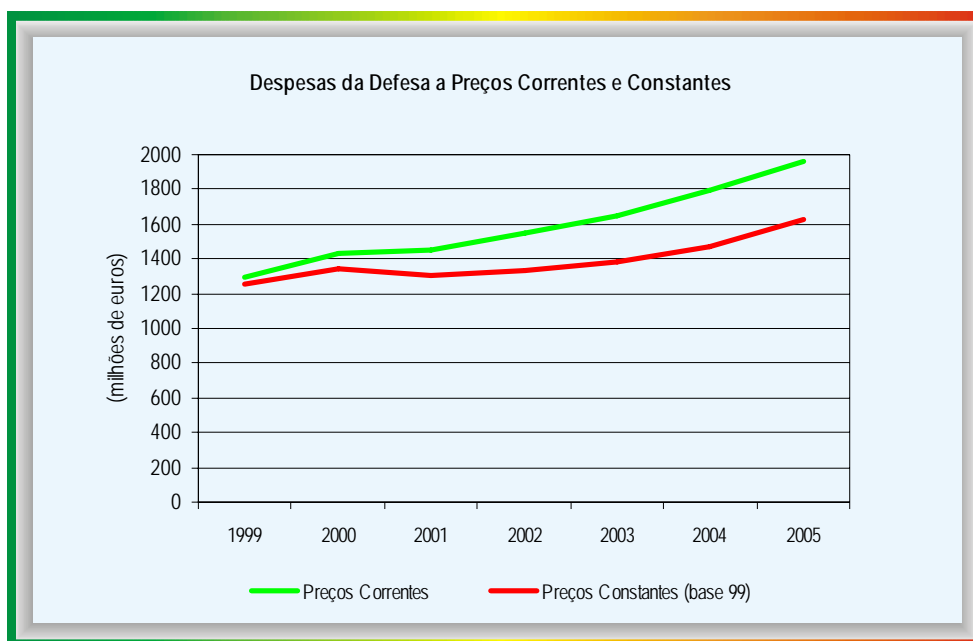
Relativamente à estrutura do ODN (orçamento da Defesa Nacional), constata-se que a componente *Pessoal* continua a absorver a maior parte dos recursos financeiros postos à disposição da Defesa.

1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços Correntes	Preços Constantes (base 1999)
2005	1.962,0	1.628,9
Dados retrospectivos		
2004	1.800,8	1.537,0
2003	1.647,1	1.445,2
2002	1.552,6	1.399,0
2001	1.448,1	1.355,7
2000	1.428,3	1.386,7
1999	1.294,2	1.294,2

FONTES: Conta Geral do Estado 1999/2005.



1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA

(%)

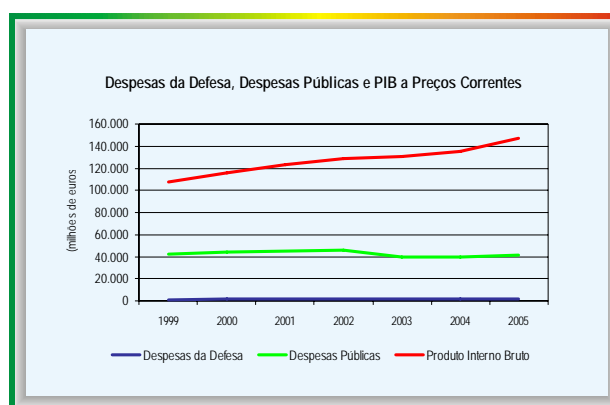
Ano	Varição Anual
2005/2004	8,22%
Dados retrospectivos	
2004/2003	8,53%
2003/2002	5,74%
2002/2001	6,73%
2001/2000	1,37%
2000/1999	9,39%

1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	PREÇOS CORRENTES			PREÇOS CONSTANTES		
	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB
2005	1.962,0	41.410,5	147.395,4	1.628,9	34.381,3	122.375,9
Dados retrospectivos						
2004	1.800,8	39.243,0	143.208,8	1.537,0	33.494,0	122.229,1
2003	1.647,1	39.132,1	137.522,8	1.445,2	34.334,5	120.662,6
2002	1.552,6	45.980,3	135.433,6	1.399,0	41.432,4	122.038,0
2001	1.448,1	44.736,2	129.308,3	1.355,7	41.883,5	121.062,7
2000	1.428,3	44.313,2	122.270,0	1.386,7	43.022,5	118.708,7
1999	1.294,2	42.740,0	114.192,8	1.294,2	42.740,0	114.192,8

FONTES: Conta Geral do Estado 1999/2005, Relatório Anual 2005 do Banco de Portugal e Departamento de Prospectiva e Planeamento.

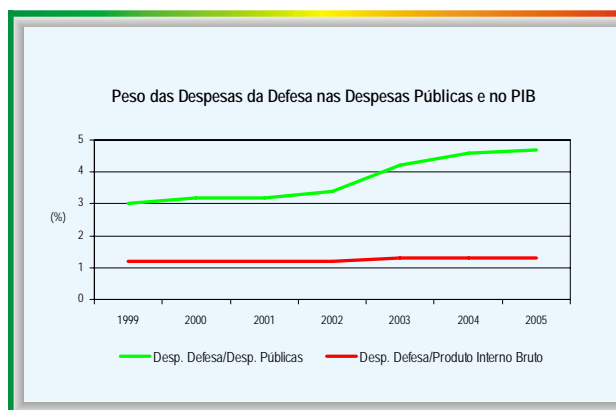


1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB

(%)

Ano	Despesas da Defesa/ Despesas Públicas	Despesas da Defesa/PIB
2005	4,7	1,3
Dados retrospectivos		
2004	4,6	1,3
2003	4,2	1,2
2002	3,4	1,1
2001	3,2	1,1
2000	3,2	1,2
1999	3,0	1,1

FONTES: Conta Geral do Estado 1999/2005, Relatório Anual 2005 do Banco de Portugal e Departamento de Prospectiva e Planeamento.

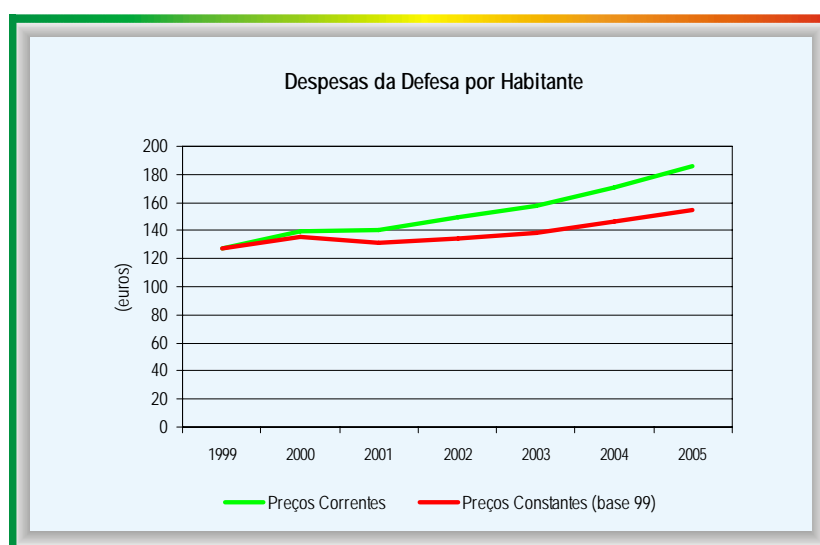
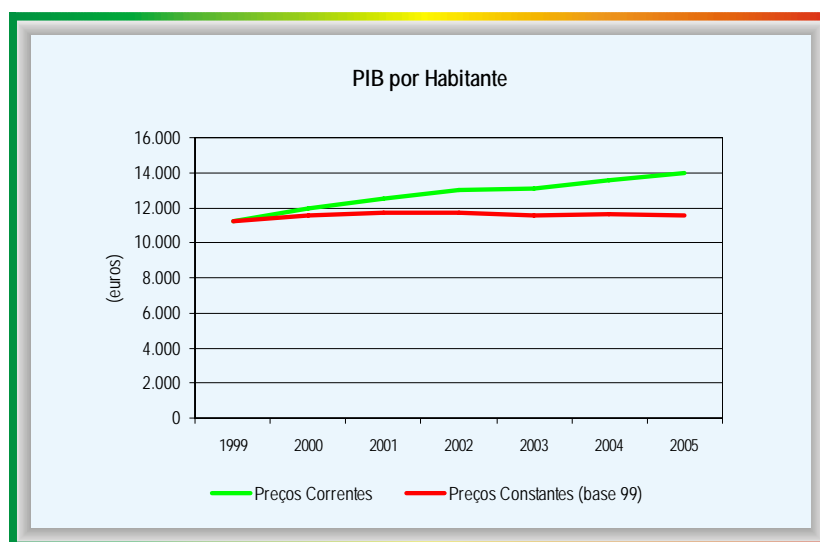


1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(euros)

Ano	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS CONSTANTES	
	Despesas da Defesa/Habitante	PIB/Habitante	Despesas da Defesa/Habitante	PIB/Habitante
2005	185,6	13.944,7	154,1	11.577,7
Dados retrospectivos				
2004	171,0	13.601,4	146,0	11.608,8
2003	157,2	13.128,7	138,0	11.519,1
2002	149,2	13.012,5	134,4	11.725,4
2001	140,2	12.519,0	131,3	11.720,7
2000	139,3	11.920,6	135,2	11.573,4
1999	126,9	11.200,9	126,9	11.200,9

FONTES: Conta Geral do Estado 1999/2005, Relatório Anual 2005 do Banco de Portugal, Departamento de Prospectiva e Planeamento e Instituto Nacional de Estatística.



1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

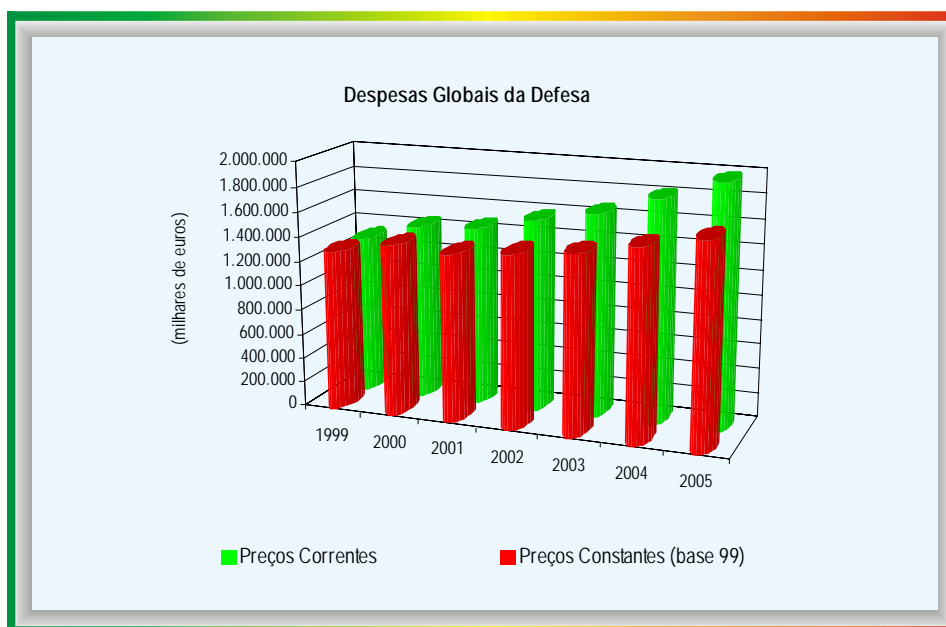
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2005	1.235.281,5	357.845,8	97.893,6	230.997,8	39.963,3	1.961.982,1
Dados retrospectivos						
2004	1.198.862,9	344.099,3	10.550,6	200.443,8	46.831,0	1.800.787,6
2003	1.100.673,3	303.974,6	18.698,1	149.423,7	74.352,2	1.647.121,9
2002	1.105.086,2	295.410,0	16.185,1	116.381,8	19.542,9	1.552.606,0
2001	1.023.975,5	242.690,1	18.219,6	152.628,4	10.556,3	1.448.069,9
2000	963.050,8	290.789,3	15.186,9	149.069,4	10.156,4	1.428.252,8
1999	872.204,1	318.600,6	15.853,7	83.439,8	4.093,9	1.294.192,1

FONTE: Conta Geral do Estado 1999/2005.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2005	1.025.599,4	297.103,5	81.276,7	191.787,2	33.179,8	1.628.946,6
Dados retrospectivos						
2004	1.023.232,8	293.689,6	9.004,9	171.079,4	39.970,4	1.536.977,1
2003	965.731,6	266.707,6	16.405,7	131.104,5	65.236,7	1.445.186,1
2002	995.782,8	266.191,2	14.584,2	104.870,5	17.610,0	1.399.038,7
2001	958.679,8	227.214,5	17.057,8	142.895,7	9.883,2	1.355.731,0
2000	935.000,8	282.319,7	14.744,6	144.727,5	9.860,6	1.386.653,2
1999	872.204,1	318.600,6	15.853,7	83.439,8	4.093,9	1.294.192,1

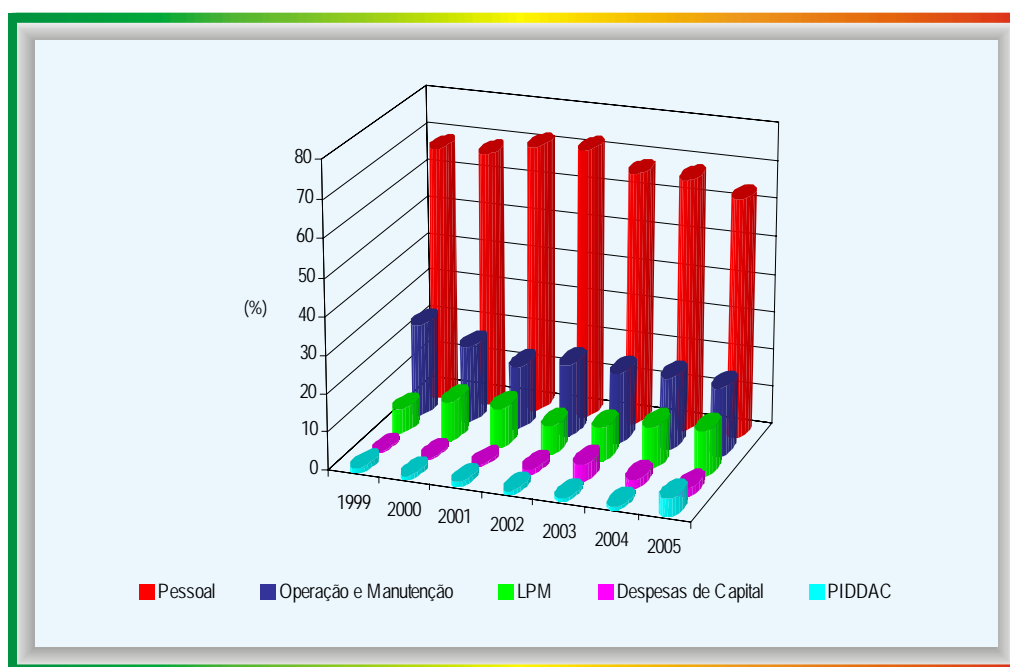


1.6 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS (Continuação)

EM PERCENTAGEM

(%)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2005	63,0	18,2	5,0	11,8	2,0	100,0
Dados retrospectivos						
2004	66,6	19,1	0,6	11,1	2,6	100,0
2003	66,8	18,5	1,1	9,1	4,5	100,0
2002	71,2	19,0	1,0	7,5	1,3	100,0
2001	70,7	16,8	1,3	10,5	0,7	100,0
2000	67,4	20,4	1,1	10,4	0,7	100,0
1999	67,4	24,6	1,2	6,5	0,3	100,0



1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

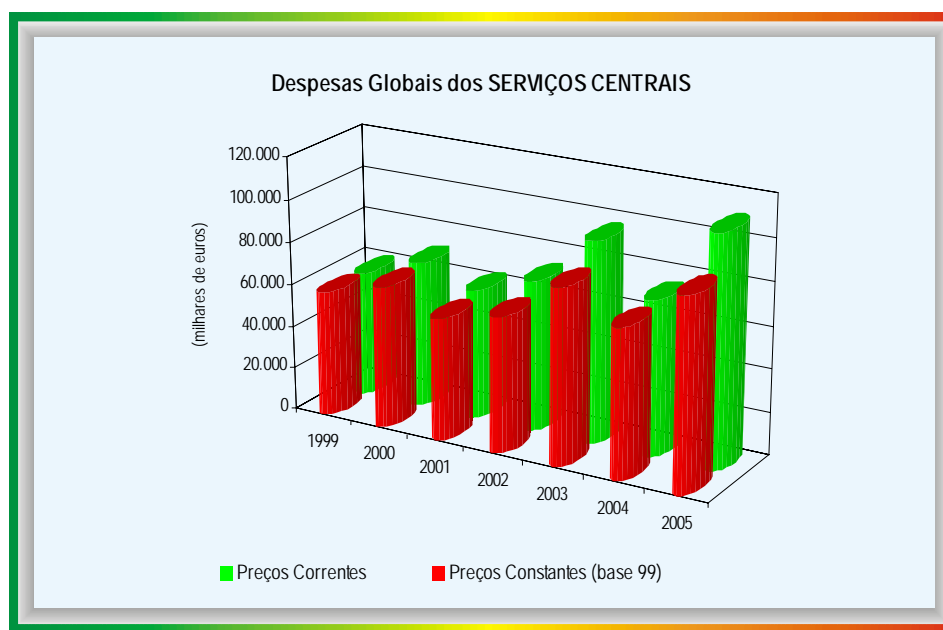
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2005	17.966,3	30.040,2	34.293,5	17.171,6	8.906,0	108.377,6
Dados retrospectivos						
2004	17.334,1	31.185,3	312,7	8.976,1	14.892,1	72.700,3
2003	16.098,5	29.366,8	241,7	11.066,2	37.599,5	94.372,7
2002	15.883,5	27.692,1	0,0	7.809,5	19.378,6	70.763,7
2001	16.528,2	31.409,8	637,1	2.305,0	10.165,3	61.045,4
2000	14.983,4	32.587,6	996,6	10.197,1	10.115,4	68.880,1
1999	13.493,0	33.226,0	93,9	8.015,5	3.993,5	58.821,9

FONTE: Conta Geral do Estado 1999/2005.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2005	14.916,6	24.941,0	28.472,3	14.256,9	7.394,3	89.981,1
Dados retrospectivos						
2004	14.794,7	26.616,7	266,9	15.762,2	12.710,4	70.150,9
2003	14.124,9	25.766,4	212,1	9.709,5	32.989,8	82.802,7
2002	14.312,5	24.953,1	0,0	7.037,1	17.461,9	63.764,6
2001	15.474,2	29.406,9	596,5	2.158,0	9.517,1	57.152,7
2000	14.547,0	31.638,4	967,5	9.900,1	9.820,8	66.873,8
1999	13.493,0	33.226,0	93,9	8.015,5	3.993,5	58.821,9



1.8 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

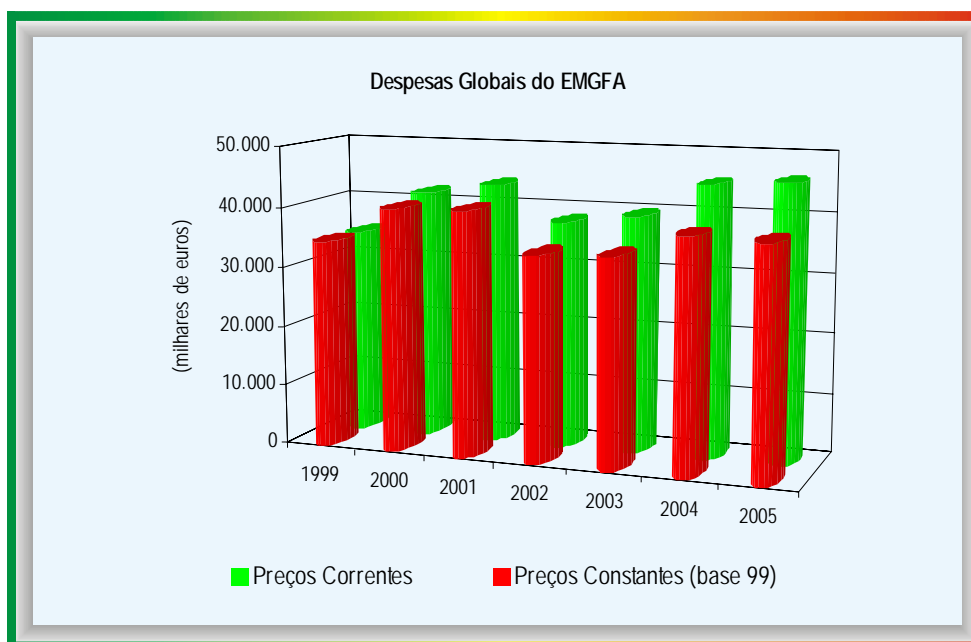
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2005	25.683,3	6.444,3	0,0	12.843,8	709,3	45.680,7
Dados retrospectivos						
2004	24.285,3	7.602,8	0,0	12.150,6	948,6	44.987,3
2003	24.120,6	6.179,7	0,0	8.227,0	814,9	39.342,2
2002	26.796,5	6.038,8	0,0	5.034,0	0,0	37.869,3
2001	29.153,3	6.589,3	0,0	7.735,9	0,0	43.478,5
2000	25.881,5	6.965,2	0,0	8.820,7	0,0	41.667,4
1999	21.149,4	9.386,0	0,0	3.973,7	0,0	34.509,1

FONTE: Conta Geral do Estado 1999/2005.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2005	21.323,7	5.350,4	0,0	10.663,6	588,9	37.926,6
Dados retrospectivos						
2004	20.727,6	6.489,0	0,0	10.370,6	809,6	38.396,8
2003	21.163,4	5.422,1	0,0	7.218,4	715,0	34.518,9
2002	24.146,1	5.441,5	0,0	4.536,1	0,0	34.123,7
2001	27.294,3	6.169,1	0,0	7.242,6	0,0	40.706,0
2000	25.127,7	6.762,4	0,0	8.563,8	0,0	40.453,9
1999	21.149,4	9.386,0	0,0	3.973,7	0,0	34.509,1



1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

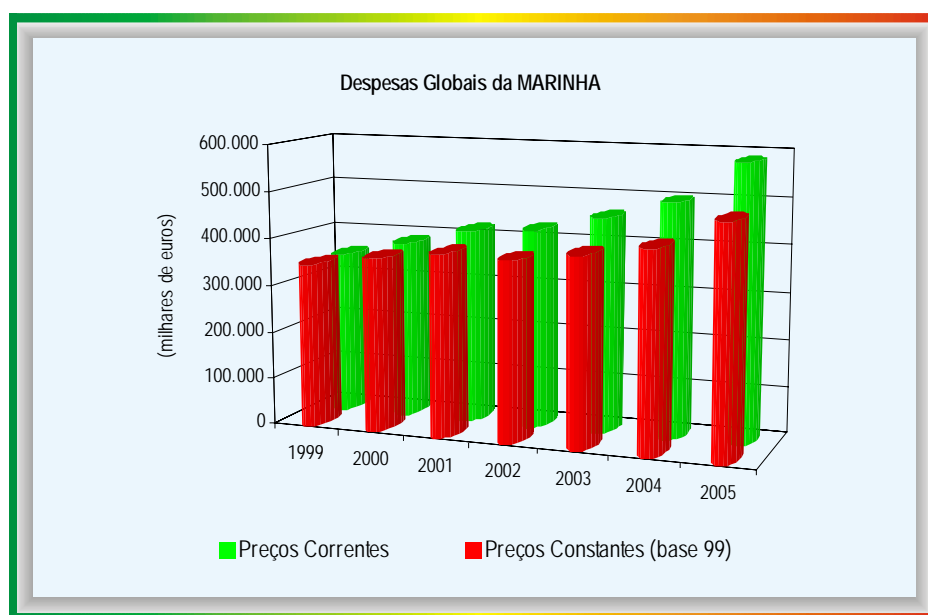
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2005	348.853,4	107.935,1	59.008,8	59.556,9	6.180,7	581.534,9
Dados retrospectivos						
2004	328.700,4	96.045,6	5.519,7	60.045,8	4.626,4	494.937,9
2003	318.751,3	88.973,7	11.956,9	31.765,2	5.218,2	456.665,3
2002	310.956,1	79.228,1	11.451,3	22.597,4	164,3	424.397,2
2001	288.655,2	67.379,2	4.613,8	53.042,2	391,0	414.081,4
2000	269.989,0	72.437,1	6.968,8	32.093,3	41,0	381.529,2
1999	245.421,2	76.350,1	8.674,6	18.494,5	100,4	349.040,8

FONTE: Conta Geral do Estado 1999/2005.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2005	289.637,5	89.613,7	48.992,4	49.447,5	5.131,5	482.822,6
Dados retrospectivos						
2004	280.546,7	81.975,1	4.711,1	51.249,3	3.948,6	422.430,8
2003	279.672,6	78.065,6	10.491,0	27.870,9	4.578,4	400.678,5
2002	280.199,6	71.391,7	10.318,6	20.362,3	148,0	382.420,2
2001	270.248,6	63.082,6	4.319,6	49.659,8	366,1	387.676,7
2000	262.125,2	70.327,3	6.765,8	31.158,6	39,8	370.416,7
1999	245.421,2	76.350,1	8.674,6	18.494,5	100,4	349.040,8



1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

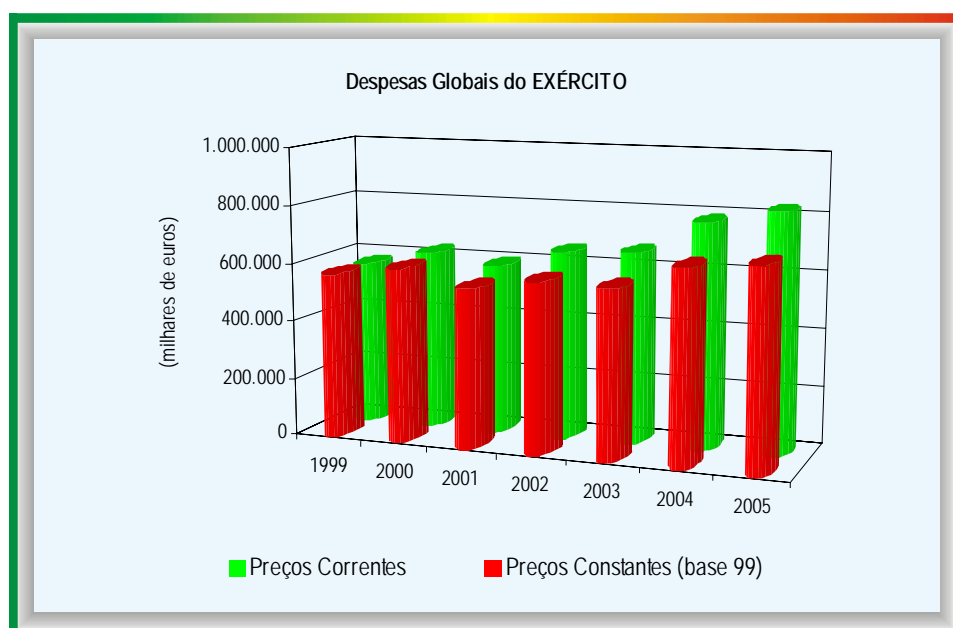
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2005	614.154,0	104.510,8	2.317,3	90.703,0	8.894,2	820.579,3
Dados retrospectivos						
2004	604.881,1	116.562,6	2.433,6	36.374,6	12.733,2	772.985,1
2003	523.425,5	96.093,3	3.506,9	25.467,3	10.412,0	658.905,0
2002	546.275,4	86.051,7	1.656,5	15.792,2	0,0	649.775,8
2001	492.606,5	66.567,4	6.484,4	22.060,3	0,0	587.718,6
2000	469.003,1	103.598,4	3.903,6	44.303,1	0,0	620.808,2
1999	426.721,1	111.585,9	3.640,7	27.848,6	0,0	569.796,3

FONTE: Conta Geral do Estado 1999/2005.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2005	509.904,8	86.770,6	1.924,0	75.306,7	7.384,4	681.290,5
Dados retrospectivos						
2004	516.267,6	99.486,5	2.077,0	31.045,9	10.867,8	659.744,8
2003	459.253,9	84.312,4	3.077,0	22.345,1	9.135,5	578.123,9
2002	492.243,7	77.540,4	1.492,6	14.230,2	0,0	585.506,9
2001	461.194,6	62.322,6	6.070,9	20.653,5	0,0	550.241,6
2000	455.342,8	100.580,9	3.789,9	43.012,7	0,0	602.726,3
1999	426.721,1	111.585,9	3.640,7	27.848,6	0,0	569.796,3



1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

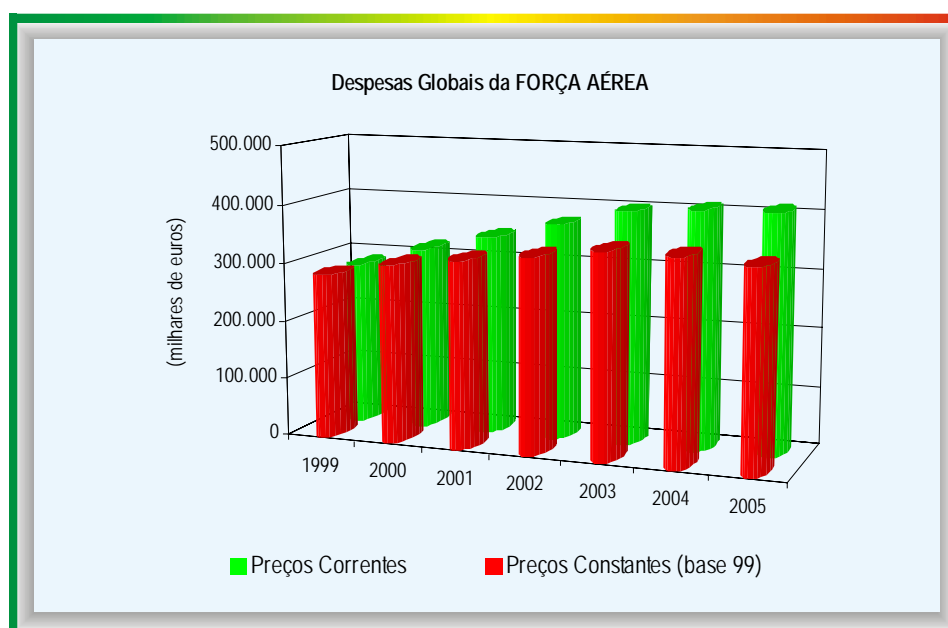
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2005	228.624,5	108.915,5	2.274,1	50.722,5	15.273,2	405.809,8
Dados retrospectivos						
2004	223.662,0	92.703,0	2.284,6	73.405,1	13.630,8	405.685,5
2003	218.277,5	83.361,1	2.992,6	72.897,9	20.307,7	397.836,8
2002	205.174,7	96.399,3	3.077,3	65.148,6	0,0	369.799,9
2001	197.032,3	70.744,4	6.484,4	67.485,1	0,0	341.746,2
2000	183.193,8	75.201,0	3.318,0	53.655,2	0,0	315.368,0
1999	165.419,4	88.052,7	3.444,6	25.107,4	0,0	282.024,1

FONTE: Conta Geral do Estado 1999/2005.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2005	189.816,8	90.427,7	1.888,0	42.112,6	12.680,7	336.925,8
Dados retrospectivos						
2004	190.896,1	79.122,3	1.949,9	62.651,5	11.633,9	346.253,7
2003	191.516,8	73.141,1	2.625,7	63.960,7	17.818,0	349.062,3
2002	184.881,0	86.864,5	2.773,0	58.704,8	0,0	333.223,3
2001	184.468,1	66.233,3	6.070,9	63.181,8	0,0	319.954,1
2000	177.858,1	73.010,6	3.221,4	52.092,4	0,0	306.182,5
1999	165.419,4	88.052,7	3.444,6	25.107,4	0,0	282.024,1



1.12 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN

A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

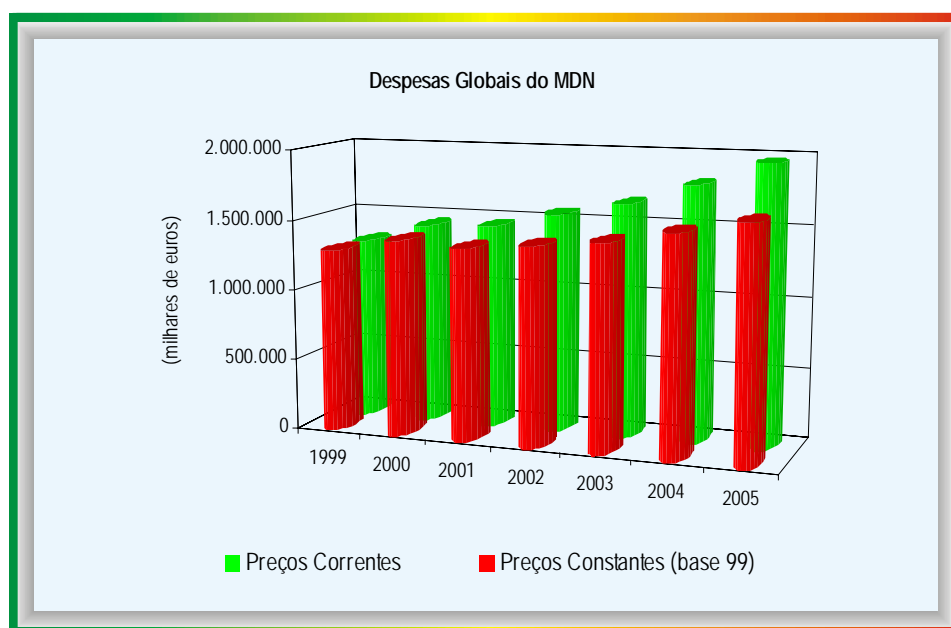
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2005	108.377,6	45.680,8	581.534,8	820.579,2	405.809,7	1.961.982,1
Dados retrospectivos						
2004	82.191,8	44.987,3	494.937,8	772.985,1	405.685,6	1.800.787,6
2003	94.372,7	39.342,2	456.665,2	658.905,1	397.836,8	1.647.122,0
2002	70.763,8	37.869,3	424.397,1	649.775,9	369.800,0	1.552.606,1
2001	61.045,3	43.478,5	414.081,4	587.718,5	341.746,2	1.448.069,9
2000	68.880,0	41.667,5	381.529,2	620.808,1	315.368,0	1.428.252,8
1999	58.821,8	34.509,2	349.040,8	569.796,3	282.024,1	1.294.192,2

FONTE: Conta Geral do Estado 1999/2005.

A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

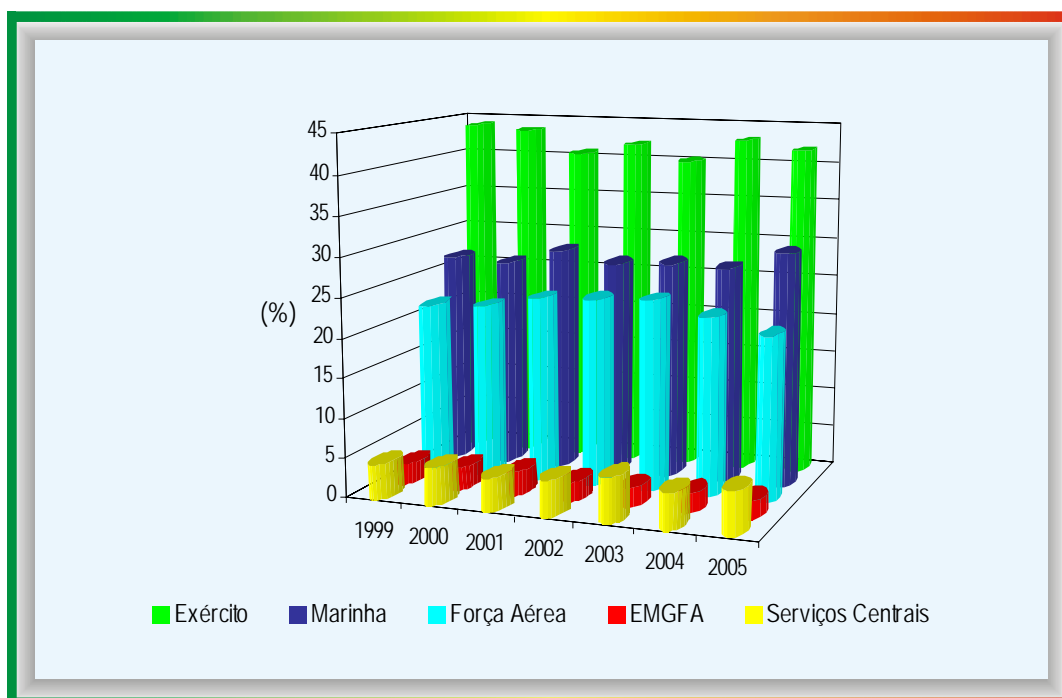
Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2005	89.981,1	37.926,7	482.822,5	681.290,5	336.925,8	1.628.946,6
Dados retrospectivos						
2004	70.150,9	38.396,8	422.430,8	659.744,9	346.253,7	1.536.977,1
2003	82.802,7	34.518,8	400.678,4	578.123,8	349.062,3	1.445.186,0
2002	63.764,6	34.123,7	382.420,2	585.507,0	333.223,3	1.399.038,8
2001	57.152,6	40.706,0	387.676,7	550.241,6	319.954,1	1.355.731,0
2000	66.873,8	40.453,8	370.416,7	602.726,3	306.182,5	1.386.653,1
1999	58.821,8	34.509,2	349.040,8	569.796,3	282.024,1	1.294.192,2



1.12 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN (Continuação)

EM PERCENTAGEM

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL	(%)
2005	5,5	2,3	29,7	41,8	20,7	100,0	
Dados retrospectivos							
2004	4,6	2,5	27,5	42,9	22,5	100,0	
2003	5,7	2,4	27,7	40,0	24,2	100,0	
2002	4,6	2,4	27,3	41,9	23,8	100,0	
2001	4,2	3,0	28,6	40,6	23,6	100,0	
2000	4,8	2,9	26,7	43,5	22,1	100,0	
1999	4,5	2,7	27,0	44,0	21,8	100,0	



NOTA EXPLICATIVA

As Missões de Interesse Público inserem-se numa nova postura das Forças Armadas, pretendendo-se que estas alcancem uma maior visibilidade dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a protecção civil, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É neste contexto que as Forças Armadas colocam ao serviço do país e também da comunidade internacional os seus meios humanos e materiais e, ainda, o seu acumulado conhecimento, exercendo importantes missões nos espaços marítimo, terrestre e aéreo.

O resultado dessa actividade encontra-se resumido em quadros próprios, onde se assinalam as áreas de missão que competem a cada um dos Ramos das Forças Armadas e os elementos orgânicos que têm responsabilidade primária de as assegurar, bem como os meios utilizados e respectivos encargos financeiros.

MARINHA

A estratégia marítima do Estado, que visa no essencial a utilização do mar no interesse próprio, evitando também que outros o utilizem de forma prejudicial à economia e desenvolvimento do país, consubstancia-se, no plano operacional naval, através de uma tríade de missões: militares, diplomáticas e de interesse público. Por razões de recursos, e à semelhança de outras pequenas potências, a Marinha desenvolve a sua actividade operacional com base nesta tríade de missões, explorando a polivalência dos seus meios, na procura constante da máxima rendibilidade dos recursos.

A Marinha vem colocando ao serviço do país, e também da comunidade internacional, a sua vocação, os seus recursos e, ainda, o seu conhecimento acumulado dos assuntos do mar, para exercer, nos espaços marítimos, importantes tarefas no âmbito das Missões de Interesse Público.

O reconhecimento dessas capacidades tem conduzido a que, nos termos da lei, a Marinha colabore em tarefas relacionadas com a satisfação do interesse público e a melhoria da qualidade de vida das populações e exerça acções no âmbito das missões de interesse geral a cargo do Estado.

Para a garantia do exercício da Autoridade do Estado e o serviço de busca e salvamento marítimo, incluindo a colaboração com o serviço de busca e salvamento aéreo, foi mantido o Dispositivo Naval Padrão, tendo as unidades navais concorrido com 3.562 dias de missão, 23.255 horas de navegação, o que corresponde a 9.7 navios permanentemente com missão atribuída. Neste âmbito, o quadro 2.1 - Vigilância e Patrulha do Espaço Marítimo representa os valores correspondentes em horas de missão distribuídos pelas áreas do Continente, Açores e Madeira, notando-se valores próximos dos verificados em 2004, com um incremento no que diz respeito à Região Autónoma da Madeira. Todos estes meios assumem elevada prontidão para acções no âmbito da salvaguarda da vida humana.

Assim, no ano a que se reporta este anuário, como acções mais significativas realizadas pela Marinha no âmbito do interesse público, apontam-se as seguintes:

- Colaboração com a Polícia Judiciária no combate a actividades ilícitas, através da disponibilização de meios navais, de fuzileiros e de facilidades de monitorização proporcionados pelo Centro de Operações do Comando Naval;
- Colaboração com a Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana na detecção e seguimento de embarcações suspeitas, através dos meios navais que se encontram em permanência no mar;
- Contribuição para a segurança da navegação, assegurando a coordenação nacional e a divulgação de avisos aos navegantes, tendo sido ainda, no âmbito da sinalização marítima, executadas, pela Direcção de Faróis, 3.601 acções de manutenção de faróis, farolins, marcas e balizas;
- Ainda no âmbito da segurança da navegação, a rede de seis Estações Radionavais disseminadas pelo território nacional (Continente, Açores e Madeira), em escuta permanente de frequências de socorro, registou a seguinte actividade:
 - 58.076 mensagens NAVTEX emitidas (avisos aos navios em texto);
 - 4.461 intervenções inopinadas para avisos vitais/importantes;
 - 155 minutos de carga média diária em avisos à navegação e meteorológicos;
 - 30 intervenções em acções SAR (Serviço de Busca e Salvamento);
 - 18 pedidos de socorro escutados;
- Continuação das acções conducentes à actualização da rede maregráfica e publicação das Tabelas de Marés para os principais portos, quer nacionais quer dos países africanos de língua oficial portuguesa;
- Promoção da investigação científica no mar, contribuindo para o conhecimento oceanográfico do litoral e da zona económica exclusiva (ZEE), designadamente nas áreas da Física, da Geologia, da Química e da poluição, quer com meios próprios quer em colaboração com outras instituições nacionais e estrangeiras. A actividade dos navios do Agrupamento de Navios Hidrográficos encontra-se reflectida no quadro 2.1 - Investigação Científica no Mar, apresentando um acréscimo significativo relativamente a 2004, a que não é alheio o empenhamento no levantamento associado ao estudo sobre o eventual alargamento da plataforma continental, em articulação com o Instituto Hidrográfico e com o Grupo de Missão da Plataforma Continental, ao qual foi dada prioridade;
- Intervenção na preservação do meio marinho, através de acções de monitorização dos níveis de poluição e registo de ocorrências de poluição, algumas das quais exigindo intervenção;
- Exercício da Autoridade Marítima, através de acções de vistoria, desembarço e fiscalização de embarcações (81.345 unidades), de policiamento da actividade marítima nas zonas ribeirinhas (15.621 processos por ilícitos penais e contra-ordenacionais) e de fiscalização do cumprimento das regras de navegação. Esta última actividade foi efectuada por meios do Comando Naval em apoio ao Sistema de Autoridade Marítima;
- No âmbito da salvaguarda da vida humana no mar, foram efectuadas 152 saídas de salva-vidas, tendo-se salvo 550 vidas no mar em acidentes ocorridos na orla marítima e prestado ainda assistência a 555 embarcações, ao longo de 1.133 horas de missão. Pela intervenção de nadadores-salvadores, foram salvas 1.830 vidas durante a época balnear;

- Cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Português nas áreas de responsabilidade nacional de Busca e Salvamento Marítimo;
- Mantiveram-se activados em permanência, durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, os 2 Centros de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (Lisboa e Ponta Delgada), o Sub-Centro do Funchal e um dispositivo naval composto por, no mínimo, 2 corvetas, 2 patrulhas e 3 lanchas de fiscalização;
- Estes meios, com a colaboração das Estações Radionavais e de outros organismos da Marinha e da Força Aérea, foram responsáveis pelo salvamento ou evacuação médica, em consequência da solicitação de 145 pedidos de assistência ou da recepção de sinais de emergência;
- Vigilância e controlo do tráfego marítimo ao longo das costas de Portugal e dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, em verificação da soberania do Estado nas águas territoriais, da segurança da navegação em geral e do cumprimento dos Esquemas de Separação de Tráfego em particular;
- Realização das missões de fiscalização da pesca e da exploração dos recursos da ZEE nacional e águas territoriais, tendo sido vistoriadas no mar 8.579 embarcações, apurando-se 2.331 infracções;
- Algumas destas missões foram efectuadas em colaboração com a Inspeção-Geral das Pescas, na realização de operações conjuntas e combinadas de controlo e prevenção de ilícitos de pesca, através da utilização dos meios navais em permanência no mar;
- Colaboração nas medidas de segurança, implementadas por ocasião de visitas de navios estrangeiros, quer isoladamente quer em Força, através do acompanhamento com unidades navais durante as entradas e saídas de barras, e vistorias e controlo de acesso a áreas molhadas, por unidades de fuzileiros e de mergulhadores;
- Divulgação da missão da Marinha e das Forças Armadas, quer através de acções de presença naval em várias localidades ribeirinhas, principalmente por ocasião de festividades locais, quer através da concessão de facilidades a escolas e agremiações culturais a inúmeras visitas a navios, a organismos sediados na Base Naval de Lisboa e à Base e Escola de Fuzileiros;
- Apoio a várias entidades policiais, militarizadas e civis, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, quer na concessão de facilidades de transporte de pessoas e bens entre ilhas quer no apoio a actividades de carácter cultural e científico;
- Colaboração da Banda da Armada com diversas entidades civis, nomeadamente autarquias locais, em várias zonas do país, em acções de carácter cultural e recreativo, através da realização de concertos e actuações que contribuíram para reforçar a boa imagem da Marinha entre as populações;
- Colaboração com o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, tendo as unidades de Fuzileiros efectuado vigilância e patrulhamento da Área Protegida da Serra da Arrábida, no período de 7 de Junho a 15 de Outubro (de 20 a 22 Julho foram activados os efectivos adicionais em prevenção por incêndio na zona), e apoiado as autoridades civis na remoção de peixe morto na barragem de Odiáxere (10 a 13 Julho). Manteve-se durante o Inverno a prontidão dos meios atribuídos ao Plano Tejo (plano de prevenção de cheias).

No que respeita aos órgãos regionais e locais do Sistema de Autoridade Marítima, foi seguido o critério de se considerar em serviço permanente de 24 sobre 24 horas, durante 365 dias do ano, os 28 módulos de piquete da Polícia Marítima existentes nas Capitánias dos Portos, e 7 horas por dia, durante 251 dias no ano, as 44 Repartições Marítimas (28 Capitánias e 16 Delegações Marítimas).

No âmbito da Segurança Marítima, adoptou-se o critério de se considerar em serviço permanente de 24 sobre 24 horas, durante 365 dias do ano, as 30 Estações Salva-Vidas e os 55 Faróis.

No âmbito do Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos, tomou-se como critério a laboração de 7 horas por dia, durante 251 dias no ano.

Por fim, e no que diz respeito aos restantes organismos, o número total de horas de missão foi calculado tomando-se como base o horário normal de funcionamento dos serviços (7 horas/dia) durante o número de dias úteis verificado durante o ano de 2005, o que significa que não foram levadas em linha de conta, quer as horas de missão imputáveis às embarcações atribuídas quer a disponibilidade para garantia de execução de acções não planeadas, a qual é permanentemente assegurada, não só naqueles órgãos como também no Comando Naval, pelo pessoal de serviço.

No apuramento das despesas efectuadas no âmbito do Comando Naval, foram imputados às diferentes actividades os custos com suplemento de embarque, alimentação, combustíveis e manutenção, sendo estes últimos calculados com base no custo médio de manutenção por dia de utilização operacional dos navios empenhados.

ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFECTOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

2.1 - MARINHA

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL		
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento			
Colaboração com Autoridades Cíveis	Comando Naval	37	AXS	1	2.420	84.020,00	366.069,00	-	450.089,00	
Autoridade Marítima	Direcção-Geral de Autoridade Marítima	DGAM a) 90	Viaturas Embarcações Tx/Rx	160 130 389	2.000	28.521.718,00	5.132.544,00	3.310.905,00	36.965.167,00	
		Departamentos Marítimos/ Capitanias 445			2.000					
		Polícia Marítima/ Comandos Regionais e Locais 482			8.760					
Segurança Marítima	Comando Naval	38	Navio Balizador	1	144	34.893,00	11.415,00	-	46.308,00	
	Instituto Hidrográfico	6	Computadores	4	3.146	5.080,00	23.617,50	-	28.697,50	
	Direcção-Geral de Autoridade Marítima	DF (Sede) 32	Faróis/Farolins 301	123 25	20 28	8.760	2.120.514,00	1.420.610,00	610.643,00	4.151.767,00
			Bóias luminosas							
		Bóias cegas								
		Balizas								
Faróis 103	Sinais sonoros 11	4	2	2.000	3.856.720,00	959.764,00	71.234,00	4.887.718,00		
Estações DGPS										
ISN (Sede) 58	Estações S/V 30	205	18	8.760						
Salva-Vidas 89	Embarcações S/V 9									
Preservação do Meio Marítimo	Instituto Hidrográfico	10	Garrafas colheita Salinómetro Autoanalizador Espectrómetro absorção atómica Cromatógrafo Cromatógrafo c/ detector de massa Computador Impressora Computador portátil	6 1 1 1 1 1 6 4 1	2.615	28.220,00	59.186,00	-	87.406,00	

2.1 - MARINHA (Continuação)

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL	
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento		
Preservação do Meio Marítimo	DGAM Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos	21	UAM	2	2.625	220.000,00	915.812,00	415.867,00	1.551.679,00
			Botes pneumáticos	1					
			Lancha semi-rígida	1					
			Pontões T40	2					
			Viaturas	5					
			Viaturas tipo TIR	1					
			Porta máquinas	1					
			Tractor	1					
			Retro-escavadora	1					
			Grua móvel	1					
			Auto-grua	1					
			Monta-cargas	3					
			Recuperadores	23					
			Barreiras 6.000m	17					
			Enroladores	17					
			Bombas	18					
			Compressores	6					
Máq. lavar alta pressão	6								
Tanques portáteis	27								
Sistema barr. V	200m								
Fiscalização e Controlo das Actividades de Pesca	Comando Naval	889	Fragatas	2	23.256	2.445.313,00	13.384.216,52	-	15.829.529,52
			Corvetas	6					
			Navio Balizador	1					
			PBO	4					
			Patrulhas	12					
Monitorização de Actividades Susceptíveis de Ilícitudes	Comando Naval	236	Fragata	1	672	75.336,00	354.981,00	-	430.317,00
			Corveta	2					
Vigilância e Patrulha do Espaço Marítimo	Comando Naval	889	Fragatas	2	22.787	2.495.529,00	13.659.101,00	-	16.154.630,00
			Corvetas	6					
			Navio Balizador	1					
			Patrulha Oceânico	4					
			Patrulhas	12					
Presença Naval	Comando Naval	609	Fragata Vasco da Gama	1	1.008	48.305,00	438.975,00	-	487.280,00
			Corvetas	2					
			Submarino	1					
			Navio Tanque	1					
			Reabastecedor	1					
			Patrulha	1					
Navio de Vela	2								

2.1 - MARINHA (Continuação)

(euros)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL	
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento		
Investigação Científica no Mar	Instituto Hidrográfico	81	Sondadores multi-feixe	4	53.277	795.549,00	690.803,00	331.282,00	1.817.634,00
			Sondadores feixe simples	14					
			Perfiladores SVP	5					
			Receptores GPS	12					
			Compensadores de movimentos	3					
			Embarcações	6					
			Plotters AO	1					
			Correntómetros Aanderaa	18					
			Est. Meteorológicas	5					
			Salinómetro	1					
			ADCP	6					
			CTD	3					
			Bóias Ondógrafo	5					
			Marégrafo	19					
			Estações Unix Workstation	3					
				1					
			Sist. Aquis. Processo Dados Geofísica	1					
			Sistema reflexão sísmica	2					
			Sistema sonar lateral	2					
			ROV	1					
			Magnetómetro	1					
			Vibrocorer	1					
			Corers	3					
Colhedores SMT	3								
Autoanalisador	1								
Servidores	3								
Computadores	69								
Impressoras	23								
Espectrómetro de absorção atómica	1								
Cromatógrafos	2								
Cromatógrafo com detector de massa	1								
Perfiladores Acústicos	3								
Cadeias de Termistores UN e UAM	2								
	Comando Naval	78	Navio Hidrográfico	1	8.040	195.068,00	747.637,00	-	942.705,00
			Navio Hidrográfico Costeiro	2					
Busca e Salvamento	Comando Naval	927	Fragatas	2	468	50.216,00	274.884,48	-	325.100,48
			Corvetas	6					
			Navio Balizador	1					
			Patrulha Oceânico	4					
			Patrulhas	12					
TOTAL	-	5.120	-	-	154.738	40.976.481,00	38.439.615,50	4.739.931,00	84.156.027,50

a) Inclui a Escola da Autoridade Marítima e a Repartição de Pessoal da Polícia Marítima; não inclui o ISN nem a Direcção.

EXÉRCITO

O Exército presta anualmente apoio a diversas entidades civis, tarefas às quais dedica especial empenho e que são objecto do reconhecimento público. Este Ramo tem procurado dar resposta a inúmeras solicitações que não se esgotam apenas no âmbito das chamadas Missões de Interesse Público. Dessa forma, e no intuito de estreitar o contacto com a população e sensibilizar a comunidade civil para a instituição militar, as unidades têm acolhido ao longo do ano visitas de várias escolas e outras entidades, tendo igualmente sido realizadas exposições e outros eventos de natureza cultural e desportiva.

A exemplo do sucedido em anos anteriores, a acção do Exército pode ser enquadrada em três áreas fundamentais, designadamente, *Colaboração com as Autoridades Civas*, *Apoio ao Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil* e *Acções de Defesa do Meio Ambiente*.

Colaboração com Autoridades Civas

Actividades da Engenharia Militar

No âmbito da colaboração com as autoridades civis, e de acordo com o *Plano de Actividade Operacional Civil (PAOC)*, a Engenharia Militar realizou trabalhos de abertura e manutenção de itinerários, em apoio à satisfação das necessidades básicas das populações, nos concelhos de Espinho, Anadia, Trofa, Fornos de Algodres, Mogadouro, Montemor-o-Velho, Covilhã, Vila Nova da Barquinha, Chamusca, Borba, Tomar, Proença-a-Nova, Torres Novas, Ferreira do Zêzere, Vila de Rei, Almodôvar e Arruda dos Vinhos.

Apoio Recreativo e Cultural

Para além das inúmeras visitas de escolas a unidades militares e de cedência de áreas para realização de acampamentos, o Exército proporcionou também o acesso ao património nacional à sua responsabilidade, com particular ênfase para a garantia de acessibilidade ao Castelo de Almourol, às instituições colectivas que assim o solicitaram.

As Bandas Militares e a Orquestra Ligeira do Exército realizaram concertos e actuações, em resposta a solicitações das autarquias locais e outros organismos, contribuindo deste modo para a acção cultural e recreativa das populações.

A equipa de queda-livre "Os Falcões Negros" efectuou sessões de saltos de demonstração de pára-quedaismo, no âmbito de eventos recreativos realizados por todo o país.

Realizaram-se exposições e foi igualmente prestada colaboração no domínio da Cartografia Militar a várias entidades.

Apoio Logístico

Com os seus meios humanos e materiais, o Exército prestou apoio logístico à realização de diversos eventos desportivos, recreativos e culturais realizados por todo o país.

As unidades participaram e prestaram apoio logístico a diversos eventos de carácter religioso, entre os quais se salienta o efectuado aos peregrinos a Fátima.

Foram ainda utilizadas as carreiras de tiro do Exército pela GNR, PSP, PJ, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviços Prisionais.

Colaboração com o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

Nos termos definidos na legislação em vigor, o Exército colabora e presta apoio ao Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC), a nível nacional e regional, nomeadamente em situações de cheias e calamidades provocadas pelas chuvas e no apoio ao combate aos incêndios florestais.

A acção nestas áreas obedece a um planeamento centralizado e a uma execução descentralizada. Desta forma, o apoio é normalmente executado através do accionamento de planos de operações previamente elaborados que permitem responder prontamente às solicitações do SNBPC em situações de calamidade.

No ano em curso, em consequência da vaga de incêndios que assolou o país, com o Plano LIRA a atingir a sua fase NEGRA, o envolvimento do Exército foi materializado na sua máxima expressão. Assim, foram empenhados militares do Exército em acções de combate directo a incêndios, em operações de rescaldo e na cedência de equipamentos para apoio logístico, de norte a sul do país.

Acções de Defesa do Meio Ambiente

Ao nível interno, foram desenvolvidas actividades de recuperação e conservação ambiental e de sensibilização e formação dos seus efectivos. É também de referir o esforço contínuo no domínio da sensibilização do contingente militar para os problemas ambientais, através da realização de acções de formação, palestras e outras actividades.

2.2 - EXÉRCITO

(euros)

Missão	Estrutura	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Distância Percorrida (Km)	Natureza das Despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais			Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
PAOC (CM Montemor-o-Velho)	RMN	RE3	7	13	1.488	12.650				(a)
PAOC (CM Figueira da Foz)	RMN	RE3	10	8	2.825	13.344				(a)
PAOC (CM Guarda)	RMN	RE3	4	8	850	9.213				(a)
PAOC (CM Oliveira de Azeméis)	RMN	RE3	12	12	1.741	3.534				(a)
PAOC (Pinhel)	RMN	RE3	4	6	204	3.511				(a)
INOP CIVIL (CM Chaves)	RMN	RE3	5	10	917	16.442				(a)
INOP CIVIL (CM Cantanhede)	RMN	RE3	6	8	1.011	6.608				(a)
INOP CIVIL (CM Sever do Vouga)	RMN	RE3	6	7	846	6.235				(a)
INOP CIVIL (Centro Hípico de Espinho)	RMN	RE3	2	3	17	10				(a)
INOP CIVIL (Santa Casa da Misericórdia de Espinho)	RMN	RE3	2	3	-	663				(a)

2.2 - EXÉRCITO (Continuação)

(euros)

Missão	Estrutura	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Missão	Distância Percorrida (Km)	Natureza das Despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais			Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
INOP CIVIL (CM Murça)	RMN	RE3	5	10	362	5.832				(a)
INOP CIVIL (CM Mangualde)	RMN	RE3	8	10	1.549	8.184				(a)
INOP CIVIL (B. V. Lourosa)	RMN	RE3	4	5	39	405				(a)
INOP CIVIL (CM Coimbra)	RMN	RE3	9	12	1.115	8.611				(a)
PAOC (CM Arruda dos Vinhos)	GML	RE1	7	12	4.136	12.744				(a)
PAOC (CM Mação)	RMS	EPE	8	8	6.929	6.595				(a)
PAOC (CM Vila Real)	RMS	EPE	7	9	3.967	12.457				(a)
INOP CIVIL (CM Proença-a-Nova)	RMS	EPE	7	7	2.622	5.402				(a)
INOP CIVIL (ACATIM Mouriscas)	RMS	EPE	5	10	383	3.582				(a)
INOP CIVIL (CM Portalegre)	RMS	EPE	8	9	1.368	13.353				(a)
INOP CIVIL (CM Idanha-a-Nova)	RMS	EPE	6	7	990	2.485				(a)
TOTAL	-	-	132	177	33.359	151.860				(a)

(a) Despesas afectas às entidades apoiadas.

FORÇA AÉREA

Continua a ser significativo o esforço da Força Aérea dedicado às acções desenvolvidas no âmbito das Missões de Interesse Público.

A diversidade de actividades desenvolvidas em colaboração com as autoridades e organismos civis, quer através do emprego de meios em missões de *Busca e Salvamento*, *Evacuação Sanitária*, *Transporte de Órgãos*, *Controlo de Poluição*, *Controlo Aduaneiro* e de *Fiscalização*, quer através do apoio a actividades de cariz logístico e cultural, reflectem a importância e o peso desta vertente na missão da Força Aérea e a aplicação das suas capacidades em benefício público. Do total de horas de voo realizadas em 2005, cerca de 8.091 H/V foram voadas em missões operacionais, das quais 40,4% foram em benefício de Missões de Interesse Público (2.863,5 H/V) repartidas por diversas áreas de actividade como a seguir se indica.

Em apoio de autoridades civis, foram apoiadas as seguintes entidades e organismos: Presidência da República (117 missões, 166:25H/V); Governo da República, incluindo a Presidência do Conselho de Ministros (82 missões, 132:00 H/V) e os vários Ministérios: Ministério dos Negócios Estrangeiros (11 missões, 28:10 H/V); Ministério da Defesa Nacional (69 missões, 146:50 H/V); Ministério da Justiça (4 missões, 02:25 H/V); Ministério das Finanças (2 missões 05:00 H/V); Ministério do Trabalho (2 missões, 02:20 H/V). Para apoio ao combate de incêndios foram efectuadas 107:50 H/V.

Em apoio de organismos civis: Banco de Portugal, no transporte de valores (28 missões, 62:05 H/V); CTT, no transporte de correio (2 missões, total de 02:35 H/V).

O Destacamento da Força Aérea na República de S. Tomé e Príncipe efectuou 204 missões, para transporte de pessoas e carga, sendo 24 dessas missões de evacuação sanitária, que totalizaram 240:30 H/V.

No âmbito das missões de Transporte e Evacuação Sanitária, foi elevado o número de acções realizadas, num total de 424 missões, que corresponderam ao transporte de 411 doentes, incluindo órgãos para transplante, com um dispêndio de 725:05 (H/V), das quais 69:35 H/V em prol do Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), com 50 missões.

Em apoio do Governo Regional dos Açores, foi efectuado o transporte de 121 doentes (135 missões, 309:40 H/V) e para o Governo Regional da Madeira, 165 doentes (138 missões, 123:20 H/V).

No que se refere às missões de *Controlo Aduaneiro* e de *Fiscalização no Âmbito das Pescas* (SIFICAP), em apoio directo à Brigada Fiscal da GNR, foram gastas, respectivamente, 23:00 H/V em 8 missões de controlo de actividades ilícitas, nomeadamente contrabando, e 531:05 H/V no âmbito do SIFICAP, num total de 156 missões distribuídas pelo Continente, Açores e Madeira (Continente: 125 missões, 396:10 H/V; Açores: 21 missões, 91:00 H/V; Madeira: 10 missões, 43:55 H/V). Refira-se ainda que a área coberta nestas acções de fiscalização totalizou cerca de 1.377.905 milhas náuticas, permitindo detectar 697 alvos, dos quais 582 identificados.

No cumprimento das responsabilidades nacionais de assegurar, permanentemente, o *Serviço de Busca e Salvamento*, nas vastas áreas da Região de Informação de Voo de Lisboa e da Região de Informação de Voo Oceânica de Santa Maria, foram mantidas, permanentemente, ao longo do ano de 2005, 8 tripulações em alerta e empenhadas as aeronaves C-130, P-3P, C-212, SA-330 e AL III, a partir de Bases no Continente, nos Açores (Lajes) e na Madeira (Porto Santo). Os alertas foram activados para 180 missões, 120 das quais pelos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento de Lisboa num total de 640:15 H/V, distribuídas da seguinte forma: 37 missões e 116:45 H/V activadas a pedido do Centro Coordenador de Busca e Salvamento Marítimo (MRCC); 7 missões e 17:55H/V activadas pelo RCC, para suporte de

aeronaves militares; 17 missões para suporte do exercício “Morsa” sendo as restantes para apoio a navios e entidades estrangeiras, nomeadamente a Força Aérea belga e MRCC Brest. Quanto aos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento da Região Oceânica de Santa Maria, do total de 60 missões foram gastas 281:10 H/V, assim distribuídas: 8 missões em resposta aos alertas do MRCC, com 39:55 H/V; 29 missões e 137:05 H/V voadas em apoio do RCC no suporte de aeronaves militares; as restantes missões em benefício de várias entidades, nomeadamente a favor dos Serviços Regionais de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores e a navios para evacuação de tripulantes ou passageiros. Neste âmbito, foram ainda realizadas duas missões de busca activada pelo sistema de emergência satélite COSPAS/SARSAT, num total de 05:30 H/V.

No que respeita às actividades culturais e divulgação do património histórico da Força Aérea junto da população, são de referir as diversas exposições temporárias e itinerantes, concertos realizados pela Banda de música, bem como exposições e actividades temáticas do Museu do Ar, tendo este órgão de natureza cultural recebido 16.245 visitantes. As exposições de maior relevo foram num total de 10, com a participação das Relações Públicas, destacando-se as exposições de Évora (*Portugal Air Show*), a exposição de Bragança, o Festival Aéreo em Coimbra (organização de âmbito civil) e o dia das Forças Armadas, em Guimarães.

Para além da intensa divulgação relacionada com a sua actividade cultural e património histórico, importa ainda referir outras actividades efectuadas pela Força Aérea, tais como a realização de 315 visitas a várias unidades e a organização e apoio a acampamentos no Campo de Tiro de Alcochete com diversas escolas, agrupamentos e instituições, bem como a realização de Baptismos de Voo em C-130, C-212 e SA-330 para 686 pessoas. A reconstituição e preservação do passado histórico, a divulgação do presente e a prospecção do futuro continuam a ser divulgados no seio da sociedade civil e na instituição militar através da revista “Mais Alto” e da Internet.

Por último, releva-se a divulgação da Força Aérea em território nacional e internacional, com a participação em 4 festivais aéreos com várias aeronaves ostentando a Bandeira Nacional.

2.3 - FORÇA AÉREA

(euros)

Missão	Elementos Orgânicos Afectos	Meios Afectos		Horas de Voo	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Entidades Cívicas - Transportes Especiais	ESQ. 401	3	C-212	1:55	1.768,90	1.397,57	1.087,49	2.114.463,65
	ESQ. 501	20	C-130	15:10	18.586,28	27.900,66	21.432,18	
	ESQ. 502	57	C-212	23:25	21.576,85	17.047,42	13.265,09	
	ESQ. 504	1	FTB-337	1:50	1.047,13	609,57	287,49	
	ESQ. 505	408	F 50	561:25	542.331,70	679.318,20	428.981,00	
	ESQ. 711	150	SA-330 C-212	100:55	52.649,91 54.587,03	38.373,03 43.128,08	22.708,87 33.559,20	
	ESQ. 751	48	SA-330	34:00	42.969,20	31.317,40	18.533,40	
Busca e Salvamento	ESQ. 401	20	C-212	5:15	4.836,83	3.821,48	2.973,60	2.248.466,04
	ESQ. 501	30	C-130	11:55	14.604,38	21.923,26	16.840,58	
	ESQ. 502	60	C-212	56:55	52.440,40	41.432,07	32.239,49	
	ESQ. 552	12	AL III	4:20	2.590,98	1.790,25	531,22	
	ESQ. 601	546	P-3P	165:30	460.344,80	614.043,40	525.746,10	
	ESQ. 711	201	SA-330 C-212	55:30 60:30	70.140,90 55.738,65	51.121,05 44.037,95	30.253,05 34.267,20	
	ESQ. 751	280	SA-330	61:05	77.192,90	56.260,79	33.294,71	
Evacuação Sanitária	ESQ. 501	6	C-130	27:50	34.097,32	51.184,94	39.318,22	1.884.362,85
	ESQ. 502	435	C-212	141:15	130.133,60	102.815,90	80.004,00	
	ESQ. 504	27	F 50	28:00	27.048,00	33.880,00	21.394,80	
	ESQ. 711	631	SA-330 C-212	261:35 130:50	330.597,40 120.533,70	240.950,50 95.231,16	142.592,70 74.102,11	
	ESQ. 751	270	SA-330	130:45	165.241,90	120.433,80	71.271,83	
	ESQ. 552	72	AL III	5:50	412,50	2.404,88	713,59	
Apoio ao SNBPC no Combate a Incêndios Controlo Aduaneiro	ESQ. 552	87	AL III	207:50	124.074,50	85.729,88	25.438,39	235.242,77
	ESQ. 401	40	C-212	23:00	21.189,90	16.741,70	13.027,20	50.958,80
Fiscalização SIFICAP	ESQ. 401	780	C-212	531:05	489.284,00	386.573,10	300.803,70	1.176.660,80
Deteccção e Controlo de Poluição	ESQ. 401	5	C-212	01:00	921,30	727,90	566,40	2.215,60
TOTAL	-	4.189	-	2.678:40	2.916.940,96	2.810.195,94	1.985.233,61	7.712.370,51

RELAÇÕES BILATERAIS DE DEFESA

NOTA EXPLICATIVA

O ano de 2005 assistiu a algumas alterações de fundo na política de cooperação bilateral (não se refere aqui a cooperação com os PALOP que pela sua especificidade é tratada em capítulo próprio), nomeadamente ao nível da redefinição de prioridades e no que diz respeito ao alargamento das relações bilaterais no domínio da Defesa a outros países.

Assim, durante este ano começou a ser feito um certo “desinvestimento” na área da cooperação bilateral com os Países da Europa Central e Oriental (PECO), por forma a gerar recursos, financeiros e humanos, para uma maior aposta na área do Magrebe, que vê agora a cooperação ser alargada à Argélia.

Fruto desta orientação, foi decidido concentrar as actividades de cooperação com os PECO nas áreas da formação e treino militares, dando dessa maneira a possibilidade de poupar recursos com algum tipo de actividades que se considerou estarem já “esgotadas”. Ao mesmo tempo, procurou alargar-se a cooperação com os países do Magrebe a algumas novas áreas de interesse para ambas as partes.

De referir ainda, pela sua importância, a assinatura de alguns novos acordos, de que se destacam os celebrados com o Brasil e com a Argélia, abrindo dessa forma a possibilidade de um aprofundamento das relações bilaterais com dois países da maior importância em termos da nossa política externa.

Passam-se, assim, a referir as principais actividades desenvolvidas ao longo do ano em termos bilaterais de Defesa.

3.1 – ACTIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEPÇÃO DA ÁFRICA SUBSARIANA)

3.1.1 - Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento

Como foi já referido, durante este ano foram concluídos diversos acordos de cooperação bilateral e outros que, embora passíveis de classificação na mesma categoria, são sobretudo de natureza técnica mas que, ainda assim, constituem um instrumento da maior importância para o aprofundamento deste tipo de relações.

Faz-se, seguidamente, um ponto de situação desta realidade, onde se poderá verificar, por comparação com a lista homóloga do ano passado, que diversos acordos foram celebrados, havendo contudo outros que se encontram ainda em fase de negociação.

Refira-se, contudo, que a lista dos países com quem Portugal tem presentemente acordos bilaterais, com informação relativa à data da sua assinatura, se encontra disponível para consulta no *site* do MDN.

PAÍS	EM VIGOR	EM PROJECTO	EM RENEGOCIAÇÃO
Alemanha	4	1	-
Argélia	1	-	-
Argentina	1	-	-
Bélgica	2	-	-
Brasil	5	-	-
Bulgária	2	-	-
Canadá	1	-	-
Chile	1	-	-
China	-	1	-
Eslováquia	1	-	-
Eslovénia	1	-	-
Espanha	12	-	-
Estónia	1	-	-
EUA	13	-	-
França	7	-	-
Grécia	2	-	-
Hungria	1	1	-
Letónia	1	-	-
Lituânia	1	-	-
Marrocos	7	-	-
Polónia	2	-	-
Reino Unido	2	-	-
República Checa	2	-	-
Roménia	2	1	-
Rússia	4	-	-
Sérvia e Montenegro	-	1	-
Suécia	1	-	-
Tunísia	3	-	-
Ucrânia	-	1	-
TOTAL	80	6	0

3.1.2 - Programas de cooperação/Actividades

A maior parte dos acordos anteriormente designados, nomeadamente os celebrados com os PECO e com os países do Magrebe, são acordos que prevêem a negociação anual de Programas de Cooperação, que se materializam em Planos de Actividades envolvendo o EMGFA, os três Ramos das Forças Armadas e ainda os Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional.

Passam-se, assim, a referir as diversas actividades e contactos estabelecidos com estes países ao longo do ano de 2005. Esta apresentação das actividades por país não deve, contudo, ser considerada exaustiva, na medida em que os Ramos das Forças Armadas desenvolvem também uma cooperação bilateral com as instituições congéneres de outros países e que não é incluída nestes Planos de Actividades negociados pelo MDN em sede de Comissões Mistas.

PAÍS	ACTIVIDADES
ARÁBIA SAUDITA	- Visita oficial de S. Ex ^a . o Ministro da Defesa Nacional à Arábia Saudita.
ARGÉLIA	- Reuniões sobre o texto final do Acordo de Cooperação Bilateral em matéria de Defesa, a ser celebrado entre os dois países, em Argel. - Visita oficial do Presidente da Argélia (que também detém a pasta da Defesa) a Portugal.
BRASIL	- Cimeira Luso-Brasileira, no Porto.
BULGÁRIA	- Participação de 1 oficial búlgaro no Curso de Operações Especiais, no CIOE, em Lamego. - Troca de experiências sobre Medicina Militar, em Sófia. - Participação de 2 oficiais búlgaros no Curso de Sobrevivência para tripulações aéreas, em Lisboa. - Troca de experiência sobre a formação e treino de sargentos, em Portugal. - X Reunião da Comissão Mista, em Sófia. - Participação em exercício de Operações Especiais.
CHILE	- Visita oficial do Subsecretário de Aviação do Chile a Portugal.
CHINA	- Conversações sobre cooperação bilateral futura, em Lisboa. - Visita oficial do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea à China.
ESLOVÁQUIA	- VII Reunião da Comissão Mista, em Bratislava. - Visita oficial do Secretário de Estado da Defesa da Eslováquia a Portugal.
ESPAÑHA	- Negociação do Estatuto da Comissão Mista entre os dois países, em Madrid. - Visita oficial de S. Ex ^a . o Ministro da Defesa Nacional a Espanha. - Visita de trabalho de S. Ex ^a . o Ministro da Defesa de Espanha.
ESTÓNIA	- II Reunião da Comissão Mista, em Lisboa. - Participação como observador no exercício ERNA RAID 2005, em Tallinn. - Visita de uma delegação da Comissão Parlamentar de Defesa da Estónia ao Ministério da Defesa Nacional.
EUA	- XIX Reunião da Comissão Laboral, em Lisboa. - XXVIII Reunião da Comissão Técnica, em Lisboa. - XVIII Reunião da Comissão Bilateral Permanente, em Washington. - XXIX Reunião da Comissão Técnica, em Lisboa. - XIX Reunião da Comissão Bilateral Permanente, em Lisboa. - Visita de S. Ex ^a . o Ministro da Defesa Nacional aos Estados Unidos da América. - XXX Reunião da Comissão Técnica, em Lisboa.
HOLANDA	- Visita oficial do Ministro da Defesa da Holanda a Portugal. - Reunião entre os Directores-Gerais de Política de Defesa dos dois países, em Haia.
HUNGRIA	- Participação de um oficial português no Curso Internacional de Observadores Militares, em Szolnock. - Participação de um sargento húngaro no Curso de Operações Especiais, no CIOE, em Lamego. - Negociação do Acordo de Cooperação Técnica sobre Geografia Militar, em Budapeste. - Visita oficial do Secretário de Estado da Defesa da Hungria a Portugal.
LÍBIA	- Visita oficial de S. Ex ^a . o Ministro da Defesa Nacional à Líbia.
LITUÂNIA	- I Reunião da Comissão Mista, em Vilnius.
MARROCOS	- Participação de dois arquivistas marroquinos no estágio para arquivistas do Reino de Marrocos, em Lisboa. - Participação de uma delegação da FAP num estágio no simulador da aeronave C-130, em Kenitra. - Reunião de peritos em matéria de segurança marítima e estabelecimento de sistema de alerta rápido, em Marrocos. - Visita oficial de S. Ex ^a . o Ministro da Defesa Nacional a Marrocos. - Exercício naval combinado, em Marrocos. - Embarque de dois cadetes marroquinos no Navio-Escola "Sagres". - XI Reunião da Comissão Mista, em Rabat. - Participação de três oficiais marroquinos no estágio de fisiologia de voo, em Portugal. - Participação de uma delegação da FAP num estágio no simulador da aeronave C-130, em Kenitra. - Visita à <i>École Royal de L'Air</i> , em Marrocos. - Visita à Academia da Força Aérea, em Sintra. - Participação, como observadores, no exercício Apolo 051, em Portugal. - Visita oficial de S. Ex ^a . o Ministro da Defesa Nacional a Marrocos. - Visita ao Centro de Instrução de Operações Especiais, em Lamego.

POLÓNIA	<ul style="list-style-type: none"> - Participação de fuzileiros navais polacos num exercício efectuado por fuzileiros portugueses, em Portugal. - Participação de um oficial polaco no Curso de Sobrevivência em Terra e no Mar, no Montijo. - Conversações em matéria de NBO, em Varsóvia. - Visita oficial de S. Ex^a. o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas à Polónia. - Treino de Fisiologia de Voo, em Lisboa. - Visita à Academia da Força Aérea, em Sintra. - Participação de dois elementos polacos no estágio de fisiologia de voo, em Portugal. - XI Reunião da Comissão Mista, em Lisboa. - Conversações e troca de experiência no domínio das relações públicas e protocolo na área da defesa, em Varsóvia. - Visita ao Museu do Ar da Força Aérea Portuguesa de uma delegação do museu congénere polaco, em Alverca. - Conversações no âmbito da medicina aeronáutica, em Lisboa. - Participação, como observadores, no exercício Apolo 051, em Portugal. - Reunião formal entre os Estados-Maiores das Marinhas de Guerra, em Gdynia.
REINO UNIDO	<ul style="list-style-type: none"> - Visita de trabalho de S. Ex^a. o Ministro da Defesa Nacional ao Reino Unido.
REP. CHECA	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião da Comissão Mista, em Praga. - Visita oficial do Chefe do Estado-Maior de Defesa da República Checa a Portugal. - Visita ao Instituto Geográfico do Exército. - Conversações em matéria de NBO, em Praga. - Troca de experiência em matéria de Operações Especiais no CIOE, em Lamego.
ROMÉNIA	<ul style="list-style-type: none"> - Participação de um oficial romeno no Curso de Operações Especiais no CIOE, em Lamego. - Participação de dois oficiais romenos no Curso de Sobrevivência para tripulações aéreas, em Lisboa. - XII Reunião da Comissão Mista, em Lisboa. - Visita oficial do Secretário de Estado da Defesa da Roménia a Portugal.
RÚSSIA	<ul style="list-style-type: none"> - Conversações sobre prevenção de incidentes no mar fora de águas territoriais. - Troca de experiência em matérias relacionadas com a defesa ambiental em áreas militares. - Visita oficial do Ministro da Defesa da Federação da Rússia a Portugal. - Troca de informação sobre treino de especialistas em Escolas Militares e Centros de Treino. - Observação de exercício e visita ao Campo Militar de Santa Margarida de uma delegação russa chefiada por um dos Vice-Chefes do Exército Russo.
TUNÍSIA	<ul style="list-style-type: none"> - X Reunião da Comissão Mista, em Tunis. - Visita oficial à Tunísia do Director do Instituto de Defesa Nacional. - Participação de dois oficiais tunisinos no estágio de fisiologia de voo, em Portugal. - Visita ao Batalhão de Para-Comandos do Agrupamento de Forças-Especiais da Tunísia. - Participação, como observadores, no exercício Apolo 051, em Portugal. - Participação de um oficial tunisino no Curso de Especialização de Fuzileiro Naval.

3.1.3 - Cruzeiros de investigação científica

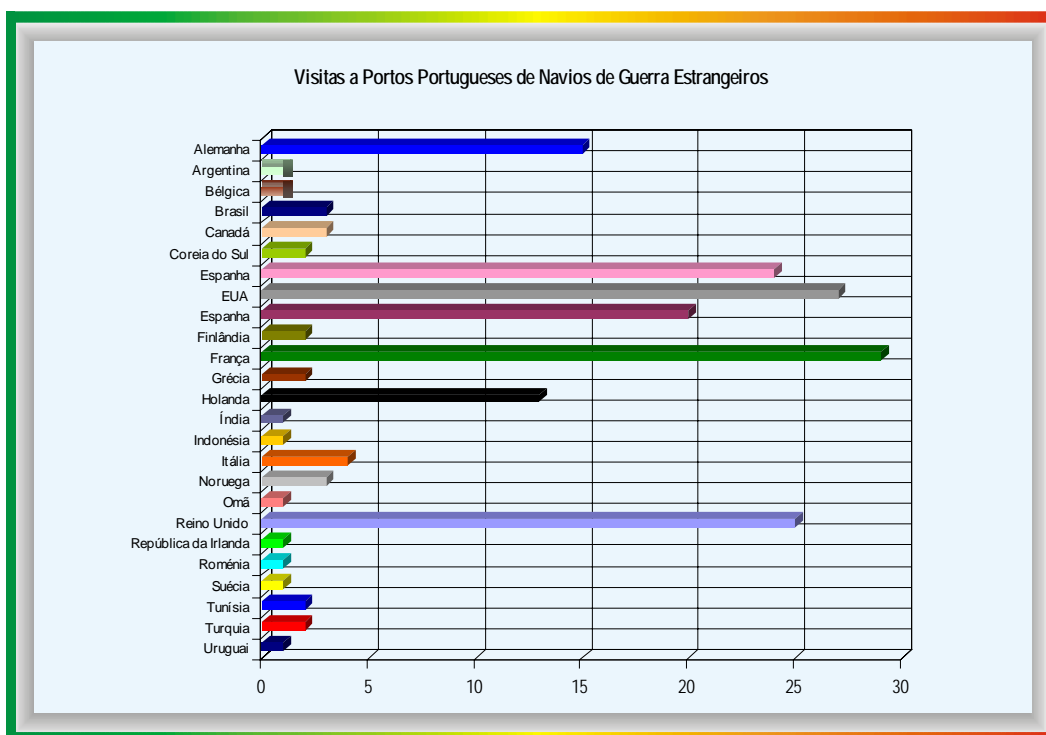
No âmbito das relações bilaterais, foram processados os pedidos de autorização diplomática para operação de navios científicos nas áreas de jurisdição nacional. As principais áreas de investigação destes cruzeiros incluíram trabalhos de oceanografia, hidrografia, biologia marítima, investigação de recursos pesqueiros, lançamento de cabos submarinos e prospecção mineira.

PAÍS	CRUZEIROS
Alemanha	2
Espanha	1
EUA	1
França	2
Reino Unido	2
TOTAL	8

3.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros

Relação dos pedidos de autorização diplomática para visita de navios de guerra estrangeiros:

PAÍS	VISITAS
Alemanha	15
Argentina	1
Bélgica	1
Brasil	3
Canadá	3
Coreia do Sul	2
EUA	27
Espanha	20
Finlândia	2
França	29
Grécia	2
Holanda	13
Índia	1
Indonésia	1
Itália	4
Noruega	3
Omã	1
Reino Unido	25
República da Irlanda	1
Roménia	1
Suécia	1
Tunísia	2
Turquia	2
Uruguai	1
TOTAL	161



3.1.5 - Sobrevo e aterragem - Pedidos de autorização

PAÍS	PERMANENTES	NÃO PERMANENTES
África do Sul	NA	5
Alemanha	246	27
Angola	7	-
Árabia Saudita	2	6
Argélia	16	-
Argentina	4	-
Áustria	NA	1
Bélgica	62	27
Botswana	NA	1
Brasil	142	-
Bulgária	1	-
Canadá	46	8
China	NA	4
Chile	1	-
Colômbia	NA	3
Costa do Marfim	1	-
Cuba	NA	41
Dinamarca	-	2
Egipto	23	61
Emirados Árabes Unidos	-	6
Eslováquia	3	-
Espanha	153	49
EUA	2.695	510
França	184	3
Federação Russa	NA	6
Grécia	1	5

PAÍS	PERMANENTES	NÃO PERMANENTES
Holanda	19	6
Hungria	1	-
Índia	NA	19
Irão	NA	2
Israel	NA	54
Itália	58	11
Japão	NA	2
Koweit	6	-
Luxemburgo	NA	1
Malásia	NA	1
Marrocos	14	5
México	4	-
Moçambique	NA	1
Nigéria	3	1
Noruega	6	13
Paquistão	8	1
Peru	NA	4
Polónia	NA	3
Qatar	NA	1
Reino Unido	293	114
República Checa	10	-
República Democrática do Congo	NA	1
Senegal	1	-
Suécia	-	1
Suíça	1	-
Tailândia	NA	1
Tunísia	6	4
Turquia	2	1
Venezuela	8	-
TOTAL	4.027	1.012

OBS.: Os valores apresentados referem-se a movimentos e não a número de aeronaves.
Autorizações Permanentes são concedidas a pedido e com base na reciprocidade.

NA – Não solicitadas ou não atribuídas por não haver reciprocidade.

COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

NOTA EXPLICATIVA

Os quadros relativos à Cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste procuram identificar e quantificar as acções realizadas, as áreas de intervenção e os co-relativos investimentos.

A Cooperação Técnico-Militar com os PALOP executa-se através de programas-quadro (planos directores) bilaterais, de carácter indicativo, constituídos por projectos, bem como através de acções de natureza complementar, decorrentes de novos conceitos aplicados à execução da política de CTM, essencialmente dirigidas à capacitação dos órgãos de concepção, coordenação e direcção das políticas de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

A execução dos projectos contempla quatro componentes: assessorias técnicas e/ou unidades móveis de instrução, recuperação de infra-estruturas locais, fornecimento de equipamento e formação de pessoal em Portugal e/ou nos PALOP e Timor-Leste.

A componente formação de pessoal constitui-se como nuclear. Para além do estabelecimento anual de um programa de formação de pessoal dos PALOP em Portugal, os projectos que se executam, no terreno, são na sua maioria direccionados para a criação e/ou reorganização de estabelecimentos de ensino e centros de instrução/formação militar nos PALOP, com o objectivo de, progressivamente, se irem criando capacidades que permitam a estes países ficarem auto-suficientes no domínio da formação e instrução das respectivas Forças Armadas.

Decorrente da inclusão da cooperação no domínio da Defesa, na recente emenda à Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/CPLP, a CTM alargou a sua actividade ao nível multilateral.

As acções de CTM executadas multilateralmente são definidas e avaliadas pelos ministros da Defesa da CPLP em sede das respectivas reuniões anuais.

Os encargos relativos ao suporte financeiro dos programas-quadro da cooperação técnico-militar bilateral e no formato CPLP inscrevem-se na contribuição portuguesa para a ajuda pública ao desenvolvimento (APD portuguesa).

CONCEITOS

Cooperação Técnico-Militar com os PALOP e Timor-Leste

Conjunto de acções que constituem simultaneamente um vector para a consolidação do sistema democrático dos países beneficiários, através da organização/formação de Forças Armadas apartidárias, garante do regular funcionamento das instituições e vector do desenvolvimento económico e social, através da formação de quadros e organização de estruturas funcionais.

Multilaterização da Cooperação Técnico-Militar no Formato Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Desenvolvimento de acções de CTM conjuntas, ao nível dos países que constituem a CPLP, com o objectivo de, por um lado, colocar ao dispor de todos os países lusófonos as capacidades de cada um e, por outro lado, fomentar a preparação e treino de forças conjuntas vocacionadas para o desempenho de missões de manutenção de paz, de ajuda humanitária e de gestão de crises.

Projecto de Cooperação Técnico-Militar

Mecanismo de duração trienal, destinado à prossecução de um objectivo previamente definido e executado através de várias componentes (formação de pessoal, assessorias, reabilitação de infra-estruturas, fornecimento de material). O conjunto dos projectos aprovados bilateralmente designa-se por programa-quadro de duração trienal.

Outras Acções

Acções que não se integram em nenhum projecto específico, mas que se revelam complementares e/ou indispensáveis.

Acções de Formação, Promoção e Especialização e Qualificação

Cursos de duração variável, ministrados sob a responsabilidade de um estabelecimento, unidade ou órgão militar ou civil sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional e que visam a formação, promoção, qualificação ou especialização e actualização do militar.

Assistência Hospitalar

Assistência médica em hospitais militares portugueses, de militares das Forças Armadas dos PALOP, evacuados dos respectivos países por reconhecida falta de capacidade nos países de origem. Esta assistência poderá ser extensiva a familiares (cônjuges e/ou filhos).

Despesas de Estrutura

Despesas relativas a encargos assumidos com a manutenção de residências destinadas ao alojamento de militares portugueses destacados nos PALOP no desempenho de missões de Cooperação Técnico-Militar, com o parque de viaturas e com o pessoal de apoio nacional e/ou recrutado localmente, comunicações, etc.

3.2 – COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

3.2.1 - Projectos de cooperação técnico-militar com os PALOP

República de Cabo Verde
Apoio Técnico à Estrutura Superior das Forças Armadas Apoio à Organização e Funcionamento do Instituto de Estudos Militares (IEM) Apoio à Componente da Guarda Costeira e Unidade de Fuzileiros Apoio ao Centro de Instrução Militar Conjunto do Morro Branco Apoio à Formação de Unidades de Forças Especiais
República da Guiné-Bissau
Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas Apoio à Organização da Marinha Nacional Apoio à Organização do Sistema de Formação e de Instrução Militar dos Três Ramos das Forças Armadas Apoio ao Desenvolvimento do Serviço de Transmissões Militares Apoio à Formação e Organização da Unidade de Engenharia Militar de Construções Apoio no Âmbito do Serviço de Material
República Democrática de S. Tomé e Príncipe
Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas Apoio à Formação e Treino de Unidades para Operações Conjuntas de Interesse Público, Ajuda Humanitária, Gestão de Crises e Apoio à Paz Apoio à Operacionalidade do Pelotão de Engenharia Militar de Construções Apoio à Formação da Guarda Costeira (com a Componente Desenvolvimento do Sistema de Comunicações Militares) Apoio à Manutenção do Sistema de Ajudas Visuais à Navegação Apoio Local ao Programa de Combate ao Paludismo e Assistência Hospitalar em Portugal
República de Angola
Apoio à Organização e Funcionamento dos Órgãos e Serviços do Ministério da Defesa e Estado-Maior General das Forças Armadas Apoio ao Funcionamento do Instituto Superior de Ensino Militar Apoio à Organização e Criação da Academia Militar Apoio à Formação da Brigada e Centro de Instrução de Comandos Apoio à Organização do Centro de Instrução de Operações de Apoio à Paz Apoio à Formação da Força e Organização da Escola de Fuzileiros Navais de Angola Apoio à Organização da Escola Prática de Administração Militar Apoio à Formação do Regimento de Polícia Militar Apoio à Organização da Engenharia do Exército Apoio à Organização da Escola de Sargentos do Exército Apoio à Organização da Escola de Oficiais do Exército Apoio à Organização da Escola de Aviação

República de Angola (Cont.)

Apoio Fisiátrico às Crianças Vítimas da Guerra
Apoio ao Funcionamento do Centro Psicotécnico da Força Aérea
Apoio Técnico à Implementação de um Programa Anti-Tuberculose
Apoio à Concepção e Levantamento do Controlo de Qualidade do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
Formação de Pessoal em Portugal

República de Moçambique

Apoio à Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique
Apoio à Organização do Sistema de Fiscalização das Águas Territoriais e da Marinha de Guerra de Moçambique
Apoio à Organização e Funcionamento da Academia Militar
Apoio Técnico à Polícia Militar
Apoio Técnico ao Centro de Instrução de Forças Especiais
Apoio à Força Aérea na Área da Formação Técnica
Apoio Técnico ao Sistema de Saúde Militar
Apoio à Formação Técnica da Marinha
Apoio Técnico à Formação e Organização de Fuzileiros Navais
Apoio à Formação de Sargentos das Forças Armadas

República Democrática de Timor-Leste

Organização Superior da Defesa
Apoio à Componente Naval
Apoio à Componente Terrestre
Apoio à Formação de Cursos de Oficiais e Sargentos das FDTL

3.2.2 - Despesas dos projectos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PALOP e Timor-Leste

(euros)

Tipo de Despesas com Projectos de Cooperação	PAÍSES												TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste			
	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor
Assessorias e/ou Unidades Móveis	16	137.753	10	240.206	19	155.868	83	1.162.037	37	411.648	20	348.934	185	2.456.446
Recuperação de infra-estruturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material	-	103.526	-	228.105	-	48.092	-	22.226	-	28.738	-	711.537	-	1.142.224
Transporte de material e pessoal	-	12.543	-	4.941	-	13.146	-	99.560	-	27.756	-	40.997	-	198.943
Formação de pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	16	253.822	10	473.252	19	217.106	83	1.283.823	37	468.142	20	1.101.468	185	3.797.613

3.2.3 - Formação de militares dos PALOP e Timor-Leste em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	13	3	10	11	17	-	54
	Exército	9	2	5	10	14	-	40
	Força Aérea	-	-	-	1	3	-	4
Promoção	Marinha	-	-	-	-	-	-	-
	Exército	6	2	4	6	3	-	21
	Força Aérea	-	-	-	1	2	-	3
Actualização	Marinha	-	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	1	-	-	-	1
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-	-
Qualificação	Marinha	-	-	-	-	-	-	-
	Exército	10	-	-	1	1	-	12
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	Marinha	13	3	10	11	17	-	54
	Exército	25	4	10	17	18	-	74
	Força Aérea	-	-	-	2	5	-	7

3.2.4 - Despesas suportadas pelos Ramos das FA

(euros)

Ramo das Forças Armadas		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação em Portugal	Marinha	20.288	4.982	13.538	23.468	26.712	-	88.988
	Exército	86.342	19.791	48.578	80.431	96.220	-	331.362
	Força Aérea	11.670	-	-	36.956	53.002	-	101.628
Vencimentos dos militares em missões nos PALOP	Marinha	79.060	7.907	44.722	170.412	156.566	129.911	588.578
	Exército	45.597	78.420	108.730	863.190	369.881	175.544	1.641.362
	Força Aérea	-	-	-	133.572	2.033	-	135.605
Material fornecido	Marinha	1.374	214	-	2.537	2.636	655	7.416
	Exército	-	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	-	6.900	-	-	6.900
Outros custos	Marinha	248	88	514	925	678	1.009	3.462
	Exército	9.244	9.277	18.356	78.556	30.051	16.707	162.191
	Força Aérea	-	-	-	1.304	-	-	1.304
TOTAL	Marinha	100.970	13.191	58.774	197.342	186.592	131.575	688.444
	Exército	141.183	107.488	175.664	1.022.177	496.152	192.251	2.134.915
	Força Aérea	11.670	-	-	178.732	55.035	-	245.437

3.2.5 - Formação de militares nos PALOP e Timor-Leste por tipo de curso e Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	146	-	20	220	161	-	547
	Exército	822	-	233	2.840	628	295	4.818
	Força Aérea	-	-	-	67	-	-	67
Promoção	Marinha	15	-	-	-	-	-	15
	Exército	41	-	61	48	-	23	173
	Força Aérea	-	-	-	15	-	-	15
Actualização	Marinha	-	-	-	12	-	-	12
	Exército	-	-	-	22	-	-	22
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-	-
Qualificação	Marinha	-	-	-	52	-	-	52
	Exército	10	-	20	1.019	82	78	1.209
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	Marinha	161	-	20	284	161	-	626
	Exército	873	-	314	3.929	710	396	6.222
	Força Aérea	-	-	-	82	-	-	82

3.2.6 – Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PALOP e Timor-Leste e seus familiares e respectivas despesas

(euros)

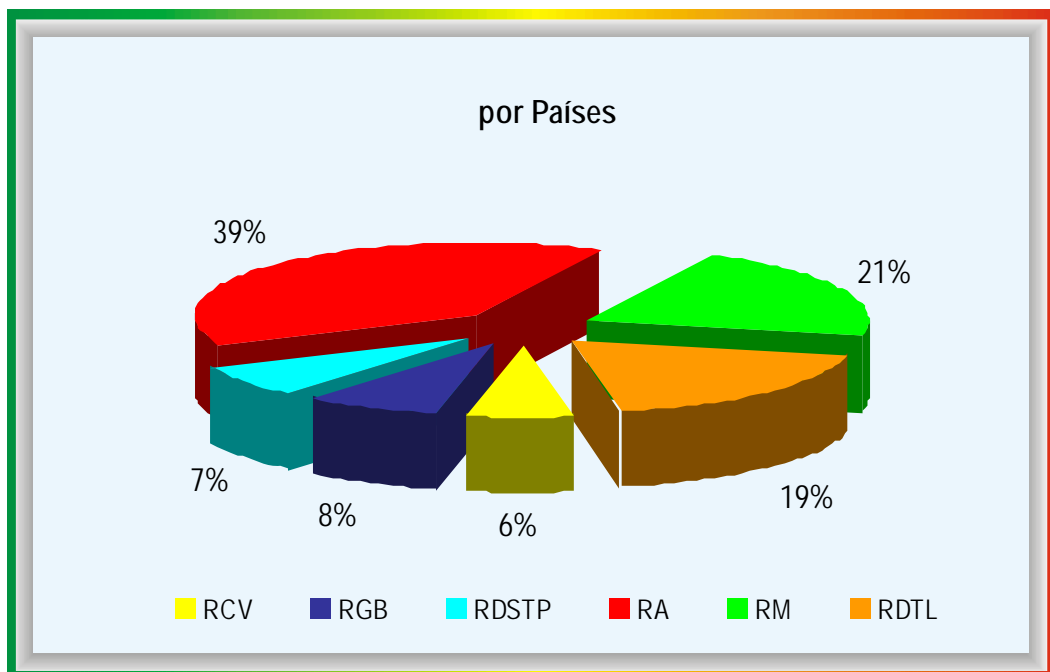
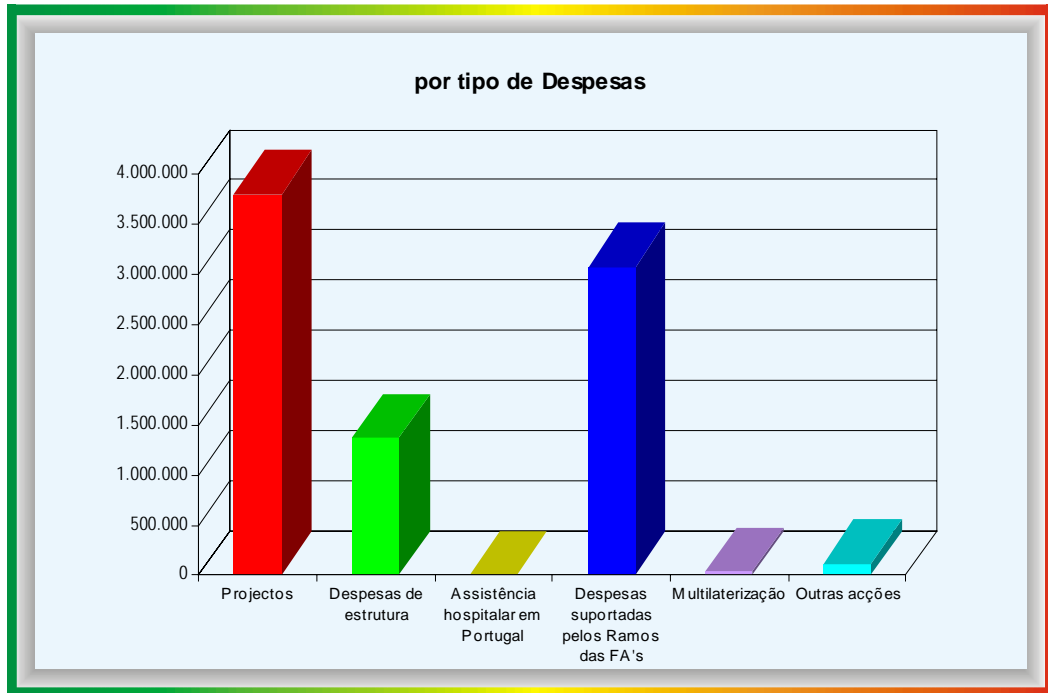
Pessoal Assistido	PAÍSES												TOTAL	
	República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste			
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Militares	2	250	5	2.721	5	703	5	789	-	-	-	-	17	4.463
Familiares	1	387	-	-	1	3.031	3	636	-	-	-	-	5	4.054
TOTAL	3	637	5	2.721	6	3.734	8	1.425	-	-	-	-	22	8.517

3.2.7 - Despesas globais da cooperação técnico-militar

(euros)

Tipo de Despesas	PAÍSES						TOTAL
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Projectos	253.822	473.252	217.106	1.283.823	468.142	1.101.468	3.797.613
Despesas de estrutura	1.580	88.362	70.861	547.660	513.093	148.089	1.369.645
Assistência hospitalar em Portugal	637	2.721	3.734	1.425	-	-	8.517
Despesas suportadas pelos Ramos das FA	253.823	120.679	234.438	1.398.251	737.779	323.826	3.068.796
Multilaterização	3.159	6.192	2.084	16.485	5.823	4.629	38.372
Outras acções	22.927	3.351	17.707	20.932	48.442	649	114.008
TOTAL	535.948	694.557	545.930	3.268.576	1.773.279	1.578.661	8.396.951

Distribuição



MISSÕES DE PAZ

CONCEITOS

Operações de Paz

Forma de resolução, prevenção e contenção de conflitos, através do uso do poder funcional, meios diplomáticos e militares dos Estados, a fim de prevenir o recurso à violência entre antagonistas infra e intra-estadual.

3.3 – MISSÕES DE APOIO À PAZ

3.3.1 - Envolvimento militar de Portugal em operações de apoio à paz

(euros)

Organização	País	Operação	Meios	Efectivos	Despesas
NATO	Kosovo	JOINT GUARDIAN	2º BI/BrigInt 3º BIPara/BrigRR	300 300	17.484.213
		KFOR	7 Voos de C-130 (a)	8	97.907
	Afeganistão	ISAF	2º CCmds/BrigRR Comando de Kaia 1 C-130 Controladores Aéreos TACP Destacamento C-130	157 33 8 3 7 18	11.274.212
			Bósnia	SFOR	66 Voos de C-130 (a)
UE	Bósnia	ALTHEA	2º BIPara/BrigRR 1º BI/BrigInt	185 217	16.783.240
TOTAL	-	-	-	1.244	46.412.608

(a) Voos de sustentação e rotação efectuados em benefício do Exército.

PESSOAL

Os dados apresentados no presente capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), visam analisar quantitativamente os recursos humanos (pessoal militar, militarizado e civil) que servem directamente no âmbito da Defesa Nacional. Tal como no ano transacto, fixa-se o dia 31 de Dezembro como data de referência para a contabilização de todos os efectivos.

Apresentam-se igualmente os conceitos considerados essenciais, não só para a interpretação da informação que é tratada sob forma de quadros e gráficos, mas também para a familiarização do público em geral com a realidade subjacente às Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e dos diversos diplomas que o corporizam, bem como com o ordenamento jurídico e de carreiras do pessoal civil.

CONCEITOS

Pessoal Militar

Enquadramento Legal

Na sequência da 4.^a Revisão Constitucional (Lei n.º 1/97, de 20 de Setembro), a actual Lei do Serviço Militar, aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro, criou um novo modelo de serviço militar que, em tempo de paz, assenta no voluntariado e cujo regime jurídico entrou em vigor com a publicação do Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro. Lembra-se que, com a publicação deste diploma iniciou-se um período transitório para se extinguir o Serviço Efectivo Normal (SEN), período cujo final não poderia exceder quatro anos. Assim, em Setembro de 2004, passaram à situação de reserva de disponibilidade os últimos militares que foram incorporados com destino ao SEN (*vide* quadro 4.1.1.2.2). Tendo em vista facilitar o recrutamento dos recursos humanos necessários, foi publicado o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de Dezembro, que aprova um conjunto de incentivos à prestação de serviço militar nos regimes de contrato (RC) e de voluntariado (RV). Este conjunto de incentivos foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de Maio.

Em complemento, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 12-A/2000, de 24 de Julho, e n.º 25/2000, de 23 de Agosto, Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto, e Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de Setembro, procurou adaptar-se ao novo modelo de serviço militar e tornar compatíveis alguns aspectos do Estatuto da Condição Militar com outras alterações, entretanto ocorridas, no âmbito da macroestrutura das Forças Armadas e da racionalização dos efectivos militares.

Formas de prestação de Serviço Militar

Assim, com a entrada em vigor do novo quadro legal, o militar pode encontrar-se numa das seguintes formas de prestação de serviço:

- Nos Quadros Permanentes (QP)

É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

O militar dos QP pode encontrar-se numa das seguintes situações:

. Activo

Considera-se no activo o militar dos QP que se encontre afecto a serviço efectivo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e que não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou de reforma.

. Reserva

É a situação para que transita o militar dos QP no activo, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR, mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço.

. Reforma

É a situação para que transita o militar dos QP no activo ou na reserva, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR.

- Em Regime de Contrato (RC)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de tempo limitado (duração mínima de 2 e máxima de 6 anos), com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual ingresso nos QP.

- Em Regime de Voluntariado (RV)

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, findo o qual pode ingressar no serviço efectivo em regime de contrato.

Pessoal Militarizado

Na Marinha e no Exército existem quadros de pessoal militarizado, os quais foram originados pela necessidade de satisfação de um conjunto de tarefas próprias desses Ramos num âmbito não especificamente militar. Decreto-Lei nº 282/76, de 20 de Abril (Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha), Decreto-Lei nº 550-R/76, de 12 de Julho (Quadro de Pessoal Militarizado do Exército) e Decreto-Lei nº 248/95, de 21 de Setembro (cria a Polícia Marítima, autonomizando os grupos 1 – Corpo de Polícia Marítima e 3 – Cabos de Mar, anteriormente integrados no QPMM).

Pessoal Civil

Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e Decreto Regulamentar nº 17/2000, de 22 de Novembro.

Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA)

Pessoal que integra os estabelecimentos fabris, na dependência directa dos Ramos das FA, que foram criados com vista ao desempenho da função "Arsenal", imprescindível na época para o adequado desempenho das missões atribuídas às Forças Armadas.

4.1 – PESSOAL

4.1.1 – Pessoal Militar

4.1.1.1 – Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31DEZ

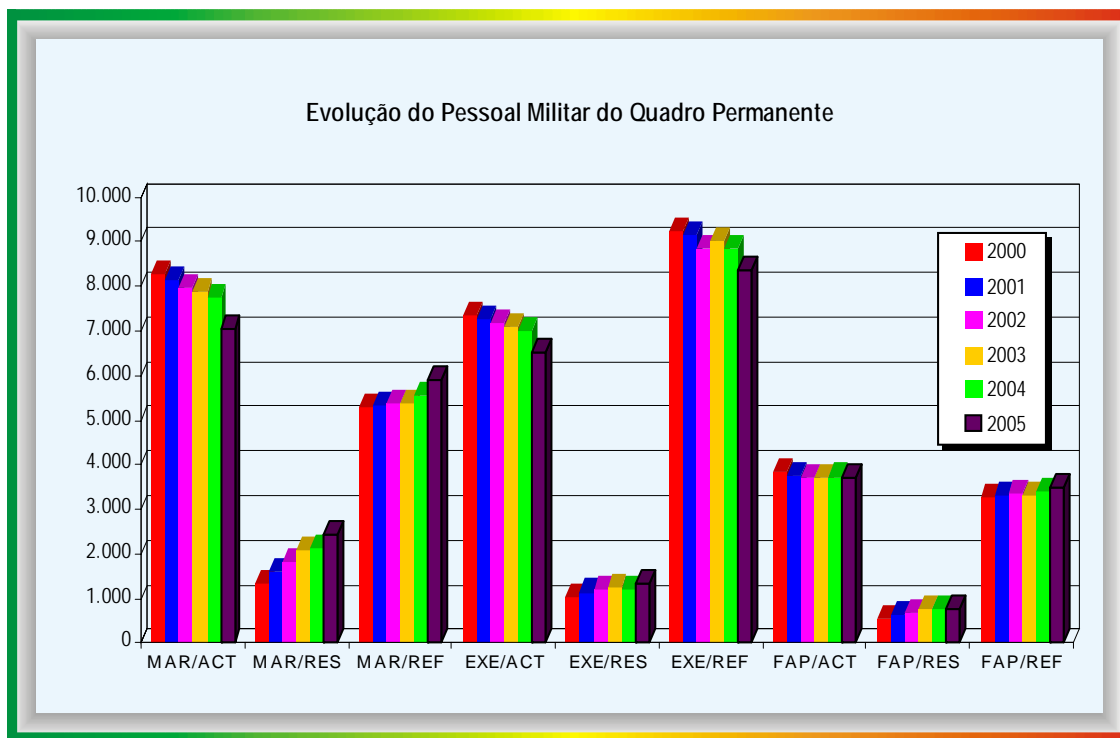
Ano: 2005

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa Quadro Permanente (Activo)		7.061	6.511	3.703	17.275
RC Regime de Contrato		2.958	12.924	3.486	19.368
RV Regime de Voluntariado		2	987	-	989
	SUBTOTAL	10.021	20.422	7.189	37.632
QPrs Quadro Permanente (Reserva)		2.440	1.339	766	4.545
QPrf Quadro Permanente (Reforma)		5.894	8.335	3.473	17.702
	SUBTOTAL	8.334	9.674	4.239	22.247
	TOTAL	18.355	30.096	11.428	59.879

4.1.1.2 – Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos

4.1.1.2.1 – Militares do Quadro Permanente

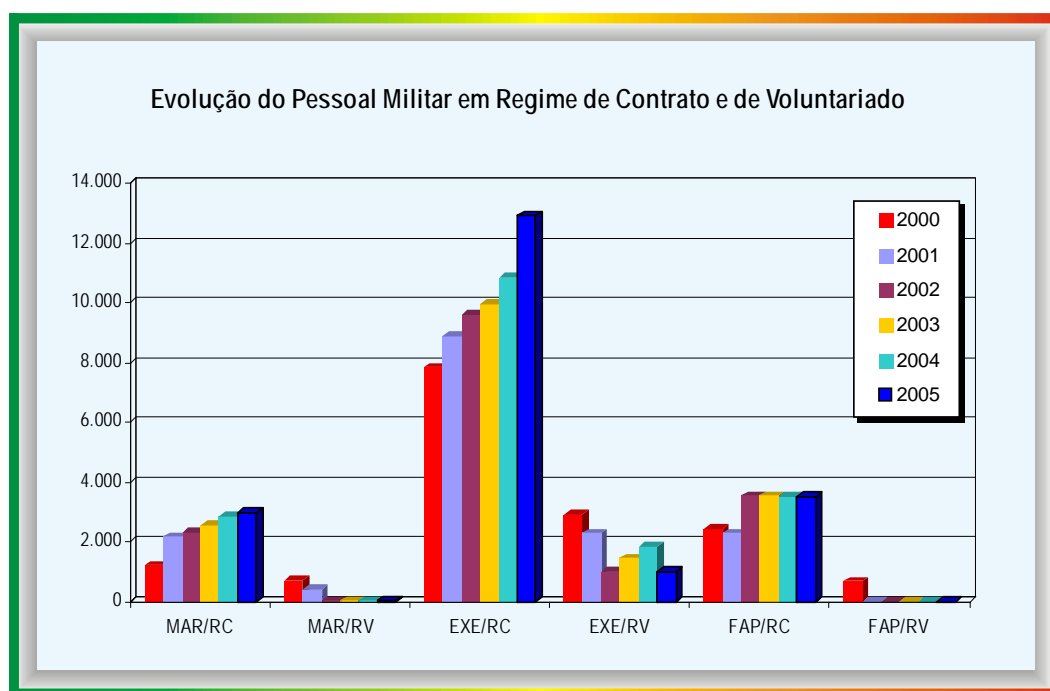
Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
QPa - Quadro Permanente (Activo)	2004	7.759	7.002	3.728	18.489
	2003	7.890	7.065	3.704	18.659
	2002	7.968	7.171	3.726	18.865
	2001	8.130	7.268	3.740	19.138
	2000	8.282	7.358	3.844	19.484
QPrs - Quadro Permanente (Reserva)	2004	2.108	1.222	760	4.090
	2003	2.068	1.253	769	4.090
	2002	1.825	1.189	691	3.705
	2001	1.606	1.140	636	3.382
	2000	1.339	1.045	555	2.939
QPrf - Quadro Permanente (Reforma)	2004	5.537	8.847	3.387	17.771
	2003	5.392	9.035	3.332	17.759
	2002	5.370	8.857	3.368	17.595
	2001	5.328	9.136	3.309	17.773
	2000	5.297	9.239	3.320	17.856



MAR – Marinha; EXE – Exército; FAP – Força Aérea Portuguesa
 ACT – Activo; RES – Reserva; REF - Reforma

4.1.1.2.2 – Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
RC - Regime de Contrato	2004	2.853	10.863	3.491	17.207
	2003	2.544	9.942	3.543	16.029
	2002	2.295	9.593	3.543	15.431
	2001	2.153	8.866	2.282	13.301
	2000	1.198	7.840	2.445	11.483
RV - Regime de Voluntariado	2004	2	1.851	-	1.853
	2003	3	1.444	-	1.447
	2002	4	976	-	980
	2001	381	2.277	-	2.658
	2000	699	2.890	662	4.251
SEN - Mancebos que nos anos considerados passaram pelas fileiras das FA em Serviço Efectivo Normal	2004	-	-	-	-
	2003	142	3.626	-	3.768
	2002	465	8.644	-	9.109
	2001	356	2.977	-	3.333
	2000	607	6.170	-	6.777



MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa

RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado

4.1.1.3 – Militares do QP, Activo, Quanto à Efectividade de Serviço (a)

Ano: 2005

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Comissão normal		6.977	6.477	3.679	17.133
Comissão especial		1	-	5	6
Inactividade temporária		54	1	-	55
Licença sem vencimento		29	33	19	81
TOTAL		7.061	6.511	3.703	17.275

(a) Artigo 145.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

4.1.1.4 – Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar (a)

Ano: 2005

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais Generais	Almirante da Armada; Marechal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Almirante; General	3	-	-	1	-	-	1	-	-	5	-	-
	Vice-Almirante; Tenente-General	9	-	-	17	-	-	9	-	-	35	-	-
	Contra-Almirante; Major-General	20	-	-	48	-	-	23	-	-	91	-	-
	Comodoro; Brigadeiro-General	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SUBTOTAL	32	-	-	66	-	-	33	-	-	131	-	-
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	117	-	-	209	-	-	105	-	-	431	-	-
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	223	-	-	524	-	-	236	-	-	983	-	-
	Capitão-Tenente; Major	285	-	-	617	-	-	301	-	-	1.203	-	-
	1º Tenente; Capitão	298	-	-	724	-	-	404	-	-	1.426	-	-
	2º Tenente; Tenente	261	91	-	306	394	-	191	282	-	758	767	-
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	54	81	-	75	171	14	7	238	-	136	490	14
	Aspirante a Oficial	-	45	-	-	47	16	-	129	-	-	221	16
SUBTOTAL	1.238	217	-	2.455	612	30	1.244	649	-	4.937	1.478	30	
Sargentos	Sargento-Mor	52	-	-	158	-	-	40	-	-	250	-	-
	Sargento-Chefe	152	-	-	364	-	-	141	-	-	657	-	-
	Sargento-Ajudante	538	-	-	1.303	-	-	759	-	-	2.600	-	-
	1º Sargento	1.283	-	-	1.938	268	-	1.159	15	-	4.380	283	-
	2º Sargento	401	18	-	227	339	-	327	4	-	955	361	-
	Subsargento; Furriel	-	11	-	-	330	-	-	-	-	-	341	-
	2º Subsargento; 2º Furriel	-	2	-	-	184	37	-	-	-	-	186	-
	SUBTOTAL	2.426	31	-	3.990	1.121	37	2.426	19	-	8.842	1.171	37
Praças	Cabo; Cabo de Secção	2.419	-	-	-	-	-	-	-	-	2.419	-	-
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	946	390	-	-	1.216	-	-	1.193	-	946	2.799	-
	2º Marinheiro; 1º Cabo	-	1.459	-	-	1.306	26	-	1.125	-	-	3.890	26
	1º Grumete; 2º Cabo	-	127	-	-	201	15	-	365	-	-	693	55
	2º Grumete; Soldado; Sold. Cadete	-	734	-	-	8.468	879	-	135	-	-	9.337	879
	SUBTOTAL	3.365	2.710	-	-	11.191	920	-	2.818	-	3.365	16.719	920
TOTAL	7.061	2.958	2	6.511	12.924	987	3.703	3.486	-	17.275	19.368	989	

(a) De acordo com o quadro Anexo I ao artigo 28º do EMFAR, aprovado pelo DL n.º 236/99, de 25 de Junho.

QPa - Quadro Permanente (Activo)

4.1.1.5 – Estrutura Etária do Pessoal Militar

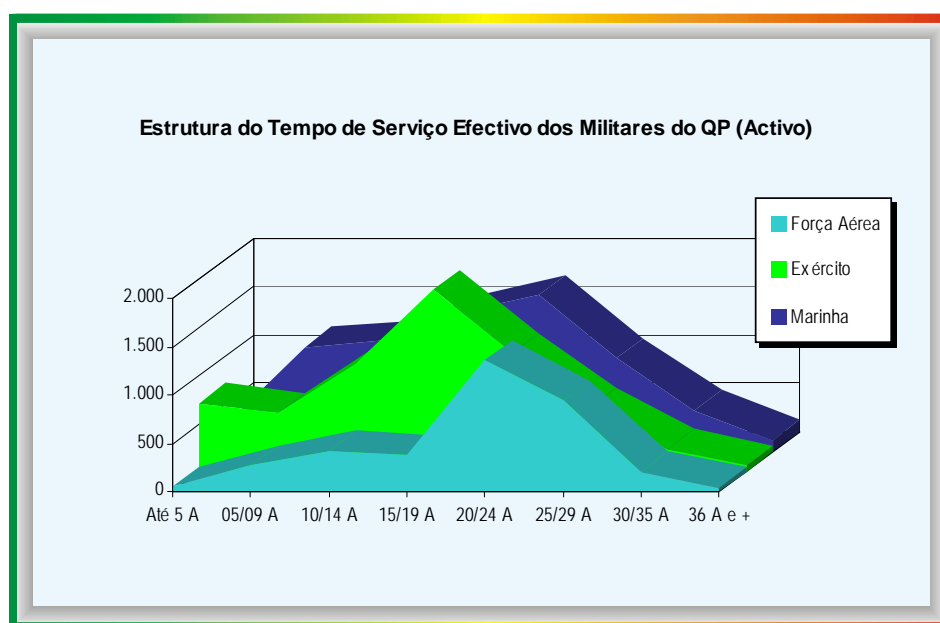
Ano: 2005

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		OPa	RC	RV	OPa	RC	RV	OPa	RC	RV	OPa	RC	RV
Até 20 anos		-	468	-	-	116	33	-	362	-	-	946	33
20/24 anos		443	2.109	-	48	6.997	840	62	2.200	-	553	11.306	840
25/29 anos		1.104	337	-	478	4.975	105	428	887	-	2.010	6.109	105
30/34 anos		1.039	42	2	786	819	9	368	35	-	2.193	896	11
35/39 anos		1.391	2	-	1.582	17	-	635	2	-	3.608	21	-
40/44 anos		1.434	-	-	1.863	-	-	1.531	-	-	4.828	-	-
45/49 anos		1.130	-	-	1.281	-	-	461	-	-	2.872	-	-
50/54 anos		433	-	-	352	-	-	184	-	-	969	-	-
55/59 anos		82	-	-	96	-	-	33	-	-	211	-	-
60/64 anos		5	-	-	24	-	-	1	-	-	30	-	-
65 anos e mais		-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-
TOTAL		7.061	2.958	2	6.511	12.924	987	3.703	3.486	-	17.275	19.368	989

4.1.1.6 – Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Activo

Ano: 2005

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos		273	713	56	1.042
05 / 09 anos		1.079	608	273	1.960
10 / 14 anos		1.142	1.128	430	2.700
15 / 19 anos		1.433	1.881	386	3.700
20 / 24 anos		1.620	1.224	1.361	4.205
25 / 29 anos		967	662	943	2.572
30 / 35 anos		427	236	209	1.872
36 anos e mais		120	59	45	224
TOTAL		7.061	6.511	3.703	17.275



4.1.1.7 – Origem Geográfica dos Militares

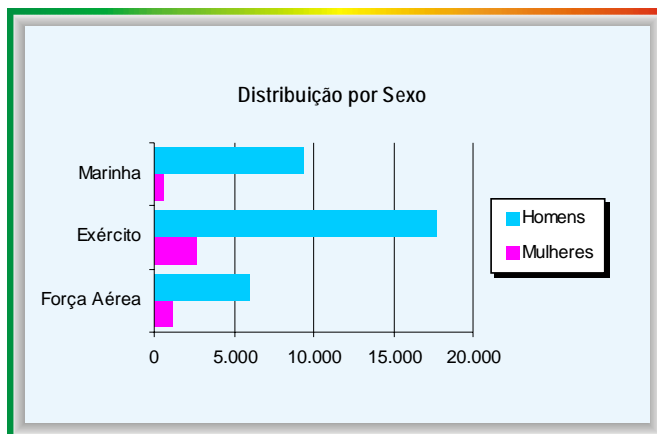
Ano: 2005

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Aveiro		113	70	1	124	670	63	76	131	-	313	871	64
Beja		272	102	-	52	234	12	84	61	-	408	397	12
Braga		105	84	-	105	972	80	65	100	-	275	1.156	80
Bragança		195	62	-	-	326	19	83	65	-	278	453	19
Castelo Branco		288	81	-	4	424	27	116	66	-	408	571	27
Coimbra		246	93	-	219	639	44	164	130	-	629	862	44
Évora		317	75	-	157	298	28	132	70	-	606	443	28
Faro		214	112	-	14	265	16	68	50	-	296	427	16
Guarda		148	47	-	-	368	26	83	76	-	231	491	26
Leiria		193	106	-	100	526	41	171	171	-	464	803	41
Lisboa		1.932	889	-	2.248	1.587	137	1.119	1.124	-	5.299	3.600	137
Portalegre		286	76	-	-	309	17	122	53	-	408	438	17
Porto		243	148	-	663	1.772	145	148	309	-	1.054	2.229	145
Santarém		469	181	-	116	738	67	330	230	-	915	1.149	67
Setúbal		790	444	-	-	744	55	198	249	-	988	1.437	55
Viana do Castelo		137	54	-	-	354	22	28	57	-	165	465	22
Vila Real		150	51	-	123	709	44	78	72	-	351	832	44
Viseu		247	87	1	132	923	54	129	122	-	508	1.132	55
Açores		44	21	-	94	513	74	33	83	-	171	617	74
Madeira		33	22	-	123	553	16	21	14	-	177	589	16
Outras origens		639	153	-	2.237	-	-	455	253	-	3.331	406	-
TOTAL		7.061	2.958	2	6.511	12.924	987	3.703	3.486	-	17.275	19.368	989

4.1.1.8 – Distribuição por Sexo de Pessoal Militar

Ano: 2005

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Masculino		6.826	2.548	2	6.387	10.510	820	3.515	2.501	-	16.728	15.559	822
Feminino		235	410	-	124	2.414	167	188	985	-	547	3.809	167
TOTAL		7.061	2.958	2	6.511	12.924	987	3.703	3.486	-	17.275	19.368	989



4.1.1.9 – Promoção de Militares do QP

Ano: 2005

Situação		Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Oficiais Gerais	Almirante da Armada; Marechal		-	-	-	-
	Almirante; General		1	-	-	1
	Vice-Almirante; Tenente-General		3	2	1	6
	Contra-Almirante; Major-General		5	16	5	26
	Comodoro; Brigadeiro-General		-	-	-	-
	SUBTOTAL		9	18	6	33
Oficiais	Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel		47	104	25	176
	Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel		81	153	42	276
	Capitão-Tenente; Major		66	192	81	339
	1º Tenente; Capitão		27	79	30	136
	2º Tenente; Tenente		72	48	42	162
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes		54	86	-	140
	SUBTOTAL		347	662	220	1.229
Sargentos	Sargento-Mor		26	90	25	141
	Sargento-Chefe		81	158	50	289
	Sargento-Ajudante		190	307	80	577
	1º Sargento		137	77	74	288
	2º Sargento		133	79	-	212
	Subsargento; Furriel		-	-	107	107
	SUBTOTAL		567	711	336	1.614
Praças	Cabo; Cabo de Secção		347	-	-	347
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto		37	-	-	37
	SUBTOTAL		384	-	-	384
TOTAL			1.307	1.391	562	3.260

4.1.1.10 – Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço

Ano: 2005

Situação		Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
Ramo das FA		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Ingressos	Oficiais	47	43	-	99	50	15	61	50	-	207	143	15
	Sargentos	21	-	-	73	150	30	107	-	-	201	150	30
	Praças	46	611	-	-	4.739	418	-	297	-	46	5.647	418
	TOTAL	114	654	-	172	4.939	463	168	347	-	454	5.940	463

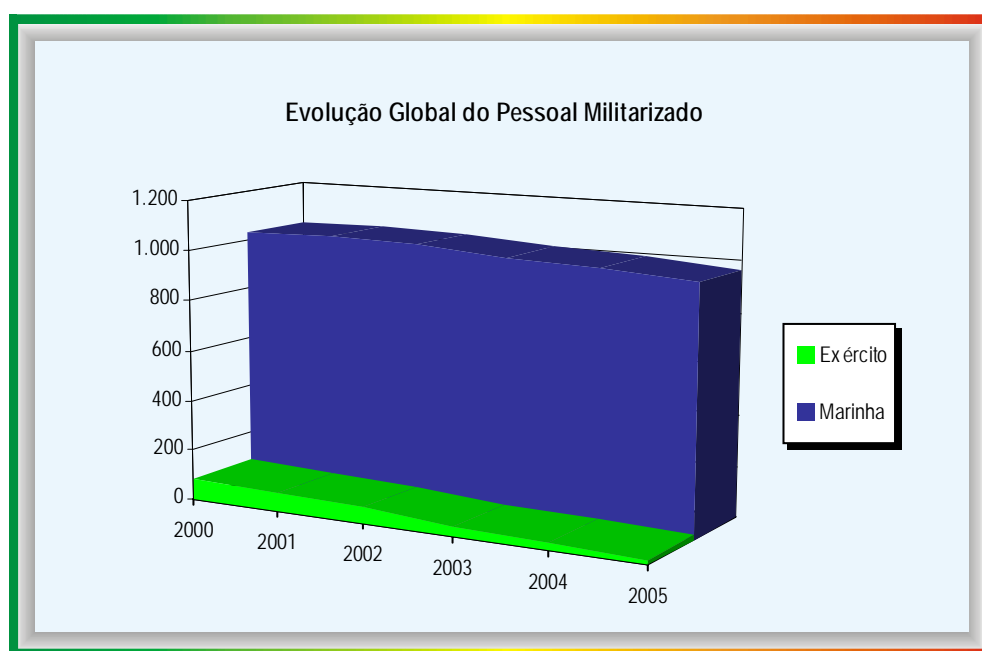
Saídas	Oficiais	113	25	-	220	52	-	65	23	-	398	100	-
	Sargentos	377	27	-	441	240	8	103	8	-	921	275	8
	Praças	251	593	-	2	2.586	1.319	-	262	-	253	3.441	1.319
	TOTAL	741	645	-	663	2.878	1.327	168	293	-	1.572	3.816	1.327

4.1.2 – Pessoal Militarizado

4.1.2.1 – Pessoal Militarizado da Defesa Nacional

MARINHA	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Polícia Marítima	501	509	519	494	489	472
Polícia dos Estabelecimentos de Marinha	120	124	123	122	119	123
Troço de Mar	235	237	232	235	233	227
Práticos/Costa Algarve	2	2	2	2	2	2
Faroleiros	174	165	156	153	150	141
TOTAL	1.032	1.037	1.032	1.006	993	965

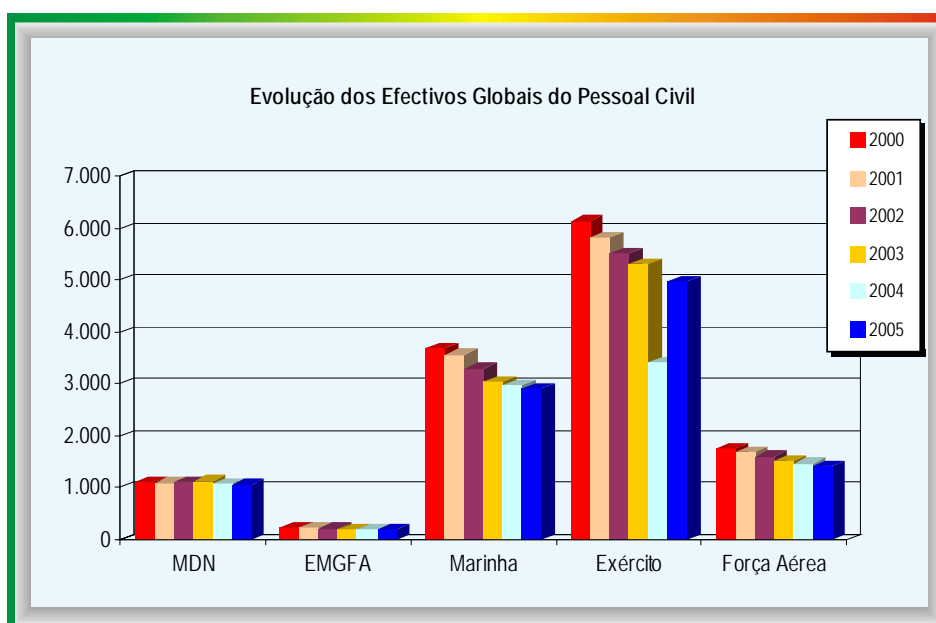
EXÉRCITO	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Técnico-Profissional e Administrativo	31	28	27	14	14	11
Auxiliar de Serviços	21	18	17	4	3	-
Motorista	10	9	7	6	5	1
Tratador	7	7	7	6	5	5
Vigilante	11	7	6	4	1	-
TOTAL	80	69	64	34	28	17



4.1.3 – Pessoal Civil

4.1.3.1 – Efectivos Globais

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2005	1.060	194	2.906	4.984	1.406	10.550
Dados retrospectivos dos últimos 5 anos						
2004	1.079	198	2.981	3.425	1.467	9.150
2003	1.130	206	3.053	5.311	1.524	11.224
2002	1.123	217	3.300	5.512	1.604	11.756
2001	1.098	234	3.567	5.825	1.695	12.419
2000	1.118	238	3.692	6.139	1.769	12.956



4.1.3.2 – Pessoal Civil por Grupos Profissionais (a)

Ano: 2005

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	80	-	27	12	-	119
Téc. Superior / Técnico Licenciado	120	5	90	99	30	344
Técnico / Técnico Bacharel	20	2	69	87	7	185
Docente (b)	7	2	30	334	29	402
Médico / Enfermagem (b)	5	-	44	369	128	546
Informático (b)	20	12	39	83	-	154
Técnico profissional	27	17	159	286	45	534
Administrativo	233	85	524	1.415	234	2.491
Operário	37	5	1.140	727	322	2.231
Auxiliar	511	66	784	1.572	611	3.544
TOTAL	1.060	194	2.906	4.984	1.406	10.550

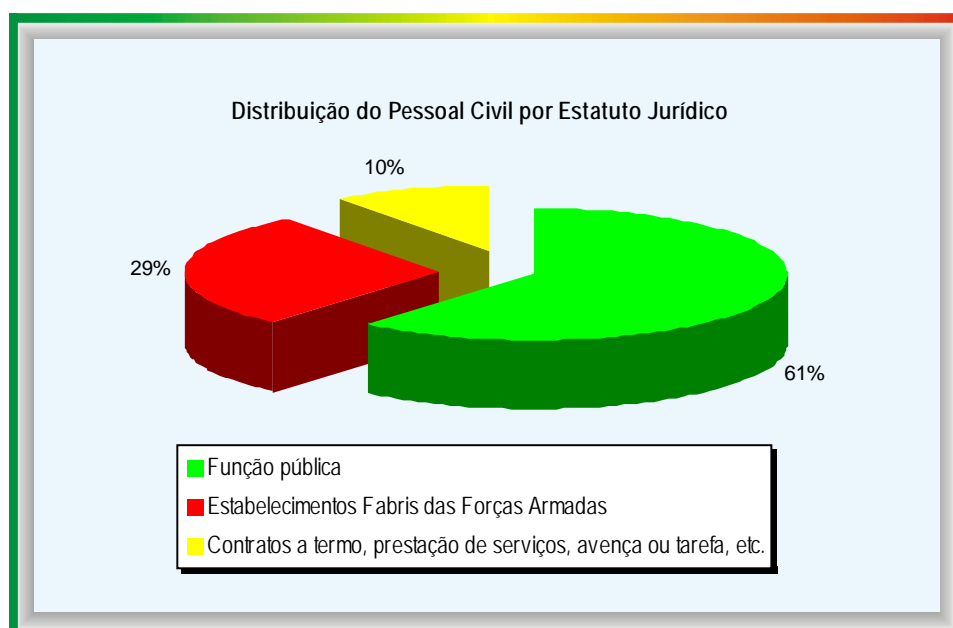
(a) Mapa de acordo com a estrutura prevista no n.º 2 e n.º 3 do art. 14º do DL n.º 248/85, de 15 de Julho.

(b) Carreiras de regime especial a que se refere o n.º 3 do preceito citado.

4.1.3.3 – Pessoal Civil por Estatuto Jurídico

Ano: 2005

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	656	194	1.274	3.009	1.335	6.468
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	4	-	1.362	1.668	-	3.034
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	400	-	270	307	71	1.048
TOTAL	1.060	194	2.906	4.984	1.406	10.550



4.1.3.4 – Pessoal Civil por Habilitações Académicas

Ano: 2005

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL	
Doutoramento e mestrado	13	1	9	69	1	93	
Licenciatura	188	9	179	651	151	1.178	
Bacharelato	23	-	50	111	30	214	
Anos de Escolaridade	- 12 Anos	100	30	260	495	43	928
	- 11 Anos	88	22	201	254	-	565
	- 9 Anos	187	53	817	870	283	2.210
	- 6 Anos	178	31	457	897	296	1.859
	- 4 Anos	280	47	743	1.613	585	3.268
	- Menos de 4 Anos	3	1	2	24	3	33
Desconhecidas	-	-	188	-	14	202	
TOTAL	1.060	194	2.906	4.984	1.406	10.550	

4.1.3.5 – Pessoal Civil por Sexo

Ano: 2005

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Homens	310	64	1.675	1.821	643	4.513
Mulheres	750	130	1.231	3.163	763	6.037
TOTAL	1.060	194	2.906	4.984	1.406	10.550

4.1.3.6 – Estrutura Etária do Pessoal Civil

Ano: 2005

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 20 anos	-	-	1	-	-	1
20/24 anos	25	1	52	13	-	91
25/29 anos	59	1	185	75	9	329
30/34 anos	114	9	306	354	72	855
35/39 anos	110	10	318	435	140	1.013
40/44 anos	153	27	381	732	241	1.534
45/49 anos	183	42	534	982	296	2.037
50/54 anos	185	51	570	1.133	310	2.249
55/59 anos	139	31	364	807	208	1.549
60/64 anos	57	14	151	325	95	642
65 anos e mais	35	8	44	128	35	250
TOTAL	1.060	194	2.906	4.984	1.406	10.550

4.1.3.7 – Tempo de Serviço do Pessoal Civil

Ano: 2005

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	129	1	390	93	42	655
05/09 anos	196	4	470	273	136	1.079
10/14 anos	236	37	585	724	142	1.724
15/19 anos	87	45	459	693	191	1.475
20/24 anos	87	39	278	656	367	1.427
25/29 anos	89	21	227	697	218	1.252
30/35 anos	191	41	439	1.628	208	2.507
36 anos e mais	45	6	58	220	102	431
TOTAL	1.060	194	2.906	4.984	1.406	10.550

4.1.3.8 – Promoções do Pessoal Civil por Grupo Profissional

Ano: 2005

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	5	-	-	-	-	5
Téc. Superior / Técnico Licenciado	13	3	9	15	3	43
Técnico / Técnico Bacharel	5	1	5	17	-	28
Docente (*)	-	-	-	3	-	3
Médico / Enfermagem (*)	-	-	1	10	3	14
Informático (*)	1	3	-	1	-	5
Técnico Profissional	1	10	7	15	2	35
Administrativo	27	20	19	37	-	103
Operário	-	-	134	49	8	191
Auxiliar	-	-	43	38	-	81
TOTAL	52	37	218	185	16	508

(*) Carreiras de regime especial.

4.1.3.9 – Ingressos e Saídas de Pessoal Civil

Ano: 2005

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL	
Função Pública	Entradas	40	3	40	80	6	169
	Saídas	65	7	41	283	65	461
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	Entradas	-	-	12	4	-	16
	Saídas	-	-	59	13	-	72
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	Entradas	9	-	15	27	5	56
	Saídas	13	-	68	94	4	179
TOTAL	Entradas	49	3	67	111	11	241
	Saídas	78	7	168	390	69	712

FORMAÇÃO E TREINO

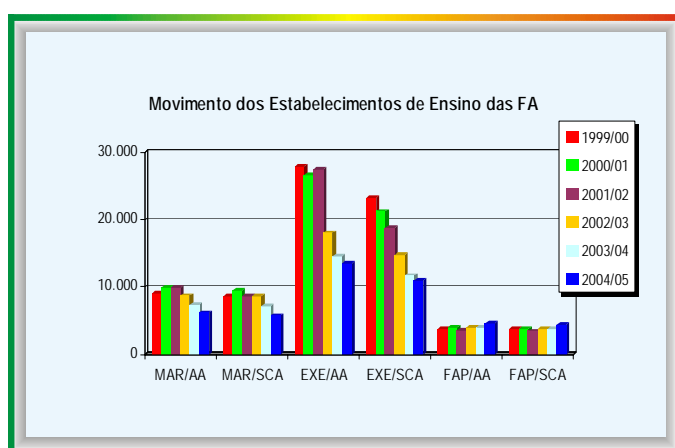
4.2 – FORMAÇÃO E TREINO

4.2.1 – Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA

(Pessoal Militar, Militarizado e Civil das Forças Armadas)

	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas	2004/05	6.213	13.466	4.531	24.210
	Dados retrospectivos				
	2003/04	7.409	14.565	3.882	25.856
	2002/03	8.753	18.071	3.894	30.718
	2001/02	9.227	27.475	3.588	40.290
	2000/01	9.974	26.604	3.972	40.550
	1999/00	8.995	27.931	3.795	40.721

	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Saídas com aproveitamento	2004/05	5.790	10.984	4.391	21.165
	Dados retrospectivos				
	2003/04	7.132	11.687	3.739	22.558
	2002/03	8.566	14.799	3.775	27.140
	2001/02	8.669	18.761	3.413	30.843
	2000/01	9.450	21.292	3.730	34.472
	1999/00	8.617	23.211	3.679	35.507



MAR - Marinha
 EXE - Exército
 FAP - Força Aérea Portuguesa
 AA - Alunos admitidos
 SCA - Saídas com aproveitamento

4.2.2 – Pessoal Militar na Efectividade de Serviço que Frequentou Cursos Internos

Ano: 2005

	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cursos de Formação		2.065	726	1.307	4.098
Cursos de Promoção		50	633	64	747
Cursos de Especialização ou Qualificação		3.973	2.711	2.843	9.527
Cursos de Actualização		125	-	209	334
TOTAL		6.213	4.070	4.423	14.706

4.2.3 – Pessoal Militar que Frequentou Cursos no Estrangeiro

Ano: 2005

	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Curta (até um mês)		26	29	116	171
Média (de um a três meses)		3	1	11	15
Longa (mais de três meses)		8	7	13	28
TOTAL		37	37	140	214

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS (a)**(Principais Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução)**

MDN	
Instituto de Estudos Superiores Militares	
Marinha	
Instituto Superior Naval de Guerra (Lisboa) (b) Escola Naval (Alfeite) Escola Superior de Tecnologias Navais (Alfeite) Escola de Tecnologias Navais Departamento de Operações Departamento de Armas e Electrónica Departamento de Propulsão e Energia Departamento de Limitação de Avarias Departamento de Administração e Logística Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação Departamento de Formação em Tecnologias de Educação Departamento de Formação Geral	Escola de Fuzileiros (Vale do Zebro) Escola de Submarinos (Alfeite) Escola de Mergulhadores (Alfeite) Escola de Hidrografia e Oceanografia (Lisboa) Escola de Faroleiros (Paço de Arcos) Centro de Educação Física da Armada (Alfeite) Centro de Instrução de Tática Naval (Alfeite) Centro de Instrução de Helicópteros (Montijo) Centro de Instrução da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha (Alfeite) Centro Naval de Ensino à Distância (Lisboa) Escola de Autoridade Marítima (Lisboa) (c)
Exército	
Instituto de Altos Estudos Militares (Pedrouços) (b) Academia Militar (Lisboa) Escola Superior Politécnica do Exército (Amadora) Escola do Serviço de Saúde Militar (Lisboa) (d) Escola de Sargentos do Exército (Caldas da Rainha) Escola Prática de Infantaria (Mafra) Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas) Escola Prática de Cavalaria (Santarém) Escola Prática de Engenharia (Tancos) Escola Prática de Transmissões (Porto) Escola Prática do Serviço de Material (Entroncamento) Escola Prática de Administração Militar (Póvoa de Varzim) Escola Prática do Serviço de Transportes (Figueira da Foz)	Escola Militar de Electromecânica (Paço de Arcos) Escola de Tropas Aerotransportadas (Tancos) Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Lisboa) Centro de Informática do Exército (Lisboa) Centro Militar de Educação Física e Desportos (Mafra) Centros de Instrução de Praças: (Região Militar do Norte, Governo Militar de Lisboa, Campo Militar de St.ª Margarida, Região Militar Sul, Zonas Militares dos Açores e Madeira) Instituto Geográfico do Exército (Lisboa) Banda do Exército (Queluz)
Força Aérea	
Instituto de Altos Estudos da Força Aérea (Sintra) (b) Academia da Força Aérea (Sintra) Escola Sup. de Tecnologias Militares Aeronáuticas (Sintra) Esquadra 101/ Epsilon (Beja) Esquadra 103 / Alfa Jet (Beja) Esquadra 552 / AL III (Beja) Esquadra 502 / Aviocar (Sintra)	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (Ota) que inclui: Escola de Língua Inglesa (ELI) Escola de Formação Pedagógica de Formadores Escola de Formação de Condutores Banda de Música da Força Aérea (Lisboa) Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea (BA 6 - Montijo) Centro de Instrução Cinófila (AM 2 - Ovar) Centro de Medicina Aeronáutica – Secção de Treino Fisiológico (Lisboa) Direcção de Instrução (Lisboa)

(a) Não inclui o Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odivelas;

(b) Extinto pelo DL n.º 161/2005, de 22 de Setembro, que cria o Instituto de Estudos Superiores Militares;

(c) Integrado na estrutura do Sistema de Autoridade Marítima;

(d) Estabelecimento do ensino superior politécnico. Órgão de apoio aos 3 Ramos, inserido na estrutura orgânica do Exército.

SAÚDE MILITAR

A missão da Saúde Militar consiste no apoio sanitário aos efectivos militares em qualquer situação, e em especial no apoio directo às forças em operações ou em campanha. Toda a orgânica e treino específico são orientados para essa finalidade.

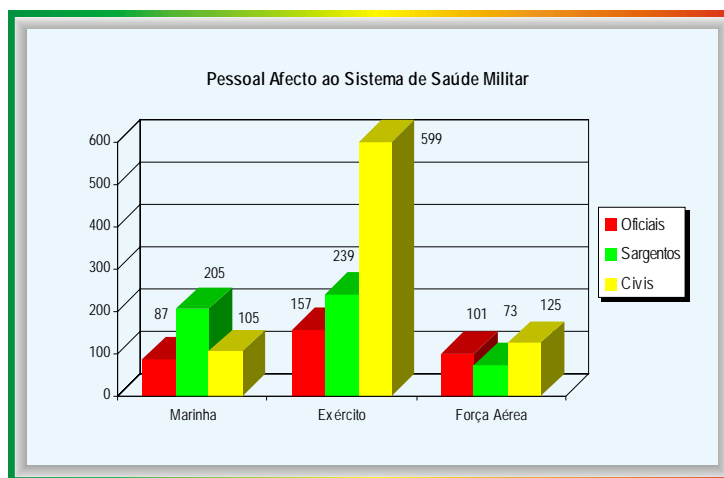
Nas Forças Armadas Portuguesas, cada Ramo possui os seus próprios serviços de saúde, por razões de especificidade da missão e da particularidade dos meios com que actuam.

Os Serviços de Saúde Militar dispõem de pessoal médico, farmacêutico, médico veterinário, médico dentista, de enfermagem, técnico de diagnóstico e terapêutica, de socorrismo, auxiliar de acção médica, administrativo e outro, na sua maioria militar, complementado por civis que, distribuídos por hospitais, centros de saúde, enfermarias e postos de socorros, procuram assegurar as necessidades da cobertura sanitária.

As informações necessárias para elaboração das estatísticas da saúde, no que se refere aos hospitais militares – equipamento, pessoal ao serviço, acção desenvolvida e os dados relativos ao pessoal de saúde em serviço nas Forças Armadas – foram fornecidas pelos Ramos.

4.3 – SAÚDE

4.3.1 – Pessoal de Saúde



4.3.1.1 – Médicos Militares e Civis

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Contra-Almirante; Major-General	1	3	3	7
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	3	17	6	26
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	23	23	16	62
Capitão-Tenente; Major	10	7	8	25
1º Tenente; Capitão	6	25	37	68
2º Tenente; Tenente	36	21	16	73
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
Aspirante a Oficial	-	-	-	-
Civis dos QPC	-	112	13	125
Civis contratados e avançados	27	122	28	177
TOTAL	106	330	127	563

Nota: Inclui Dentistas/Estomatologistas.

4.3.1.2 – Farmacêuticos Militares e Civis

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	1	7	-	8
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	3	10	-	13
Capitão-Tenente; Major	2	3	-	5
1º Tenente; Capitão	2	11	-	13
2º Tenente; Tenente	-	3	-	3
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	1	2	3
Aspirante a Oficial	-	-	-	-
Civis dos QPC	1	-	1	2
Civis contratados e avançados	-	-	-	-
TOTAL	9	35	3	47

4.3.1.3 – Técnicos de Farmácia Militares e Civis

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor	-	5	-	5
Sargento-Chefe	-	4	-	4
Sargento-Ajudante	-	12	1	13
1º Sargento	-	5	-	5
2º Sargento	-	-	-	-
Civis dos QPC (Inclui 2 Técnicos de Laboratório)	7	1	-	8
TOTAL	7	27	1	35

4.3.1.4 – Enfermeiros Militares e Civis

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
1º Tenente; Capitão	-	-	7	7
2º Tenente; Tenente	-	-	3	3
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	-	-	-
Sargento-Mor	4	9	-	13
Sargento-Chefe	17	32	2	51
Sargento-Ajudante	83	61	11	155
1º Sargento	78	63	49	190
2º Sargento	9	3	10	22
Subsargento; Furriel	-	-	-	-
Civis dos QPC	7	159	44	210
Civis contratados e avançados	-	205	-	205
TOTAL	198	532	126	856

4.3.1.5 – Técnicos Paramédicos Militares e Civis

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor	-	11	-	11
Sargento-Chefe	-	15	-	15
Sargento-Ajudante	-	1	-	1
1º Sargento	14	-	-	14
2º Sargento	-	-	-	-
Subsargento; Furriel	-	-	-	-
Civis dos QPC	11	-	30	41
Civis contratados e avançados	-	-	5	5
TOTAL	25	27	35	87

Nota: Os civis correspondem à categoria de Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica.

4.3.1.6 – Médicos Veterinários Militares e Civis

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel	-	2	-	2
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel	-	10	-	10
Capitão-Tenente; Major	-	2	-	2
1º Tenente; Capitão	-	7	-	7
2º Tenente; Tenente	-	4	2	6
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	-	1	1	2
Aspirante a Oficial	-	-	-	-
Civis contratados e avançados	-	-	4	4
TOTAL	-	26	7	33

4.3.1.7 – Enfermeiros Veterinários Militares e Civis

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Sargento-Mor	-	3	-	3
Sargento-Chefe	-	5	-	5
Sargento-Ajudante	-	8	-	8
1º Sargento	-	2	-	2
2º Sargento	-	-	-	-
Subsargento; Furriel	-	-	-	-
Civis dos QPC	-	-	-	-
TOTAL	-	18	-	18

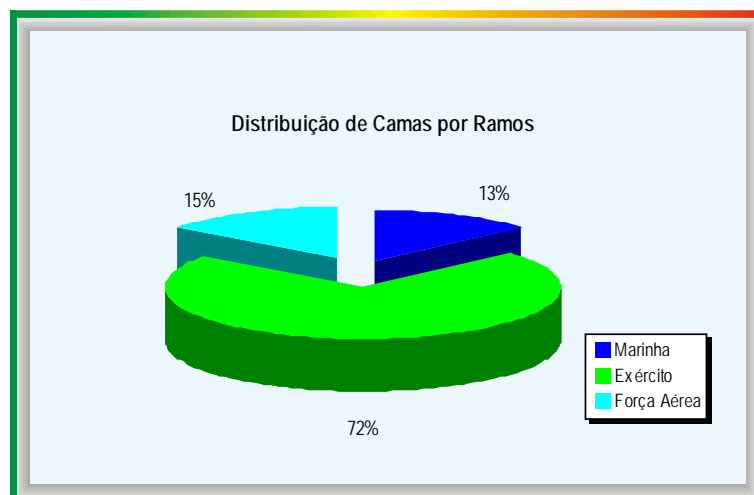
4.3.2 – Hospitais Militares

4.3.2.1 – Camas, Segundo o Fim a que se Destinam

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Internamento geral				
- Lotação oficial	99	522	90	711
- Lotação praticada	99	507	69	675
Serviços de Urgência	2	21	-	23
Recobro de Operações	-	11	12	23
Cuidados Intensivos	3	6	-	9
Outros	1	-	16	17
TOTAL (*)	105	560	118	783

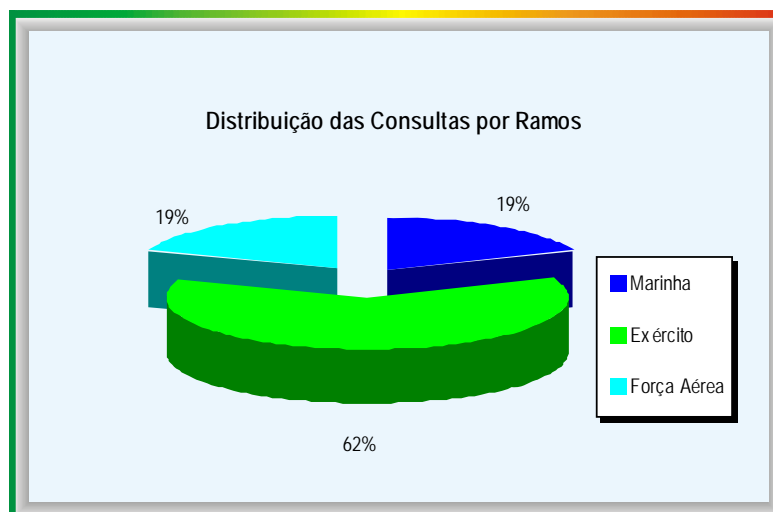
(*) Considerada a «lotação oficial» das camas de «internamento geral».



4.3.2.2 – Consultas Efectuadas, por Especialidades, nos Hospitais Militares

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cardiologia	2.589	10.838	2.187	15.614
Cirurgia geral	1.919	8.058	1.899	11.876
Cirurgia pediátrica	-	382	-	382
Cirurgia plástica reconstrutiva	-	1.636	2.100	3.736
Cirurgia vascular / angiologia	-	757	-	757
Dermatovenerologia	3.273	10.335	2.117	15.725
Endocrinologia	1.338	5.399	-	6.737
Estomatologia	11.262	16.049	6.837	34.148
Fisiatria	1.101	8.005	2.516	11.622
Gastroenterologia	2.950	7.622	1.375	11.947
Ginecologia	1.790	8.610	1.963	12.363
Hematologia	-	2.644	41	2.685
Imunoalergologia respiratória	57	646	2.143	2.846
Infeciologia	-	602	-	602
Medicina interna	1.798	7.224	743	9.765
Nefrologia	198	1.171	-	1.369
Neurocirurgia/Neurologia	3.060	7.163	1.660	11.883
Obstetrícia	254	608	339	1.201
Oftalmologia	5.945	14.920	3.951	24.816
Oncologia médica	1.040	3.209	942	5.191
Ortopedia	5.958	16.168	4.767	26.893
Otorrinolaringologia	3.891	10.970	4.009	18.870
Pediatria cirúrgica	-	-	-	-
Pediatria médica	-	1.313	-	1.313
Pneumologia	1.619	4.974	1.289	7.882
Psiquiatria	1.675	8.161	628	10.464
Reabilitação cardíaca	-	782	-	782
Reumatologia	5	1.787	-	1.792
Urologia	3.195	10.347	2.764	16.306
Outras	4.764	25.187	17.246	47.197
TOTAL	59.681	195.567	61.516	316.764
SUBTOTAL Homens	46.852	112.563	31.999	144.562
SUBTOTAL Mulheres	12.829	83.004	29.517	112.521



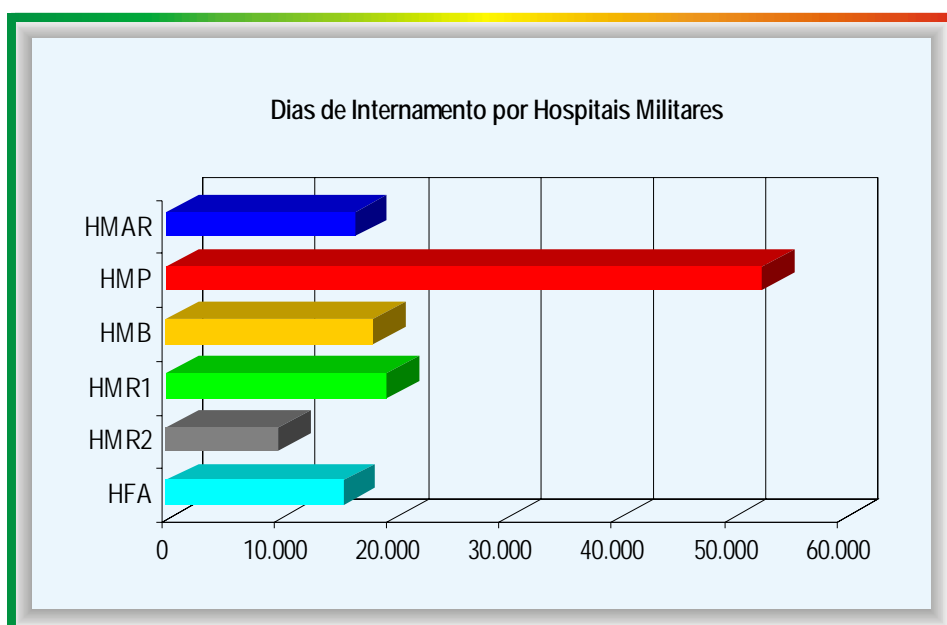
4.3.2.3 – Evolução do Total de Consultas nos Hospitais Militares

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2005	59.681	195.567	61.516	316.764
Dados retrospectivos				
2004	55.955	193.973	58.214	308.142
2003	55.648	193.395	56.096	305.139
2002	55.582	191.838	49.064	296.484
2001	57.488	224.662	45.881	328.031
2000	62.989	198.986	44.437	306.412

4.3.2.4 – Movimentos de Internados nos Hospitais Militares

Ano: 2005

Movimentos	Ramo das FA Marinha (HMAR)	Exército					F. Aérea (HFA)	TOTAL
		HMP	HMB	HMR1	HMR2	Subtotal		
Vindos do ano anterior	41	295	77	27	82	481	27	549
Entradas (total)	607	3.767	764	1.201	741	6.473	1.651	8.731
Transferidos:								
- De outra valência/especialidade	19	265	36	57	32	390	-	409
- De outro hospital	340	56	32	39	25	152	8	500
Total Entradas	966	4.088	832	1.297	798	7.015	1.659	9.640
Saídas (total)	634	3.792	632	1.136	716	6.276	1.623	8.533
- Falecidos	92	177	117	55	2	351	30	473
Transferidos:								
- Para outra valência/especialidade	19	82	16	31	23	152	-	171
- Para outro hospital	218	29	21	13	17	80	8	306
Total Saídas	963	4.080	786	1.235	758	6.859	1.661	9.483
Transitados para o ano seguinte	44	303	123	89	122	637	25	706
Total de dias de internamento	16.760	52.950	18.387	19.630	10.040	101.007	15.717	133.484



4.3.2.5 – Actos de Terapêutica Efectuados nos Hospitais Militares

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Transfusões de sangue total	108	19.387	-	19.495
Transfusões de plasma humano	6	4.509	-	4.515
Transfusões outros componentes sangue	6	-	-	6
Tratamentos fisiátricos	26.485	162.989	74.377	263.851
Próteses	2	414	-	416
Ortóteses	-	-	-	-
Tratamentos por radiações	-	-	-	-
Hemodiálise	-	5.320	-	5.320
Outros	19.322	29.477	20.976	69.775
TOTAL	45.929	222.096	95.353	363.378

4.3.2.6 – Actos de Diagnóstico Efectuados nos Hospitais Militares

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Análises clínicas	252.279	957.580	236.953	1.446.812
Exames radiológicos	13.398	52.848	18.349	84.595
Exames radiológicos computadorizados	1.803	7.203	4.876	13.882
Exames anatomopatológicos	-	6.294	-	6.294
Autópsias	-	7	-	7
Exames endoscópicos	1.473	3.916	1.911	7.300
Electrocardiogramas	7.270	23.840	7.214	38.324
Electroencefalogramas	141	424	286	851
Exames mio-eléctricos	-	523	-	523
Exames ecográficos	3.871	13.663	4.093	21.627
Exames hemodinámicos	-	-	-	-
Outros	-	117.853	16.212	134.065
TOTAL	280.235	1.184.151	289.894	1.754.280

4.3.2.7 – Pessoal ao Serviço nos Hospitais Militares

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Administração	2	5	1	8
Médico:				
- Especialistas e Chefes de Clínica	48	195	-	243
- Do Internamento Especialidade	4	16	-	20
- Do Internamento Policlínico	-	-	-	-
Enfermagem	86	285	85	456
Farmácia	2	19	13	34
Serviço complementar de diagnóstico e terapêutica	37	143	35	215
Pessoal auxiliar de acção médica	-	-	41	41
Outro	-	-	47	47
TOTAL	179	663	222	1.064

ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

Sistema de participação alternativo de cuidados de saúde dos militares das Forças Armadas.

Beneficiários

São beneficiários das ADM os militares e familiares a cargo que reúnam as condições estabelecidas pela Portaria n.º 67/75, de 4 de Fevereiro, aos quais são concedidas as regalias inerentes à assistência médica e medicamentosa.

4.4 – ASSISTÊNCIA NA DOENÇA AOS MILITARES DAS FA

4.4.1 – Evolução do Número de Beneficiários

Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
2005	44.562	80.664	26.893	152.119
Dados retrospectivos				
2004	49.072	79.772	26.808	155.652
2003	47.555	69.521	26.940	144.016
2002	47.611	82.346	27.193	157.150
2001	48.177	81.692	27.193	157.062
2000	46.874	83.184	27.367	157.425

4.4.2 – Encargos com a Saúde por Modalidades de Assistência

(milhares de euros) Ano: 2005

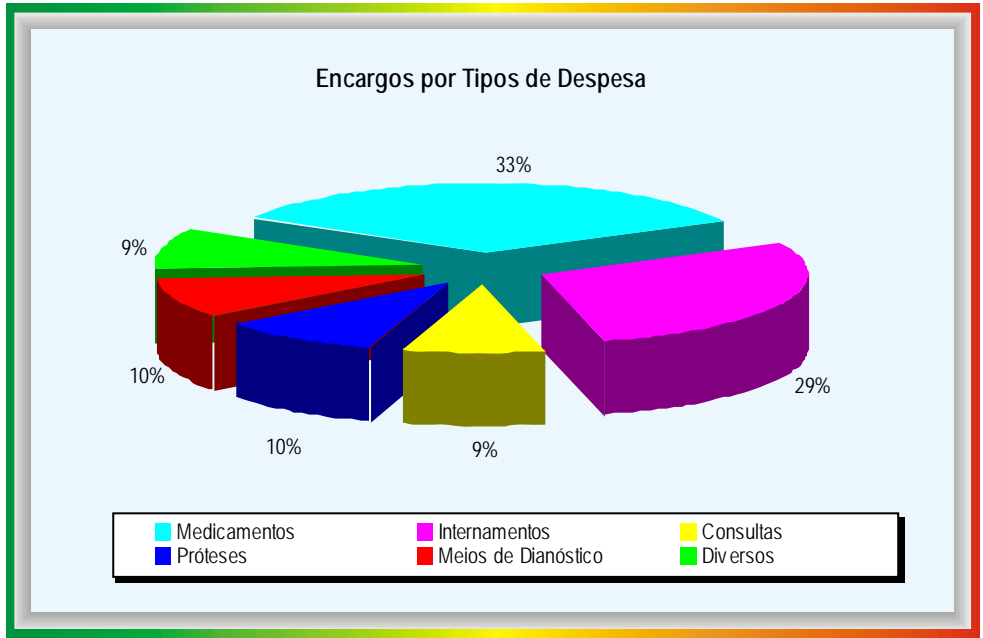
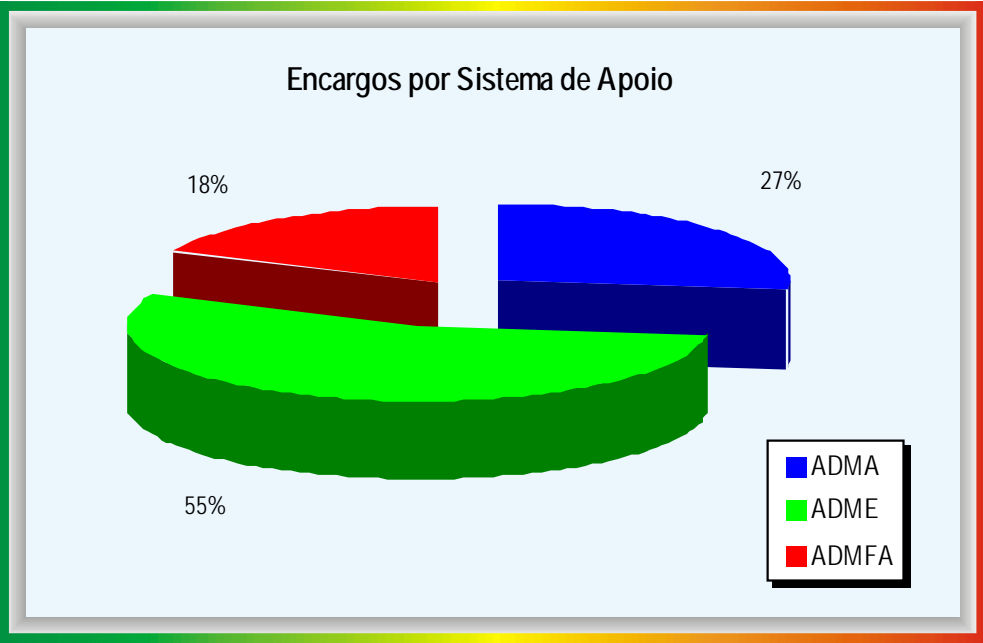
Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
Medicamentos	8.485,5	21.813,6	7.255,0	37.554,1
Internamentos	5.948,6	22.021,4	3.328,0	31.298,0
Consultas	3.634,1	3.766,1	2.008,0	9.408,2
Instrumentos de Prótese e Estomatologia	2.897,1	4.422,4	3.257,0	10.576,5
Meios Complementares de Diagnóstico	3.796,1	3.637,4	3.369,0	10.802,5
Diversos (*)	4.882,1	4.204,2	947,0	10.033,3
TOTAL	29.643,5	59.865,1	20.164,0	109.672,6

(*) Meios de terapêutica, intervenções cirúrgicas, enfermagem e outros.

4.4.3 – Evolução dos Encargos com a Saúde

(milhares de euros)

Sistema de Apoio	ADMA	ADME	ADMFA	TOTAL
2005	29.643,5	59.865,1	20.164,0	109.672,6
Dados retrospectivos				
2004	29.672,1	55.094,8	19.468,3	104.235,2
2003	25.232,0	52.953,0	18.883,7	97.068,7
2002	27.790,7	52.074,5	17.124,2	96.989,4
2001	24.805,7	45.843,0	16.859,4	87.508,1
2000	24.066,0	52.271,0	15.826,9	92.163,9



JUSTIÇA E DISCIPLINA

A área estatística da Justiça e Disciplina engloba ambas as componentes, a disciplinar e a penal.

Os responsáveis pelos dados apresentados são, no que toca à matéria disciplinar (quadros 4.5.1, 4.5.2 e 4.5.3), os Ramos das Forças Armadas, enquanto que a matéria penal, propriamente dita (quadros 4.5.4 e 4.5.5), ficou a cargo da Polícia Judiciária Militar, actuando a Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar como coordenadora.

Trata-se de uma área bastante delicada, em que as comparações apresentadas entre os dados dos Ramos podem gerar visões distorcidas da realidade, dado que o número de efectivos e a dispersão das unidades é muito maior no Exército do que na Marinha ou na Força Aérea.

Ainda no tocante a matéria penal, é de assinalar a publicação do novo Código de Justiça Militar (CJM), aprovado pela Lei nº 100/2003, de 15 de Dezembro, com as rectificações introduzidas pela Declaração de Rectificação nº 2/2004, de 3 de Janeiro, cuja entrada em vigor, a partir de 14 de Setembro de 2004, veio introduzir alterações significativas no sistema judicial militar, nomeadamente ao adoptar as normas do direito penal comum na tipificação, julgamento e punição dos crimes estritamente militares previstos nos artigos 25º a 106º do novo CJM (*vide* quadro 4.5.4).

CONCEITOS

Medalha Militar

A medalha militar, nas diferentes modalidades, destina-se a galardoar serviços notáveis prestados às instituições militares e à Nação e a distinguir altas virtudes reveladas no serviço por militares dos três Ramos das FA, podendo também ser concedida a militares estrangeiros e a civis nacionais e estrangeiros nos casos expressamente previstos no Regulamento de Medalhas Militares.

Ordens Honoríficas Portuguesas

As ordens honoríficas destinam-se a distinguir, em vida ou a título póstumo, os cidadãos portugueses que se notabilizem por méritos pessoais, por feitos cívicos ou militares ou por serviços prestados ao País, podendo também ser atribuídas a estrangeiros, de harmonia com os usos internacionais.

Processo Disciplinar

É um conjunto ordenado de actos, encadeados entre si de forma lógica, tendentes ao apuramento da existência de uma infracção disciplinar, tendo em vista a aplicação de correspondente sanção, caso a prática da infracção resulte provada.

Processo de Averiguações

Sequência encadeada de actos e diligências levadas a efeito pelo oficial averiguante, tendentes ao apuramento de factuais indiciárias de eventuais infracções.

Repreensão Simples

Declaração feita, em particular, ao infractor por ter praticado qualquer acto que constitui infracção de dever militar.

Repreensão Agravada

Declaração idêntica à repreensão, tendo lugar nas condições seguintes:

A oficiais e sargentos, é dada na presença de outros oficiais ou sargentos, respectivamente, de graduação superior ou igual à do infractor, mas sempre mais antigos, do comando, unidade ou estabelecimento a que pertencer ou em que estiver apresentado;

A cabos, é dada na presença de praças da mesma graduação de antiguidade superior à sua e às outras praças é dada em formatura da companhia, ou equivalente do comando, unidade ou estabelecimento em que estiver apresentado.

Detenção

A detenção ou proibição de saída consiste na permanência continuada do infractor num aquartelamento ou navio durante o cumprimento da pena, sem dispensa das formaturas e do serviço interno que por escala lhe pertencer.

Prisão Disciplinar

Reclusão do infractor em casa para esse fim destinada, em local apropriado, aquartelamento ou estabelecimento militar, a bordo em alojamento adequado, ou, na sua falta, onde superiormente for determinado, durante o cumprimento da qual, os militares poderão executar, entre o toque de alvorada e o pôr do Sol, os serviços que lhes sejam determinados.

Prisão Disciplinar Agravada

Reclusão do infractor em casa de reclusão.

4.5 – JUSTIÇA E DISCIPLINA

4.5.1 – Condecorações Atribuídas

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Serviços distintos	80	85	26	191
Mérito militar	104	107	7	218
Comportamento exemplar	94	1.012	341	1.447
Mérito do Ramo	302	-	22	324
Ordens honoríficas nacionais	15	1	9	25
Outras	35	3.057	77	3.169
TOTAL	630	4.262	482	5.374

4.5.2 – Processos Iniciados

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Averiguações	30	-	195	225
Disciplinares	186	248	93	527
TOTAL	216	248	288	752

4.5.3 – Punições Aplicadas

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Repreensão simples	18	12	12	42
Repreensão agravada	14	30	13	57
Detenção	85	143	27	255
Prisão disciplinar	19	32	8	59
Prisão disciplinar agravada	6	2	12	20
TOTAL	142	219	72	433

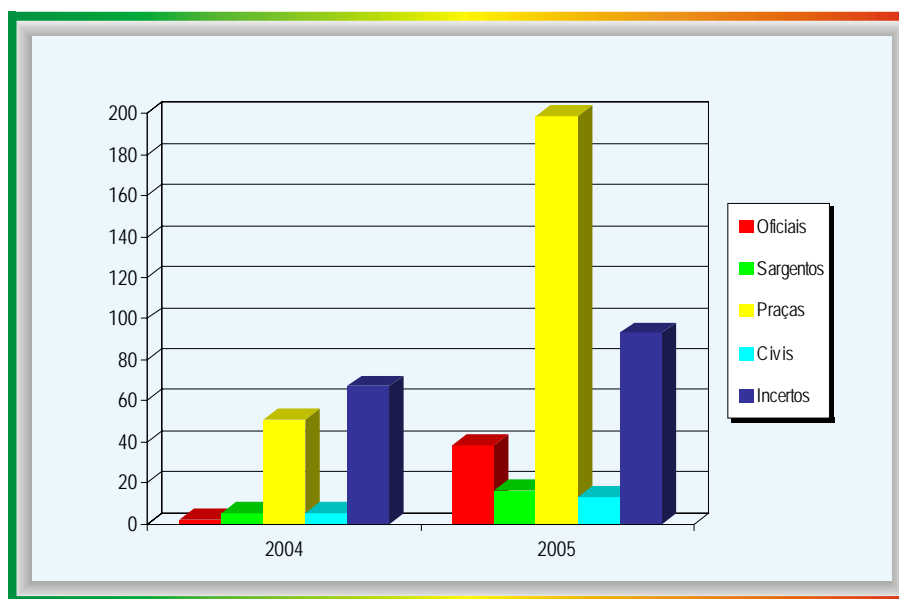
4.5.4 – Processos Instruídos por Indícios de Prática de Crimes

Ano: 2005

Crime	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Abandono do posto		-	1	1	2
Abuso de autoridade		-	7	1	8
Abuso de confiança		-	-	-	-
Ameaça		-	-	-	-
Assédio sexual		1	2	-	3
Ausência ilegítima		-	1	-	1
Burla		1	7	1	9
Corrupção		-	2	1	3
Crime contra direito de autor		-	1	-	1
Crime cometido no exercício de funções públicas		1	3	1	5
Crime contra o dever militar		3	3	-	6
Crimes contra a circulação e segurança		-	1	2	3
Crimes respeitantes a estupefacientes		-	11	-	11
Dano em bens militares		-	1	1	2
Danos (outros)		6	7	1	14
Deserção		34	135	10	179
Devassa da vida privada		-	1	-	1
Difamação / calúnia / injúria		1	5	-	6
Extravio de material de guerra		2	1	1	4
Falsidade		1	4	-	5
Furto de material de guerra		1	16	2	19
Furtos (outros)		47	100	31	178
Incumprimento dos deveres de serviço		-	1	-	1
Infidelidade		-	1	-	1
Insubordinação		-	9	-	9
Ofensas à integridade física		-	6	1	7
Ofensas à sentinela		-	1	-	1
Outras infracções de natureza militar		-	-	-	-
Outros crimes contra o património		-	3	-	3
Outros crimes contra a propriedade		1	1	1	3
Outros crimes de perigo comum		-	1	-	1
Outros crimes contra a vida		2	1	-	3
Peculato		2	9	-	11
Violação de segredo / espionagem		-	2	-	2
TOTAL		103	344	55	502

4.5.5 – Agentes Indiciados de Prática de Crimes do Foro Militar

Agentes	2004		2005	
	Qt.	%	Qt.	%
Oficiais	2	1,54	38	10,58
Sargentos	5	3,85	16	4,46
Praças	51	39,22	199	55,43
Civis	5	3,85	13	3,62
Incertos	67	51,54	93	25,91
TOTAL	130	100,00	359	100,00



DESPORTO

Além das competições internas realizadas anualmente pelas Forças Armadas, o MDN, através da Comissão de Educação Física e Desporto Militar, órgão da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, organiza, em várias modalidades, campeonatos nacionais militares, disputados entre selecções dos Ramos das Forças Armadas e nos quais participam, igualmente, selecções das Forças de Segurança (GNR e PSP).

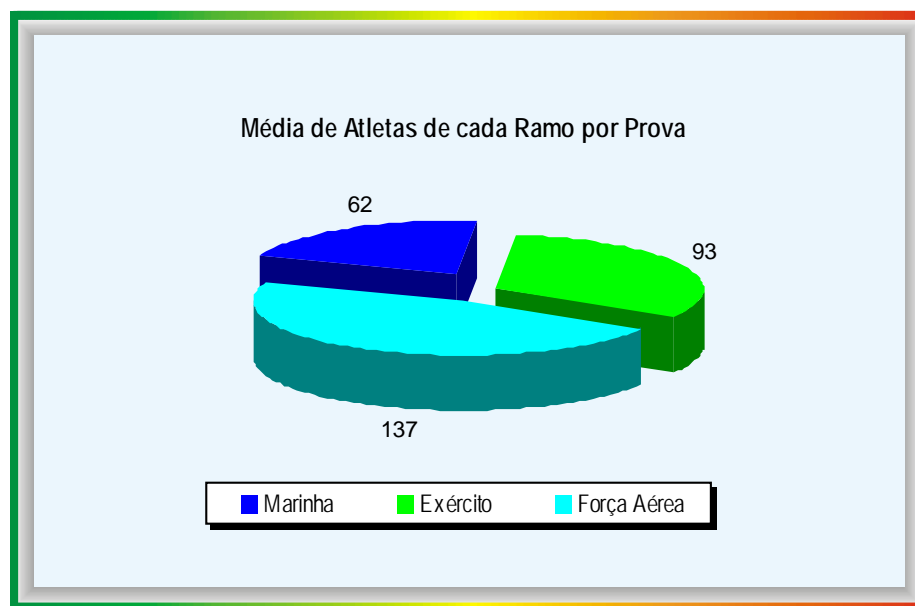
A nível internacional, Portugal participa, normalmente, nos campeonatos mundiais militares, organizados pelo «*Conseil International du Sport Militaire*» (CISM), com selecções nacionais militares integrando atletas dos três Ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança seleccionados entre os elementos que mais se distinguiram nos Campeonatos Nacionais Militares.

4.6 – DESPORTO MILITAR

4.6.1 – Competições Militares por Ramo das FA

Ano: 2005

Modalidade	Ramo das FA	Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
		Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas
Andebol		1	94	-	-	-	-	1	94
Atletismo (de pista)		1	63	-	-	-	-	1	63
Atletismo (provas de estrada)		1	55	-	-	1	67	2	122
Badminton		-	-	-	-	1	35	1	35
Basquetebol		1	56	-	-	-	-	1	56
Corta-Mato		1	73	8	910	1	68	10	1.051
Duatto		-	-	-	-	-	-	-	-
Equitação		-	-	-	-	-	-	-	-
Esgrima		-	-	-	-	-	-	-	-
Futebol de 11		1	108	-	-	-	-	1	108
Futebol de 5		-	-	8	1.436	1	660	9	2.096
Judo		1	30	-	-	-	-	1	30
Meia Maratona		-	-	-	-	-	-	-	-
Natação		2	109	1	58	1	22	4	189
Orientação		2	228	8	702	1	43	11	973
Pára-quedismo Desportivo		-	-	-	-	-	-	-	-
Pentatlo Militar		-	-	8	269	-	-	8	269
Prova "D. Nuno Álvares"		-	-	-	-	-	-	-	-
Ténis		-	-	-	-	-	-	-	-
Ténis de Mesa		-	-	-	-	-	-	-	-
Tiro de Espingarda		-	-	4	265	1	40	5	305
Tiro de Pistola		2	26	4	264	1	45	7	335
Tiro aos Pratos		-	-	-	-	-	-	-	-
Triatlo		-	-	-	-	-	-	-	-
Vela		-	-	-	-	-	-	-	-
Voleibol		3	150	8	691	1	254	12	1.095
TOTAL		16	992	49	4.595	9	1.234	74	6.821



4.6.2 – Pessoal Militar que Participou em Campeonatos Nacionais das FA

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Atletismo	-	-	-	-
Basquetebol	-	-	-	-
Corta-Mato	30	40	23	93
Futebol de 5	39	36	43	118
Natação	24	22	13	59
Orientação	15	32	9	56
Tiro	16	18	28	62
Triatlo/Duatlo	-	-	-	-
Voleibol	24	30	24	78
TOTAL	148	178	140	466



4.6.3 – Pessoal Militar que Participou em Provas Internacionais Militares

Ano: 2005

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Corta-Mato	-	-	-	-
Esgrima	-	-	-	-
Natação	-	-	-	-
Orientação	-	-	-	-
Pára-quedaismo	-	-	-	-
Pentatlo Militar	-	-	-	-
Tiro	-	-	1	1
Triatlo	-	-	-	-
TOTAL	-	-	1	1

NOTA EXPLICATIVA

Os registos apresentados neste capítulo, da responsabilidade da Direcção-Geral de Infra-Estruturas (DGIE), traduzem diversos elementos caracterizadores, quer do património imobiliário afecto à Defesa Nacional, quer do tratamento dos dados estatísticos, quer ainda das iniciativas e incentivos das boas práticas ambientais nas Forças Armadas portuguesas. Com o objectivo de recolha dos elementos actualizados, a DGIE diligenciou contactos com as entidades responsáveis pela gestão dos referidos pelouros. Neste sentido, os dados apurados e indicados resultam da contribuição dos Órgãos e Serviços Centrais, do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

CONCEITOS

Desamortização de Unidades Imobiliárias

Desafecção de unidades imobiliárias do MDN, mediante a reafecção a outras entidades do Estado, e alienação por venda ou cessão a título definitivo e oneroso a pessoas colectivas de direito público ou instituições particulares de interesse público.

Alojamento Clássico

Locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Distinto

Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da colectividade.

Independente

Significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

Área Bruta de Construção

É o resultado do somatório da área bruta dos pisos, medida pelo perímetro exterior das paredes e eixo das paredes separadoras, incluindo as varandas privativas.

Área do Terreno

Área bruta do terreno delimitada pelo seu perímetro.

Capacidade de Alimentação

Número de refeições servidas por hora em cada unidade, considerando condições normais de utilização.

Capacidade de Alojamento

Número máximo de camas instaladas em cada unidade, em condições normais de utilização.

Classificação de Imóveis

A classificação dos edifícios como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público encontra-se definida e regulamentada pelo Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932.

Imóvel de Interesse Público

Imóvel que, sem merecer a classificação de monumento nacional, ofereça, todavia, considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico.

Monumento Nacional

Imóvel cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico.

Construção Nova

Edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre o qual foi erguida já tenha sido efectuada outra construção, incluindo-se ampliações de edifícios existentes.

Grandes Reparações de Unidades Imobiliárias

Trabalhos através dos quais as construções são melhoradas ou renovadas, prolongando materialmente a sua duração de tempo útil.

Natureza das Unidades Imobiliárias

Qualificação dos prédios em rústicos, urbanos ou mistos, tendo em conta a sua descrição na matriz predial.

Servidões das Unidades Imobiliárias

Restrições aos direitos de propriedade, público e privado, relativos a zonas confinantes com organizações militares ou de interesse para a Defesa Nacional, de carácter permanente ou temporário. Estas servidões são criadas por decreto.

TIPOS DE UTILIZAÇÃO

Operacional

Unidades imobiliárias utilizadas para o desenvolvimento das actividades (missões), da componente operacional do Sistema de Forças Nacional. São exemplos de unidades imobiliárias classificadas nesta categoria quartéis, bases aéreas e bases de fuzileiros.

Logístico-Administrativo

Unidades imobiliárias cuja utilização é dirigida para o apoio logístico e administrativo da estrutura orgânica da Defesa Nacional, tais como os Centros de Finanças, os Centros de Recrutamento e o Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea.

Formação/Instrução

Unidades imobiliárias destinadas a ministrar formação militar, instrução, instrução básica e treino (academias, institutos, escolas, centros de instrução, campos de tiro, etc.), bem como ensino civil, tais como o Instituto de Odivelas, o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

Cultural

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com a divulgação cultural (museus, bibliotecas, etc.).

Ciência e Tecnologia

Unidades imobiliárias onde se desenvolvem actividades científicas e tecnológicas – conjunto de actividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, promoção, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e tecnologia. Incluem-se nesta categoria os serviços hidrográficos, cartográficos, laboratórios de investigação de produtos químicos e farmacêuticos, etc..

Saúde

Unidades imobiliárias cuja função é de apoio à saúde (hospitais militares, casas de saúde, farmácias, laboratórios militares de análises clínicas, etc.).

Justiça

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com questões de justiça militar (tribunais, casas de reclusão, etc.).

Apoio Social

Unidades imobiliárias destinadas ao apoio social dos militares (messes, habitações, lares e outros equipamentos de carácter social).

Mistos

Unidades imobiliárias em que existem mais do que uma das utilizações referidas, não sendo nenhuma delas prioritária em termos de ocupação de espaço.

Outros

Unidades imobiliárias cuja utilização não se integra em nenhuma das definições anteriores, nomeadamente faróis, farolins, estradas militares, etc.

Unidade Imobiliária

Todo o imóvel ou agrupamento imobiliário que seja fisicamente autónomo e independente e que apresente, em si mesmo, continuidade, qualquer que seja o número de freguesias em que se situe e o número de entidades afectárias ou utentes.

Imóvel

Prédio rústico ou urbano, afecto ao MDN, com ou sem personalidade jurídica, localizado no país ou no estrangeiro, incluindo edifícios ou construções de carácter provisório que se encontrem assentes no mesmo local por um período superior a 6 meses.

Agrupamento imobiliário

Conjunto de várias edificações separadas entre si, mas constituindo um todo, por se encontrarem interligadas por um espaço exterior comum, em regra, vedado.

Unidades Imobiliárias Adquiridas

Imóveis que passaram a integrar o património afecto ao MDN, independentemente da forma como a aquisição se processou (compra, permuta, arrendamento ou expropriação), sendo excluídas as novas construções.

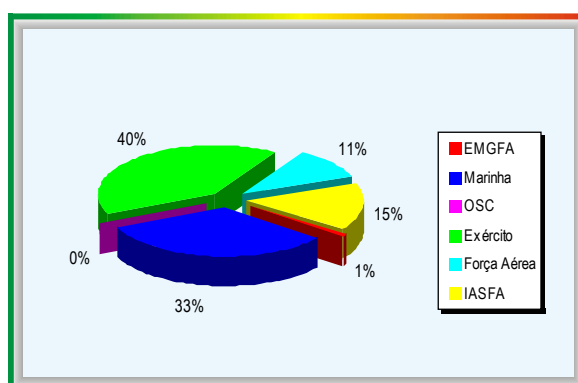
5.1 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2005

Localização	UI DO ESTADO						UI ARRENDADAS						TOTAL
	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	
Continente	(a) 2	3	261	425	83	174	-	-	7	21	(b) 7	-	983
RMN				86						8			94
GML				208						9			217
RMS				113						4			117
CMSM				3						-			3
CTAT				15						-			15
Açores	-	3	96	30	26	4	-	2	11	4	45	-	221
Madeira	-	4	21	12	11	1	-	-	3	4	-	-	56
USA	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	3
TOTAL	2	10	378	467	123	179	-	2	21	29	52	-	1.263

(a) Secretaria-Geral/MDN: PM9/Porto - Castelo da Foz; Forte de São Julião da Barra;

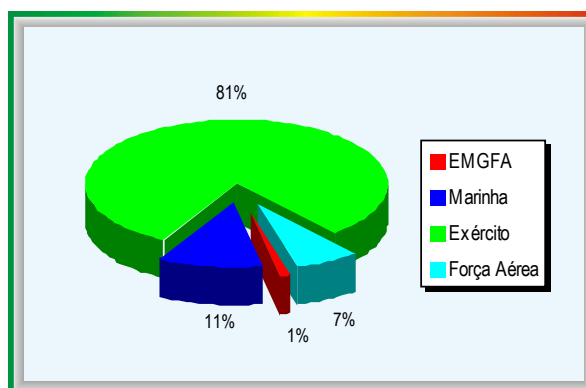
(b) Apenas se paga renda de 1.



5.2 – SERVIDÕES DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2005

Localização	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Continente	-	16	137	12	165
RMN			36		36
GML			58		56
RMS			37		37
CMSM			2		2
CTAT			6		6
Açores	1	3	4	1	9
Madeira	1	1	5	-	7
TOTAL	2	20	146	13	181

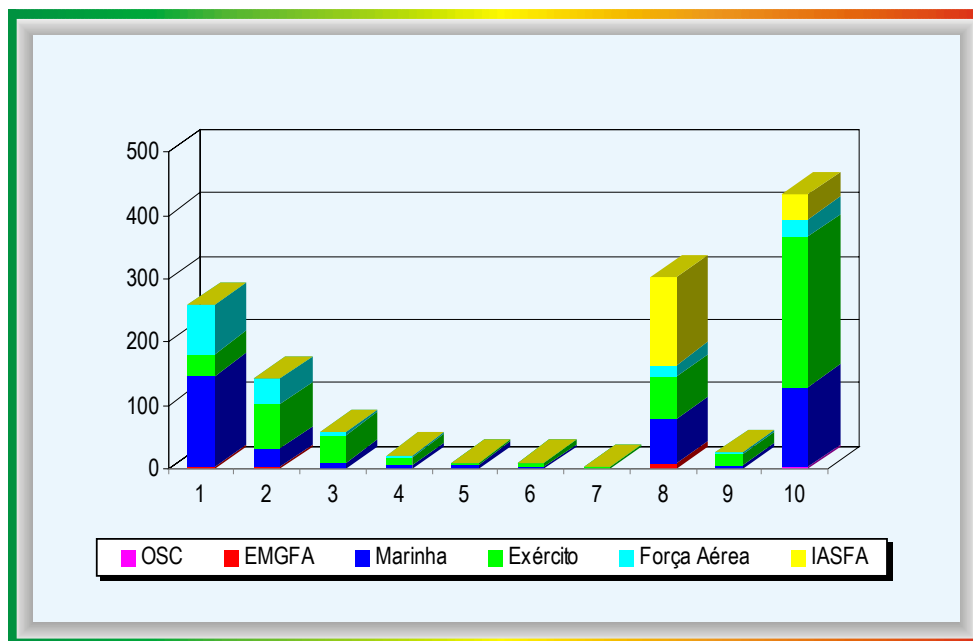


5.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2005

Afectação		Tipos de Utilização										TOTAL
		Operacional	Logístico-Administrativo	Formação e Instrução	Cultural	Ciência & Tecnologia	Saúde	Justiça	Apoio Social	Mistos	Outros	
OSC	Localização											
	Continente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(a) 2	2
	Açores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EMGFA	Continente	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	3
	Açores	1	-	-	-	-	-	-	4	-	-	5
	Madeira	1	-	-	-	-	-	-	3	-	-	4
Marinha	Continente	106	19	9	5	5	2	-	40	4	78	268
	Açores	33	11	-	-	2	-	-	22	1	38	107
	Madeira	5	-	-	-	-	-	-	8	-	11	24
Exército	Continente	29	56	41	12	2	8	3	56	17	222	446
	RMN	15	15	8	6	-	2	-	12	8	28	94
	GML	7	31	19	2	2	5	-	24	4	123	217
	RMS	4	10	9	4	-	1	3	19	5	62	117
	CMSM	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3
	CTAT	2	-	5	-	-	-	-	1	-	7	15
	Açores	4	6	2	-	-	-	-	7	1	14	34
	Madeira	3	7	1	1	-	-	-	3	-	1	16
Força Aérea	Continente	42	20	5	3	-	-	-	8	2	10	90
	Açores	27	21	-	-	-	-	-	7	-	16	71
	Madeira	8	-	-	-	-	-	-	1	-	2	11
	USA	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	3
IASFA	Continente	-	-	-	-	-	-	-	134	-	40	174
	Açores	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
	Madeira	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
TOTAL		259	142	58	21	9	10	3	302	25	434	1.263

(a) Forte de São Julião da Barra – residência oficial do Ministro da Defesa Nacional; PM9/Porto - Castelo da Foz – ocupado pelo Instituto de Defesa Nacional.



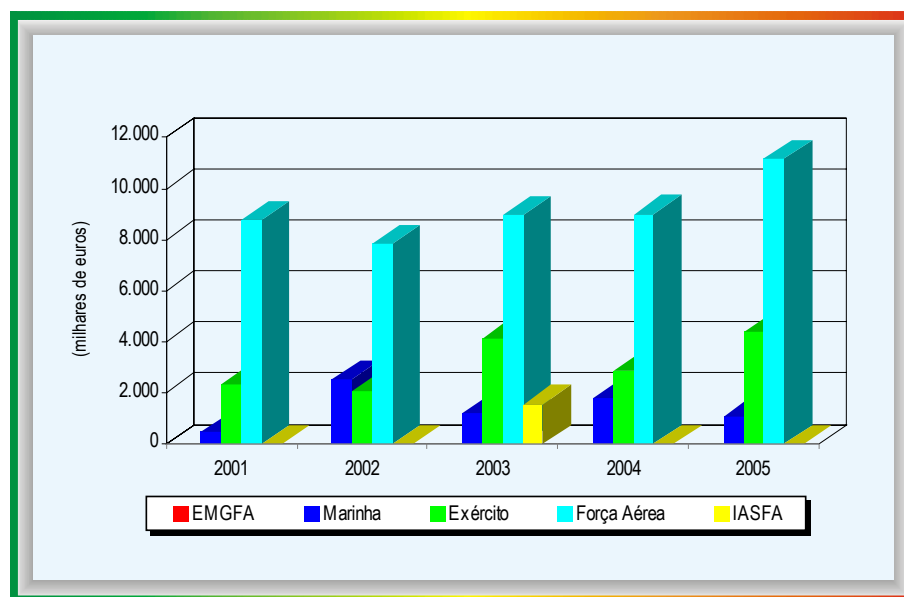
LEGENDA: 1 – Operacional; 2 – Logístico-Administrativo; 3 – Formação e Instrução; 4 – Cultural; 5 – Ciência & Tecnologia; 6 – Saúde; 7 – Justiça; 8 – Apoio Social; 9 – Mistos; 10 – Outros

5.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS

(milhares de euros)

Organismo	2001		2002		2003		2004		2005		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
OSC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EMGFA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marinha	461,4	4,1	2.507,2	20,3	1.179,0	7,5	1.779,0	13,1	1.069,1	6,4	6.995,7
Exército	2.346,8	20,2	2.043,7	16,5	4.137,0	26,2	2.835,5	20,8	4.385,4	26,4	15.748,4
Força Aérea	8.776,3	75,7	7.820,8	63,2	8.952,4	56,7	8.989,0	66,1	11.150,0	67,2	45.688,5
IASFA	-	-	-	-	(a) 1.532,0	9,6	-	-	-	-	1.532,0
TOTAL	11.584,5	100,0	12.371,7	100,0	15.800,4	100,0	13.603,5	100,0	16.604,5	100,0	69.964,6

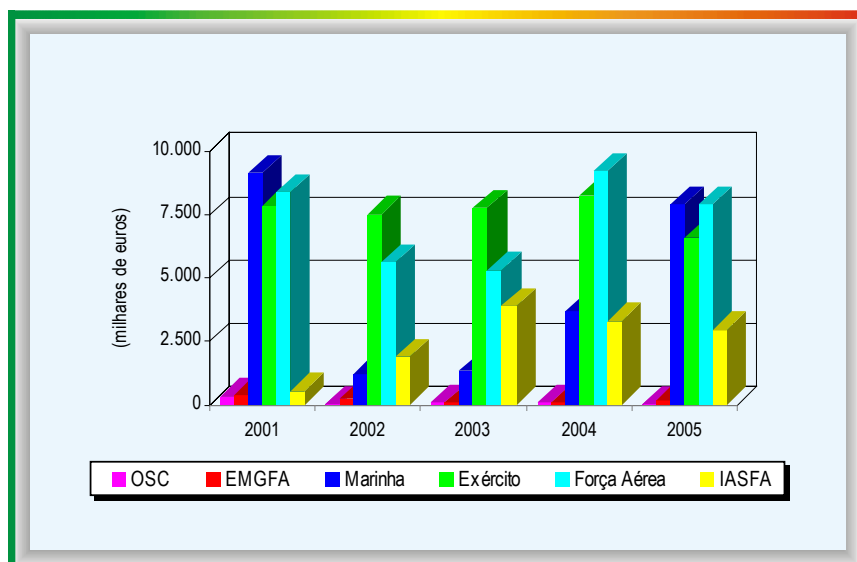
(a) Construção da capela do CASPorto.



5.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS

(milhares de euros)

Organismo	2001		2002		2003		2004		2005		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
OSC	345,2	1,3	16,5	0,1	69,2	0,4	86,5	0,4	9,5	0,0	526,9
EMGFA	392,6	1,5	216,8	1,3	114,0	0,6	115,4	0,5	206,9	0,8	1.045,7
Marinha	9.157,9	34,3	1.236,5	7,5	1.332,0	7,2	3.705,0	15,0	7.900,4	30,9	23.331,8
Exército	7.870,5	29,5	7.531,6	45,6	7.784,7	42,0	8.237,2	33,4	6.596,5	25,8	38.020,5
Força Aérea	8.374,8	31,4	5.619,3	34,0	5.307,5	28,7	9.200,0	37,3	7.908,0	30,9	36.409,6
IASFA	536,2	2,0	1.890,8	11,5	3.911,9	21,1	3.317,2	13,4	2.954,3	11,6	12.610,4
TOTAL	26.677,2	100,0	16.511,5	100,0	18.519,3	100,0	24.661,3	100,0	25.575,6	100,0	111.944,9



5.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFECTOS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2005

Afectação		Edifícios Classificados		Edifícios em Vias de Classificação		TOTAL
		Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	
OSC	Localização					
	Continente	-	(a) 1	-	-	1
	Açores	-	-	-	-	-
EMGFA	Continente	1	-	-	-	1
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-
Marinha	Continente	3	13	-	-	16
	Açores	-	1	-	-	1
	Madeira	-	1	-	-	1
Exército	Continente	20	11	-	10	41
	RMN	3	4	-	-	7
	GML	9	5	-	4	18
	RMS	8	2	-	6	16
	CMSM	-	-	-	-	-
	CTAT	-	-	-	-	-
	Açores	-	3	-	-	3
Madeira	1	-	-	-	1	
Força Aérea	Continente	-	-	-	2	2
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-
IASFA	Continente	-	CASRuna e CASLisboa (b) 2	-	-	2
	Açores	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-
TOTAL		25	32	-	12	69

(a) Forte de S. Julião da Barra (classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Dec. n.º 41 191, de 18.07.1957);

(b) Instalações da ex-Cooperativa Militar;

(c) No Exército, a diferença de dados relativamente ao anterior anuário resulta da correcção efectuada durante o inventário em curso.

5.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS

(m² x 1 000)

Localização	OSC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		IASFA		TOTAL (a)	
	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC
Continente	-	-	50,0	30,5	11.372,6	483,1	102.891,0	1.781,0	108.996,0	*	-	-	223.309,6	2.294,6
RMN							4.651,0	266,0					4.651,0	266,0
GML							12.150,0	656,0					12.150,0	656,0
RMS							16.891,0	472,0					16.891,0	472,0
CMM							57.183,0	183,0					57.183,0	183,0
CTAT							11.996,0	204,0					11.996,0	204,0
Açores	-	-	42,1	5,1	397,4	28,0	1.023,0	51,0	7.087,0	*	-	-	8.549,5	84,1
Madeira	-	-	10,7	2,2	158,7	7,0	250,0	64,0	668,0	*	-	-	1.087,4	73,2
USA	-	-	-	-	-	-	-	-	5,7	0,7	-	-	5,7	0,7
TOTAL (a)	-	-	102,8	37,7	11.928,7	518,1	104.164,0	1.896,0	116.756,7	0,7	-	-	232.952,2	2.452,6

(a) No Exército, a diferença de dados relativamente aos anteriores anuários resulta da correcção efectuada durante o inventário em curso.

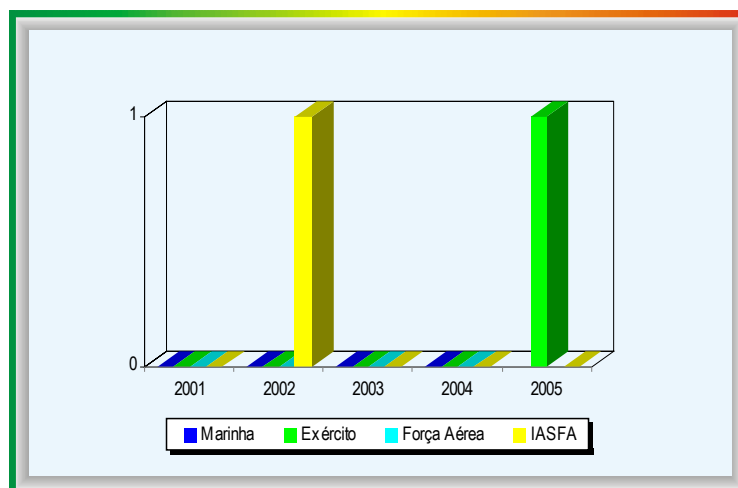
AT – Área do terreno

ABC – Área bruta de construção (* recolha ainda não completada)

5.8 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS ADQUIRIDAS

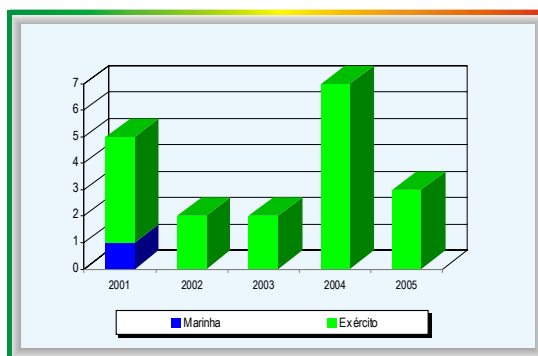
Ano	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2005	-	-	-	1	-	-	1
2004	-	-	-	-	-	-	-
2003	-	-	-	-	-	-	-
2002	-	-	-	-	-	* 1	1
2001	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	1	-	1	2

* Atribuído pelo Despacho n.º 267/MDN/2001.



5.9 – ALIENAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFECTAS À DEFESA NACIONAL

Afectação	Localização	2001	2002	2003	2004	2005	TOTAL
OSC	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
EMGFA	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-	-
Marinha	Continente	1	-	-	-	-	1
	Açores	-	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-	-
Exército	Continente	3	2	1	7	3	16
	RMN	-	-	-	2	1	2
	GML	2	1	1	2	2	10
	RMS	1	1	-	3	-	4
	CMSM	-	-	-	-	-	-
	CTAT	-	-	-	-	-	-
	Açores	1	-	1	-	-	2
Força Aérea	Madeira	-	-	-	-	-	-
	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
	Madeira	-	-	-	-	-	-
IASFA	USA	-	-	-	-	-	-
	Continente	-	-	-	-	-	-
	Açores	-	-	-	-	-	-
TOTAL	Madeira	-	-	-	-	-	-
		5	2	2	7	3	19



5.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS

Ano: 2005

Localização	OSC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades	N.º de unidades
Continente	-	-	301	689	508	1.676	3.174
RMN				166			166
GML				263			263
RMS				160			160
CMSM				72			72
CTAT				28			28
Açores	-	-	204	70	196	30	500
Madeira	-	-	41	54	2	-	97
USA	-	-	-	-	3	-	3
TOTAL	-	-	546	813	709	1.706	3.774

OBS.: Por uma questão conservativa, os dados do Exército mantêm-se inalterados, ficando no entanto o apontamento de que os mesmos se encontram em processo de revisão.

5.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES

Ano: 2005

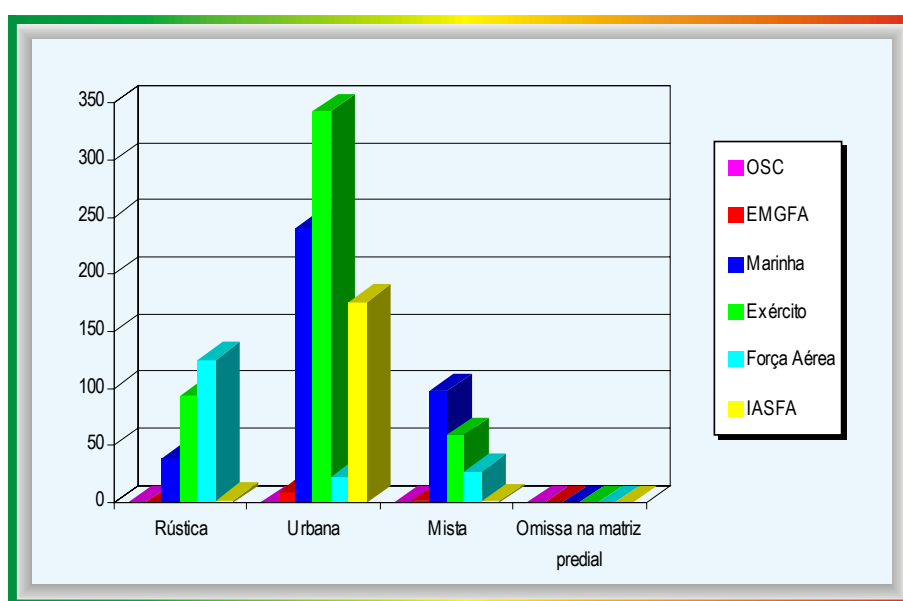
Afectação	Localização	N.º de Unidades		Capacidade de Alojamento		Capacidade de Alimentação	
		N.º de quartéis e bases	N.º de camas	N.º de camas	N.º de refeições servidas/hora		
Marinha	Continente	-	14	-	6.627	-	5.701
	ZMN	-	2	-	141	-	60
	ZMC	-	10	-	6.406	-	5.576
	ZMS	-	2	-	80	-	65
	Açores	-	2	-	84	-	160
	Madeira	-	2	-	72	-	76
Exército	Continente	-	73	-	34.015	-	30.917
	RMN	-	29	-	9.245	-	8.041
	GML	-	18	-	9.273	-	10.320
	RMS	-	12	-	4.997	-	5.856
	CMSM	-	10	-	5.200	-	3.200
	CTAT	-	4	-	5.300	-	3.500
	Açores	-	-	-	1.200	-	-
	Madeira	-	-	-	1.100	-	-
Força Aérea	Continente	-	17	-	6.783	-	7.620
	Açores	-	1	-	421	-	350
	Madeira	-	1	-	-	-	-
	USA	-	-	-	-	-	-
TOTAL		-	110	-	50.302	-	44.824

5.12 – NATUREZA DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2005

Organismo	Rústica	Urbana	Mista	Omissa na Matriz Predial	TOTAL
OSC	-	-	-	-	-
EMGFA	-	9	1	-	10
Marinha	39	241	98	-	378
Exército	94	343	59	-	496
Força Aérea	125	23	27	-	175
IASFA	2	176	1	-	179
TOTAL	260	792	186	-	1.238

OBS.: Dados do Exército em revisão.



SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

NOTA EXPLICATIVA

Tendo em conta as competências atribuídas à DGIE, relativamente aos dados estatísticos recolhidos de acordo com o formulário aprovado pelo Conselho dos Sistemas e Tecnologias de Informação da Defesa (CSTID), e no intuito de uma informação mais alargada e melhorada, são englobados neste capítulo os quadros e gráficos resultantes da recolha e tratamento estatístico dos elementos solicitados no novo formulário com dados respeitantes aos Sistemas e Tecnologias de Informação pelo EMGFA, Ramos das Forças Armadas, Órgãos e Serviços Centrais (OSC) do MDN, com excepção da Secretaria-Geral, Polícia Judiciária Militar (PJM), Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM), Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN), Instituto da Defesa Nacional (IDN), Liga dos Combatentes (LC) e Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência (CNPCE).

CONCEITOS

1. *Hardware*

Computador de grande porte (*Mainframe*)

Sistema central desenhado para suprir as necessidades de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina significativos – geralmente sistemas proprietários e instalados num centro de informática – e que obrigam a condições ambientais e de instalação específicas.

Inclui todo o equipamento central (ex.: unidade de bandas, de discos, impressoras, *front-end* de comunicações, etc.).

Minicomputador (Departamental)

Sistema de médio porte, multi-utilizador, desenhado para suprir as necessidades de um departamento de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina médios, possibilitando a sua portabilidade e geralmente utilizando sistemas operativos do tipo *UNIX*, *OS/400* ou *Windows NT*, etc.

Microcomputador (PC's)

Sistema de pequeno porte, normalmente monoposto e de uso pessoal, com capacidade de processamento e comunicações próprias, orientados para o tratamento de aplicações de uso geral.

Inclui a unidade de processamento, o monitor, o teclado e o rato. O equipamento deverá ser considerado enquanto solução autónoma, bem como quando utilizado em rede.

Periférico

Dispositivo ligado e controlado por um computador e susceptível de com ele comunicar (ex.: impressoras, *drives* de disco, *scanners*, etc.).

Inclui os terminais não inteligentes dos computadores de grande porte e dos minicomputadores.

Comunicações

Engloba os equipamentos de rede (ex.: *routers, bridges, switches, gateways*, repetidores, concentradores, etc.) e o respectivo suporte físico (ex.: fibra óptica, cabo coaxial, par entrançado, UTP, *wireless*, etc.).

2. Software

Sistema operativo

Programa ou conjunto coordenado de programas de controlo que gerem as funções internas do computador e que disponibilizam meios de controle das respectivas tarefas (ex.: *Windows 95/98/NT, UNIX, OS2, MS-DOS, Novell*, etc.).

Inclui para os computadores de grande porte todo o software indispensável para o seu correcto funcionamento.

SGBD – Sistema de gestão de base de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas que têm como função assegurar a gestão automatizada de uma base de dados e o controlo e gestão dos utilizadores que lhe acedem (ex.: *ORACLE, DB2, SQL Server*, etc.).

Ferramenta de desenvolvimento

Programa ou conjunto coordenado de programas cujo objectivo é o desenvolvimento de aplicações. Tipicamente inclui um editor, a linguagem de programação com compilador, *linker* e *debugger* e uma livreria de módulos e funções prontas a usar (ex.: *C, Pascal, Visual Basic, Java*, etc.).

Ferramenta de produtividade individual

Programa ou conjunto coordenado de programas, normalmente orientado para computadores pessoais, cujo objectivo é potenciar facilidades que contribuam para o aumento significativo da produtividade pessoal num sistema informático (ex.: folhas de cálculo, bases de dados, processadores de texto, SW de apresentação e edição gráfica, etc.).

SW de transferência de dados

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a transferência de dados entre sistemas, a emulação e o controlo de comunicações (ex.: *mail, EDI, PC3270, FTP, TCP-IP, SNA*, etc.).

SW de segurança

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a de garantir a segurança da informação num sistema informático (ex.: *Firewall*, SW de autenticação e encriptação, antivírus, etc.).

SW aplicacional

Programa ou conjunto coordenado de programas que se destinam a fazer face a tarefas concretas e específicas do organismo.

3. Serviços

Desenvolvimento de SW

Actividades que englobam a aquisição de serviços de programação e/ou de aplicações desenvolvidas à medida, contratadas a um fornecedor externo à organização.

Manutenção de HW e SW

Actividade que tem por fim conservar ou repor uma unidade funcional num estado que lhe permita desempenhar a sua função.

Formação

Acções de formação na área dos Sistemas e Tecnologias de Informação (SI/TI).

Comunicações

Serviços na área das comunicações prestados por operadores de comunicações.

Inclui os custos de assinatura e de utilização.

Consultoria

Serviços prestados por um fornecedor externo em funções de estudo, análise, aconselhamento e orientação na área dos SI/TI.

Outro *outsourcing*

Entrega da execução de uma função da organização, na área dos SI/TI, a um fornecedor externo, não incluída em rubrica anterior.

5.13 - SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

5.13.1 - Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços

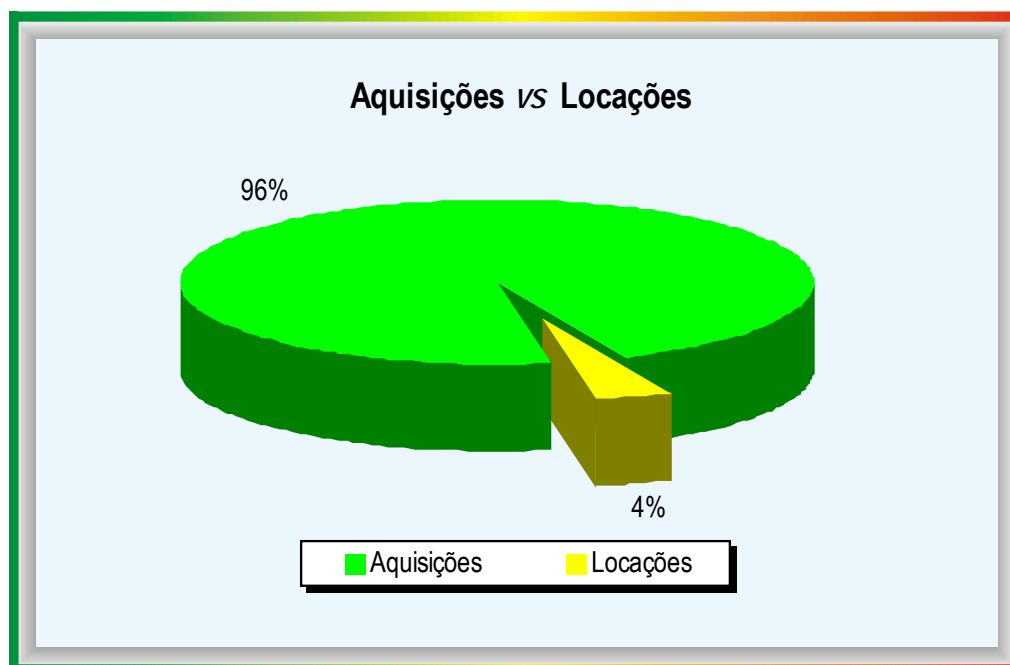
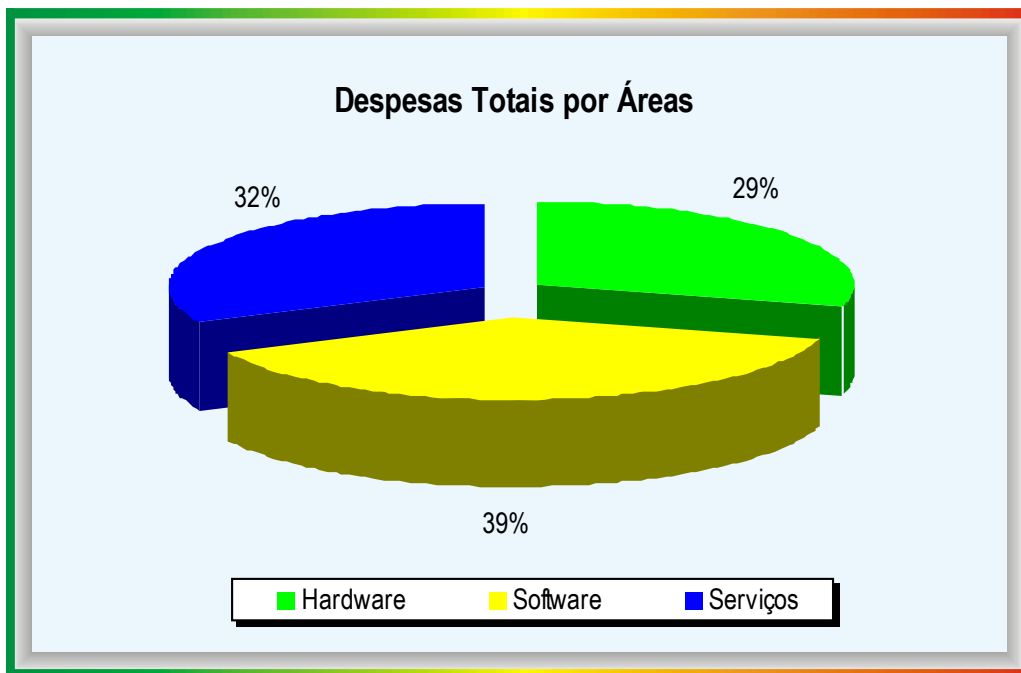
(euros)

Bens e Serviços		MDN(*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL		
		Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	
Equipamento Informático <i>Hardware</i>	Computadores de Grande Porte	A	1	1.694,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1.694,00
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Minicomputadores	A	13	61.677,51	7	57.143,82	95	386.060,17	88	368.370,07	23	202.310,00	226	1.075.561,57
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	287	226.662,33	113	103.231,60	1.183	780.717,13	873	590.916,89	1.665	1.320.101,00	4.121	3.021.628,95
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Periféricos	A	546	125.055,47	6	8.776,00	2.322	845.134,34	1.038	302.373,51	216	174.162,00	4.128	1.455.501,32
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	1	28.688,00	1	28.688,00
	Comunicações	A	21	15.422,94	-	330.880,20	399	240.810,46	131	30.168,78	18	264.028,00	569	881.310,38
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	A	868	430.512,25	126	500.031,62	3.999	2.252.722,10	2.130	1.291.829,25	1.922	1.960.601,00	9.045	6.435.696,22	
	L	-	-	-	-	1	108.838,07	-	-	1	28.688,00	2	137.526,07	
Suporte Lógico <i>Software</i>	Sistemas Operativos	A	93	62.634,60	-	-	379	31.229,34	1	274.929,97	9	2.894,00	482	371.687,91
		L	-	-	526	65.000,00	-	-	-	-	1	393.873,00	527	458.873,00
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	11	42.683,71	-	-	-	-	1	31.043,86	-	-	12	73.727,57
		L	-	-	2	2.038,00	-	-	-	-	-	-	2	2.038,00
	Ferramentas de Desenvolvimento	A	2	4.568,96	1	360,00	5	12.839,16	8	35.746,33	4	9.381,00	20	62.895,45
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	18	6.491,17	-	-	9	2.967,59	9	52.087,71	1.546	400.180,00	1.582	461.726,47
		L	-	-	459	58.000,00	-	-	-	-	-	-	459	58.000,00
	SW de Transferência de Dados	A	-	-	-	-	46	10.274,45	-	-	-	-	46	10.274,45
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SW de Segurança	A	202	5.373,30	-	-	3.262	79.989,24	4	15.311,07	204	10.948,00	3.672	111.621,61	
	L	-	-	597	61.192,00	-	-	-	-	-	-	597	61.192,00	
SW Aplicacional	A	57.274	6.584.295,22	-	-	61	266.312,12	-	-	4	99.962,00	57.339	6.950.569,34	
	L	32	64.126,66	-	-	-	-	-	-	-	-	32	64.126,66	
Subtotal	A	57.600	6.706.046,96	1	360,00	3.762	403.611,90	23	409.118,94	1.767	523.365,00	63.153	8.042.502,80	
	L	32	64.126,66	1.584	186.230,00	-	-	-	-	1	393.873,00	1.617	644.229,66	
Serviços	Desenvolvimento de <i>Software</i>	A	9	2.087.001,36	-	5.831,00	6	5.798,29	-	-	-	-	15	2.098.630,65
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Manutenção de <i>Hardware e Software</i>	A	82	24.589,13	-	14.823,00	415	1.919.739,48	19	51.711,05	74	959.539,00	590	2.970.401,66
		L	11	7.048,40	-	-	2	16.832,02	-	-	-	-	13	23.880,42
	Formação	A	41	191.963,02	-	45.489,00	-	29.486,29	12	38.217,26	163	40.424,00	216	345.579,57
		L	5	3.323,10	-	-	-	-	-	-	-	-	5	3.323,10
	Comunicações	A	538	450.091,12	-	62.710,00	49	84.895,81	258	184.084,65	5	72.235,00	850	854.016,58
		L	14	27.894,82	-	-	-	-	-	-	-	-	14	27.894,82
	Consultoria	A	37	279.376,69	-	22.687,00	10	102.674,31	2	159.944,00	2	88.953,00	51	653.635,00
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro <i>Outsourcing</i>	A	-	-	-	62.070,00	-	-	7	150.123,49	1	97.284,00	8	309.477,49	
	L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subtotal	A	707	3.033.021,32	-	213.610,00	480	2.142.594,18	298	584.080,45	245	1.258.435,00	1.730	7.231.740,95	
	L	30	38.266,32	-	-	2	16.832,02	-	-	-	-	32	55.098,34	
TOTAL		A	59.175	10.169.580,53	127	714.001,62	8.241	4.798.928,18	2.451	2.285.028,64	3.934	3.742.401,00	73.928	21.709.939,97
		L	62	102.392,98	1.584	186.230,00	3	125.670,09	-	-	2	422.561,00	1.651	836.854,07

(*) Inclui os OSC/MDN , PJM, IASFA, LC, IGDN, IDN e CNPCE.

A – Aquisição

L – Locação



5.13.2 - Existências referidas a 31 de Dezembro de 2005

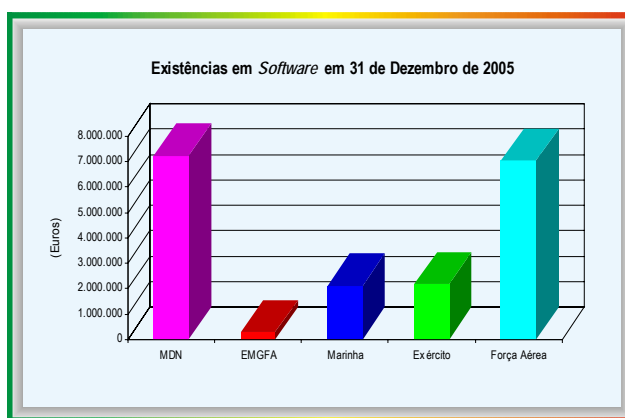
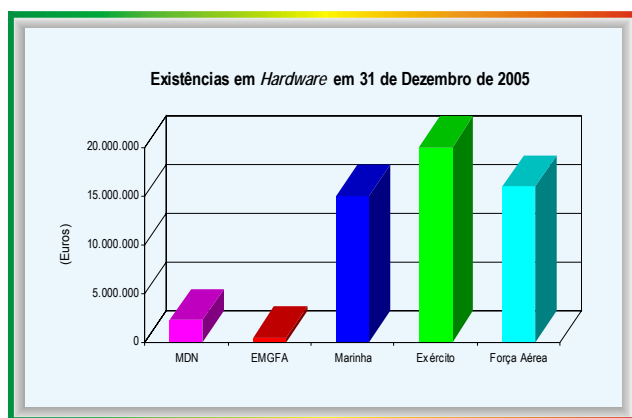
(euros)

Bens e Serviços		MDN(*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		Total		
		Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	
Equipamento Informático <i>Hardware</i>	Computadores de Grande Porte	A	1	1.694	-	-	-	-	1	364.746	1	1.496.394	3	1.862.834
		L	-	-	-	-	1	1.972.421	-	-	-	-	1	1.972.421
	Minicomputadores	A	41	163.272	15	52.500	144	806.825	833	3.804.336	69	642.310	1.102	5.469.244
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	1.209	1.178.943	511	240.400	5.991	6.746.777	7.780	10.183.885	3.968	4.198.851	19.459	22.548.856
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Periféricos	A	1.071	510.482	407	61.050	8.133	3.933.312	7.754	5.018.477	1.465	621.015	18.830	10.144.337
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	1	28.688	1	28.688
	Comunicações	A	263	418.416	68	162.000	1.534	1.541.207	830	618.417	18	8.992.991	2.713	11.733.031
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		A	2.585	2.272.807	1.001	515.950	15.802	13.028.121	17.198	19.989.861	5.521	15.951.561	42.107	51.758.300
		L	-	-	-	-	1	1.972.421	-	-	1	28.688	2	2.001.109
Suporte Lógico <i>Software</i>	Sistemas Operativos	A	406	75.317	-	-	1.015	230.444	4.720	779.899	3.335	625.371	9.476	1.711.031
		L	60	26.974	526	65.000	1	541.896	-	-	1	1.984.084	588	2.617.953
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	17	116.241	-	-	215	150.912	93	354.929	638	548.195	963	1.170.276
		L	1	1.500	2	2.038	2	184.307	-	-	3	727.603	8	915.448
	Ferramentas de Desenvolvimento	A	8	11.209	7	2.360	25	123.265	117	243.989	136	69.979	293	450.803
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	384	142.947	-	-	364	141.112	477	437.902	4.241	1.692.185	5.466	2.414.146
		L	60	26.974	459	58.000	-	-	-	-	-	-	519	84.974
	SW de Transferência de Dados	A	2	1.856	-	-	59	29.588	355	175.642	770	78.822	1.186	285.907
		L	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SW de Segurança	A	386	15.636	-	-	2.437	132.610	51	52.716	4.610	271.314	7.484	472.276	
	L	-	-	597	61.192	1	7.548	-	-	-	-	598	68.740	
SW Aplicacional	A	57.327	6.735.119	6	100.000	172	551.286	71	127.556	1.532	1.035.117	59.108	8.549.078	
	L	32	64.127	-	-	-	-	-	-	-	-	32	64.127	
Subtotal		A	58.530	7.098.325	13	102.360	4.287	1.359.217	5.884	2.172.633	15.262	4.320.983	83.976	15.053.518
		L	153	119.575	1.584	186.230	4	733.751	-	-	4	2.711.687	1.745	3.751.243
TOTAL		A	61.115	9.371.132	1.014	618.310	20.089	14.387.338	23.082	22.162.494	20.783	20.272.544	126.083	66.811.818
		L	153	119.575	1.584	186.230	5	2.706.172	-	-	5	2.740.375	1.747	5.752.352

(*) Inclui os OSC/MDN , PJM, IASFA, LC, IGDN, IDN e CNPCE.

A – Aquisição

L – Locação



5.13.3 - Áreas informatizadas - Percentagem

Áreas Comuns	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
1. Gestão de Recursos Financeiros	50	0	40	100	100	100	100	90	50	100
1.1. Contabilidade	100	0	80	100	100	100	100	100	50	100
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	100	100	100	100	95	<input type="checkbox"/>	100
2. Gestão de Recursos Humanos	50	0	40	100	100	100	100	95	80	<input type="checkbox"/>
2.1. Formação de Pessoal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	10	0	0	20	80	<input type="checkbox"/>
3. Gestão de Recursos Materiais	0	0	30	100	100	100	50	85	80	<input type="checkbox"/>
3.1. Gestão de Stocks	0	0	30	100	100	100	50	90	80	<input type="checkbox"/>
4. Planeam. e Calendarização Actividades	<input type="checkbox"/>	0	30	<input type="checkbox"/>	50	90	50	60	0	100
5. Concepção e Gestão de Projectos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	0	30	25	60	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Apoio à Decisão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	55	<input type="checkbox"/>	0	50	0	40	60	<input type="checkbox"/>
7. Gestão Documental / Cent. Document.	100	0	85	25	100	20	0	10	0	100
8. Gestão de Correspondência	100	100	80	100	100	0	100	95	50	100
9. Gestão de Processos Administrativos	50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	100	15	20	100	30	0	100
Produção (Actividades Específicas)										
10. Recolha / Recepção de Informação	30	100	35	50		50	0	50	100	100
11. Registo de Informação	30	100	45	100		50	0	85	100	100
12. Organiz. Informação em Base de Dados	30	100	25	100		10	0	90	100	100
13. Process. e Tratamento da Informação	30	100	85	25		50	0	70	100	100
14. Difusão da Informação	0	<input type="checkbox"/>	25	25		50	0	60	50	100
Outras										
15. Gestão Operacional			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>				
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas			<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>				
17. Gestão de Compras e Vendas						<input type="checkbox"/>				
18. Organiz. Informação em Base de Dados						<input type="checkbox"/>				
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)						<input type="checkbox"/>				
20. Recrutamento						<input type="checkbox"/>				
21. Biblioteca						100				

Não aplicável

5.13.3 - Áreas informatizadas - Percentagem (Continuação)

Áreas Comuns	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM
1. Gestão de Recursos Financeiros	100	100	100	100	50	
1.1. Contabilidade	100	100	100	100	100	
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	100	100	100	100	<input type="checkbox"/>	
2. Gestão de Recursos Humanos	80	60	90	100	<input type="checkbox"/>	
2.1. Formação de Pessoal	50	55	<input type="checkbox"/>	100	<input type="checkbox"/>	
3. Gestão de Recursos Materiais	50	65	75	90	50	
3.1. Gestão de <i>Stocks</i>	80	70	100	100	50	
4. Planeam. e Calendarização Actividades	20	70	<input type="checkbox"/>	80	<input type="checkbox"/>	
5. Concepção e Gestão de Projectos	0	50	<input type="checkbox"/>	70	<input type="checkbox"/>	
6. Apoio à Decisão	30	50	10	75	<input type="checkbox"/>	
7. Gestão Documental / Cent. Document.	20	55	5	80	100	
8. Gestão de Correspondência	100	60	5	80	100	
9. Gestão de Processos Administrativos	20	50	35	55	<input type="checkbox"/>	
Produção (Actividades Específicas)						
10. Recolha / Recepção de Informação	<input type="checkbox"/>	60	50	90	50	
11. Registo de Informação	<input type="checkbox"/>	60	50	90	50	
12. Organiz. Informação em Base de Dados	<input type="checkbox"/>	50	100	90	50	
13. Process. e Tratamento da Informação	<input type="checkbox"/>	60	100	90	50	
14. Difusão da Informação	<input type="checkbox"/>	55	80	90	50	
Outras						
15. Gestão Operacional		40		90		
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas		45		90		
17. Gestão de Compras e Vendas		65		<input type="checkbox"/>		
18. Organiz. Informação em Base de Dados		50		<input type="checkbox"/>		
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)		50		<input type="checkbox"/>		
20. Recrutamento			85			
21. Biblioteca						

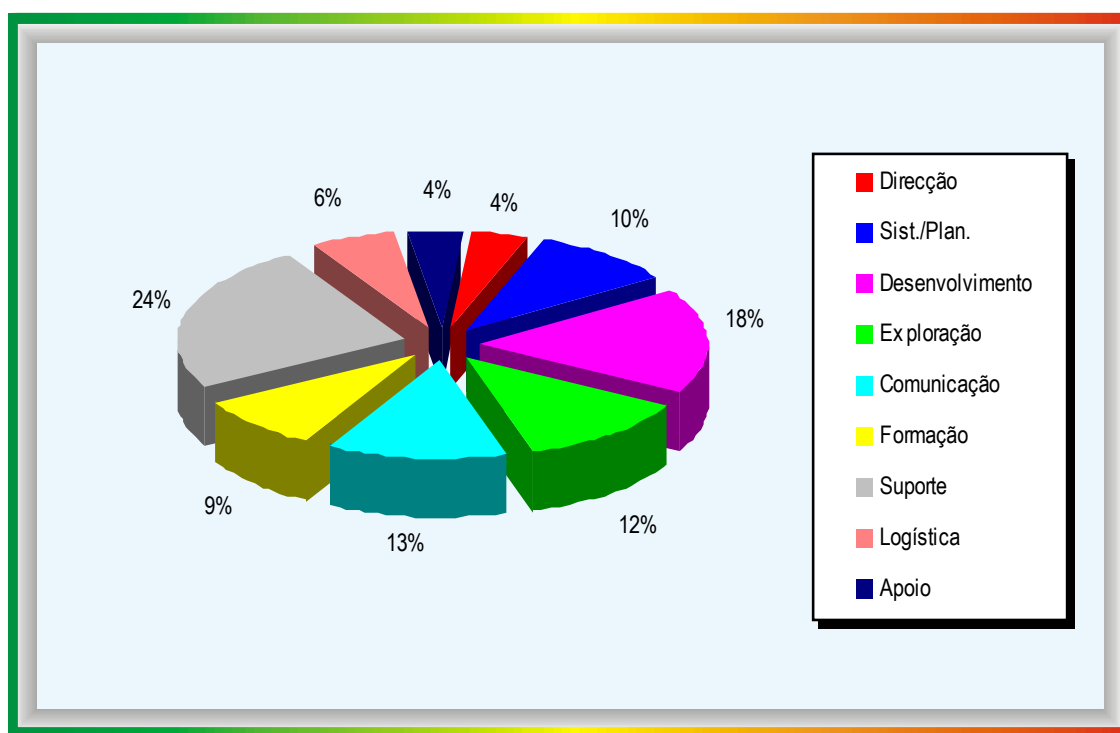
No Exército não foram considerados os estabelecimentos fabris (LMPQF, MM, OGFE e OGME).

Não aplicável

5.13.4 - Pessoal afecto exclusivamente às tecnologias de informação e comunicações (pessoal TIC)

Área	MDN (*)	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Direcção	7	4	3	4	3	21
Sistemas / Planificação	5	3	3	22	17	50
Desenvolvimento	10	3	24	24	27	88
Exploração	4	3	20	-	34	61
Comunicações	2	3	36	-	23	64
Formação	1	-	20	10	14	45
Suporte a Utilizadores	13	5	18	10	77	123
Outras						
Logística	3	1	25	-	-	29
Apoio	1	-	19	-	-	20
TOTAL	46	22	168	70	195	501

(*) Inclui os OSC/MDN, PJM, IASFA, LC, IGDN, IDN e CNPCE.



5.13.5 - Utilização da *Internet*. Disponibilização de informação na *Internet*

Área	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
Meio de Ligação à <i>Internet</i> (Mais Utilizado)										
Computadores ou postos com ligação individual		•					•			
Computadores ou postos partilhando uma ligação	•		•	•	•	•		•	•	•
Acesso à <i>Internet</i>										
Número de computadores ligados à <i>Internet</i>	77	52	46	117	150	83	90	130	49	21
Número de trabalhadores com acesso à <i>Internet</i>	95	52	43	117	150	76	90	165	49	21
Correio Electrónico										
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	77	52	43	117	150		0	110	49	21
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	95	52	43	117	150	75	0	10	49	0
Actividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da <i>Internet</i>										
Procura e recolha de informação / documentação	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Acesso a bases de dados		•		•	•		•	•	•	
Troca electrónica de ficheiros	•	•		•	•	•		•	•	
Correio electrónico	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Aquisição de bens e serviços <i>on-line</i>										•
Consulta de catálogos de aprovisionamento	•	•		•	•	•	•	•	•	
Formação de recursos humanos					•					
Comunicação interna entre os diversos departamentos		•	•	•	•	•			•	
Comunicação externa com outros organismos AP		•	•	•	•	•		•	•	•
Realização actividades de I&D em cooperação				•		•				
Interacção com outros órgãos ... (guichet único)										

• Disponível

5.13.5 - Utilização da *Internet*. Disponibilização de informação na *Internet* (Continuação)

Área	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM
<i>Meio de Ligação à Internet (Mais utilizado)</i>						
Computadores ou postos com ligação individual		•				
Computadores ou postos partilhando uma ligação	•		•	•	•	
<i>Acesso à Internet</i>						
Número de computadores ligados à <i>Internet</i>	249	X		1.715	21	
Número de trabalhadores com acesso à <i>Internet</i>	249	6.692	500	1.715	21	
<i>Correio Electrónico</i>						
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	488	5.599		1.398	21	
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	488	6.692	8.444	1.509	21	
<i>Actividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da Internet</i>						
Procura e recolha de informação / documentação	•	•	•		•	
Acesso a bases de dados		•			•	
Troca electrónica de ficheiros	•	•	•		•	
Correio electrónico	•	•	•		•	
Aquisição de bens e serviços <i>on-line</i>					•	
Consulta de catálogos de aprovisionamento	•	•	•		•	
Formação de recursos humanos					•	
Comunicação interna entre os diversos departamentos		•			•	
Comunicação externa com outros organismos AP	•	•	•		•	
Realização actividades de I&D em cooperação			•		•	
Interacção com outros órgãos ... (guichet único)			•		•	

• Disponível
X - Não disponível

5.13.6 - Presença do organismo na Internet

Área	DGIE	DGAED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA
Informação institucional acerca organismo	●	●	●	●	●	●	●	●
Informação acerca serviços prestados	X	●	□	●	●	●	●	●
Endereço electrónico para recepção ou pedidos de informação	●	●	●	●	●	●	●	●
Disponibilizado acesso a bases de dados	□	X	□	X	X	X	X	X
Disponibilizados formulários preenchimento <i>on-line</i>	X	●	□	X	□	●	X	X
Informação acerca oportunidade de recrutamento	□	●	□	X	●	□	X	□
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	X	●	□	X	X	X	X	□
Venda de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	□	□	□	□	□	X	X	□
Disponibilizados formulários para <i>download</i>	□	●	□	●	●	●	X	●
Recebimentos <i>on-line</i>	□	□	□	□	□	X	X	□
Fornecimento de serviços <i>on-line</i> recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	□	□	□	□	□	X	X	□

Área	IGDN	LC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM
Informação institucional acerca organismo	●	●	●	●	●	●	●	
Informação acerca serviços prestados	●	●	□	●	●	□	●	
Endereço electrónico para recepção ou pedidos de informação	●	●	●	●	●	●	●	
Disponibilizado acesso a bases de dados	X	●	□	X	X	●	□	
Disponibilizados formulários preenchimento <i>on-line</i>	□	X	□	X	X	X	□	
Informação acerca oportunidade de recrutamento	□	X	□	●	●	●	□	
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	□	□	□	●	□	□	□	
Venda de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	□	□	□	□	●	□	□	
Disponibilizados formulários para <i>download</i>	□	●	□	●	●	●	□	
Recebimentos <i>on-line</i>	□	X	□	□	X	□	□	
Fornecimento de serviços <i>on-line</i> recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	□	X	□	□	□	□	□	

- Disponível
- X - Não disponível
- Não aplicável

5.13.7 - Orientação do organismo relativamente à distribuição do acesso à *Internet* e correio electrónico

Área	DGIE		DGAED		DGPDN		DGPRM		SG/MDN		IDN		PJM		IASFA	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Inter-net	Cor-reio	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio
Para a estrutura superior			•	•											•	•
Para o secretariado da estrutura superior			•	•											•	•
Para o comando/direcção/chefia nív. inter.			•	•											•	•
Para os quadros técnicos			•	•											•	•
Para outros sectores em que a activ. justif.			•	•											•	
Utilização generalizada	•	•			•	•	•	•	•	•	•	•	•			

Área	IGDN		LC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		CNPCE		CPHM	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio
Para a estrutura superior			•		•		•	•	•	•	•	•				
Para o secretariado da estrutura superior			•				•	•	•	•	•	•				
Para o comando/direcção/chefia nív. inter.			•		•		•	•	•	•	•	•				
Para os quadros técnicos			•				•	•	•	•	•	•				
Para outros sectores em que a activ. justif.			•		•		•	•	•	•	•	•				
Utilização generalizada	•	•	•								•			•	•	

• Disponível

PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

NOTA EXPLICATIVA

O Prémio Defesa Nacional e Ambiente criado em 1993, por despacho conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, tem como objectivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Armadas portuguesas, vincando, assim, as suas preocupações pela preservação dos recursos naturais do nosso país.

O Regulamento do prémio actualmente em vigor foi aprovado pelo Despacho Conjunto n.º 1024/2000, dos Ministérios da Defesa Nacional e do Ambiente e Ordenamento do Território, publicado no Diário da República – II série, n.º 242, de 19 de Outubro.

5.14 - PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

5.14.1 - Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA	2001	2002	2003	2004	2005	TOTAL
Marinha	2	1	-	1	-	4
Exército	2	3	2	3	-	10
Força Aérea	-	-	2	2	-	4
TOTAL	4	4	4	6	-	18

5.14.2 - Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA	2001	2002	2003	2004	2005
Marinha	Direcção de Faróis da Armada – Energia Solar no Farol da Berlenga.	-	-	Instituto Hidrográfico – Reabilitação das Instalações da Azinheira.	Prémio não atribuído, por não terem sido apresentadas candidaturas no decorrer do ano de 2005.
Exército	-	Centro Militar de Educação Física e Desportos - Actividades Ambientais 2002.	Campo Militar de Santa Margarida – Aplicação de um Sistema de Gestão Ambiental em 2003.	-	
Força Aérea	-	-	-	Campo de Tiro de Alcochete – Actividades desenvolvidas no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental.	

NOTA EXPLICATIVA

O capítulo 6, da responsabilidade da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED), inclui dados estatísticos referentes a:

- Exportações e Importações de Material, Equipamentos e Tecnologias de Defesa;
- Equipamentos de Defesa e Lei de Programação Militar (LPM);
- Logística;
- Investigação e Desenvolvimento (I&D) na área da Defesa;
- Indústrias e empresas nacionais com actividades no âmbito do sector da Defesa;
- Qualidade, Normalização e Catalogação dos bens militares.

Os valores apurados respeitantes a 2005 e indicados nos quadros seguintes, resultaram de contributos do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do IASFA e da consulta efectuada às indústrias nacionais de armamento e afins, sendo os restantes elementos provenientes das actividades normais da DGAED.

CONCEITOS

Carro de Combate

Viatura de combate blindada e de auto-propulsão, com forte poder de fogo, munida fundamentalmente com uma peça principal de alta velocidade inicial, capaz de fazer tiro directo para alvos blindados e outros, com elevada mobilidade em todo o terreno, com um elevado nível de auto-protecção e que não está vocacionada nem equipada para transporte de tropas de combate.

Avião de Combate

Avião de asa fixa ou asa de geometria variável, armado e equipado para defrontar alvos, utilizando mísseis guiados, foguetes não-guiados, bombas, metralhadoras, canhões ou outras armas de destruição, assim como qualquer modelo ou versão de avião que desempenhe outras funções militares, tais como avião de transporte não armado, reconhecimento ou guerra electrónica.

Helicóptero de Combate

Aparelho de asa rotativa, armado e equipado para defrontar alvos ou equipado para desempenhar outras funções militares.

Fragata

Navio de 1.500 a 3.500 toneladas de deslocamento e comprimento entre 75 e 150 metros, com armamento anti-superfície, antiaéreo e anti-submarino e cuja missão principal é a escolta e a luta anti-submarina.

Corveta

Navio de menor deslocamento que as fragatas, comprimento entre 60 e 100 metros, com armamento semelhante mas de menor calibre, que desempenha o mesmo tipo de missões embora com menores capacidades oceânicas.

Patrulha

Navio de pequeno a médio deslocamento (200 a 400 toneladas) e comprimento inferior a 45 metros, destinado a operar junto a zonas costeiras em missões de vigilância, patrulha e defesa.

Lancha de Desembarque

Grande

Navio de 120 a 500 toneladas de deslocamento e comprimento entre os 25 e os 55 metros, capaz de transportar e desembarcar 2 a 3 carros de combate ou 300 a 450 combatentes.

Média

Navio com comprimento entre os 15 e os 25 metros, capaz de transportar e desembarcar 1 carro de combate ou 50 a 200 combatentes.

Pequena

Navio com comprimento entre os 7,5 e os 30 metros, destinado exclusivamente ao transporte e desembarque de pessoal.

Lancha de Fiscalização

Navio de pequeno deslocamento (inferior a 150 toneladas) e com comprimento inferior a 30 metros, com fraco armamento e destinado à fiscalização das águas ribeirinhas e interiores.

Navio

Hidrográfico

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos hidrográficos ou oceanográficos.

Balizador

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos relacionados com a manutenção e conservação dos meios de assinalamento marítimo.

Escola

Navio especificamente construído ou equipado para fins de instrução.

Reabastecedor

Navio com deslocamento entre 5.000 e 10.000 toneladas e com comprimento entre 40 e 140 metros, destinado a prover o reabastecimento no mar de outros navios, quer em combustíveis quer em outros produtos, tais como alimentos, sobressalentes, etc..

Submarino

Navio de guerra cuja especificidade reside na capacidade de efectuar operações navais em imersão.

Unidade Auxiliar de Marinha

Navio e embarcação que pelas suas características ou natureza do serviço a que se destinam não deva ser considerada como unidade naval.

6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

Os dados inseridos nos quadros 6.1.1 e 6.1.2 foram obtidos a partir das exportações efectuadas pelas indústrias de Defesa nacionais e outras empresas legalmente autorizadas. Os elementos indicados referem-se a bens e tecnologias de uso exclusivamente militar que, de acordo com o Decreto-Lei n.º 436/91, de 8 de Novembro, são licenciados pelo MDN (DGAED).

Os dados relativos ao quadro 6.1.3 foram obtidos a partir das importações efectuadas pelas empresas comerciais autorizadas, indústrias nacionais e Forças Armadas e Forças de Segurança, sendo apurados com base no Decreto-Lei n.º 436/91 e Portaria n.º 439/94, de 29 de Junho, que define os bens cujas operações de importação/exportação carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED.

O quadro 6.1.6 indica-nos a relação das empresas inscritas na DGAED que, nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro, estão autorizadas a exercer a actividade de comércio de bens e tecnologias militares previstos na Portaria nº 439/94, de 29 de Junho, incluindo a sua importação e exportação.

6.1.1 – Exportações de Bens e Tecnologias Militares - Valores Globais

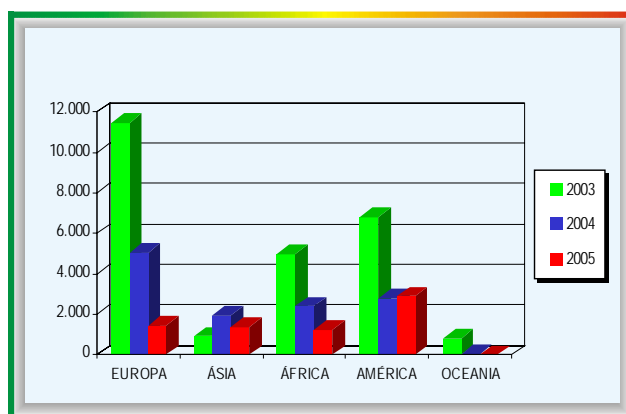
(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Ano	Valor (milhares de euros)
2005	6.994,4
2004	12.266,7
2003	25.027,7

6.1.2 – Exportações de Bens e Tecnologias Militares - Valores Globais por Áreas do Globo

(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

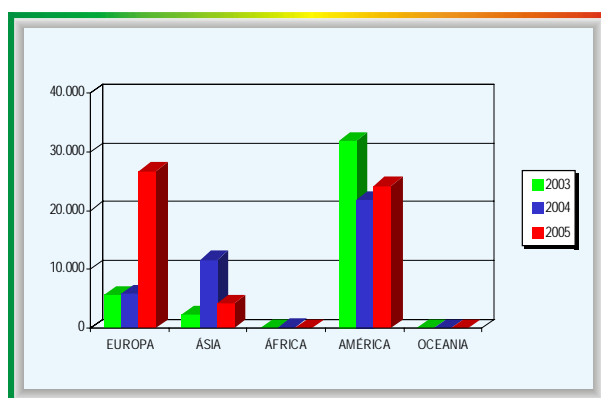
Continente	2003		2004		2005	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	11.470,1	45,8	5.058,3	41,3	1.458,5	20,9
ÁSIA	924,0	3,7	1.961,0	16,0	1.407,6	20,1
ÁFRICA	4.983,4	19,9	2.417,2	19,7	1.223,5	17,5
AMÉRICA	6.805,9	27,2	2.800,8	22,7	2.904,8	41,5
OCEANIA	844,3	3,4	29,4	0,3	-	-
TOTAL	25.027,7	100,0	12.266,7	100,0	6.994,4	100,0



6.1.3 – Importações de Bens e Tecnologias Militares - Valores Globais por Áreas do Globo

(Apenas as importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Continentes	2003		2004		2005	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	5.639,3	14,2	5.775,2	14,8	26.717,7	48,5
ÁSIA	2.315,4	5,8	11.608,1	29,6	4.190,8	7,6
ÁFRICA	-	-	72,1	0,2	-	-
AMÉRICA	31.844,0	80,0	21.721,2	55,4	24.201,0	43,9
OCEANIA	-	-	-	-	0,4	0,0
TOTAL	39.798,7	100,0	39.176,6	100,0	55.109,9	100,0



6.1.4 – Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares - Por Áreas do Globo

(Apenas as exportações e importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAED)

Ano: 2005

Continentes	Importação		Exportação		Saldo (Exp. - Imp.)
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)
EUROPA	26.717,7	48,5	1.458,5	20,9	-25.259,2
ÁSIA	4.190,8	7,6	1.407,6	20,1	-2.783,2
ÁFRICA	-	-	1.223,5	17,5	1.223,5
AMÉRICA	24.201,0	43,9	2.904,8	41,5	-21.296,2
OCEANIA	0,4	0,0	-	-	-0,4
TOTAL	55.109,9	100,0	6.994,4	100,0	-48.115,5

6.1.5 – Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares - por Países Agregados em Organizações Internacionais a que Portugal Pertence

Ano: 2005

Organização	Importação (milhares de euros)	Exportação (milhares de euros)	Saldo Exportação-Importação (milhares de euros)	Exp/Import * 100 (%)
NATO	50.511,6	4.266,3	-46.245,3	8,5
UEO	26.600,2	1.195,5	-25.404,7	4,5
UE	26.435,1	1.195,5	-25.239,6	4.5

6.1.6 – Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Actividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares (*)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da Actividade	Capital Social
A. Montez, S.A.	Lisboa	Armas, Geral	450.000
A. Paukner, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	49.880
A. Silva Leal, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	1.995
Antero Lopes, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	160.000
Apcol, Lda.	Prior Velho	Geral - Bens e tecnologias militares	9.976
Browning Viana	Viana do Castelo	Fabrico e comércio de armas	3.250.000
Capli, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	4.988
Cartil, Lda.	Amadora	Electrónica/Telecomunicações - Reparação e assistência	500.000
CPMB, S.A.	Lisboa	Munições, explosivos, pólvoras. Geral - Bens e tecnologias militares	149.639
Croker Delaforce, S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	473.858
E. Dias Serras, Lda.	Lisboa	Electrónica, produtos náuticos. Geral - Bens e tecnologias militares	280.000
Eastécnica III, S.G.P.S.	Porto Salvo	Telecomunicações, multimédia, audiovisuais - Instalação/manutenção	747.000
Edisoft, S.A.	Lisboa	Informática, prestação de serviços de consultadoria, assistência	500.000
E.C.V., S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	1.750.000
Espaçomar, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Fralibra, Lda.	Amadora	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Head Solutions	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	6 000
Honos, Lda.	Algés	Material aeronáutico e armamento	100.000
IDD, S.A.	Alcochete	Geral - Bens e tecnologias militares	50.000
IEMA, Lda.	Lisboa	Aeronáutica, material de detecção física e química	5.009
Indep, S.A.	Lisboa	Comércio de todos os produtos fabricados e reparados	11.971.150
Induma, Lda.	Lisboa	Comércio de armamento	48.880
ITB - Comércio Internacional, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	9.976
Iveco, Lda.	Castanheira do Ribatejo	Viaturas militares, componentes, peças. Geral - Bens e tecnologias militares	15.961.533
J. Nicolau, Lda.	Alfragide	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Lasi Electrónica, Lda.	Barcarena	Electrónica, Geral - Bens e tecnologias militares	24.940
LISSA, Lda.	Amadora	Transitário de mercadorias - Bens e tecnologias militares	50.000
Lousafil, S. A.	Lousada	Vestuário exterior e acessórios - Bens e tecnologias militares	1.500.000
LUSIS, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	500.000
Megafer, Lda.	Cascais	Geral - Bens e tecnologias militares	1.995
Melco, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	50.000
Micotec, Lda.	Lisboa	Electrónica, aparelhos eléctricos - Manutenção de armamento	4.988
Montagrex - Optagrex, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	9.976
Navaltrading, Lda.	Seixal	Equipamentos e produtos para indústria naval	4.988
OGMA, S.A.	Alverca	Aeronáutica, Geral - Bens e tecnologias militares	35.000.000
Omnitécnica, S.A.	Amadora	Electrónica - Materiais e equipamentos - Prestação de serviços	750.000
Ortsac, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	24.940
Paragrup, Lda.	Lisboa	Pára-quedas, componentes de material de guerra, equip. diversos	7.482

6.1.6 – Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Actividade de Comércio de Bens e

Tecnologias Militares (*) (Continuação)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da Actividade	Capital Social
Pinhol, Gomes & Gomes, Lda.	Carnaxide	Geral - Bens e tecnologias militares	4.040.263
Pinto Basto – Electrónica e Máquinas, Lda.	Lisboa	Máquinas, Geral - Bens e tecnologias militares	374.098
Quadri, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	124.700
RFS Telecomunicações, Lda.	Cascais	Material de telecomunicações - Bens e tecnologias militares	52.374
Scope, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	119.712
SDT Electrónica, S.A.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	299.279
S.E.M.I.R.N., Lda.	Seixal	Geral - Bens e tecnologias militares	74.820
Setronix, Lda.	Carcavelos	Geral - Bens e tecnologias militares	100.000
Sicom, Lda.	Lisboa	Electrónica, Geral	498.798
Sipamar, Lda.	Algés	Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Socimarpe, Lda.	Algés	Electrónica, Geral - Bens e tecnologias militares	5.000
Sodarca, Lda.	Lisboa	Armas, cartuchos. Geral - Bens e tecnologias militares	404.026
Studia I, Lda.	Oeiras	Geral - Bens e tecnologias militares	29.928
The Engineering Company of Portugal, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	250.000
Vilsene, Lda.	Lisboa	Geral - Bens e tecnologias militares	20.200

(*) Nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro.

6.2 – EQUIPAMENTOS DE DEFESA E LPM

6.2.1 – Missões e Meios Disponíveis - Marinha

Ano: 2005

Meios	Missões													Total	
	Defesa Naval e Aeronaval		Defesa Directa do Território	Reforço NATO	Missões de Interesse Público					Apoio Pessoal		Apoio Material	Instrução e Treino		
	Escolta e Luta A/S	Reabastecimento no Mar			Levantamento Hidrográfico	Autoridade Marítima	Segurança Marítima	Vigilância e Fiscalização da ZEE	Busca e Salvamento	Transporte	Acção Cultural				
N A V I O S	FRAGATAS "VASCO DA GAMA"	3	-	(b)	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	(b)	3
	FRAGATAS "JOÃO BELO"	2	-	(b)	-	-	(b)	(b)	(b)	(b)	-	-	-	(b)	2
	CORVETAS "BATISTA DE ANDRADE"	-	-	(b)	-	-	(b)	(b)	3	(b)	-	-	-	(b)	3
	CORVETAS "JOÃO COUTINHO"	-	-	(b)	-	-	(b)	(b)	4	(b)	-	-	-	(b)	4
	SUBMARINOS "ALBACORA"	2	-	(b)	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	(b)	2
	NAVIO-TANQUE REABASTECEDOR "BÉRRIO"	-	1	-	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	PATRULHAS "CACINE"	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	4
	LANCHAS FISCALIZAÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	12
	LANCHAS DESEMBARQUE GRANDES	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	NAVIOS HIDROGRÁFICOS	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	4
	NAVIOS BALIZADORES	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
	NAVIOS-ESCOLA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
	TOTAL NAVIOS	7	1	(b) 1	-	4	(b)	(b) 1	(b) 23	(b)	-	-	-	(b) 3	40
UNIDADES AUXILIARES DE MARINHA	-	-	4	-	3	29	3	(c)	21	6	2	1	6	75	
H E L I S	LYNX	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	
O U T R O S	MISSEIS	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	
	MILAN	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	
	MORTEIROS PESADOS	-	-	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	

(a) A Marinha tem permanentemente disponíveis para atribuição à NATO, em diferentes graus de prontidão, 1 fragata, 1 submarino e 1 reabastecedor;

(b) Missões que são cumpridas em simultaneidade com a missão principal indicada;

(c) As missões de Vigilância e Fiscalização são cumpridas pelas UAM em simultaneidade com a missão de Autoridade Marítima.

6.2.2 – Missões e Meios Disponíveis - Exército

Ano: 2005

Meios	Missões	Defesa Antiaérea	Defesa Directa do Território			Reforço Geral (a)	Instrução e Treino
			Continente	Açores	Madeira		
Carros de Combate	M60A3	-	66	-	-	27	8
Viaturas Blindadas	Lagarta	5	385	-	-	36	6
	Rodas	-	78	-	-	(b) 21+24	(c) 10+3
Obuses	105mm	-	45	-	-	40	11
	155mm AP	-	18	-	-	-	2
	155mm Reb	-	18	-	-	18	2
Sistemas de Mísseis	Anti-carro	-	105	-	-	(b) 2+8	4
	Antiaéreo	64	-	-	-	10	4
Morteiros	Pesados	-	58	7	16	71	8
Pontes	Viat. Blindada Lança Pontes	-	4	-	-	-	-
	Apoios Fixos	-	6	-	-	-	-
	Apoios Flutuantes	-	1	-	-	-	-

(a) Material no DGME para preparação e reparo;

(b) No BST/FND;

(c) 10 Chaimites incluídas no lote instrução das FND.

6.2.3 – Distribuição de Equipamentos por Grandes Unidades - Exército

Ano: 2005

Meios	Equipamentos	Grandes Unidades			
		Tropas de CE	BMI	BLI	BAI
Carros de Combate	M60A3	7	59	-	-
Viaturas Blindadas	Lagarta	24	373	-	-
	Rodas	43	-	37	-
Obuses	105mm	21	4	13	18
	155mm AP	-	6	-	-
	155mm Reb	14	-	-	-
Sistemas de Mísseis	Anti-carro	26	41	13	29
	Antiaéreo	15	52	-	-
Morteiros	Pesados	52	20	17	-
Pontes	Viatura Blindada Lança Pontes	-	4	-	-
	Apoios Fixos	6	-	-	-
	Apoios Flutuantes	1	-	-	-

Viaturas Blindadas de Lagarta: inclui M113, M113 TOW, M577, M125, M106, M901 ITV, VCE M728, M548, M578 e M88;

Viaturas Blindadas de Rodas: inclui Chaimite V-200, V-150, e Panhard M-11;

Morteiros Pesados: inclui 120mm e 107mm.

6.2.4 – Missões e Meios Disponíveis - Força Aérea

Ano: 2005

Meios	Missões																		
	Defesa Aérea		Ataque Convencional			Reconhecimento Aéreo Tático	Apio ao Combate	Vigilância	Patrulhamento Marítimo	Interesse Público				Transporte Aéreo			Instrução e Treino	TOTAL	
	Patrulhamento e Intercepção	Escolta Aérea	Interdição Aérea	TASMO	Apoio Aéreo					Policimento Aéreo	Busca e Salvamento	Vigilância Marítima	Evacuação Sanitária	Intra Teatro	Inter Teatros	VIP			
AVIÕES	F-16	23		(a)	(a)	(a)	-	-	-	(a)	-	-	-	-	-	-	-	(b) 23	
	P3-P	-	-	-	-	-	-	(a)	(a)	5	-	(a)	-	-	-	-	-	(b) 5	
	FTB 337G	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4	
	C212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(a)	5	(a)	10	-	-	15	
	FALCON 50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(a)	-	-	3	-	3	
	C130	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(a)	-	(a)	(a)	6	(a)	(b) 6	
	AJET	-	-	(a)	(a)	19	(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	25
	EPSIL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	16
Ligeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10	
HELIS	SA330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	(a)	(a)	-	(a)	-	10
	EH101	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(c) 12
	AL III	-	-	-	-	-	-	(a)	-	-	-	(a)	-	(a)	18	-	-	(a)	18

(a) Missões secundárias também atribuídas a este meio aéreo;

(b) A Força Aérea tem permanentemente atribuídas à NATO, em elevado grau de prontidão:

- 12 Caças F-16, força destacável;
- 6 Caças F-16, no âmbito do Sistema Integrado de Defesa Aérea/Policimento Aéreo da NATO;
- 1 Avião de Patrulhamento Marítimo P-3;
- 1 Avião C-130 de Transporte Aéreo Tático e Geral;
- 2 Unidades de protecção da força.

(c) Entrada progressiva em serviço ao longo de 2005 em missões de Instrução e Treino.

6.2.5 – Lei de Programação Militar (LPM)

Principais Programas de Reequipamento das Forças Armadas

A LPM tem por objecto a programação do investimento público das Forças Armadas relativo a forças, equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infra-estruturas com impacto directo na modernização e na operacionalização do Sistema de Forças Nacionais, concretizado através das medidas e capacidades fixadas em planos plurianuais.

Os principais procedimentos executados em 2005, tendo em vista a realização de programas de aquisição, foram os seguintes:

- Programas concluídos em 2005 -

Tipo de Armamento/Equipamento Contratado	Empresa/Entidade Contratada	País de Origem
Lanchas de Fiscalização Rápida	Arsenal do Alfeite	Portugal
175 Rádios PGRC 525	E.I.D.	Portugal

- Programas de aquisição com contratos assinados em 2005 -

Aquisição de Viaturas Blindadas
Aquisição de Torpedos para Submarinos
Aquisição de Navio Polivalente Logístico – assinado contrato base
Aquisição de Aeronaves P3

6.3 – LOGÍSTICA

No intuito de disponibilizar uma informação mais alargada e melhorada, são englobados os quadros com dados da área da Logística que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos, OSC/MDN e IASFA.

Os elementos estatísticos do quadro 6.3.2 referem-se exclusivamente à aquisição de equipamento hospitalar, meios de diagnóstico e curativos e à manutenção do equipamento hospitalar.

A assistência na doença e outras participações aos militares das Forças Armadas são incluídas no Capítulo 4.

CONCEITOS

Escalões de Manutenção

1º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade (utilizador).

2º Escalão

Manutenção preventiva e correctiva executada pela unidade, com o apoio de equipamento oficial e de meios humanos especializados.

3º Escalão

Manutenção correctiva por avaria de um ou mais dos conjuntos ou subconjuntos de um sistema. A execução desta categoria de manutenção é feita em instalações oficiais (Oficinas Gerais ou Arsenal) ou ainda por recurso ao mercado civil.

4º Escalão

Manutenção que compreende a reparação geral de artigos principais e a recuperação de grandes conjuntos. Os artigos principais e os conjuntos que beneficiam desta categoria de manutenção, após recuperados, são normalmente destinados a alimentar o canal de reabastecimento.

6.3.1 – Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais

(euros)

Ano	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2005	151.270	38.110.366	1.113.173	25.516.542	64.891.351
2004	149.500	59.111.812	1.281.235	31.448.566	91.991.113
2003	145.170	35.630.413	1.554.416	29.871.585	67.201.584
2002	162.720	30.925.976	1.790.440	25.562.891	58.442.027

6.3.2 – Despesas com Equipamentos e Material de Saúde

(euros)

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Aquisição de				
- Equipamento hospitalar	313.456	1.203.014	345.345	1.861.815
- Meios auxiliares de diagnóstico	478.978	3.831.243	1.063.518	5.373.739
- Meios curativos	3.190.947	8.592.369	1.919.868	13.703.184
Manutenção de equipamento hospitalar	268.358	976.580	79.762	1.324.700
TOTAL	4.251.739	14.603.206	3.408.493	22.263.438

6.3.3 – Despesas com Transportes - Aquisição de Veículos

(euros)

Equipamento	OSC/MDN		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Transporte de pessoal	-	-	-	-	1	15.915	-	1.253.862 (a)	-	-	12	299.767	13	1.569.544
Transporte geral	-	-	-	-	-	-	-	225.121	-	-	-	497.529	-	722.650
Todo-o-terreno	-	-	-	-	-	-	-	75.414	-	-	1	24.023	1	99.437
Serviços especiais	-	-	-	-	-	-	-	1.109.348	(b)	402.898	12	2.487.433	12	3.999.679
Motociclos, ciclomotores e velocípedes	-	-	-	-	-	-	-	43.071	-	-	-	-	-	43.071
TOTAL	-	-	-	-	1	15.915	-	2.706.816	-	402.898	25	3.308.752	26	6.434.381

(a) PIDDAC e LPM.

6.3.4 – Despesas com Transportes - Funcionamento

(euros)

Equipamento	OSC/MDN	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Manutenção	30.978	53.220	101.360	452.000	896.851	1.581.610	3.116.019
Combustíveis e lubrificantes	37.636	59.034	151.825	1.222.500	2.424.133	2.608.457	6.503.585
Aquisição de serviços	11.275	54.774	223.060	1.168.400	4.981.546	1.673.585	8.112.640
TOTAL	79.889	167.028	476.245	2.842.900	8.302.530	5.863.652	17.732.244

6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O MDN, tendo como instrumento financeiro a Lei de Programação Militar, promove, dinamiza e coordena, através da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de Defesa, mediante participação em programas e projectos cooperativos internacionais de investigação e desenvolvimento no quadro das alianças militares em que Portugal participa, assim como em projectos de âmbito nacional de tecnologias de Defesa.

Entende-se por I&D de Defesa, o conjunto de iniciativas e actividades de índole científica e/ou tecnológica ligadas à geração e aplicação de competências, conhecimentos e saber em áreas e domínios que directa ou indirectamente concorrem para a satisfação de lacunas ou objectivos de capacidades de Defesa, para o reforço da base tecnológica e industrial de Defesa (nacional e europeia) e ainda para o apoio e informação ao processo de tomada de decisão em matéria de opção e aquisição de novos equipamentos e sistemas de armas.

6.4.1 – Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas - MARINHA

(euros)

Programa/Projecto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ODN-M	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
Simulador do Sistema de Controlo da Plataforma das Fragatas classe "Vasco da Gama"	DN	Optoelectrónica, Engenharia Electrónica e Informática	70.000	-	-	-	70.000
Projecto Ship IR/NTCS	DN	Engenharia Electrotécnica e Informática	-	-	7.000	-	7.000
Projecto RADNAV	DITIC-CE	Engenharia Electrotécnica e Informática	-	-	350.000	-	350.000
Automatização dos Levantamentos Hidrográficos	IH-HI	Engenharia Electrotécnica e Informática	(a) 10.194	5.383	(b) 74.378	-	89.955
Estudo da Dinâmica das Costas de Portugal	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 174.183	128.475	-	-	302.658
Sistemas de Informação e Dados Técnico-Científicos	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(a) 76.244	21.019	-	-	97.263
Automatização da Rede Maregráfica Nacional	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(a) 150.549	-	-	-	150.549
Vigilância da Qualidade do Meio Marinho	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 19.558	13.066	-	-	32.624
Circulação na Plataforma Continental	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 61.244	15.942	-	-	77.186
Cartas Sedimentológicas da Plataforma Continental	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 53.705	21.567	-	-	75.272
Automatização dos Sistemas de Cartografia Náutica	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(a) 234.089	4.450	-	-	238.539
Modernização de Navios Hidrográficos	IH	Ciência e Engenharia dos Materiais	(a) 13.328	56.000	-	-	69.328
Cooperação com Universidades e outros Organismos	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 15.774	-	-	-	15.774
Rede GPS Diferencial	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(a) 12.022	-	-	-	12.022

6.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – MARINHA (Continuação)

(euros)

Programa/Projecto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ODN-M	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
Rede GPS Diferencial	IH	Engenharia Electrotécnica e Informática	(a) 12.022	-	-	-	12.022
Inovação e Desenvolvimento de Técnicas de Análise	IH	Química	(a) 6.305	-	-	-	6.305
Estudo das Tecnologias das Ajudas e Segurança da Navegação – Implementação e Desenvolvimento da Carta Electrónica	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 81.823	-	-	-	81.823
Dinâmica Sedimentar (CRIDA, POCUS e ECOIS)	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 42.556	-	-	(c) 40.922	83.478
Geologia Marinha	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 37.511	-	-	-	37.511
EUROSTRATAFORM	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 205.555	-	-	(d) 11.332	216.887
HERMES	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 49.702	-	-	(d) 144.141	193.843
Modelos Oceanográficos de Assimilação de Dados (MOCASSIM)	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 15.292	-	-	-	15.292
NICC	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 5.067	-	-	(c) 13.300	18.367
NUACE	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 1.074	-	-	-	1.074
RADAR	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 921	-	-	-	921
DYNCOASTAL	IH	Ciências da Terra e do Espaço	(a) 481	-	-	-	481
TOTAL	-	-	1.337.177	265.902	431.378	209.695	2.244.152

Fonte: MARINHA

(a) Os valores mencionados são referentes ao orçamento de funcionamento do Instituto Hidrográfico e do ODN-M, sendo que parte destes são relativos a custos e não a despesas;

(b) Valor da LPM do MDN;

(c) Financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia;

(d) Financiamento da União Europeia.

6.4.2 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – EXÉRCITO

(euros)

Programa/Projecto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento		TOTAL
			PIDDAC (*)	OMDN-EX	
Atualização Acelerada de Cartografia 1:25.000 em Formação Digital	IGeoE	Cartografia	522.064	-	522.064
O Campo de Treino Militar de Santa Margarida: Estudo do Impacto Ambiental Após Meio Século de Utilização	AM	Engenharia Ambiental	-	25.000	25.000
Excelência no Ensino Superior: Caso-Estudo AM (EXCEL-AM)	AM	Estatística, Investigação Operacional	-	10.000	10.000
Ix-Box: Segurança e Redundância em Redes de Dados	CIE	Informática	-	30.000	30.000
Programa de Modernização do Soldado Português	EPI	Armamento e Equipamento, Saúde, Instrução	-	80.000	80.000
Metodologias de Valorização e Redução dos Resíduos e Equipamentos em Fim de Vida Provenientes da Actividade Militar	AM	Engenharia Ambiental	-	19.000	19.000
LÍDER – Capacidade de Comando e Estilo de Liderança	AM	Ensino	-	5.500	5.500
<i>Virtual and Pharmacological Treatment of Stress War Disorder</i>	AM	Saúde	-	10.000	10.000
Desenvolvimento de Munição de Detonação Mecânica (DSMDM)	AM	Armamento	-	17.000	17.000
Levantamento dos Perfis de Competências do Cadete da Academia Militar e das Categorias de Oficiais do Exército e da Guarda Nacional Republicana	AM	Psicologia	-	11.000	11.000
SERVIR – Sistema de Estações GPS de Referência Virtuais	IGeoE	Cartografia	-	28.856	28.856
SIGAF – Sistema de informação Geográfica da Área de Fronteira	IGeoE	Cartografia	-	64.000	64.000
TRESIM – Sistema de Simulação de Reconhecimento Terrestre	IGeoE	Cartografia	-	50.000	50.000
TOTAL	-	-	522.064	350.356	872.420

Fonte: EXÉRCITO

(*) Após incidência da cativação.

6.4.3 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – FORÇA AÉREA

(euros)

Programas	Entidade	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			PIDDAC	MDN (PIP)	MDN (I&D)	LPM	
Modernização do Hospital da Força Aérea	DI	Saúde	2.274.053	-	-	-	2.274.053
TOTAL	-	-	2.274.053	-	-	-	2.274.053

Fonte: FORÇA AÉREA

6.4.4 - Investigação e Desenvolvimento com Financiamento LPM e Respectivas Áreas Tecnológicas –
 Âmbito Nacional e Internacional - Sob Coordenação da DGAED

(euros)

Programa/Projecto	Entidades Envolvidas	Área Tecnológica	Montantes 2005
Projectos Cooperativos Internacionais - WEAG			
- <i>High Resolution Optical Satellite Sensor</i>	INETI, ISR (IST)	Vigilância por Satélite Tecnologia Espacial Militar	80.000
- <i>Advanced Flare Compositions for Air Countermeasures</i>	LEDAP	Materiais Energéticos	75.000
- <i>Synthesis of Nitrocompounds for Use in Energetic Materials</i>	LEDAP	Materiais Energéticos	68.596
- <i>Particle Processing and Characterization</i>	LEDAP	Materiais Energéticos	52.650
- Encargos Administrativos com Gestão de Projectos	MDN/DGAED/SG	-	18.741
Subtotal WEAG			294.987
Projectos Cooperativos Internacionais - NATO			
- AGS - <i>Allied Ground Surveillance (Definition Phase)</i>	EDISOFT, EID, ETI, INETI	Radar, Observação da Terra	145.820
- Outros Programas (<i>Strategic Lift – Sea & Air</i>)		Transporte Estratégico	22.210
Subtotal NATO			168.030
Projectos Cooperativos Bilaterais			
- GESIM II (Portugal - França)	INETI	Modelação e Simulação de Defesa	17.500
Subtotal BILATERAL			17.500
Total INTERNACIONAL			480.517
Projectos de Âmbito Nacional (Ramos, Institutos e Universidades)			
- Saúde. Tuberculose - Optimização do Diagnóstico	Exército (HMB)	Saúde Militar	100.000
- Bioterrorismo: Vigilância e Protecção	Exército (CMMV)	Bio-Ciências	100.000
- Estudo do Ambiente Microbiológico nas Salas de Cirurgia do HMP para Prevenção de Infecções Cruzadas	Exército (LM)	Saúde Militar	55.000
- Sistema Autónomo de Desminagem	<i>Introsys</i> (Exército)	Robótica	200.000
Total NACIONAL			455.000
TOTAL			935.517

Fonte: DGAED

6.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA

Nos quadros seguintes apresentam-se de forma sucinta elementos estatísticos relativos às empresas portuguesas com actividades no âmbito da Defesa, incluindo os Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA), respeitantes a 2004 e 2005.

6.5.1 – Indústrias Nacionais do Sector das Indústrias de Defesa - 2004 e 2005

(euros)

Áreas de Actuação	Situação	Volume de Vendas Anual - Global		Volume de Vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de Efectivos		Exportação			
		2004	2005	2005	2005	2004	2005	TOTAL 2004	2005		
									Países UE	Países 3 ^{os}	TOTAL
SECTOR TERRESTRE OGFE	Estatal/EFFA	20.947.190	17.952.044	12.420.887	29.085	388	385	851.902	-	46.537	46.537
OGME	Estatal/EFFA	1.204.210	1.941.179	1.941.179	-	109	105	-	-	-	-
IDD	Privada	1.331.913	1.276.912	1.166.321	-	17	17	-	-	-	-
SECTOR AEROESPACIAL OGMA	S.A. Capitais Públicos	140.810.387	117.951.286	54.855.419	-	1.621	1.589	39.132.628	29.624.057	9.077.764	38.701.821
SECTOR NAVAL Arsenal do Alfeite	Estatal/EFFA	27.166.077	29.558.742	29.558.742	-	1.532	1.473	-	-	-	-
ENVC	S.A. Capitais Públicos	59.373.613	76.679.879	42.011.025	-	1.017	931	-	-	-	-
SECTOR ELECTRÓNICO EID	Privada	9.597.306	11.443.157	10.398.579	598.111	136	125	2.941.936	2.595.486	119.143	2.714.629
EDISOFT	Privada	5.518.628	5.212.866	3.373.531	-	79	101	1.329.154	1.295.547	-	1.295.547
EMPORDEF – Tecnologias de Informação	S.A. Capitais Públicos	-	1.750.000	1.600.000	65.000	-	15	-	400.000	-	400.000

Fonte: DGAED/Empresa

AETD – Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa

Nota: Os montantes financeiros indicados constituem os resultados das actividades das Empresas/EFFA derivados do aproveitamento global das suas capacidades e incluem a venda de bens e a prestação de serviços, sejam eles de natureza militar, de duplo uso ou de natureza civil.

6.5.2 – Indústrias Nacionais com Actividades Ligadas a Áreas da Defesa - 2004 e 2005

(euros)

Áreas de Actuação	Situação	Volume de Vendas Anual - Global		Volume de Vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de Efectivos		Exportação			
		2004	2005	2005	2005	2004	2005	TOTAL 2004	2005		
									Países UE	Países 3 ^{os}	TOTAL
AUTOSIL	Privada	-	16.149.930	29.365	-	-	213	-	-	-	-
BROWNING VIANA	Privada	40.066.555	36.968.287	557.682	-	378	371	1.921.497	118.749	438.933	557.682
CRITICAL	Privada	3.904.476	5.819.489	1.092.420	-	96	147	107.961	458.942	-	458.942
Omnitécnica	Privada	5.362.596	6.603.313	24.812	-	18	18	-	-	-	-
SDT Electrónica, S.A.	Privada	-	10.706.919	110.832	50.000	-	25	-	-	-	-
Setronix	Privada	2.791.803	2.453.000	459.000	-	25	30	-	-	-	-
Sindocal	Privada	-	2.810.000	2.400.000	-	-	80	-	1.722.000	62.000	1.784.000
TUDOR	Privada	76.830.676	86.002.675	23.586	-	557	575	-	-	-	-
Zollern S.A. Comandita, S.A.	Privada	18.002.113	-	-	-	142	-	-	-	-	-

AETD – Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa.

6.5.3 – Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Actividade de Indústrias de Armamento e Tecnologias de Defesa (*)

(euros)

Empresa	Sede	Objecto da Actividade	Capital Social	Efectivos	Volume de Negócios
Aerohélice, Lda.	Alenquer	Aeronáutica, hélices, acessórios, etc., reparação, manutenção e ensaio	25.000	8	1,5 Milhões
Browning Viana, S.A.	Viana do Castelo	Fabrico, acabamento e montagem de armas ligeiras	3.250.000	300	40 Milhões
Critical Software	Coimbra	Tecnologias de sistemas	500.000	64	2,9 Milhões
Crocker, Delaforce e Cia., Lda.	Lisboa	Instalação, manutenção de equipamento electrónico, telecomunicações	473.858	30	2,6 Milhões
Eastécnica, S.A.	Tagus Park, Oeiras	Instalação e manutenção de equipamento de telecomunicações, multimédia, audiovisuais	747.000	60	3 Milhões
Edisoft, S.A.	Lisboa	Informática, tecnologias aeroespaciais	500.000	73	3,4 Milhões
EID, S.A.	Monte da Caparica	Telecomunicações - Sistemas de comunicações (rádio)	11.000.000	190	9,6 Milhões
Electro-Central Vulcanizadora, Lda.	Lisboa	Naval - Sistemas de propulsão marítima	1.745.793	350	35 Milhões
Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	Viana do Castelo	Construção e reparação naval	42.375.100	1.100	59,3 Milhões
IDD, S.A.	Alcochete	Desmilitarização, conversão de munições e outros produtos	50.000	13	1,3 Milhões
Indep, S.A.	Lisboa	Fabrico munições e armamento ligeiro	11.971.150	144	5 Milhões
Induma, Lda.	Lisboa	Montagem, ensaio de motores, caixas, compressores	150.000	15	3 Milhões
Link Consulting, S.A.	Lisboa	Consulting de tecnologias de informação	1.750.000	127	8,8 Milhões
Lousafil, S.A.	Lousada	Vestuário exterior e acessórios – Bens e tecnologias militares	1.500.000	X	X
Iveco, Lda.	Castanheira do Ribatejo	Viaturas - Reparação, manutenção e transformação	15.962.000	82	61,7 Milhões
NavalGrupo, S.A.	Seixal	Reparação naval e industrial	150.000	30	2,8 Milhões
OGMA, S.A.	Alverca do Ribatejo	Aeronáutica e aeroespacial, concepção, fabrico, reparação e manutenção de aeronaves	30.000.000	1.800	140,8 Milhões
Omnitécnica, S.A.	Amadora	Telecomunicações, electrónica, equipamentos laboratoriais	750.000	30	5,4 Milhões
S.E.M.I.R.N., Lda.	Seixal	Manutenção e reparação naval	74.820	25	X
Setronix, Lda.	Carcavelos	Telecomunicações, radiodifusão, projecto, montagem/fabrico e manutenção de sistemas	100.000	20	2,8 Milhões
SDT Electrónica, S.A.	Lisboa	Telecomunicações, cartografia digital - Aeronáutica	300.000	35	8 Milhões
Zollern Comandita, S.A.	Maia, Porto	Projecto/fabrico de perfis metálicos, engrenagens e fundições em aço	1.000.000	140	18 Milhões

(*) Nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de Dezembro.

X - Não disponível.

6.5.4 – EMPORDEF (SGPS), S.A. e Associações do Sector

6.5.4.1 – A EMPORDEF (SGPS), S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos que agrupa as participações do Estado nas seguintes empresas da área da Defesa:

CELESTIUM	Tecnologias de Monitorização e Navegação, S.A.
DEFLOC	Locação de Equipamentos, S.A.
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.
NAVALROCHA	Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
PORTUGAL SPACE	Tecnologias e Serviços Espaciais, S.A.
SPEL	Sociedade Portuguesa de Explosivos, S.A.

6.5.4.2 – A DANOTEC - Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias, agrupa as seguintes empresas e instituições com actividades de interesse na área da Defesa:

CINAVE	Companhia de Instrumentos de Navegação, Lda.
CITEVE	Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal
CSC	Computer Sciences (Portugal), Lda.
CTCV	Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro
CRITICAL	Software, S.A.
C3P	Centro para a Prevenção da Poluição
ECV	Electro-Central Vulcanizadora, Lda.
EDINFOR	Sistemas Informáticos, S.A.
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.
ETE	Sociedade Gestora de Participações Sociais
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
FORINO	Associação para a Escola de Novas Tecnologias
FRA	Fundições do Rossio, S.A.
FUNDILUSA	Fundições Portuguesas, Lda.
Grupo EFACEC	
HYDROSPIN	Software e Hardware em Física Molecular da Água, S.A.
IDITE – MINHO	Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho
INEGI	Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial
INESC PORTO	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto
INETI	Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação

IPN	Instituto Pedro Nunes
IT	Instituto das Telecomunicações
INTELI	Inteligência e Inovação, Centro de Inovação
ISQ	Instituto de Soldadura e Qualidade
LAUAK PORTUGUESA, LDA.	Indústria Aeronáutica
MADAN PARQUE	Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal
MANUEL POUSADA (HERDS), LDA.	Indústria Aeronáutica
NAVALROCHA, S.A.	Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
BÓIA & IRMÃO, S.A.	Indústria de Metalomecânica, S.A.
SACIA	Comércio e Indústria Automóvel, S.A.
STE, S.A.	Serviços de Telecomunicações e Electrónica, S.A.
TAP AIR PORTUGAL	Aeronáutica
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	Departamento de Engenharia Mecânica da FCTUC

6.6 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Dentro das competências da DGAED, foram exercidas no ano de 2005 as seguintes actividades no domínio da Qualidade, Normalização e Catalogação de bens militares:

6.6.1 – QUALIDADE

Compete à DGAED “emitir ou promover a emissão de certificados de qualidade do armamento, equipamento e serviços de defesa produzidos ou prestados pela indústria nacional, ...”.

6.6.1.1 - Emissão de Certificados de Qualidade de Armamento, Equipamentos e Serviços de Defesa

	2004	2005
Número de certificados de qualidade de empresas do sector industrial da Defesa	117	108
Manutenção e actualização do registo dos catálogos e especificações técnicas	38	26

6.6.2 – NORMALIZAÇÃO

Os Acordos de Normalização são instrumentos usados na NATO para estabelecer acordos multilaterais nos domínios das políticas, das regras e procedimentos denominados STANAG's, acrónimo que deriva da expressão ***Standard Agreements***.

Estes documentos cobrem hoje variados domínios, desde os operacionais aos científicos, passando pelos de pendor técnico e, obviamente, pelos de natureza logística. Assim, no âmbito da participação de Portugal no processo de normalização da NATO, foram efectuados os seguintes processamentos:

6.6.2.1 - Processos de Acordos de Normalização NATO

	2004	2005
Número de pedidos de parecer técnico aos Ramos das Forças Armadas	73	46
Número de acordos de normalização (STANAG's) processados	68	178
Número de acordos de normalização (STANAG's) ratificados	-	104
Dados introduzidos em STANAG's – Actualização e aperfeiçoamento em funcionalidades	-	1.293

6.6.3 – CATALOGAÇÃO

A Catalogação tem como objectivo a atribuição de um número único NNA (Número NATO de Abastecimento) que identifica inequivocamente o artigo de abastecimento, cumprindo o definido nos STANAG's 3150 e 3151, sendo reconhecido e aceite por qualquer país NATO e por países não-NATO participantes no AC/135.

6.6.3.1 - NNA's – Quantitativos de Catalogação de artigos produzidos em Portugal e de utilização nacional ou por outros países NATO e não-NATO participantes no AC/135 (Grupo NATO da área da Catalogação)

Solicitações		Ao CNC Nacional			Internacionais do CNC Português	
		Pedidos de Catalogação	Registo como Utente	Organizações Fabricantes	Registo como Utente	Pedidos de Catalogação
Origem						
Internacional	Bélgica	2	-	-	-	-
	Brasil	8	-	-		
	Dinamarca	20	-	-		
	Espanha	8	-	-		
Nacional	Marinha	127	184	-	8.063	1.569
	Exército	1.133	538	-		
	Força Aérea	40	201	-		
	Empresas	-	-	-		
TOTAL		1.338	923	-	8.063	1.569

A situação da Base de Dados de Catalogação, referida a 31 de Dezembro de 2005, é apresentada no quadro seguinte:

Registo em SPCAT	Quant.
Artigos catalogados por Portugal	2.635
Referências nacionais	3.634
Artigos internacionais	366.190
Organizações nacionais	2.813

SPCAT- Sistema Português de Catalogação

No âmbito do Projecto SIG-DN, relativamente ao processo de Catalogação, foi atribuída à DGAED a responsabilidade da gestão e atribuição de Número de Abastecimento Provisório (NAP-MD), tendo sido atribuídos 972 NAP's-MD.

6.6.3.2 - CORG's – Códigos de Organização – solicitados para organizações nacionais

Pedidos de Corg's solicitados ao Centro Nacional de Catalogação	
Entidades	Quant.
Marinha	23
Exército	162
Força Aérea	30
Empresas	52
Austrália	2
EUA	23
Hungria	1
Itália	1
Reino Unido	2
Turquia	1
TOTAL	297

Pedidos de Corg's solicitados a outros países	
Países	Quant.
Alemanha	14
Bélgica	2
Brasil	1
Dinamarca	2
Espanha	18
EUA	11
França	4
Holanda	4
Itália	10
Luxemburgo	1
Noruega	1
Países não-NATO	27
Polónia	1
Reino Unido	8
Turquia	1
TOTAL	105

Actualização da Base de Dados de Corg's	
Número de actualizações efectuadas em 2005	183

Propostas de Cancelamento de NNA's	Quant.
Recebidas	207
Respostas efectuadas	202

6.6.3.3 - Curso Geral de Catalogação

A fim de divulgar a doutrina da Catalogação, foi ministrado um Curso Geral de Catalogação a elementos das Forças Armadas, nos quantitativos a seguir indicados:

Ramo/Entidade	Formandos
Marinha	2
Exército	3
Força Aérea	10
Guarda Nacional Republicana	5
DGAED	2
TOTAL	22

NOTA EXPLICATIVA

A opção por uma nota explicativa comum ao EMGFA e Ramos, referente às áreas estatísticas sectoriais “Exercícios”, no caso do EMGFA, e “Exercícios e actividades de preparação específica dos Ramos”, no caso da Marinha, do Exército e da Força Aérea, residiu no facto do âmbito dos quadros que contêm os elementos estatísticos obedecer ao mesmo formato e referir, nalguns casos, actividades comuns realizadas simultaneamente.

Para assegurar a execução das missões e tarefas da sua competência, como parte integrante do sistema de forças nacional, e habilitar ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país, as Forças Armadas proporcionam às suas unidades um rigoroso programa de treino, bem como a participação em exercícios nacionais e internacionais. Entre as acções de treino, visando estabelecer os padrões definidos, tem lugar a participação, de forma regular, em exercícios conjuntos, exercícios combinados e exercícios sectoriais. Com a finalidade de tornar a leitura dos quadros mais objectiva, é anexada à presente nota explicativa uma relação do âmbito dos exercícios indicados pelo EMGFA/Ramos nos respectivos quadros.

MARINHA

Na área dos exercícios e actividades para o aprontamento das forças descreveram-se, qualitativa e quantitativamente, todos os exercícios em que a responsabilidade da preparação e condução foi da Marinha, os exercícios combinados realizados em território estrangeiro em que participaram meios navais e, ainda, os exercícios da responsabilidade de outros Ramos em que houve participação da Marinha.

Foram também incluídas outras actividades conducentes à preparação e aprontamento das unidades navais, designadas por programas de treino, e que englobam o treino básico, operacional, específico e próprio, que se realizam após prolongados períodos de paragem dos navios ou decorrentes de acções de manutenção, rendições de elementos da guarnição em número significativo e preparação de missões cujas características exigem treino específico.

Foram ainda consideradas as viagens de instrução e os embarques de fim de semana dos cadetes da Escola Naval, cujo principal objectivo é a aplicação prática dos conhecimentos escolares adquiridos, e que, pelo seu cariz operacional, permitem proporcionar simultaneamente treino às unidades navais envolvidas.

No que concerne à apresentação dos meios financeiros envolvidos, seguiu-se a metodologia de apenas considerar os custos acrescidos, isto é, as despesas com pessoal e operação dos meios efectuadas exclusivamente por força da realização dos exercícios. Assim sendo, contabilizaram-se somente as despesas que não seriam efectuadas caso os exercícios não se tivessem realizado, o que significa que, de um modo geral, só se consideraram as despesas com suplemento de embarque, alimentação (excepto o almoço) e combustível. As excepções a esta orientação geral encontram-se devidamente assinaladas nos quadros respectivos.

EXÉRCITO

Na área específica do treino operacional descrevem-se os exercícios em que a responsabilidade da preparação foi do Exército, os exercícios combinados e aqueles que sendo da responsabilidade primária de outros Ramos, tiveram participação de forças do Exército.

Os totais dos custos acrescidos, que se inserem no quadro dos exercícios sectoriais (7.3.2), consideram, no tocante a "pessoal", as ajudas de custo despendidas nas reuniões preparatórias e em exercícios e, quanto a "operação", as despesas da rubrica orçamental de "Aquisição de bens e serviços correntes", em munições consumidas e alimentação.

No quadro referente aos meios envolvidos em exercícios combinados (7.3.4), os custos acrescidos traduzem essencialmente o valor global das ajudas de custo no estrangeiro, os encargos com o transporte e despesas gerais de preparação.

FORÇA AÉREA

A execução da Política de Defesa Nacional exige, permanentemente, eficiência operacional. Para a alcançar é necessário planear e executar exercícios que preparem, treinem e assegurem a prontidão dos sistemas de armas, de forma a atingirem as capacidades para que foram adquiridos e assim poderem cumprir as missões a que se destinam. Com este objectivo, são realizados exercícios sectoriais, conjuntos e combinados em que os meios da Força Aérea intervêm com outros meios e forças nacionais ou internacionais para assegurarem os níveis de prontidão e combate definidos.

Sem a execução destas actividades e a avaliação dos resultados atingidos não é possível conhecer as capacidades e as limitações existentes, assim como a segurança na operação, interoperabilidade com outras forças e o desenvolvimento de tácticas e técnicas adequadas. É por isso essencial a preparação e execução de um plano anual detalhado que assegure a preparação das forças e certifique a sua prontidão, ao qual têm de ser atribuídos os recursos materiais e financeiros adequados que viabilizem a sua concretização.

Estas actividades essenciais visam preparar a utilização eficiente do poder aéreo em todas as suas modalidades, designadamente: de defesa aérea, interdição, TASMO, TASLO, MPA, SAR, transporte, vigilância, guerra electrónica, comando e controlo e apoio aéreo a outras forças militares e militarizadas e a organizações civis, bem como preparar o seu emprego em operações de paz e humanitárias.

Para qualificar os elementos recrutados para operar os equipamentos, a Força Aérea desenvolve a actividade de instrução e treino, que representa um valor importante do orçamento atribuído.

Os custos dos exercícios sectoriais, conjuntos e combinados, a seguir apresentados, têm como base de cálculo o preço da hora de voo por aeronave aprovado para 2005, nas envolventes de pessoal e operação.

CONCEITOS

Exercícios Conjuntos

Exercícios que envolvem forças militares nacionais de dois ou mais Ramos. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto, proporcionar treino operacional e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos e os planos.

Exercícios Combinados

Exercícios com forças militares nacionais e de outro país, podendo ou não ser realizados em território nacional. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto/combinado e

avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, proporcionar treino operacional e avaliar a capacidade e a interoperabilidade das forças participantes.

Exercícios Sectoriais

Exercícios de um Ramo, com eventual participação de forças de outro Ramo ou forças aliadas/amigas, em que aquele Ramo tem a responsabilidade primária do planeamento, condução e avaliação.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

2005

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
ABRANTES - A	O exercício avaliou o estado de prontidão do 3º BI para na condução e execução de operações como KFOR TACRES MANBAT (KTM) no TO KOSOVO.
AÇOR	Série de dois exercícios anuais, sendo o primeiro CPX e o segundo LIVEX.
AÇOR 051	Testar o apoio das Forças Armadas ao Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA), de acordo com as solicitações do mesmo.
AÇOR 052	Praticar procedimentos de combate a grupos terroristas na defesa da integridade do território nacional.
ALCAIDE FARIA V	Exercício com a finalidade de testar o Plano de Segurança das UU/OO da RMN e testar, avaliar e treinar os procedimentos a adoptar em situações de alteração do estado de segurança.
ALCUDRA	Exercício de desminagem de um porto (Maiorca), onde foram treinados procedimentos entre elementos da Força, nomeadamente nas operações complexas de mergulho, no âmbito da Guerra de Minas, com equipas mistas portuguesas e espanholas.
ALLIED ACTION 05	Certificar o JCL como <i>NRF Deployable Joint Task Force</i> e o NRDC - SP como <i>Land Component Command</i> .
ALLIED WARRIOR	Exercício de Postos de Comando (CPX/CAX) com o objectivo de certificar a 3ª Divisão (UK), NRF CJFLCC HQ.
APOLO 051	Treinar a capacidade da Brigada de Reacção Rápida (BrigRR) para liderar, planear e conduzir operações conjuntas e combinadas, bem como, rapidamente, projectar forças de escalão Batalhão, de forma a proporcionar uma resposta pronta e adequada no quadro de uma intervenção ao abrigo do Artigo 5º do Tratado de Washington.
ARCO 051	Exercício da Brigada Mecanizada Independente (BMI) para validação interna do escalão Agrupamento, executado nas modalidades de EXSTUDY, LOGEX e FTX, que visou desenvolver e validar a capacidade operacional dos encargos da BMI ao nível planeamento, controlo e conduta de operações tácticas inseridas em operações de resposta a crises (CRO), do tipo de imposição de paz, no âmbito de uma operação ofensiva – perseguição.
ARCO 052	Desenvolver e exercitar a capacidade da Brigada Mecanizada (BrigMec) para planear, coordenar e controlar operações tácticas e dos procedimentos de apoio de serviços e de integração do apoio de combate, de escalão Batalhão/Agrupamento e de Companhia Independente, numa situação táctica no âmbito das operações ofensivas e das operações de apoio à paz.
ARRCADE SPEAR 05	<i>Train HQ ARRC Staff core competencies; train ARRC Staff in the HQ ISAF structure and organisation; train ARRC Staff in the use of ISAF C2IS; train ARRC Staff in the use of ISAF SOPs; support continuing AFG Theatre immersion.</i>
ARRCADE WARRIOR/ ARRCADE DEPLOYEX 05	Integração dos Comandantes e seu EM e desenvolvimento de procedimentos da componente terrestre a serem adoptados na NRF 6.
BARRAGEM 05	Exercício com a finalidade de executar fogos reais com armas pesadas de Infantaria que equipam o BI das FOPE/ZMM.
CAE MAFRA	Combate em áreas edificadas, na Escola Prática de Infantaria, em Mafra, utilizando as infra-estruturas existentes designadas por "Aldeia de Camões".
CANÁRIO 052 E 054	Treinar embarque e desembarque em aeronaves.
COHESION 05	<i>Finalise the integration process of national and multinational units; achieve the training objectives and validate them; be the tool for the national certification process; confirm the NRF national certification requirements; confirm all the units included in LCC CJSOR meet NATO certification requirements; prepare the first phase of ALLIED ACTION.</i>
CONTEX	Exercício destinado a proporcionar o treino de procedimentos operacionais de guerra naval, treino de conjunto das unidades operacionais e prática de comando e estado-maior.
COSTA ABERTA	Treino avançado (individual e colectivo) de perícias de reembarque e desembarque com botes de assalto em costa aberta.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
CPX I /BLD/TROIA EASC	<i>Command Post Exercise</i> do Batalhão Ligeiro de Desembarque; ocorreu em simultâneo com o Exercício TRÓIA do Elemento de Apoio de Serviços em Combate.
CTALC	Exercício destinado a proporcionar treino com tiro real às guarnições de morteiros.
DAVOUT 05	Exercício de âmbito logístico que decorreu em França, do tipo CPX, num cenário de <i>Crisis Response Operation</i> legitimado por uma resolução da ONU, tendo como objectivo treinar e implementar os conceitos multinacionais logísticos com participação do QG da EUROFOR.
DESTINED GLORY	Exercício da NATO, do tipo LIVEX/PHIBEX/FTX, visando testar a cooperação e interoperabilidade entre as várias componentes da NATO e as EUROFOR, em operações de apoio à paz e evacuação de não-combatentes.
DOBOJ 053	Exercício de aprontamento final do GCC/EUFOR, sob a responsabilidade do Cmd BrigMec, com o objectivo de exercitar, desenvolver e validar a capacidade operacional da Força no planeamento, controlo e conduta de operações de apoio à paz.
DRAGÃO	Exercício LIVEX local, de escalão Companhia, do 1º BIMec/BMI, destinado a praticar planeamento, comando e conduta de operações táticas, em ambiente nuclear "não activo", com vista a melhorar a prontidão e eficiência dos comandos e tropas e aperfeiçoar os procedimentos de ligação, coordenação e cooperação entre forças.
DRAGÃO 05	Exercitar as guarnições das armas colectivas dos encargos operacionais.
DRAGÃO 051	Desenvolver a capacidade de planeamento, controlo e execução de operações táticas de escalão Batalhão da Brigada de Intervenção; exercitar o planeamento e a coordenação de apoio de fogos; exercitar o sistema de alerta e defesa antiaérea; treinar o planeamento das medidas e acções referentes à Segurança da Área da Retaguarda e do Controlo de Danos; treinar as medidas de Segurança das Transmissões contra acções de Guerra Electrónica.
EFICÁCIA 05	Treino tático das unidades de Artilharia de Campanha, envolvendo deslocamentos, reconhecimento, escolha, ocupação, organização e segurança de posições; treino das técnicas de tiro; reforço da coesão e do espírito de missão e camaradagem dos militares participantes.
EMF	Exercícios vários executados durante o período de activação da EUROMARFOR.
EX SNIPERS/SAPADORES	Exercício de técnicas e tática de <i>snipers</i> (incluindo tiro) e de sapadores (manuseamento cargas explosivas, identificação e levantamento minas).
FELINO	Exercício conjunto no âmbito dos PALOP, destinado a exercitar a organização de um Comando de Operações Especiais conjunto/combinado, praticar a sequência do planeamento operacional, treinar forças de Operações Especiais em reconhecimento espacial e de acção directa.
FELINO 05	Aperfeiçoamento da capacidade de resposta do Estado-Maior e Comando de uma Força Conjunta e Combinada de escalão Batalhão às situações de apoio à paz e ajuda humanitária, no âmbito das missões e tarefas possíveis de serem desempenhadas pelas Forças Armadas dos Estados membros da CPLP.
FOCA	Exercício conjunto destinado a exercitar a preparação para utilização de meios navais como meios de transporte logístico e a testar as Comunicações terra-mar-terra.
FOCA 051	Treinar embarque e desembarque em meio naval.
FOST SSK	Participação de um submarino no treino operacional efectuado no Reino Unido, destinado ao aprontamento de unidades navais em treino sob a égide do <i>Flag Officer Sea Training</i> .
FRONTERA 05	Integração de 1 CAT espanhola, a dois Pelotões, no 2º BIMec, para participação no exercício ARCO 052, que se executou nas modalidades de EXSTUDY, FTX/CPX e LFX e desenvolveu-se num cenário integrado na condução de uma operação ofensiva (ataque) de escalão Brigada no quadro de uma intervenção non-Article 5 (<i>out of area</i>) de uma força multinacional/OTAN, de modo a criar as condições para a estabilização da zona de acção à responsabilidade da BrigMec.
FTX	Exercício da Companhia de Apoio de Transportes Tácticos dos Fuzileiros para treino de desembarque e embarque de viaturas tácticas em costa aberta.
GAIVOTA	Exercício efectuado na Zona Marítima dos Açores, entre a corveta atribuída àquela região e o helicóptero da Força Aérea que se encontra sediado na Base das Lages.
GARAJAU 05	Treino das Forças Armadas/ZMM em acções de protecção civil.
HELPOR	Exercício realizado ao abrigo do acordo de Estados-Maiores Peninsulares (EEMMPP), com a participação da Esq. 552 e das FAMET espanholas.
HERMES 051	Desenvolver a capacidade de planeamento, conduta e controlo de operações, no âmbito das PSO; praticar a coordenação do apoio de fogos; treinar procedimentos de EM, relatórios e sistemas de comunicações; exercitar o apoio de serviços nas PSO.
HERMES 052	Desenvolver a capacidade de planeamento, conduta e controlo de operações, no âmbito das PSO; praticar a coordenação do apoio de fogos, tendo em consideração as PSO; treinar procedimentos de EM, relatórios e sistemas de comunicações; exercitar o apoio de serviços nas PSO.
HIENA 05	Exercícios no âmbito da ICOL, da CTm/BrigMec, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BrigMec.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
INSTREX	Exercício destinado a desenvolver o treino das unidades navais e treino conjunto, bem como exercitar procedimentos operacionais de guerra naval e cooperação aeronaval.
IRON WARRIOR 05	<i>Start Force Integration at Command and Staff Levels; familiarise Commanders and Staff with NATO and NRF Concepts; introduce LC NRF Standard Operating Procedures; consider Concept of Operations for LCC; explain LC Structure.</i>
JCET	Exercício do tipo LIVEX destinado a exercitar e avaliar o treino e a capacidade operacional das unidades de Operações Especiais da Marinha e Exército portugueses e da Marinha e Força Aérea americanas.
JOINT ASSISTANCE 05	<i>Improve the capabilities for consequence management within the EAPAC Countries, also to practice the stricken nation's capability to co-ordinate international response operations as well as cooperation with the OPCW, an evaluation of the exercise and critical lessons learned is envisaged.</i>
LOBO	Exercícios no âmbito da ICOL, do ERec/BMI, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BrigMec.
LOYAL LEDGER 05	O exercício destinou-se a avaliar e a certificar as <i>19th Light Brigade</i> e a <i>101st Logistic Brigade</i> nas suas capacidades para conduzir operações no âmbito de componente terrestre.
LOYAL MIDAS	Exercício combinado tipo LIVEX/FTX (<i>Live Exercise/Field Training Exercise</i>) conduzido pelo COMSTRIKFORNATO na área do Mediterrâneo (Sardenha); participação de uma Companhia de Fuzileiros.
LUSÍADA 052	Testar a estrutura de Comando, Controlo, Comunicações e Sistemas de Informação (C31) numa operação conjunta; avaliar e aperfeiçoar a interoperabilidade dos sistemas, forças e utilidades dos Ramos, com incidência no emprego operacional conjunto; exercitar o Plano de Comunicações Conjunto; avaliar a capacidade de activação, movimentação e sustentação da FRI, numa operação de evacuação de não-combatentes; exercitar a aplicação de regras de empenhamento; exercitar o emprego de meios CIMIC, HUMINT e PSYOPS a disponibilizar pelos Ramos.
MACHETE 05	Exercício LIVEX de forças de Operações Especiais, organizado pelo Comando de Operações Especiais do Exército espanhol.
MACONTENE 051	Conduzir missões no âmbito de operações convencionais ao escalão Pelotão.
MONTANHISMO	Treino de montanhismo, em aspectos técnicos e táticos, por parte do DAE, efectuado na Serra da Estrela.
MORSA	Exercícios de treino de missões SAR.
NATO AIR MEET (NAM)	Exercício envolvendo grande número de meios aéreos com a finalidade de treino de missões essencialmente aéreas de um largo espectro.
NEOTAPON	Exercício planeado pela Armada espanhola, onde se treina uma resposta aliada a um possível conflito na zona do Estreito de Gibraltar e concomitantemente uma evacuação de cidadãos não-combatentes.
NOBLE MARLIN	Exercício no âmbito ASW/ASUW da NATO em que são treinados procedimentos e técnicas no âmbito daqueles tipos de missões.
ONÇA	Exercícios no âmbito da ICOL, do GAC/BrigMec, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BrigMec.
ORION 05	Exercício de nível Exército com o objectivo de exercitar a activação e formação de um Comando de componente terrestre e praticar a integração de <i>augmentees</i> ; testar a estrutura de comando e controlo e a arquitectura de Comunicações e Sistemas de Informação (CSI) de apoio; exercitar o planeamento e a execução encadeada de duas operações de resposta a crises; exercitar o emprego da terminologia, metodologia e procedimentos de planeamento operacional em vigor na NATO, incluindo a elaboração em língua inglesa do plano de operações do exercício e das ordens de operações a produzir nos vários escalões de comando; proceder à certificação nacional da força a atribuir à NRF 6; testar o sistema SICCE nos Comandos das UU/EE/OO que à data da sua realização estejam equipadas com o mesmo; exercitar a elaboração e aplicação de Regras de Empenhamento; exercitar o planeamento e a execução de acções de cooperação civil/militar; exercitar a aquisição, processamento e difusão oportuna de notícias e informações precisas, relevantes e seguras.
OST	Treino operacional efectuado no Reino Unido destinado às fragatas da classe "Vasco da Gama".
PANTERA 05	Exercício no âmbito da ICOL, do BAPSvc/BrigMec, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos do treino operacional da BrigMec.
PANTERA 051, 052, 053, 054	Treinar os encargos operacionais dos Regimentos.
PASSEX	Exercícios de oportunidade levados a cabo com unidades ou forças navais em trânsito nas áreas de responsabilidade nacional.
PEDRA VIVA 051	Exercício de fogos reais da BAAA/FOPE/ZMM.
PHIBEX	Exercício destinado a exercitar as unidades operacionais em operações anfíbias.
PINHAL	Os exercícios da série Pinhal têm como finalidade o aperfeiçoamento técnico e tático da instrução individual e colectiva das Baterias do GAC/BrigInt num ambiente operacional.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
PRIMERA BATALLA 05	Exercício CPX de planeamento de nível Brigada e Batalhão de um tema tático de defesa móvel levado a cabo na Base General Menacho (Bótoa, Badajoz, ESP).
PRONTEX	Exercício levado a cabo em Maio para avaliar a prontidão da componente naval da FRI (navios, FZ e mergulhadores).
PUMA 05	Aperfeiçoar a preparação de quadros e tropas das Forças de Operações Especiais, de forma a melhorar a prontidão e eficácia no planeamento, coordenação comando e execução de missões de Reconhecimento Especial e Acção Directa; exercitar o emprego de terminologia, metodologia e procedimentos de planeamento operacional em vigor na OTAN; permitir os objectivos de treino operacional do SOTG/NRF 7.
RAPOSA	Exercícios no âmbito da ICOL, da BAAA/BrigMec, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BrigMec.
RELÂMPAGO 05	Treino tático das unidades de Artilharia Antiaérea, envolvendo deslocamentos, reconhecimento, escolha, ocupação, organização e segurança de posições; treino das táticas de tiro; reforço da coesão e do espírito de missão e camaradagem dos militares participantes.
RINOCERONTE 05	Exercícios no âmbito da ICOL, do GCC/BrigMec, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BrigMec.
ROSA BRAVA 051	Praticar o planeamento, o comando, o controlo e conduta de uma Operação Defensiva do tipo Operação Retrógrada de escalão Brigada Independente, no quadro de uma intervenção CRO de uma Força Multinacional OTAN, de modo a implementar uma resolução internacional no sector à responsabilidade da BrigMec.
S. JORGE 05	Treinar a segurança nas UU/EE/OO situadas na área do Governo Militar de Lisboa e a prestação de apoios a pedido do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, através do CNOS/SNBPC, face à ocorrência de um hipotético sismo de grande intensidade na área de Lisboa.
SAGITÁRIO 05	Exercício realizado no âmbito dos Estados-Maiores Peninsulares, destinando-se a desenvolver a capacidade operacional e cooperação militar entre as unidades da Infantaria portuguesa e espanhola, através do planeamento e execução de operações a nível Batalhão.
SHARK HUNT	No período de 21 a 25 de Junho, o NRP Delfim participou no exercício <i>Shark Hunt 05</i> organizado pela US Navy. Este exercício insere-se num vasto conjunto de acções de treino cujo objectivo principal é o desenvolvimento e manutenção das capacidades de luta submarina em ambiente operacional complexo e contando com a participação de diversos submarinos internacionais. O exercício permitiu ao submarino português Delfim a possibilidade de interagir operacionalmente com meios militares modernos como é o caso dos submarinos americanos da classe Los Angeles.
SPONTEX	Este exercício aeronaval decorreu nas águas do Golfo da Biscaia, tendo contado com a participação de meios militares de Portugal, Canadá, França, Reino Unido, Itália e Alemanha. Como objectivo principal o Comando Naval Francês elegeu a área da luta anti-submarina em águas pouco profundas em ambiente tático complexo e com utilização de uma força multinacional. Neste exercício treinou-se ainda a luta anti-minas e as operações especiais. Finalmente, pôs-se à prova a capacidade de comando e controlo do staff francês.
SSK (SCL3)	Treino de lançamentos de Torpedo L3.
STANAVFORLANT	Conjunto de exercícios realizados no âmbito da actividade operacional desta força naval NATO permanente.
SUÃO 051	Exercitar o planeamento, o controlo e a conduta de operações táticas num ambiente de guerra convencional, em território hostil e/ou ambiente semi-permissivo, sob a forma de FTX, com duplo objectivo (validação da instrução do 6º Curso de Comandos e treino operacional da CCmds).
SUÃO 052	O exercício teve um duplo objectivo: por um lado, constituiu-se como exercício final de 7º Curso de Comandos e visou a execução de operações num ambiente de guerra convencional e em território hostil e/ou ambiente semi-permissivo. Para a 1ª Companhia de Comandos constituiu-se como o segundo exercício de aprontamento, com vista à integração da ISAF/Afganistão que decorreu num cenário de Operações de Resposta a Crises (CRO) com a execução de tarefas inerentes a esta tipologia de operações. O exercício realizou-se sob a forma de FTX/PREREDEX, com a finalidade de exercitar o planeamento, o controlo e a conduta de operações táticas.
SUBEX/RANEX	Exercício destinado a proporcionar treino de Operações Especiais a partir de submarino.
SWORDFISH	Exercício naval destinado a testar a integração de unidades ou forças de países NATO em forças multinacionais e exercitar procedimentos em cenários passíveis de ocorrer no mundo real, por forma a otimizar a interoperabilidade e coesão das unidades participantes e, simultaneamente, dar a oportunidade de treino aos estados-maiores das forças.
T. COMBATE NOCTURNO	Treino de Combate Nocturno, escalão CF, levado a cabo pelas Companhia de Manobra do BF2.
TACTICAL LEADERSHIP PROGRAM (TLP)	Cursos de formação de comandos em voo com fase académica e de voos.
TÁCTICO A	Exercício destinado a proporcionar treino de Operações Especiais a partir de submarino.
TAPON	Exercício planeado pela Armada espanhola, onde se treina uma resposta aliada a um possível conflito na zona do Estreito de Gibraltar.

Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

(Continuação)

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
TEJO	Desenvolver capacidades do 1ºBIPara de planeamento, coordenação e controlo de tarefas características das Operações Aerotransportadas, NEO, Operações Humanitárias e de Combate ao Terrorismo.
TIGRE 05	Exercícios no âmbito da ICOL, do 2ºBIMec/BrigMec, com a finalidade de manter ou melhorar a sua prontidão operacional, concorrendo para os objectivos de treino operacional da BrigMec.
TIREX	Exercício destinado a proporcionar treino com tiro real às equipas de armas pesadas das Companhias de Fuzileiros.
TOSCANA 05	Preparar o EM da EUROFOR para o exercício <i>ALLIED ACTION</i> .
O TREINCOMBATE	Treino de tiro de combate com armamento orgânico das Companhias de Fuzileiros aos vários escalões (Equipa, Secção, Pelotão e Companhia).
TRIDENT D'OR	Exercício combinado do tipo LIVEX, conduzido pela França e Itália, visando testar a cooperação entre as várias componentes das EUROFOR e Marinhas aliadas, na condução de operações de apoio à paz e evacuação de não combatentes.
TRISTÃO 05	Treino das FOPE/ZMM com a finalidade de manter e melhorar o conhecimento tático no âmbito das operações de apoio à paz.
TROIA	Exercício de Fuzileiros, escalão Companhia, na Península de Tróia. Concorre para o aprontamento anual das unidades.
TROVÃO	Os exercícios da série Trovão têm como finalidade o treino tático e técnico das Baterias do GAC/BrigInt.
TUZLA 05	Exercício de Aprontamento Final do GCC/EUFOR que inclui uma CREVAL sob a responsabilidade da IGE, com o objectivo de exercitar, desenvolver e validar a capacidade operacional da Força no planeamento, controlo, e conduta de operações de apoio à paz.
VALLADOLID 05	Intercâmbio de experiências entre os países participantes, no âmbito da execução de saltos operacionais de grande altitude, com dispositivos de oxigénio e destinado a treinar os procedimentos deste método de infiltração aérea.
VBSS	Treino de <i>Visit, Board, Search and Seizure</i> , efectuado pelo DAE (no âmbito do combate ao terrorismo marítimo e abordagem a plataformas marítimas).
VIRIATO 05	Validar os objectivos de instrução do Curso de Operações Especiais do Quadro Permanente. Aperfeiçoar a preparação de quadros e tropas, de forma a melhorar a prontidão e eficácia das Forças de Op. Esp. no planeamento, coordenação, comando e execução de missões de reconhecimento especial de acção directa; exercitar a activação e formação de um Comando de componente de Operações Especiais; exercitar o emprego da terminologia, metodologia e procedimentos de planeamento operacional em vigor na OTAN; exercitar a elaboração e aplicação de regras de empenhamento.
WORK-UPS SNFL	Treino de integração da SNFL, normalmente efectuado antes de um exercício de grandes dimensões.
ZARCO	Exercício da responsabilidade do Comando Operacional da Madeira (COM). Foi planeado e conduzido com a finalidade de exercitar o planeamento e a condução do emprego operacional conjunto das forças e meios atribuíveis ao COM, visando a defesa do Arquipélago da Madeira contra quaisquer agressões e ameaças externas e verificar o seu treino operacional.
ZARCO 05	Treinar e avaliar planos de contingência; exercitar o Comando Operacional da Madeira (COM) nas acções de apoio a prestar pelas Forças Armadas no decurso de um acidente grave.

7.1 – EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS - EMGFA

7.1.1 - Exercícios e Treino – Exercícios Conjuntos - Exercícios Realizados

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
AÇOR 051	CPX/JOINTEX	03 - 05NOV	S. MIGUEL (V.F. DO CAMPO)	CEMGFA	COA	COA	
AÇOR 052	CPX/JOINTEX	30MAI - 04JUN	FAIAL/PICO	CEMGFA	COA	COA	
ZARCO 05	SIGEX/FTX	21 - 25NOV	MADEIRA	CEMGFA	COM	COM, CZMARM, CZMM, CDAM	
LUSIADA 052	CPX/LIVEX	19 - 30NOV	ALGARVE	CEMGFA	CEMA	EMGFA/COC, COMNAV, COFT, COFA	

7.1.2 - Exercícios e Treino – Exercícios Conjuntos - Meios

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal			Custos Acrescidos (euros)			OBS.
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
AÇOR 051	1 FS JROBY	1 PEL (+) / RG2	C-130 C-212 SA-330	60	55	13	2.370,26	112.527,36	114.897,62	
	EM / COA			29						
AÇOR 052	GEN P. D'ÉÇA	1 BI (-)	2 C-212 1 C-130 1 SA-330	82	107	46	2.955,93	48.785,49	51.741,42	
	EM / COA			26						
ZARCO 05	1 PB	BI/RG3 BAAA/RG3 FORÇA OPOSITORA CTP/ZMM CI/ZMM	1 C-212 1 SA 330	37	200/25	9		24.047,50	24.047,50	
		EM / COM								
LUSIADA 052	1 FFGH 2 FF 2 FS 1 AOR 1 SSK 1 BF2	BrigMec ETAT UA-CTAT RI15 EPT CIOE	C-212 F-16 MLU AL III	877	310/38	54	164.248,77	298.330,83	462.579,60	
	EMGFA									

7.1.3 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados - Exercícios Realizados

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ALLIED WARRIOR 05	CPX/LIVEX	17OUT - 14DEZ	PRT	SACEUR	JCL	JCL DIREC/EMGFA COFT	NATO HNS
CONTEX - NINFA	LIVEX	06 - 15ABR	ATLÁNTICO P. DA CRUZ	COMNAV CEMGFA	COMNAV CEMGFA	COMNAV/EMGFA	PSI
FELINO 05	LIVEX	24 - 28OUT	CPV	CEME (CPV)	CEME (CPV)	EMGFA/RAMOS	CPV

7.1.4 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados - Meios

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal			Custos Acrescidos (euros)			OBS.
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
ALLIED WARRIOR 05	-	BApSvc, RL2	BA 6	-	180	-	-	34.437,94	34.437,94	
CONTEX - NINFA	1FFGS, 1FF, 1FS, 1AOR, 1AGS, 1AGSC, 1PB, 1SSK-BF2- DAE	-	-	625	-	-	100.529,33	125.226,49	225.755,82	
FELINO 05	-	-	-	1	5	1	16.345,40	22.148,64	38.494,04	
EMGFA 5										

7.2 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA

7.2.1 - Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
CTALC	LIVEX	VÁRIOS	CTALC	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
TRÓIA	LIVEX	VÁRIOS	Tróia/P. da Cruz	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
FTX'S	LIVEX	VÁRIOS	Tróia/P. da Cruz	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
TIREX	LIVEX	VÁRIOS	P. da Cruz	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
COSTA ABERTA	LIVEX	VÁRIOS	Fonte da Telha	CCF	-		
TREINO A/B	LIVEX	VÁRIOS	Rio Coia/Tejo	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ
TÁCTICO C	LIVEX	29JUN - 05JUL	Algarve	CCF	-		
CPX I /BLD/TRÓIA EASC	LIVEX	07 - 10MAR	Tróia P. da Cruz	CCF	BF2	COMNAV	Adestramento FZ
CPX II /BLD/FTX EASC	LIVE	10 - 13MAI	Tróia P. da Cruz	CCF	BF2	COMNAV	Adestramento FZ
EX SNIPER/ SAPADORES	LIVEX	20 - 21SET	P. da Cruz	CCF	VÁRIOS	COMNAV	Adestramento FZ

7.2.1 - Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados (Continuação)

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
TREINO COMBATE	LIVEX	28FEV - 01MAR	P. da Cruz	CCF	-		Adestramento FZ
VBSS	LIVEX	17 - 21JAN	Alhos Vedros Sesimbra	CCF	-		
SUBEX/RANEX	LIVEX	01 - 02FEV	Praia da Comporta	CCF	DAE	COMNAV	Adestramento FZ
MONTANHISMO	LIVEX	11 - 19JUL	Serra da Estrela	CCF	-		
T. COMBATE NOCTURNO	LIVEX	VÁRIOS	P. da Cruz	CCF	-		
CAE MAFRA	LIVEX	12 - 16SET	Mafra	-	-		
PROGAMA DE TREINO	LIVEX	VÁRIOS	Áreas de exercício nacionais	COMNAV	COMNAV	COMNAV	Programas de treino
AÇOREX	LIVEX	20SET - 4OUT	Arquipélago dos Açores	COMNAV	COMNAV		
SSK (SCL3)	LIVEX	05 - 7DEZ	Áreas de exercício de submarinos nacionais	COMNAV	CTG443.10		
VIAGENS INSTRUÇÃO	LIVEX	VÁRIOS	Várias	COMNAV	COMNAV	COMNAV	Viagens de instrução de cadetes da EN
PRONTEX	LIVEX	01 - 13MAI	Madeira	COMNAV	COMNAV		
FOCA 051	LIVEX	06ABR	Açores	COMNAV	CZMA	CZMA	
GAIVOTA 052	LIVEX	08SET	Açores	COMNAV	CZMA	CZMA	
DRAGÃO	LIVEX	06ABR	Açores	COMNAV	CZMA	CZMA	

7.2.2 - Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
CTALC	CAF, BF1, BF2, UPN	328	1.014,91	17.208,89	18.223,80			
TROIA	CAF, CF11, CAF, CATT, BF1, BF2	682	21.532,32	68.913,61	90.445,93			
FTX'S	CAF, UPN, DAE, BF1, UMD	579	12.245,86	30.127,78	42.373,64			
TIREX	CAF, BF1, BF2	428	3.197,41	30.566,96	33.764,37			
COSTA ABERTA	UMD, CAF, BF1, BF2	230	-	3.448,40	3.448,40			
TREINO A/B	UMD	138	-	4.226,21	4.226,21			
TÁCTICO C	1FS, BLD	502	19.418,86	14.110,91	33.519,77			
CPX I /BLD/TROIA EASC	BLD	174	5.858,97	3.200,49	9.059,46			
CPX II /BLD/FTX EASC	BF2	111	2.116,17	3.396,17	5.512,34			

7.2.2 - Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos (Continuação)

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
EX SNIPER/ SAPADORES	CAF	9	166,59	542,25	708,84			
SUBEX/RANEX	DAE	27	118,44	767,93	886,37			
VBSS	DAE	27	132,20	489,16	621,36			
TREINO COMBATE	DAE	20	97,90	4.426,35	4.524,25			
MONTANHISMO	DAE	48	2.975,01	1.685,96	4.660,97			
T. COMBATE NOCTURNO	BF2	488	3.595,05	14.028,71	17.623,76			
CAE MAFRA	DAE	25	-	2.382,18	2.382,18			
PROGRAMA DE TREINO	VÁRIOS	1.527	404.783,00	494.484,00	899.267,00			
AÇOREX	1 AOR, BF2	68	25.466,00	75.551,00	101.017,00			
SSK (SCL3)	2 SSK	108	6.176,00	2.633,00	8.809,00			
VIAGENS INSTRUÇÃO	1FFGH, 2FF, 3FS, 2AXS	856	1.150.011,00	804.020,00	1.954.031,00			
PRONTEX	1FFGH, 1FS, 1AOR	308	85.213,00	119.206,00	204.419,00			
FOCA 051	1FS	70	-	-	-			
GAIVOTA 052	1FS	70	-	-	-			
DRAGÃO	1FS	70	-	-	-			

7.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
NEOTAPON 05	LIVEX	30MAI - 10JUN	Espanha	AJEMA	ALFLOT		
INSTREX 01	LIVEX	24 - 28OUT	Área de exercícios nacionais	COMNAV	COMNAV		
OST	LIVEX	24OUT - 10DEZ	Inglaterra	FOST	-		
LOYAL MIDAS	LIVEX	20 - 23OUT	-	SHAPE	JCLISBON		
SSK (SHARK HUNT)	LIVEX	20 - 24JUN	-	-	CTF 69		
SPONTEX	LIVEX	06 - 28SET	França	ALFAN	COMFRMARFOR		
ALCUDRA	LIVEX	15ABR - 09MAI	Espanha	ALFLOT	COMTEMECOM		

7.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
NEOTAPON 05	1AOR, 1SSK - BF2, DAE	191	83.069,24	99.283,94	182.353,18	
INSTREX 01	1FFGH, 1FF, 1FS, 1AOR, 1SSK	528	44.680,00	162.855,00	207.535,00	
OST	1FFGH	169	339.547,00	391.123,00	730.670,00	
LOYAL MIDAS	1FS	71	10.987,00	6.837,00	17.824,00	
SSK (SHARK HUNT)	1SSK	54	6.526,00	1.932,00	8.458,00	
SPONTEX	1SSK	54	35.350,00	13.478,00	48.828,00	
ALCUDRA	1FS	70	42.447,00	28.999,00	71.446,00	

7.3 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO

7.3.1 - Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ABRANTES - A	LIVEX FTX	22 - 26AGO	PRT	CMDT CTAT	2°CMDT CTAT	BrigRR	FND/KFOR
ALCAIDE FARIA V	CPX LIVEX	18 - 22ABR	PRT/RMN	CMDT RMN	2°CMDT RMN	QG/RMN	
APOLO 051	CPX LIVEX	17 - 21OUT	PRT/BrigRR	CMD CTAT	2°CMDT CTAT	COFT; QG/RMN; QG/BrigRR	
ARCO 052	LIVEX	14 - 18NOV	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	2°CMDT BrigMec	COFT; BrigMec	
BARRAGEM 05	LFX	24 - 27OUT	PRT/CMSM	CMDT ZMM	CMDT RG3	ZMM; BrigMec	
CANÁRIO 052	LIVEX	22MAR	PRT/ZMA	COA	CZMM	COA; CZMA; CZAA	
CANÁRIO 054	CPX	20JUL	PRT/ZMA	COA	CZMM	COA; CZMA; CZAA	
DOBOJ 053	FTX	14 - 19DEZ	PRT	CMDT BrigMec	2°CMDT BrigMec	BrigMec	FND/EUFOR
DRAGÃO	FTX	17 - 28JAN	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	1°BIMec/BrigMec	
DRAGÃO 05	LIVEX	09 - 13OUT	PRT/ZMA	CMDT ZMA	CMDT RG2	ZMA	
DRAGÃO 051	LIVEX LFX	06 - 10NOV	PRT/BrigInt	CMDT BrigInt	CEM BrigInt	COFT; BrigInt	
EFICÁCIA 05	LIVEX LFX	14 - 18MAI	PRT/BrigMec	TGEN COFT	CMDT BrigMec	COFT; BrigMec	
FOCA 051	LIVEX	06ABR	PRT/ZMA	COA	CZMA	COA; CZMA; CZMARA	

7.3.1 - Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados (Continuação)

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
HERMES 051	LIVEX LFX	10 - 14JAN	PRT/BrigInt	CMDT BrigInt	CEM BrigInt	BrigInt	FND/KFOR
HERMES 052	CPX LIVEX	23MAI - 03JUN	PRT/BrigInt	CMDT BrigInt	CEM BrigInt	BrigInt	FND/KFOR
HIENA 05	SIGEX	15 - 16NOV	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	CTm/BrigMec	
LOBO 051	FTX	02 - 06MAI	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	ERec/BrigMec	
LOBO 052	FTX	02 - 11NOV	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	ERec/BrigMec	
MACONTENE 051	LIVEX FTX	14 - 18MAR	PRT	CMDTBrigRR CMDT BrigInt	CMDT ERec	ERec	
MERCÚRIO 051	SIGEX	18 - 22ABR	PRT	CMDT BrigRR	2ºCMDT BrigRR	CTm	
ONÇA 051	FTX	01 - 04FEV	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	GAC/BrigMec	
ONÇA 052	FTX	19 - 21ABR	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	GAC/BrigMec	
ONÇA 053	FTX	03 - 05MAI	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	GAC/BrigMec	
ONÇA 054	FTX	25 - 27OUT	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	GAC/BrigMec	
ONÇA 055	FTX	05 - 07DEZ	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	GAC/BrigMec	
ORION 05	CPX LIVEX	13 - 23JUN	PRT	CEME	TGEN COFT	COFT	
PANTERA 05	FTX	02 - 06MAI	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	BApSvc/BrigMec	
PANTERA 051	LIVEX	05 - 06JAN	PRT/ZMA	CMDT ZMA	CMDT RG1	ZMA	
PANTERA 052	LIVEX	20 - 21ABR	PRT/ZMA	CMDT ZMA	CMDT RG1	ZMA	
PANTERA 053	LIVEX	05 - 07JUL	PRT/ZMA	CMDT ZMA	CMDT RG1	ZMA	
PANTERA 054	LIVEX	07 - 09DEZ	PRT/ZMA	CMDT/ZMA	CMDT RG1	ZMA	
PEDRA VIVA 051	LFX	19 - 21ABR	PRT/ZMM	CMDT ZMA	CMDT RG3	ZMM	
PINHAL 051	LIVEX	19JAN	PRT/RMN	CMDT RA4	CMDT GAC	GAC/BrigRR	
PINHAL 052	LIVEX	26JAN	PRT/RMN	CMDT RA4	CMDT GAC	GAC/BrigRR	
PINHAL 053	LIVEX	16FEV	PRT/RMN	CMDT RA4	CMDT GAC	GAC/BrigRR	
PINHAL 055	LIVEX	12OUT	PRT/RMN	CMDT RA4	CMDT GAC	GAC/BrigRR	
PINHAL 056	LIVEX	15NOV	PRT/RMN	CMDT RA4	CMDT GAC	GAC/BrigRR	
PINHAL 057	LIVEX	22NOV	PRT/RMN	CMDT RA4	CMDT GAC	GAC/BrigRR	

7.3.1 - Exercícios Sectoriais – Exercícios Realizados (Continuação)

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
PINHAL 058	LIVEX	06DEZ	PRT/RMN	CMDT RA4	CMDT GAC	GAC/BrigRR	
PUMA 05	SIGEX	28NOV - 07DEZ	PRT/BrigRR	CMDT CIOE	2ºCMDT CIOE	BrigRR	
RAPOSA 051	FTX	31JAN - 04FEV	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	BAAA/BrigMec	
RAPOSA 052	FTX	02 - 06MAI	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	BAAA/BrigMec	
RAPOSA 053	FTX	10 - 14OUT	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	BAAA/BrigMec	
RELÂMPAGO 05	LIVEX LFX	22 - 25MAI	PRT	TGEN COFT	2ºCMDT BrigMec	COFT	
RINOCERONTE 05	FTX	02 - 06MAI	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	GCC/BrigMec	
ROSA BRAVA 05	LIVEX	09 - 12MAI	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	2ºCMDT BrigMec	BrigMec ; BrigRR	
S. JORGE 05	CPX LIVEX	30MAI - 03JUN	PRT/GML	TGEN GML	2ºCMDT GML	GML; COFT; SNBPC; CNPCE	
SUÃO 051	LIVEX	02 - 08JUL	PRT/BrigRR	CMDT RI1	2ºCMDT RI1	BCmds/BrigRR	FND/ISAF
SUÃO 052	LIVEX	08 - 14DEZ	PRT/BrigRR	CMDT RI2	2ºCMDT RI2	BCmds/BrigRR	FND/ISAF
TEJO 051	LIVEX FTX	02 - 06MAI	PRT/BrigRR	CMDT 1ºBIPara	2ºCMDT 1ºBIPara	1ºBIPara/NRF 6	
TEJO 052	LIVEX	03 - 07SET	PRT/BrigRR	CMDT 1ºBIPara	2ºCMDT 1ºBIPara	1ºBIPara/NRF 7	
TIGRE 05	FTX	08 - 10NOV	PRT/BrigMec	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	2ºBIMec/BrigMec	
TRISTÃO 05	FTX	20 - 24JUN	PRT/ZMM	COM	COM	COM; CZMM; DAM; PSP	
TROVÃO 051	LIVEX	13 - 14ABR	PRT/CMSM	CMDT BrigRR/ CMDT BrigInt	2ºCMDT BrigRR/ 2ºCMDT BrigInt	GAC/BrigInt	
TROVÃO 052	LIVEX	25NOV	PRT/CMSM	CMDT BrigRR/ CMDT BrigInt	2ºCMDT BrigRR/ 2ºCMDT BrigInt	GAC/BrigInt	
TROVÃO 053	LIVEX	13 - 16DEZ	PRT/CMSM	CMDT BrigRR/ CMDT BrigInt	2ºCMDT BrigRR/ 2ºCMDT BrigInt	GAC/BrigInt	
TUZLA 05	FTX	05 - 13DEZ	PRT	CMDT BrigMec	CEM BrigMec	GCC/BrigMec	FND/EUFOR
VIRIATO 05	LIVEX	14 - 22ABR	PRT/BrigRR	TGEN COFT	CMDT CIOE	COFT	

7.3.2 - Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
ABRANTES - A	3ºBIPara	300	0	-	-			N/C
ALCAIDE FARIA V	U/O da RMN	-	0	-	-			N/C
APOLO 051	CIOE; BrigRR	609	0	-	-			N/C
ARCO 052	BrigMec; CIOE; EPT; BCmds	1716	0	25.191,79	25.191,79			
BARRAGEM 05	BI/RG3	18	0	2.850,00	2.850,00			
CANÁRIO 052	Esq PE	26	0	-	-			N/C
CANÁRIO 054	RG2	65	0	-	-			N/C
DOBOJ 053	GCC/EUFOR	282	0	4.247,37	4.247,37			
DRAGÃO	1ºBIMec/BrigMec	650	0	11.105,10	11.105,10			
DRAGÃO 05	RG1; RG2	151	0	541,62	541,62			
DRAGÃO 051	EPT; CIOE; RC6; RA4; RI14; RI13; RI19; EPAM; QG/RMN	650	0	11.167,12	11.167,12			
EFICÁCIA 05	GAC/BrigMec; EPAM; BBF/GAC/BrigRR/RA4	352	0	14.347,38	14.347,38			
FOCA 051	RG2	30	0	-	-			N/C
HERMES 051	QG/BrigInt; EPT; RI19; RI14	417	0	-	-			N/C
HERMES 052	RI19	298	0	-	-			N/C
HIENA 05	CTm/BrigMec	138	0	1.313,65	1.313,65			
LOBO (02EX)	ERec/BrigMec	105	0	899,04	899,04			
MACONTENE 051	ERec/BrigRR	70	0	500,00	500,00			
MERCÚRIO 051	CTm/BrigRR	35	0	268,52	268,52			
ONÇA (05EX)	GAC/BrigMec	288	0	7.206,14	7.206,14			
ORION 05	CIOE; RI13; EPAM; EPT; GALE; 1ºBIPara	524	0	49.854,01	49.854,01			
PANTERA	BAPSvc/BrigMec	278	0	974,28	974,28			
PANTERA 051	RG1	42	0	793,60	793,60			
PANTERA 052	RG1	45	0	687,70	687,70			
PANTERA 053	RG1	43	0	1.155,15	1.155,15			
PANTERA 054	RG1	45	0	1.246,25	1.246,25			
PEDRA VIVA 05	BAAA/RG3	50	0	495,52	495,52			
PINHAL (07EX)	RA4	803	0	2.961,83	2.961,83			
PUMA 05	CIOE	26	0	-	-			
RAPOSA (03EX)	BAAA/BrigMec	193	0	2.353,69	2.353,69			
RELÂMPAGO 05	BAAA/BrigMec	60	0	10.166,08	10.166,08			
RINOCERONTE 05	GCC/BrigMec	120	0	13.047,41	13.047,41			
ROSA BRAVA 05	BrigMec; EPT; CIOE; BCmds	1.617	0	41.300,14	41.300,14			
S. JORGE 05	U/E/O GML	240	0	3.100,00	3.100,00			
SUÃO 051	BCmds	186	0	22.182,50	22.182,50			
SUÃO 052	BCmds	192	0	22.182,50	22.182,50			
TEJO 051	1ºBIPara	412	0	1.667,15	1.667,15			
TEJO 052	1ºBIPara	431	0	3.050,00	3.050,00			

7.3.2 - Exercícios Sectoriais – Meios Envolvidos (Continuação)

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
TIGRE 05	2ºBIMec/BrigMec	212	0	598,35	598,35			
TRISTÃO 05	BI/RG3; BAAA/RG3	154	0	871,96	871,96			
TROVÃO (03EX)	GAC/BrigRR; RA4	502	0	1.168,14	1.168,14			
TUZLA 05	GCC/EUFOR	220	0	2.937,68	2.937,68			
VIRIATO 05	CIOE; EPT; GALE	346	0	8.020,00	8.020,00			

7.3.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ALLIED ACTION 05	CPX FTX	09MAI - 01JUN	ESP	NRDC-SP(HRF) VALÊNCIA	FMA	NRDC-FMA	NATO
ARRCADE SPEAR 05	CPX	07 A 18NOV	DEU	COMARRC	DCOMARRC	ARRC	NATO
ARRCADE WARRIOR/ ARRCADE DEPLOYEX 05	CPX	20 - 27MAI	GBR	COMARRC	DCOMARRC	ARRC	GBR
COHESION 05	LIVEX	02 - 22ABR	ESP	NRDC-SP(HRF) VALÊNCIA	FMA	NRDC-FMA	ESP
COMBINED ENDEAVOUR 05	CPX LIVEX	10 - 27MAI	DEU	USEUCOM	USEUCOM	COFT	NATO/PFP
DAVOUT 05	CPX	03 - 14OUT	FRA	CFAT	CFAT	COFT	FRA
FRONTERA 05	FTX	14 - 18NOV	PRT	COFT	CMDT BrigMec	COFT; BrigMec	ESP
IRON WARRIOR 05	CPX	04 - 08JUL	GBR	CMDT 3ºDIV (GBR)	DLO	NRF 6	GBR
JOINT ASSISTANCE 05	LIVEX	07 - 14OUT	UKR	SHAPE	EABRCC	COFT	NATO/PFP
LOYAL LEDGER 05	LIVEX CPX	21OUT - 02NOV	GBR	CMDT 3ºDIV (GBR)	CMDT 19ºBrigLig (GBR)	NRF 6	GBR
MANCHETE 05	LIVEX	18 - 27OUT	ESP	GEMOE	GEMOE	COFT; CIOE	FRA, ITA, GBR, LTU, ESP
PRIMERA BATALLA 05	CAX CPX	26 - 30SET	ESP	GEFMA	GEDIMZ	GEBRIMZ XI	ESP
SAGITÁRIO 05	LIVEX	12 - 16DEZ	ESP	CEME (ESP)	BRILAT	BrigInt	ESP
TOSCANA 05	CAX CPX	26 - 29ABR	ITA	EUROFOR	EUROFOR	EUROFOR	FRA, ITA, ESP
VALLADOLID 05	LIVEX	23MAI - 03JUN	ESP	CEME (ESP)	BRIPAC	COFT	ESP, DEU, GBR, FRA, ITA, NLD

7.3.4 - Exercícios Combinados - Meios Envolvidos

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
ALLIED ACTION 05	BrigMec, CIOE, GALE, CEng/BrigRR	23	-	83.445,00	83.445,00	
ARRCADE SPEAR 05	BrigRR, CmdInstr	18	-	39.496,40	39.496,40	
ARRCADE WARRIOR/ ARRCADE DEPLOYEX 05	BrigRR	2	-	2.521,86	2.521,86	
COHESION 05	AgrMec/BrigMec/NRF05	286	-	656.113,79	656.113,79	
COMBINED ENDEAVOUR 05	EMEL	3	-	55.800,00	55.800,00	
DAVOUT 05	BrigRR/CmdLog	2	-	7.582,02	7.582,02	
FRONTERA 05	1 Cat (ESP)	65	-	3.757,94	3.757,94	
IRON WARRIOR 05	1ºBIPara	1	-	1.674,56	1.674,56	
JOINT ASSISTANCE 05	DSS	4	-	4.415,68	4.415,68	
LOYAL LEDGER 05	1ºBIPara	15	-	32.473,05	32.473,05	
MACHETE 05	CIOE	26	-	13.896,15	13.896,15	
PRIMERA BATALLA 05	2ºBIMec	12	-	6.034,22	6.034,22	
SAGITÁRIO 05	Cmd da BrigInt; RI13	93	-	34.435,42	34.435,42	
TOSCANA 05	CEng/BrigRR	1	-	1.751,58	1.751,58	
VALLADOLID 05	ETAT	16	-	19.220,26	19.220,26	

7.4 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA

7.4.1 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos – Exercícios Realizados

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ARCO 051	LIVEX	16 - 17NOV	CMSM	CEME	BMI	BMI; COFA	
CONTEX 05	LIVEX	06 - 09ABR	ARCOMNAV	CEMA	COMNAV, COFA	VÁRIOS	
INSTREX	LIVEX	MAR	ARCOMNAV	CEMA	COMNAV	VÁRIOS	

7.4.2 - Participação em Exercícios Sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
ARCO 051	AL III F-16 TACP	(a)	-	6.153,00 14.000,00	20.153,00	
CONTEX 05	A-JET FTB337 F-16 F-16 MLU P-3P SA-330	(a)	-	25.224,00 3.427,00 49.227,00 24.734,00 129.798,00 6.658,00	239.068,00	
INSTREX	A-JET F-16 F-16 MLU SA-330 P-3P	(a)	-	24.582,00 47.458,00 15.750,00	87.790,00	

(a) Exercício realizado em território nacional cuja participação a nível de pessoal não é possível concretizar.

7.4.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
NOBLE MARLIN	LIVEX	19FEV - 04MAR	ITÁLIA	AFSOUTH	COMNAVSOUTH	VÁRIOS	NATO
MORSA	LIVEX	JUN e NOV	ESPAÑA	CHEFATURA SAR, RCC LISBOA	CHEFATURA SAR, RCC LISBOA	VÁRIOS	EEMMPP
NAM	LIVEX	04 - 19SET	POLÓNIA	COMAIRNORTH	COMAIRNORTH	VÁRIOS	NATO
TLP	CURSO	20ABR - 13MAI	BÉLGICA	AIRNORTH	TLP FLORENNES	VÁRIOS	NATO
HELPOR	LIVEX	10 - 14OUT	PORTUGAL	COFA	ESQ.552	VÁRIOS	EEMMPP

7.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2005

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efectivos	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
NOBLE MARLIN	P-3P	2 Of. Sup. 3 Oficiais 23 Sargentos	(a)	341.274,00	341.274,00	
MORSA	C-212 SA-330 P-3P FTB337	(a)	(a)	25.030,00 19.142,00 40.615,00 4.198,00	88.985,00	
NAM	F-16 C-130	7 Of. Sup. 11 Oficiais 41 Sargentos 4 Praças	(a)	181.379,00 305.803,00	487.182,00	
TLP	F-16 C-130	4 Of. Sup. 8 Oficiais 35 Sargentos 7 Praças	(a)	276.056,00 79.387,00	355.443,00	
HELPOR	AL III	17 Of. Sup. 32 Oficiais 45 Sargentos 38 Praças	(a)	61.103,00	61.103,00	

(a) Exercício realizado em território estrangeiro, mas em que as aeronaves participaram a partir de território nacional, pelo que não é possível quantificar o pessoal nele envolvido.

NOTA EXPLICATIVA

Os dados a seguir apresentados foram coligidos pelo Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) e contabilizam:

- as prestações familiares e sociais despendidas com o pessoal militar e civil pelos órgãos e serviços centrais do MDN (OSC/MDN), EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, Instituto da Defesa Nacional e IASFA, a que aludem os Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de Setembro e 133-B/97, de 30 de Maio, este último revogado, na parte relativa ao subsídio familiar a crianças e jovens e ao subsídio de funeral, pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto;
- os subsídios concedidos, pelo IASFA, aos seus beneficiários, previstos no diploma da sua criação, Decreto-Lei n.º 284/95, de 30 de Outubro, e respectivas normas reguladoras.

Tais prestações pecuniárias (abonos, subsídios e prestações complementares) estão agrupadas nas Funções de Protecção Social, consideradas pelo Instituto Nacional de Estatística na sua publicação *“Estatísticas de Protecção Social Associações Sindicais Patronais”*.

O IASFA intervém junto dos seus beneficiários no campo da acção social complementar. Propõe-se este Instituto, a partir do presente Anuário Estatístico, introduzir neste capítulo outros benefícios sociais no âmbito da sua missão, para além dos subsídios atribuídos aos seus beneficiários.

FUNÇÕES DE PROTECÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIOS

Função Invalidez

Subsídio especial de apoio de 3ª pessoa (SEAP), concedido pelo IASFA a beneficiários, em função da sua situação socioeconómica, que se encontrem em situação de necessidade de apoio de terceira pessoa, sem que se torne necessário o seu internamento em estabelecimento hospitalar, ou não seja aconselhável, ou possível, o seu internamento em lar.

Função Velhice

Subsídio complementar normal de pensões (SCNP), concedido aos beneficiários que auferem rendimentos inferiores a um determinado valor (mínimo vital) presentemente fixado pelo IASFA, pelo valor do salário mínimo nacional;

Subsídio especial de lar (SEL), para auxiliar o internamento em lares (públicos ou privados, não fazendo parte do IASFA), dos beneficiários que, comprovadamente, não possam manter-se no agregado familiar;

Subsídio especial de residente (SER), para permitir aos beneficiários mais carenciados o seu internamento nos Lares Residenciais (LR) e Centros de Recuperação (CR) dos equipamentos sociais do IASFA.

Função Sobrevivência

Subsídios por morte e de funeral previstos, respectivamente, nos Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de Setembro e 176/2003, de 2 de Agosto.

Função Família

Abono de família para crianças e jovens que visa compensar os encargos decorrentes de situações geradoras de despesas para as famílias, especialmente previstas no Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto;

Bonificação por deficiência, prevista no Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio, acrescendo ao abono de família para crianças e jovens, concedido nos termos do Decreto-Lei n.º 176/2003, de Agosto;

Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial, subsídio mensal vitalício e subsídio por assistência de 3ª pessoa, regulados pelo Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de Maio;

Subsídio complementar de apoio familiar (SCAF), que é concedido pelo IASFA a agregados familiares carenciados, sendo atribuído um montante, definido anualmente, por cada elemento dependente daquele agregado.

Comparticipações escolares concedidas pelo IASFA:

- Escolar (CE), aos agregados com mais fracos recursos económicos e em todos os graus de ensino;
- Escolar especial para reeducação (CEE-R), aos beneficiários que tenham a seu cargo descendentes com comprovada redução de capacidade orgânica, motora, sensorial ou intelectual, que frequentem instituições de reeducação ou reintegração.

OUTRAS FUNÇÕES DE PROTECÇÃO SOCIAL

Assistência a Idosos

As Residenciais de Idosos do IASFA constituem um alojamento colectivo para beneficiários idosos em situação de maior risco de perda de independência ou de autonomia, que se encontrem com dificuldades em residir no meio familiar normal;

Os Centros de Recuperação do IASFA constituem um alojamento colectivo para beneficiários idosos em regime de internamento temporário ou definitivo, quer para convalescença quer para situações de dependência moderada ou severa.

Assistência Médica e Sanitária

O apoio nos cuidados primários de saúde em regime ambulatorio, como complemento de outros sistemas de saúde, a beneficiários titulares e familiares constitui outra missão de protecção social exercida pelo IASFA. Esta acção é concretizada através dos Centros Médicos, onde se efectuam consultas das diversas especialidades, exames auxiliares de diagnóstico, acções terapêuticas e pelo apoio prestado pelos Postos Clínicos;

Na assistência sanitária destaca-se o serviço farmacêutico, constituído por uma Farmácia, instalada no Centro de Apoio Social de Oeiras.

Assistência a Jovens Estudantes e Crianças

O apoio aos jovens estudantes é prestado pelas Residenciais Universitárias do IASFA, cujo objectivo é proporcionar, de acordo com as disponibilidades, alojamentos aos filhos dos beneficiários titulares matriculados em estabelecimentos de ensino superior na área da Grande Lisboa;

O apoio sócio-educativo aos filhos dos beneficiários titulares do IASFA é disponibilizado por alguns equipamentos ligados à educação, nomeadamente por uma Creche, um Jardim de Infância e uma Escola de Ensino Básico nº 1 do Alfeite (o ensino básico é ministrado sob a responsabilidade do Ministério da Educação). Existem também Actividades de Tempos Livres que apoiam os alunos que frequentam aquela escola de ensino.

Assistência Financeira

A assistência financeira prestada pelo IASFA aos beneficiários envolve a concessão de empréstimos que permitem resolver situações gravosas, urgentes e imprevistas.

Assistência Habitacional

Um dos objectivos a atingir pelo IASFA, na sua prestação de apoio à habitação, é a disponibilização de fogos aos seus beneficiários em condições favoráveis.

Assistência no Lazer

O IASFA, como representante de Portugal no Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares (CLIMS), desenvolve a cooperação entre os organismos responsáveis pela acção social militar, tanto no âmbito da doutrina e metodologias do apoio social como no intercâmbio de jovens e de residências de férias, em apoio da família militar.

O IASFA proporciona aos seus beneficiários, a preços sociais, períodos de férias e de repouso nos Centros de Apoio Social de Oeiras e de Runa e no Centro de Repouso de Porto Santo (CEREPOSA), organizando turnos de frequência de acordo com o calendário e o normativo da época.

8.1 – Beneficiários do IASFA – Distribuição por Ramos das FA

Ano: 2005

Ramo das FA		Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Número de beneficiários (a)		15.743	20.002	7.907	43.652
Variação (b)	Em valor absoluto	-39	-222	-46	-307
	Em percentagem	-0,2	-1,1	-0,6	-0,7

(a) Considerados apenas os beneficiários titulares;

(b) Em relação ao ano anterior.

8.2 – Funções de Protecção Social – Invalidez – SUBSÍDIOS

(euros)

	SEAP	
	N.º (a)	Montante Despendido (b)
IASFA	272	25.683,00

(a) N.º de beneficiários contemplados;

(b) Prestações mensais – valor atribuído em média.

8.3 – Função de Protecção Social – Velhice – SUBSÍDIOS

(euros)

	SCNP		SEL		SER		TOTAL	
	N.º (a)	Montante Despendido (b)	N.º (a)	Montante Despendido (b)	N.º (a)	Montante Despendido (b)	N.º (a)	Montante Despendido (b)
IASFA	167	18.109,00	160	24.440,00	129	33.463,00	456	76.012,00

(a) N.º de beneficiários contemplados;

(b) Prestações mensais – valor atribuído em média.

8.4 – Função de Protecção Social – Sobrevivência – SUBSÍDIOS

(euros)

Organismo/Ramo	Por Morte		De Funeral	
	N.º	Montante Despendido	N.º	Montante Despendido
OSC/MDN	-	-	-	-
EMGFA	-	-	-	-
Marinha	26	241.050,39	8	1.525,60
Exército	44	184.576,60	6	769,33
Força Aérea	11	119.357,58	6	1.141,86
IASFA	-	-	-	-
TOTAL	81	544.984,57	20	3.436,79

8.5 – Função de Protecção Social – Família – SUBSÍDIOS

(euros)

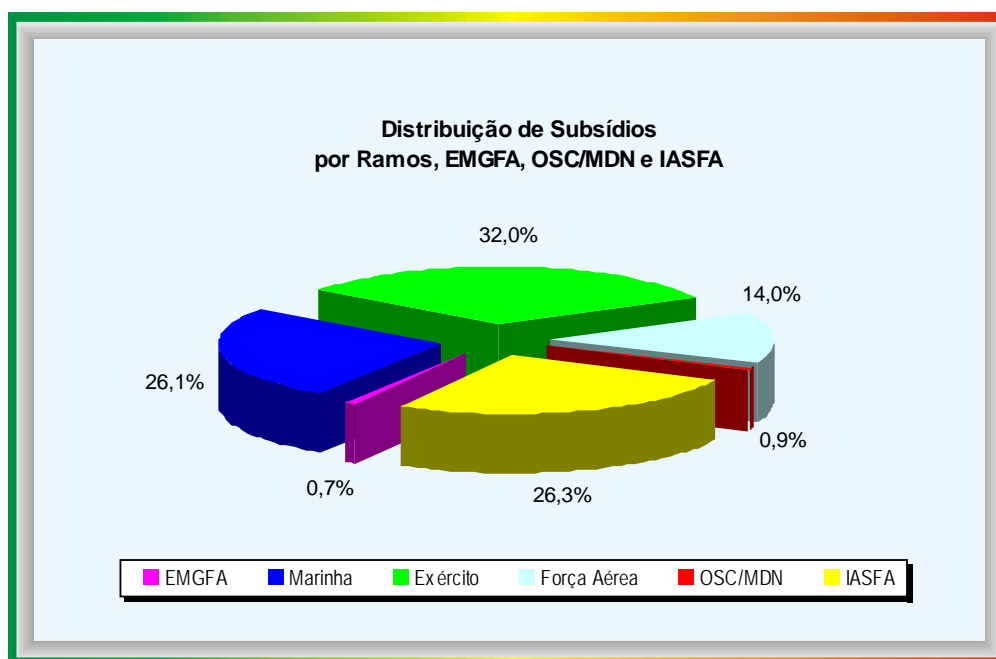
Organismo/Ramo	Familiar		Educação Especial		Mensal Vitalício		Por Assistência de 3ª Pessoa		Bonificação por Deficiência		SCAF		CE e CEE-R (a)	
	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD
OSC/MDN	162	76.135,04	-	-	-	-	-	-	5	5.165,36	-	-	-	-
EMGFA	296	50.777,04	-	-	-	-	2	1.866,48	5	5.192,88	-	-	-	-
Marinha	5.560	1.766.284,60	6	1.094,34	52	72.034,46	61	52.318,40	155	122.612,04	-	-	-	-
Exército	7.289	2.340.145,00	2	3.632,43	30	54.619,98	72	53.728,99	188	137.979,99	-	-	-	-
Força Aérea	2.901	1.012.542,79	-	-	4	7.557,44	16	15.837,81	70	52.585,95	-	-	-	-
IASFA	48	21.165,99	-	-	-	-	-	-	-	-	11	12.415,00	3.870	1.023.075,00
TOTAL	16.256	5.267.050,46	8	4.726,77	86	134.211,88	151	123.751,68	423	323.536,22	11	12.415,00	3.870	1.023.075,00

(a) Não contempla o número de descendentes ou equiparados, cujo total ascendeu a 5.724 crianças apoiadas.

8.6 – Total Anual de Subsídios e Montantes Despendidos por Função

(euros)

Função	OSC/MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Invalidez							
Subsídios	-	-	-	-	-	272	272
Montante Despendido	-	-	-	-	-	308.197,00	308.197,00
Velhice							
Subsídios	-	-	-	-	-	456	456
Montante Despendido	-	-	-	-	-	912.150,00	912.150,00
Sobrevivência							
Subsídios	-	-	34	50	17	-	101
Montante Despendido	-	-	242.575,99	185.345,93	120.499,44	-	548.421,36
Família							
Subsídios	167	303	5.834	7.581	2.991	3.929	20.805
Montante Despendido	81.300,40	57.836,40	2.014.343,84	2.590.106,39	1.088.523,99	1.056.655,99	6.888.767,01
TOTAL							
Subsídios	167	303	5.868	7.631	3.008	4.657	21.634
Montante Despendido	81.300,40	57.836,40	2.256.919,83	2.775.452,32	1.209.023,43	2.277.002,99	8.657.535,37



8.7 – Outras Funções de Protecção Social

Nº de Beneficiários	2003	2004	2005
Assistência a Idosos			
▪ Residenciais de Idosos	183	187	206
▪ Centros de Recuperação	148	155	169
Total	331	342	375
Assistência Médica			
▪ Consultas	37.114	37.840	41.802
▪ Exames Auxiliares Diagnóstico	14.006	15.512	14.544
▪ Fisioterapia	48.193	47.515	45.623
Total	99.313	100.867	101.969
Assistência Sanitária			
▪ Serviço Farmacêutico - Farmácia (a)	-	-	-
Assistência a Jovens e Crianças			
▪ Residenciais Universitárias	36	36	13
▪ Creche	21	29	28
▪ Jardim de Infância	132	155	143
▪ ATL	203	203	192
▪ Escola de Ensino Básico	238	224	195
Total	630	647	571
Assistência Financeira			
▪ Empréstimos	1.888	478	1.198
Assistência Habitacional			
• Habitação económica	1.463	1.469	1.658
Assistência no Lazer			
▪ CLIMS	963	1.391	1.674
▪ Colónias de Férias e Centro de Repouso de Porto Santo	473	522	518
Total	1.436	1.913	2.192
TOTAL	105.061	105.716	107.963

NOTA: No CLIMS incluíram-se, para além dos beneficiários do IASFA, os beneficiários dos países membros da família militar europeia.

Destaca-se ainda o apoio sanitário prestado nos Postos Clínicos existentes na Sede, nos Olivais e no Centro de Apoio Social do Alfeite.

(a) O Serviço Farmacêutico é constituído por uma Farmácia, localizada no CASOeiras, que tem como missão o apoio sanitário em medicamentos aos beneficiários internados nos Centros de Recuperação e Residenciais de Idosos, aos utentes das consultas externas e aos beneficiários em geral.

NOTA EXPLICATIVA

No âmbito das suas atribuições, compete à Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN) velar pela rigorosa observância da legalidade e controlar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros, tendo em vista a sua eficiência, eficácia, métodos e procedimentos de gestão, bem como a salvaguarda do interesse público.

Da análise da actividade inspectiva desenvolvida durante o ano de 2005, verifica-se que se manteve a média de acções de inspecção efectuadas nos últimos cinco anos, representando um grau de realização de cerca de 98% relativamente ao total de acções de inspecção previstas no Plano de Actividades.

Da análise dos dados verifica-se um desequilíbrio entre o número de inspecções efectuadas ao Exército e aos outros Ramos das Forças Armadas e, também, entre áreas de inspecção/análise, embora de forma menos acentuada que nos anos anteriores, que resulta dos seguintes factores:

- De acordo com os critérios adoptados do antecedente, cada acção de inspecção corresponde a uma U/E/O avaliada por equipas de inspecção diferentes, mesmo que de várias acções de inspecção possa ter resultado a elaboração de um único relatório;
- O sistema de forças e o dispositivo de cada Ramo das Forças Armadas tem a sua especificidade e particularidade. No caso do Exército, a existência de um maior número de U/E/O a inspecionar para a consecução de objectivos de inspecção comum aos três ramos tem originado um maior peso relativo do número de acções de inspecção/análise a este Ramo.

Com a presente edição do Anuário, e de forma a otimizar a informação sobre a actividade desenvolvida pela IGDN, apresenta-se um conjunto de dados abrangendo quer os dados relativos ao ano em análise quer dados retrospectivos, bem como os conceitos aplicados pela IGDN.

CONCEITOS

Inspeções Gerais (IG) - Inspeções realizadas com o concurso das inspeções da administração dos meios humanos, dos meios materiais e dos meios financeiros, actuando conjuntamente.

Inspeções Parcelares (IP) - Inspeções realizadas por apenas duas das três áreas, administração dos meios humanos, dos meios materiais ou dos meios financeiros.

Inspeções Técnicas (IT) - Inspeções realizadas por uma única inspecção.

Inspeção Ordinária (IO) - Inspeção programada no Plano de Actividades.

Inspeção Extraordinária (IE) - Inspeção não programada.

Inspeção de Avaliação Operacional (IAO) - Inspeção que se destina a avaliar e verificar a prontidão das unidades de acordo com a sua categoria de prontidão.

9.1 – INSPECÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS EXECUTADAS PELA IGDN

Área	Tipo	Planeamento	U/E/O	Estrutura	N.º de Inspectores	Dias de Actividade		
						Planeamento	Execução	Relatório
IAMH	IT	IO	Esquadilha de Submarinos	Marinha	c) 3	22	5	76
IAMH	IT	IO	Brigada Aerotransportada Independente	Exército	a) 3	25	5	120
IAMH	IT	IO	Base Aérea N.º 5	Força Aérea	3	12	5	87
IAMH	IT	IO	Regimento de Cavalaria N.º 3	Exército	3	22	5	53
IAMH	IT	IO	Regimento de Infantaria N.º 19	Exército	3	18	5	59
IAMH	IT	IO	Regimento de Infantaria N.º 15	Exército	3	30	5	40
IAMH	IT	IO	Escola de Fuzileiros	Marinha	a) 4	40	5	52
IAMH	IT	IO	Comando do Corpo de Fuzileiros	Marinha	c) 4	53	5	72
IAMH	IT	IO	Base de Fuzileiros	Marinha	c) 4	53	5	72
IAMM	IT	IO	Grupo 2 de Escolas da Armada	Marinha	c) 4	20	10	57
IAMM	IT	IO	Instituto de Socorros a Náufragos	Marinha	3	11	10	61
IAMM	IT	IO	Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1	Exército	a) 4	24	10	68
IAMM	IT	IO	Estação de Radar N.º 3	Força Aérea	b) 4	24	7	58
IAMM	IT	IO	Academia da Força Aérea	Força Aérea	4	18	10	63
IAMM	IT	IO	Regimento de Cavalaria N.º 3	Exército	a) 4	24	10	41
IAMM	IT	IO	Regimento de Infantaria N.º 1	Exército	4	19	10	64
IAMM	IT	IO	Estação de Radar N.º 1	Força Aérea	b) 4	25	9	58
IAMM	IT	IO	Estação de Radar N.º 2	Força Aérea	b) 4	25	12	45
IAMM	IT	IO	Escola Prática de Cavalaria	Exército	a) 4	25	10	70
IAMM	IT	IO	Batalhão de Informações e Segurança Militar	Exército	4	20	10	27
IAMF	IT	IO	Instituto de Socorros a Náufragos	Marinha	3	39	26	82
IAMF	IT	IO	Departamento Marítimo do Norte	Marinha	3	31	26	99
IAMF	IT	IO	Base Aérea N.º 5	Força Aérea	3	33	11	11
IAMF	IT	IO	Base Aérea N.º 4	Força Aérea	3	22	4	12
IAMF	IT	IO	Base Aérea N.º 1	Força Aérea	3	21	18	10
IAMF	IT	IO	Base Aérea N.º 6	Força Aérea	3	70	18	10
IAMF	IT	IO	Direcção dos Serviços de Intendência	Exército	3	25	26	103
IAMF	IT	IO	Base Naval de Lisboa	Marinha	3	164	12	12
IAMF	IT	IO	Direcção dos Serviços de Transmissões	Exército	4	22	12	38

a) Inclui um militar requisitado ao Exército;

b) Inclui um militar requisitado à Força Aérea;

c) Inclui um militar requisitado à Marinha.

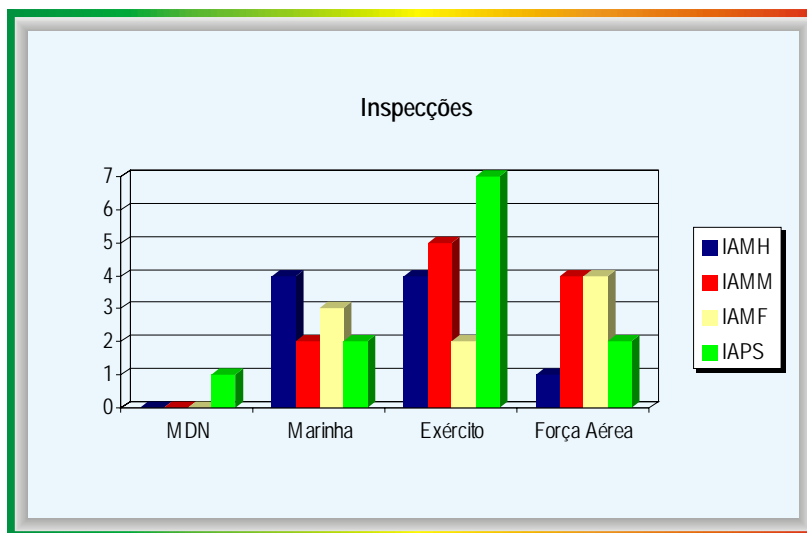
9.2 – INSPECÇÕES DE ANÁLISE DE PROGRAMAS E SISTEMAS EXECUTADAS PELA IGDN

Sistema	Tipo	Planeamento	U/E/O	Estrutura	N.º de Inspectores	Dias de Actividade		
						Planeamento	Execução	Relatório
ASLFA	IT	IO	Grupo 2 de Escolas da Armada	Marinha	c) 5	23	9	56
ASLFA	IT	IO	Base Aérea N.º 6	Força Aérea	b) 5	33	9	58
ASLFA	IT	IO	Regimento de Artilharia Antiaérea N.º 1	Exército	a) 4	74	9	43
ASLFA	IT	IO	Regimento de Infantaria N.º 1	Exército	a) 4	86	8	31
ASAFA	IT	IO	Arsenal do Alfeite	Marinha	3	25	5	51
ASAFA	IT	IO	Instituto de Acção Social das Forças Armadas	MDN	3	22	5	52
ASAFA	IT	IO	Regimento de Infantaria N.º 3	Exército	3	29	5	97
ASAFA	IT	IO	Base Aérea N.º 11	Força Aérea	3	29	5	80
ASIM	IT	IO	Escola Prática de Engenharia	Exército	a) 4	24	7	56
ASIM	IT	IO	Escola Prática dos Serviços de Material	Exército	a) 4	30	7	5
ASIM	IT	IO	Escola Prática de Cavalaria	Exército	a) 4	75	5	44
ASIM	IT	IO	Escola Prática de Infantaria	Exército	a) 4	82	5	33

- a) Inclui um militar requisitado ao Exército;
b) Inclui um militar requisitado à Força Aérea;
c) Inclui um militar requisitado à Marinha.

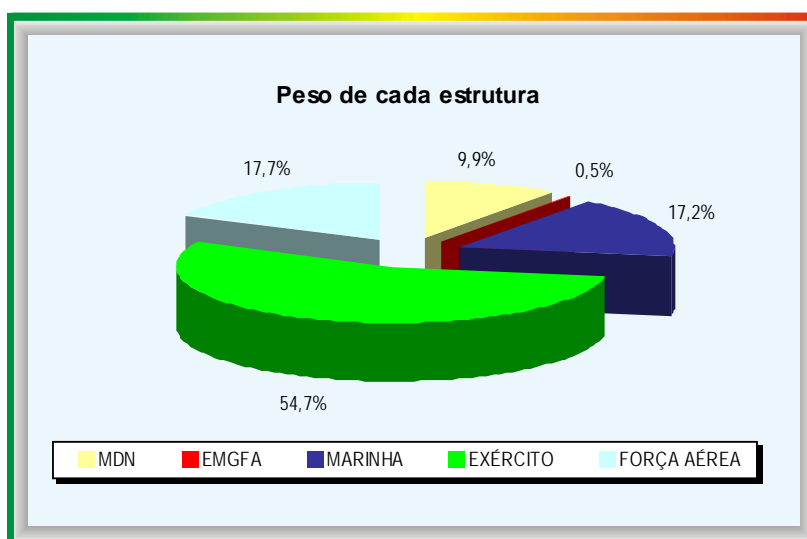
9.3 – INSPECÇÕES REALIZADAS PELA IGDN EM 2005

Área	MDN	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
IAMH	-	4	4	1	9
IAMM	-	2	5	4	11
IAMF	-	3	2	4	9
IAPS	1	2	7	2	12
TOTAL	1	11	18	11	41



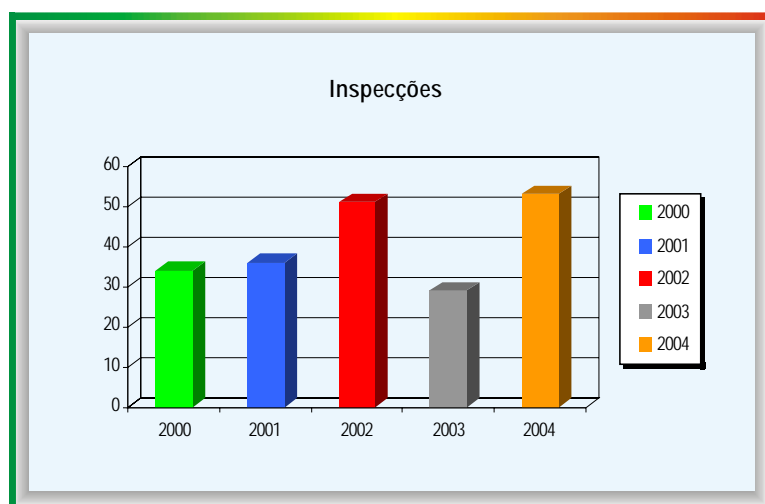
9.4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INSPECÇÕES ÀS ESTRUTURAS

Estrutura	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
MDN	4	3	4	5	4	20
EMGFA	1	-	-	-	-	1
Marinha	2	2	14	5	12	35
Exército	24	22	24	13	28	111
Força Aérea	3	9	9	6	9	36
TOTAL	34	36	51	29	53	203



9.5 – NÚMERO DE INSPECÇÕES REALIZADAS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Área	2000	2001	2002	2003	2004	TOTAL
IAMH	5	11	6	5	6	33
IAMM	1	5	7	5	10	28
IAMF	5	6	7	6	7	31
IAPS	9	14	31	13	30	97
IAMH/IAPS	14	-	-	-	-	14
TOTAL	34	36	51	29	53	203



9.6 – INSPECÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELOS RAMOS

Ramo	Tipo	Planeamento	U/E/O Inspeccionadas						Nº de Inspectores					U/E/O		Dias de Execução (c)	
			EM	OCAD	CmdOp	DS/DT	U/E/O		IG	EM	OCAD	CmdOp	DS/DT	OIT	SFN		
							OIT	SFN									
MARINHA	IG	IP	-	-	(a) 5	-	1	-	-	5	-	(b) 20	-	-	-	-	31
	IO	IP	-	-	-	-	-	13	-	-	-	-	-	103	-	-	30
	IO	II	-	-	-	-	-	34	-	-	-	-	-	57	-	-	210
	IT	IP	1	2	(a) 6	1	12	57	-	15	4	(b) 4	49	179	-	-	105
	IT	II	-	-	-	-	3	13	-	-	-	-	17	65	-	-	24
EXÉRCITO	IG	IO	-	-	-	-	10	-	18	1	33	-	-	53	2	-	19
	IAO	IO	-	-	-	-	-	5	6	-	6	1	-	18	12	-	9
	IAO	IE	-	-	-	-	-	10	12	7	21	2	-	22	4	-	17
	IT	IO	-	3	-	-	272	21	-	-	83	-	-	391	39	-	365
	IT	IE	-	4	-	-	8	2	3	1	21	-	-	4	-	-	21
FORÇA AÉREA	IG	IO	-	-	-	-	4	-	34	1	30	-	-	4	-	-	198
	IPS	IO	1	2	1	-	12	3	10	1	2	-	-	-	-	-	120
	IPS	IE	-	1	-	-	2	-	5	-	-	-	-	-	-	-	25
	IT	IO	1	1	1	-	11	3	-	14	148	54	-	17	-	-	342
	VA (d)	IO	-	-	-	-	7	1	41	-	15	-	-	-	-	-	103

Os conceitos dos tipos de inspeção constam de Regulamentos dos respectivos Ramos.

(a) Marinha – Inclui 5 IG e 4 IT levadas a cabo pela Direcção-Geral de Autoridade Marítima (DGAM);

(b) Inspectores no âmbito da actividade desenvolvida pela DGAM;

(c) Na Força Aérea estão contabilizados em "Homem/Dia"; na Marinha estão incluídos 28 dias de actividade de inspeção levados a cabo pela DGAM;

(d) Inspeções destinadas a regularizar/normalizar anomalias por corrigir decorrentes de IG e IPS realizados anteriormente.

SIGLAS / ABREVIATURAS

A	Armamento e Equipamento
A/S	Anti-submarina
A7-P	Aeronave de Combate
AAA	Artilharia Antiaérea
AAR	<i>Air-to-Air Refuelling</i>
ABU	Navio Balizador
ACar	Anti-carro
ACS	<i>Airspace Control System</i>
ACT	Activo
ADMA	Assistência na Doença aos Militares da Armada
ADME	Assistência na Doença aos Militares do Exército
ADMFA	Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea
ADTA	Agrupamento de Defesa Territorial dos Açores
ADTM	Agrupamento de Defesa Territorial da Madeira
AETD	Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa
AEW	<i>Airborne Early Warning (Radar Picket Aircraft)</i>
AFA	Academia da Força Aérea
AFSOUTH	Comando Aliado do Sul da Europa
AG	Navio Auxiliar
Agr	Agrupamento
AGS	Navio Hidrográfico
AGSC	Navio Hidrográfico Costeiro
AJEMA	Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
AL III	Helicóptero Allouette III
ALFA-JET	Aeronave de Apoio Aéreo Próximo
ALFAN	<i>Almiral Force Action Navale</i>
ALFLOT	Comando Operacional da Marinha de Espanha
AM	Academia Militar
AMN	Autoridade Marítima Nacional
AMF(L)	<i>Ace Mobile Force Land</i>
AMSJ	Área Militar de São Jacinto
AO	Navio Tanque Reabastecedor
AP	Auto-propulsionado
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ARCOMNAV	Área do Comando Naval
ARRC	Corpo de Reacção Rápida Aliado
ASUW	<i>Antisurface Warfare</i>
ASW	<i>Anti-Submarine Warfare</i>
AUGMENTEES	Reforço de Pessoal
At	Atirador
BA	Base Aérea
BAAA	Bateria de Artilharia Antiaérea
BAF	<i>Belgium Air Force</i> (Força Aérea Belga)
BAI	Brigada Aerotransportada Independente
BApSvc	Batalhão de Apoio de Serviços
Bat	Batalhão
BDT	Brigada de Defesa Territorial
BDTc	Brigada de Defesa Territorial do Centro

BDTN	Brigada de Defesa Territorial do Norte
BI	Batalhão de Infantaria
BIAT	Batalhão de Infantaria Aerotransportado
BIMec	Batalhão de Infantaria Mecanizado
BIMoto	Batalhão de Infantaria Motorizado
BIPara	Batalhão de Infantaria Pára-quedista
BISM	Batalhão de Informações e Segurança Militar
BLD	Batalhão Ligeiro de Desembarque do Corpo de Fuzileiros
BLI	Brigada Ligeira de Intervenção
BMI	Brigada Mecanizada Independente
BOE	Batalhão de Operações Especiais
BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMec	Brigada Mecanizada
BrigRR	Brigada de Reacção Rápida
BRILAT	Brigada Ligeira de Atiradores
BSS	Batalhão do Serviço de Saúde
BT	Beneficiário Titular (do IASFA)
Btr	Bateria (unidade de Artilharia)
C-130	Aeronave de Transporte
C-212	Aviocar (Aeronave de Transporte)
C-212EW	Aeronave de Guerra Electrónica
C6F	<i>Command 6th Fleet</i>
CAA	Comando Aéreo dos Açores
CACar	Companhia Anti-carro
CAD MAX HALIFAX	Comando Operacional do Canadá
CAOC 10	<i>Combined Air Operations Center 10</i>
CASMD ITALY	<i>Centro Alti Studi Ministerio de la Defensa</i>
CAS	Centro de Apoio Social (do IASFA)
Cat	Companhia de Atiradores
CATT	Companhia de Apoio a Transportes Táticos
Cav	Cavalaria
CAX	<i>Computer Added Exercise</i>
CCS	Companhia de Comando e Serviços
CCmds / CCMDS	Companhia de Comandos
CDAM	Comando do Destacamento Aéreo da Madeira
CDT	<i>Combat Diving Team</i> (Equipa de Mergulhadores de Combate)
CE	Comunicações e Electrónica
CECLANT	<i>Commandant en Chef pour l'Atlantique</i>
CEE	Comparticipação Escolar Especial
CEE-R	Comparticipação Escolar para Reeducação
CEFDM	Comissão de Educação Física e Desporto Militar
CEM	Chefe do Estado-Maior
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMET	Chefe do Estado-Maior do Exército de Espanha
CEMF	COMEUROMARFOR
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEN	Comparticipação Escolar Normalizada
CEng	Companhia de Engenharia
CEOE	Companhia de Elementos de Operações Especiais

CFMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CFP	Curso de Formação de Praças
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CFX	<i>Command Field Exercise</i>
CGE	Conta Geral do Estado
CH CITOAP	Chefia do Centro de Instrução e Treino de Operações de Apoio à Paz
CHIEF JK HQ FRANCE	<i>Chief of Joint Force Headquarter</i>
CI	Centro de Instrução
CIMIC	<i>Civil Military Cooperation</i>
CINCEASTLANT	<i>Commander-in-Chief Eastern Atlantic Area</i>
CINCIBERLANT	Comando da Área Ibero-Atlântica
CINCNAV	Comando Operacional da Marinha de Itália
CINCSOUTH	Comando Aliado do Sul
CINCSOUTHLANT	<i>Commander-in-Chief Southern Atlantic Area</i>
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CISM	<i>Conseil International du Sport Militaire</i> (Conselho Internacional do Desporto Militar)
CJMOA	Comando Operacional da Força Aérea de Espanha
CJSOCC OPLAN	<i>Combined Joint Special Operations Component Command / Operational Planning</i>
CJTf	<i>Combined Joint Task Force</i>
CM	Colégio Militar
Cmd / CMD	Comando
Cmdt / CMDT	Comandante
CMSM	Campo Militar de Santa Margarida
CMTFA	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea
CN	Comando Naval / Cartografia Náutica
CNAD	<i>Conference of National Armament's Directors</i>
CNC	Centro Nacional de Catalogação
CNPCE	Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COFA	Comando Operacional da Força Aérea
COFT	Comando Operacional das Forças Terrestres
COJS SPAIN	<i>Chief of Joint Staff SP</i>
COM	Comando Operacional da Madeira
COMAIRCEINT	Comando Aéreo Aliado das Forças do Centro da Europa
COMAIRNORTH	<i>Commander Allied Air Forces North Europe</i>
COMAMF(L)	<i>Commander ACE Mobile Force (Land)</i>
COMAO	<i>Combined Air Operations</i>
COMBINEX	<i>Combined Exercise</i>
COMCOI ITALY	Comando Conjunto Operacional Interforças
COMCORPFUZMAR	Comando do Corpo de Fuzileiros
COMLANDSOUTH	Comando Terrestre Aliado das Forças do Sul da Europa
COMNAV	Comando Naval
COMNAVSOUTH	Comando Naval Aliado das Forças do Sul da Europa
CompMortPes	Companhia de Morteiros Pesados
COMSUBMED	<i>Comand Submarine Mediterranean</i>
CORG	Código de Organização
COSPAS/SARSAT	Sistema via Satélite de Busca e Salvamento de Toulouse - França
CPCAT	Curso de Prevenção e Combate à Ameaça Terrorista
CPHM	Comissão Portuguesa de História Militar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CPX	<i>Command Post Exercise</i> (Exercício de Postos de Comando)
CRC	Centro de Reporte e Controlo
CRO	<i>Crises Response Operations</i> (Operações de Resposta a Crises)
CSAR	<i>Combat Search and Rescue</i>
CSTID	Conselho dos Sistemas e Tecnologias de Informação da Defesa
CTAT	Comando das Tropas Aerotransportadas
CTm	Companhia de Transmissões
CTM	Cooperação Técnico-Militar
CTP	Centro de Telecomunicações Permanentes
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
CZAA	Comando da Zona Aérea dos Açores
CZAM	Comando da Zona Aérea da Madeira
CZMAR	Comando de Zona Marítima
CZMARA	Comando da Zona Marítima dos Açores
CZMARM	Comando da Zona Marítima da Madeira
CZMA	Comando da Zona Militar dos Açores
CZMM	Comando da Zona Militar da Madeira
DAE	Destacamento de Acções Especiais (do Corpo de Fuzileiros)
DAM	Destacamento Aéreo da Madeira
DAMAG	Direcção de Análise e Métodos de Apoio à Gestão
DAPS	Destacamento Aéreo de Porto Santo
DCCR	Despesas com Compensação em Receitas
DDG	<i>Destroyer Guided Missiles Equiped</i>
DE	Direcção de Electrotecnia
DEU	Alemanha
Dest	Destacamento
DestPrec	Destacamento Precursor
DEU	Alemanha
DF	Direcção de Faróis
DGAED	Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa
DGAM	Direcção-Geral de Autoridade Marítima
DGIE	Direcção-Geral de Infra-Estruturas
DGM	Direcção-Geral de Marinha
DGPDN	Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional
DGPRM	Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DIREC	Divisão de Recursos (do EMGFA)
DL	Decreto-Lei
DMA	Direcção de Manutenção Aeronáutica
DMP	<i>Data Management Processor</i>
DN	Direcção de Navios
DOE	Destacamento de Operações Especiais
DOp	Departamento de Operações
DPP	Departamento de Prospectiva e Planeamento
DS	Direcção de Serviços
DT	Direcção Técnica
EASC	Elemento de Apoio de Serviços em Combate
E3D	<i>Airbone Early Warning Control System (Aircraft AWACS)</i>
EC-212	Aviocar (Avião de Guerra Electrónica)
EEMMPP	Estados-Maiores Peninsulares
EFFA	Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas
EM	Estado-Maior

EMA	Estado-Maior da Armada
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EN	Escola Naval
Eng	Engenharia
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo
EOSFN	Encargos Operacionais do Sistema de Forças Nacional
EPA	Escola Prática de Artilharia
EPAM	Escola Prática de Administração Militar
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EPE	Escola Prática de Engenharia
EPI	Escola Prática de Infantaria
EPT	Escola Prática de Transmissões
Eq	Equipa
ERec	Esquadrão de Reconhecimento
ESE	Escola de Sargentos do Exército
ESP	Espanha
Esq	Esquadra/Esquadrão
EsqPE	Esquadrão de Polícia do Exército
EUCLID	<i>European Cooperation for the Long Term In Defence</i>
EUFOR	Força Europeia
EUROFOR	<i>European Forces</i>
EUROMARFOR	<i>European Maritime Forces</i> (Força Marítima Europeia)
EXE	Exército
EXSTUDY	<i>Study Exercise</i>
F-16	Aeronave de Defesa Aérea
FAC	<i>Forward Air Controller</i>
FAE	Força Aérea de Espanha
FA	Forças Armadas
FAMET	Forças Aero-Móveis do Exército de Terra
FAP	Força Aérea Portuguesa
FF	Fragata
FFAH	Fragata Equipada com Mísseis e Helicópteros
FFGH	Fragata Vasco da Gama e Embarque de Helicópteros
FNC	Força Nacional Conjunta
FND	Forças Nacionais Destacadas
FOPE	Forças Operacionais
FOST	Comando da Flotilha de Treino da Marinha do Reino Unido
FRA	França
FS	Corveta
FTX	Exercício de Campo com Tropas
FZ	Fuzileiros
GABMDN	Gabinete do Ministro da Defesa Nacional
GABSEDAC	Gabinete do Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes
GABSEDN	Gabinete Secretário de Estado da Defesa Nacional
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GALE	Grupo de Aviação Ligeira do Exército
GBAD	<i>Group Based Air Defense</i>
GBR	Grã-Bretanha

GCC	Grupo de Carros de Combate
GCC/BMI	Grupo de Carros de Combate da Brigada Mecanizada Independente
GE	Guerra Electrónica
GEN AOP PORTUGAL	Adjunto do CEMGFA para as Operações
GM	Geologia Marinha
GML	Governo Militar de Lisboa
GNR	Guarda Nacional Republicana
GNS	Gabinete Nacional de Segurança
H/D	Homem/Dia
HALO HAHO	<i>High Altitude Low Opening/High Altitude High Opening</i>
HFA	Hospital da Força Aérea
HMAR	Hospital da Marinha
HMB	Hospital Militar de Belém
HMP	Hospital Militar Principal
HMR1	Hospital Militar Regional n.º 1 (Porto)
HMR2	Hospital Militar Regional n.º 2 (Coimbra)
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IAMF	Inspeção de Administração de Meios Financeiros
IAMH	Inspeção de Administração de Meios Humanos
IAMM	Inspeção de Administração de Meios Materiais
IAO	Inspeção de Avaliação Operacional
IASFA	Instituto de Acção Social das Forças Armadas
IBERLANT	Área Ibero-Atlântica
IC-ENC	<i>International Center for Electronic Navigation Charts</i>
ICOL	Instrução Colectiva
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IE	Inspeção Extraordinária
IEPG	<i>Independent European Programme Group</i> (composto pelos países europeus da NATO: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia e Reino Unido)
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IG	Inspeção Geral
IGDN	Inspeção-Geral da Defesa Nacional
IGeoE	Instituto Geográfico do Exército
IH	Instituto Hidrográfico
II	Inspeção Inopinada
IMPE	Instituto Militar dos Pupilos do Exército
Inf	Infantaria
Info	Informações
INICT	Instituto Nacional de Investigação Científica
INVITEX	<i>Invitation Exercise</i>
IO	Inspeção Ordinária
IOp	Inspeção Operacional
IP	Inspeção Parcelar
IPg	Inspeção Programada
IPS	Inspeção de Programas e Sistemas
ISAF	Força Internacional de Segurança e Assistência (Afeganistão)
IS/IMS	International Staff/International Military Staff
ISN	Instituto de Socorros a Náufragos
ISTAR	Intelligence, Surveillance, Target, acquisition and Reconnaissance

IT	Inspeção Técnica
ITA	Itália
JEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada de Espanha
JEMAD	<i>Jefe Estado Mayor de la Defensa</i>
JMOTS	<i>Joint Maritime Operational Training Staff</i>
JOINTEX	<i>Joint Exercise</i> (Exercício Conjunto)
KTM	<i>KFOR Tacres Manbat</i>
LAFTM	Laboratório de Análises Fármaco Toxicológicas da Marinha
LC	Liga dos Combatentes
LCC	<i>Land Component Command</i>
LCM	Lancha de Desembarque Média
LCU/LDG	Lancha de Desembarque Grande
LDM	Lancha de Desembarque Média
LFC	Lancha de Fiscalização Costeira
LFR	Lancha de Fiscalização Rápida
LFX	<i>Live Fire Exercise</i> (Exercício de Fogos Reais)
LIVEX	<i>Live Exercise</i> (Exercício de Campo com Tropas)
LMPQF	Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos
LOGEX	<i>Logistical Exercise</i> (Exercício Logístico)
LPM	Lei de Programação Militar
MACON	Estado-Maior Espanhol
Mar	Marinha
MCM	<i>Mine Counter Measures</i>
MD	Montante Despendido
MDN	Ministério da Defesa Nacional
Mec	Mecanizada
Mil	Militar
MLU	<i>Mid Life Upgrade</i>
MM	Manutenção Militar
MNC	<i>Major NATO Command</i>
MOD U.K.	Ministério da Defesa do Reino Unido
MPA	<i>Maritime Patrol Aircraft</i>
MPA CAN	Aeronave de Patrulha Marítima Canadiana
MRCC	<i>Maritime Rescue Control Center</i> (Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo)
NAM	<i>NATO Air Meet</i>
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NBQ	Nuclear, Químico e Biológico
NLD	Holanda
NNA	Número NATO de Abastecimento
NPL	Navio Polivalente Logístico
NRF	<i>NATO Response Force</i> (Força de Resposta OTAN)
Obj	Objectivo
OCAD	Órgãos Centrais de Administração e Direcção
OCE	<i>Officer Conducting the Exercise</i>
ODN	Orçamento da Defesa Nacional
OE	Orçamento do Estado
OGFE	Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento
OGMA	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico
OGME	Oficinas Gerais de Material de Engenharia
OIT	Órgãos de Implantação Territorial
OLE	Orquestra Ligeira do Exército

OMDN	Orçamento do Ministério da Defesa Nacional
OMDN-E	Orçamento da Defesa Nacional - Exército
OMDN-M	Orçamento da Defesa Nacional - Marinha
ONU	Organização das Nações Unidas
Op	Operações
OPEVAL	<i>Operational Evaluation</i>
OSC/MDN	Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional
OSE	<i>Officer Shedulling the Exercise</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte.
P3-P	Aeronave de Patrulhamento Marítimo
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PAOC	Plano de Actividade Operacional Civil
Para	Pára-quedista
Pat / PB	Patrulha
PBF	Patrulha Rápido
PBR	Patrulha Ribeirinho
PC	Posto de Comando
PCM	Posto de Comando Móvel
PE	Polícia do Exército
PECO	Países da Europa Central e Oriental
Pel	Pelotão
PelAqObj	Pelotão de Aquisição de Objectivos
PelDefNBQ	Pelotão de Defesa Nuclear Biológico e Químico
PelMsLig	Pelotão de Mísseis Ligeiros
PelPontApFlu	Pelotão de Pontes de Apoio Flutuante
PHIBEX	<i>Amphibious Exercise</i> (Exercício Anfíbio)
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PJM	Polícia Judiciária Militar
PLRA	Patrulha de Longo Raio de Acção
PMG	Preparação Militar Geral
Prec	Precursor
PREREDEX	Pré-exercício de Aprontamento
PRT	Portugal
PSO	<i>Peace Support Operations</i> (Operações de Apoio à Paz)
PSP	Polícia de Segurança Pública
QG	Quartel-General
QP	Quadro Permanente
QPa	Quadro Permanente (activo)
QPC	Quadro de Pessoal Civil
RA	Regimento de Artilharia
RAA	Região Autónoma da Madeira
RAAA	Regimento de Artilharia Antiaérea
RAC	Regimento de Artilharia de Costa
RC	Regimento de Cavalaria/Regime de Contrato
RCC	<i>Rescue Coordination Center</i> (Centro Coordenador de Salvamento)
RE	Regimento de Engenharia
Reb	Rebocado
REF	Reforma
RES	Reserva
RG	Regimento de Guarnição

RI	Regimento de Infantaria
RL	Regimento de Lanceiros
RMN	Região Militar do Norte
RMPORTSMOUTH	Comando do Corpo de Fuzileiros do Reino Unido
RMS	Região Militar do Sul
RV	Regime de Voluntariado
SA-330	Helicóptero PUMA
SACEUR	Comando Supremo Aliado da Europa
SACLANT	Comando Supremo Aliado do Atlântico
SAM	Sistema de Autoridade Marítima
SAR	<i>Search And Rescue</i> (Serviço de Busca e Salvamento)
SCNP	Subsídio Complementar Normal de Pensões (concedido pelo IASFA)
SEA	Subsídio Especial de Acamados (concedido pelo IASFA)
SEAP	Subsídio Especial de Apoio a 3ª Pessoa (concedido pelo IASFA)
Sec	Secção
Seg	Segurança
SEI	Subsídio Especial de Idosos (concedido pelo IASFA)
SEIR	Subsídio Especial de Irrecuperáveis ou Incapacitados (concedido pelo IASFA)
SEL	Subsídio Especial para Lares (concedido pelo IASFA)
SEN	Serviço Efectivo Normal
SFN	Sistema de Forças Nacional
SFOR	<i>Stabilisation Force</i> (Força de Estabilização) (Bósnia)
SG/MDN	Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional
SICCE	Sistema de Informação de Comando e Controlo do Exército
SIFICAP	Sistema de Fiscalização e Controlo no Âmbito das Pescas
SIGEX	<i>Signals Exercise</i>
SI/TI	Sistemas e Tecnologias de Informação
SNB	Serviço Nacional de Bombeiros
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
SNFL	<i>Standing Naval Force Atlantic</i>
SNFM	<i>Standing Naval Force Mediterranean</i>
SNPC	Serviço Nacional de Protecção Civil
SOGA	Saltadores Operacionais de Grande Altitude
SPCAT	Sistema Português de Catalogação
SRPCBA	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores
SRPCBM	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros da Madeira
SSK	Submarino
STANAG	<i>Standard Agreement</i> (Acordo de Normalização)
STANAVFORLANT	Força Permanente do Atlântico
SUBEX	<i>Submarine Exercise</i>
SYNADEX	<i>Synthetic Air Defense Exercise</i>
TACP	<i>Tactical Air Control Party</i>
TASLO	<i>Tactical Air Support for Land Operations</i>
TASMO	<i>Tactical Air Support for Maritime Operations</i>
Téc.	Técnico
TG	<i>Task Group</i>
Tm	Transmissões
TO	Teatro de Operações
TODCI	Técnicos de Operações de Detecção e Condução de Intercepção
TPF	Telefone com Fios
TPO	Tirocinio para Oficial

TSF	Telefone sem Fios
UAM	Unidade Auxiliar de Marinha
UE	União Europeia
UEO	Unidade, Estabelecimento, Órgão
UI	Unidade Imobiliária
UKR	Reino Unido
UN	Unidade Naval
UNMISSET	<i>United Mission Support in East Timor</i>
UU/EE/OO	Unidades, Estabelecimentos, Órgãos
WEAG	<i>Western European Armaments Group</i> (composto pelos países europeus da NATO: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal, Turquia e Reino Unido)
ZAA	Zona Aérea dos Açores
ZAM	Zona Aérea da Madeira
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMARA	Zona Marítima dos Açores
ZMARM	Zona Marítima da Madeira
ZMC	Zona Marítima do Centro
ZMA	Zona Militar dos Açores
ZMM	Zona Militar da Madeira
ZMN	Zona Marítima do Norte
ZMS	Zona Marítima do Sul

ÍNDICE

	NOTA INTRODUTÓRIA	5
	SINAIS CONVENCIONAIS	6
1	ORÇAMENTO	7
1.1	Despesas da Defesa a preços correntes e constantes.....	14
1.2	Variação anual das despesas da Defesa	14
1.3	Despesas da Defesa, despesas públicas e PIB, a preços correntes e constantes	15
1.4	Peso das despesas da Defesa nas despesas públicas e no PIB	15
1.5	PIB por habitante e despesas da Defesa por habitante a preços correntes e constantes	16
1.6	Natureza das despesas da Defesa - Despesas globais	17
1.7	Natureza das despesas da Defesa - Serviços Centrais.....	19
1.8	Natureza das despesas da Defesa - EMGFA	20
1.9	Natureza das despesas da Defesa - Marinha.....	21
1.10	Natureza das despesas da Defesa - Exército	22
1.11	Natureza das despesas da Defesa - Força Aérea	23
1.12	Distribuição das despesas por capítulos do MDN	24
2	MISSÕES DE INTERESSE PÚBLICO	27
2.1	Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Marinha.....	33
2.2	Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Exército.....	37
2.3	Elementos orgânicos, meios afectos e despesas por área de missão - Força Aérea.....	41
3	MISSÕES MILITARES DE CARÁCTER INTERNACIONAL	43
3.1	Actividade bilateral de Defesa (com excepção da África Subsariana)	45
3.1.1	Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento	45
3.1.2	Programas de cooperação/Actividades.....	46
3.1.3	Cruzeiros de investigação científica	48
3.1.4	Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros	49
3.1.5	Sobrevoo e aterragem - Pedidos de autorização.....	50

3.2	Cooperação técnico-militar	54
3.2.1	Projectos de cooperação técnico-militar com os PALOP	54
3.2.2	Despesas dos projectos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PALOP e Timor-Leste	56
3.2.3	Formação de militares dos PALOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA	56
3.2.4	Despesas suportadas pelos Ramos das FA	57
3.2.5	Formação de militares nos PALOP e Timor-Leste por tipo de curso e por Ramo das FA	57
3.2.6	Assistência hospitalar em Portugal a militares dos PALOP e Timor-Leste e seus familiares e respectivas despesas	58
3.2.7	Despesas globais da cooperação técnico-militar	58
3.3	Missões de apoio à paz	60
3.3.1	Envolvimento militar de Portugal em operações de apoio à paz	60
4	RECURSOS HUMANOS	61
4.1	Pessoal	65
4.1.1	Pessoal militar.....	65
4.1.1.1	Pessoal militar, segundo regime e situação, em 31 DEZ.....	65
4.1.1.2	Dados retrospectivos dos últimos cinco anos	65
4.1.1.2.1	Militares do Quadro Permanente.....	65
4.1.1.2.2	Militares não pertencentes ao Quadro Permanente.....	67
4.1.1.3	Militares do QP, activo, quanto à efectividade de serviço.....	68
4.1.1.4	Distribuição hierárquica do pessoal militar	68
4.1.1.5	Estrutura etária do pessoal militar	69
4.1.1.6	Estrutura de tempo de serviço dos militares do QP, no activo	69
4.1.1.7	Origem geográfica dos militares.....	70
4.1.1.8	Distribuição por sexo de pessoal militar	70
4.1.1.9	Promoção de militares do QP.....	71
4.1.1.10	Pessoal militar, ingressos e saídas por categorias e formas de prestação de serviço	71
4.1.2	Pessoal militarizado.....	72
4.1.2.1	Pessoal militarizado da Defesa Nacional	72
4.1.3	Pessoal civil	73
4.1.3.1	Efectivos globais.....	73
4.1.3.2	Pessoal civil por grupos profissionais.....	73
4.1.3.3	Pessoal civil por estatuto jurídico	74
4.1.3.4	Pessoal civil por habilitações académicas	74

4.1.3.5	Pessoal civil por sexo	75
4.1.3.6	Estrutura etária do pessoal civil.....	75
4.1.3.7	Tempo de serviço do pessoal civil.....	75
4.1.3.8	Promoções de pessoal civil por grupo profissional	76
4.1.3.9	Ingressos e saídas de pessoal civil	76
4.2	Formação e treino.....	77
4.2.1	Institutos, academias, escolas e centros de instrução das FA (pessoal militar, militarizado e civil)	77
4.2.2	Pessoal militar na efectividade de serviço que frequentou cursos internos	77
4.2.3	Pessoal militar que frequentou cursos no estrangeiro	77
4.3	Saúde.....	79
4.3.1	Pessoal de saúde	79
4.3.1.1	Médicos militares e civis.....	79
4.3.1.2	Farmacêuticos militares e civis.....	80
4.3.1.3	Técnicos de farmácia militares e civis	80
4.3.1.4	Enfermeiros militares e civis.....	80
4.3.1.5	Técnicos paramédicos militares e civis	81
4.3.1.6	Médicos veterinários militares e civis	81
4.3.1.7	Enfermeiros veterinários militares e civis	81
4.3.2	Hospitais militares.....	81
4.3.2.1	Camas, segundo o fim a que se destinam	81
4.3.2.2	Consultas efectuadas, por especialidades, nos hospitais militares	82
4.3.2.3	Evolução do total de consultas nos hospitais militares	83
4.3.2.4	Movimentos de internados nos hospitais militares.....	83
4.3.2.5	Actos de terapêutica efectuados nos hospitais militares	84
4.3.2.6	Actos de diagnóstico efectuados nos hospitais militares	84
4.3.2.7	Pessoal ao serviço nos hospitais militares	85
4.4	Assistência na doença aos militares das FA.....	86
4.4.1	Evolução do número de beneficiários	86
4.4.2	Encargos com a saúde por modalidades de assistência	86
4.4.3	Evolução dos encargos com a saúde	86
4.5	Justiça e disciplina.....	89
4.5.1	Condecorações atribuídas.....	89
4.5.2	Processos iniciados.....	89

4.5.3	Punições aplicadas.....	90
4.5.4	Processos instruídos por indícios de prática de crimes.....	90
4.5.5	Agentes indiciados de prática de crimes do foro militar.....	91
4.6	Desporto militar.....	92
4.6.1	Competições militares por Ramo das FA.....	92
4.6.2	Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA.....	93
4.6.3.	Pessoal militar que participou em provas internacionais militares.....	94
5	INFRA-ESTRUTURAS.....	95
5.1	Unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional.....	101
5.2	Servidões das unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional.....	101
5.3	Tipos de utilização das unidades imobiliárias.....	102
5.4	Verbas gastas com construções novas.....	103
5.5	Verbas gastas com grandes reparações de unidades imobiliárias.....	103
5.6	Classificação dos edifícios afectos à Defesa Nacional.....	104
5.7	Áreas atribuídas.....	105
5.8	Unidades imobiliárias adquiridas.....	106
5.9	Alienação de unidades imobiliárias afectas à Defesa Nacional.....	106
5.10	Alojamentos clássicos atribuídos.....	107
5.11	Capacidades dos quartéis e bases.....	107
5.12	Natureza das unidades imobiliárias.....	108
5.13	Sistemas e Tecnologias de Informação.....	112
5.13.1	Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços.....	112
5.13.2	Existências referidas a 31 de Dezembro de 2005.....	114
5.13.3	Áreas informatizadas - Percentagem.....	115
5.13.4	Pessoal afecto exclusivamente às tecnologias de informação e comunicações (pessoal TIC).....	117
5.13.5	Utilização da <i>Internet</i> . Disponibilização de informação na <i>Internet</i>	118
5.13.6	Presença do organismo na <i>Internet</i>	120
5.13.7	Orientação do organismo relativamente à distribuição do acesso à <i>Internet</i> e correio electrónico.....	121
5.14	Prémio Defesa Nacional e Ambiente.....	122
5.14.1	Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente.....	122
5.14.2	Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente.....	122

6	ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS DE DEFESA	123
6.1	Exportações e importações de material de Defesa	127
6.1.1	Exportações de bens e tecnologias de Defesa - Valores globais	127
6.1.2	Exportações de bens e tecnologias de Defesa - Valores globais, por áreas do Globo	127
6.1.3	Importações de bens e tecnologias militares - Valores globais, por áreas do Globo	128
6.1.4	Comparação entre os valores das importações e exportações de bens e tecnologias militares, por áreas do Globo	128
6.1.5	Comparação entre os valores das importações e exportações de materiais e tecnologias de Defesa, por países agregados em organizações internacionais a que Portugal pertence	129
6.1.6	Empresas autorizadas a exercer legalmente a actividade de comércio de bens e tecnologias militares	129
6.2	Equipamentos de Defesa e LPM	131
6.2.1	Missões e meios disponíveis - Marinha	131
6.2.2	Missões e meios disponíveis - Exército	132
6.2.3	Distribuição de equipamentos por grandes unidades - Exército	132
6.2.4	Missões e meios disponíveis - Força Aérea	133
6.2.5	Lei de Programação Militar - Principais programas de reequipamento das Forças Armadas	134
6.3	Logística	135
6.3.1	Despesas com manutenção de meios e sistemas operacionais	135
6.3.2	Despesas com equipamentos e material de saúde	136
6.3.3	Despesas com transportes - Aquisição de veículos	136
6.3.4	Despesas com transportes - Funcionamento	136
6.4	Investigação e desenvolvimento	137
6.4.1	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Marinha	137
6.4.2	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Exército	139
6.4.3	Investigação e desenvolvimento por fontes de financiamento e áreas tecnológicas - Força Aérea	139
6.4.4	Investigação e desenvolvimento com financiamentos da LPM e respectivas áreas tecnológicas - Âmbito nacional e internacional - Sob coordenação da DGAED	140
6.5	Indústrias de Defesa	141
6.5.1	Indústrias nacionais do sector das indústrias de Defesa - 2004 e 2005	141
6.5.2	Indústrias nacionais com actividades ligadas a áreas da Defesa - 2004 e 2005	141
6.5.3	Empresas autorizadas a exercer legalmente a actividade de indústrias de armamento e tecnologias de Defesa	142
6.5.4	EMPORDEF (SGPS), S.A. e associações do sector	143
6.5.4.1	EMPORDEF - Empresas da área da Defesa que agrupa	143

6.5.4.2	DANOTEC - Empresas da área da Defesa que agrupa.....	143
6.6	Qualidade, normalização e catalogação	145
6.6.1	Qualidade.....	145
6.6.1.1	Emissão de certificados de qualidade de armamento, equipamentos e serviços de Defesa.....	145
6.6.2	Normalização.....	145
6.6.2.1	Processos de acordos de normalização NATO	145
6.6.3	Catalogação.....	145
6.6.3.1	NNA's - Quantitativos de catalogação de artigos produzidos em Portugal e de utilização nacional ou por outros países NATO e não-NATO participantes no AC/135 (Grupo NATO da área de catalogação).....	146
6.6.3.2	CORG's - Códigos de Organização - solicitados para organizações nacionais.....	147
6.6.3.3	Curso Geral de Catalogação	148
7	SISTEMA DE FORÇAS	149
7.1	Exercícios conjuntos e combinados - EMGFA	158
7.1.1	Exercícios e treino - Exercícios conjuntos - Exercícios realizados	158
7.1.2	Exercícios e treino - Exercícios conjuntos - Meios.....	158
7.1.3	Exercícios e treino - Exercícios combinados - Exercícios realizados	159
7.1.4	Exercícios e treino - Exercícios combinados - Meios.....	159
7.2	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da Marinha.....	159
7.2.1	Exercícios sectoriais - Exercícios realizados	159
7.2.2	Exercícios sectoriais - Meios envolvidos.....	160
7.2.3	Exercícios combinados - Exercícios realizados	161
7.2.4	Exercícios combinados - Meios envolvidos.....	162
7.3	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica do Exército.....	162
7.3.1	Exercícios sectoriais - Exercícios realizados	162
7.3.2	Exercícios sectoriais - Meios envolvidos.....	165
7.3.3	Exercícios combinados - Exercícios realizados	166
7.3.4	Exercícios combinados - Meios envolvidos.....	167
7.4	Exercícios sectoriais e actividades de preparação específica da Força Aérea.....	167
7.4.1	Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos - Exercícios realizados	167
7.4.2	Participação em exercícios sectoriais de outros Ramos - Meios envolvidos.....	168
7.4.3	Exercícios combinados - Exercícios realizados	168
7.4.4	Exercícios combinados - Meios envolvidos.....	169
8	APOIO SOCIAL.....	171

8.1	Beneficiários do IASFA - Distribuição por Ramo das FA	175
8.2	Funções de protecção social - Invalidez - Subsídios	175
8.3	Funções de protecção social - Velhice - Subsídios	176
8.4	Funções de protecção social - Sobrevivência - Subsídios.....	176
8.5	Funções de protecção social - Família - Subsídios	176
8.6	Total anual de subsídios e montantes despendidos por função.....	177
8.7	Outras funções de protecção social	178
9	ACTIVIDADE INSPECTIVA	179
9.1	Inspeções de administração dos meios humanos, materiais e financeiros executadas pela IGDN.....	182
9.2	Inspeções de análise de programas e sistemas executadas pela IGDN.....	183
9.3	Inspeções realizadas pela IGDN em 2005	184
9.4	Evolução do número de inspeções às estruturas	184
9.5	Número de inspeções realizadas nos últimos cinco anos.....	185
9.6	Inspeções de administração dos meios executadas pelos Ramos.....	185
	SIGLAS	187
	ÍNDICE	199